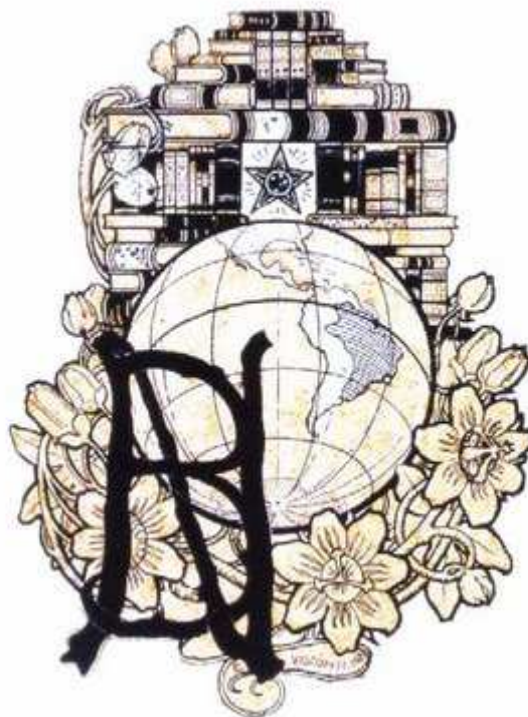


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2007

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Eliane da Conceição Silva¹



“Estudos” da violência: uma análise sociológica dos contos de Machado de Assis

2007

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia – UNESP-Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara / SP — sophiapedrop@yahoo.com.br.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às instituições que financiaram a pesquisa de mestrado, ao CNPq (maio/2006-junho/2007) e à FBN, Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (novembro/2007-dezembro/2008), por possibilitarem sua realização. A FBN, além do financiamento, facultou a consulta ao acervo da Biblioteca, fundamental à execução de muitas das discussões aqui desenvolvidas. Gostaria também de agradecer à Coordenadoria Geral de Pesquisa da FBN, particularmente à Eliane Perez, pelo auxílio fornecido durante a pesquisa; bem como aos funcionários da biblioteca da Unesp, FCL/Ar, especialmente à Ana Paula Meneses Alves, pela presteza no atendimento às dúvidas sobre normalização.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Milton Lahuerta, por sua paciência e apoio na realização da dissertação e às professoras da banca de defesa, Profa. Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho e Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello, pelas considerações feitas, que foram muito importantes para a conclusão deste trabalho.

Agradeço também às amigas e aos amigos que, de modos distintos, ajudaram neste difícil percurso, bem como à minha família pelo apoio incondicional, especialmente à Sophia e Pedro Paulo.

Obrigada a todos/as!

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, cousas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver cousas miúdas, cousas que escapam ao maior número, cousas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam.
Machado de Assis (1997, v.3, p.772).

RESUMO

Este trabalho visa a analisar formas de manifestação da violência como aspecto estruturante da sociedade brasileira do século XIX, a partir de três eixos: Escravidão, Patriarcalismo e Ciência. Tomando-se como referência a obra do escritor Machado de Assis e, mais especificamente sua obra como contista, empreendo um estudo de onze de seus contos, os quais fornecem, por meio da representação crítica que o escritor faz da sociedade de sua época, elementos fundamentais para se investigar de que forma a violência exercida por meio da Escravidão, do Patriarcalismo e da Ciência aparece modelando as ações, relações e instituições sociais. Os contos escolhidos foram: “Virginius” (1864), “Mariana” (1871), “O relógio de ouro” (1873), “Valério” (1875), “Folha rota” (1878), “Verba testamentária” (1882), “Conto alexandrino” (1883), “A causa secreta” (1885), “O caso da vara” (1891), “O enfermeiro” (1896) e “Pai contra mãe” (1905). Com isso, pretendo contribuir tanto para a interpretação da literatura como importante meio de crítica social quanto para uma melhor compreensão da obra de Machado de Assis, especialmente de seus contos.

Palavras – chave: Violência. Escravidão. Patriarcalismo. Ciência. Machado de Assis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A ESCRAVIDÃO.....	12
2.1 <i>Virginus</i> e a tragédia brasileira	18
2.2 Mariana e os impasses da ordem patriarcal	27
2.3 O Caso da Vara: uma leitura híbrida de Machado de Assis	37
2.4 Pai Contra Mãe: processo de sobrevivência social	45
2.5 Considerações	53
3 O PATRIARCALISMO	56
3.1 “O relógio de Ouro”: entre o patriarcalismo e a ordem burguesa	62
3.2 “Folha rota”: mulheres livres e pobres na ordem patriarcal	73
3.3 Crime ou luta? A importância do interesse na “reforma” patriarcal	81
3.4 “Valério”: o poder do capricho na relação de favor	90
3.5 Considerações	104
4 A CIÊNCIA	108
4.1 A ciência do século XIX	109
4.2 A ciência no Brasil	112
4.3 “Verba testamentária”: um Brás Cubas sob o olhar médico	121
4.4 <i>Plus Ultra!</i> O poder da ciência em questão	130
4.5 “A causa secreta”: O sadismo de uma perspectiva sociológica	140
4.6 Considerações	149
5 CONCLUSÃO	151
NOTAS	155
REFERÊNCIAS	164
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	173
APÊNDICES.....	176
APÊNDICE A – Lista dos contos consultados	177

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou neste trabalho amadureceu com o mestrado. Isso se deu porque a idéia de estudar os contos de Machado de Assis surgiu ainda no curso de Graduação em Ciências Sociais, na Unesp de Araraquara, após uma disciplina que fiz em 2003. Naquele momento, analisei um conto de Machado no trabalho final após a leitura de alguns contos, mas que foram suficientes para despertar em mim o interesse pela obra do escritor. Resultado: acabei trabalhando com outros contos na minha monografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Milton Lahuerta, lidei com mais contos relacionando-os à estrutura social brasileira e com a leitura dos estudos sobre a obra percebia que os contos do escritor não eram muito analisados, sobretudo de um ponto de vista sociológico, pois, em geral, eram os romances os objetos de estudo mais abordados. A partir de então, passei a imaginar se seria possível ler toda a obra de contos do escritor e tentar encontrar outros contos passíveis de serem relacionados à sociedade brasileira do século XIX, especificamente à questão da violência, pois à medida que conhecia seus contos, notava a recorrência deste tema, sempre envolto na ironia, mas que, para mim, só realçava a crueldade da sociedade que o escritor representava.

Com isso, a pesquisa de mestrado começou pela tarefa prazerosa de seleção dos contos. A princípio, parti para a leitura da “obra completa”, da Nova Aguilar, mas pelo que aprendia de biografos e críticos de Machado de Assis, tais como Jean-Michel Massa (1971) e John Gledson (2006), havia certo problema em tal designação, uma vez que nenhuma obra completa reuniria, de fato, todos os contos do escritor¹. Foi quando, por meio do financiamento da Fundação Biblioteca Nacional, surgiu a possibilidade de consultar o acervo da Biblioteca, o que me permitiria pesquisar toda a obra do escritor, totalizando a leitura de duzentos e vinte e três contos. No entanto, não supunha que com isso fosse ser surpreendida por contos, que já havia selecionado, em uma primeira versão, pois lê-los em microfilme de jornais como *Gazeta de Notícias*, ou o *Jornal das Famílias* foi uma experiência ímpar e que também me ajudou a entender porque Machado de Assis é um escritor tão rico e tão atento às questões políticas e sociais de seu contexto, uma vez que deixou ali detalhes mais claros de sua visão crítica da realidade social. Além disso, o trabalho de pesquisa me surpreendeu também com o conhecimento de um conto que não havia selecionado para minha dissertação de mestrado. Quando encontrei referências sobre o conto “Valério”, a princípio não o localizei em volume, fui diretamente ao *Jornal das Famílias* e o impacto pela força daquele conto, publicado em 1874, me fez incluí-lo neste trabalho, pois era bastante significativo para as discussões que pretendia desenvolver.

À medida que prosseguia com a pesquisa, fui consolidando a impressão que tinha de Machado de Assis como um escritor atemporal, pois seu olhar não apenas descreve a sociedade, expondo tipos sociais estanques: agregados (as), escravizados (as), senhores (as) como que dotados de um maniqueísmo simplista, mas a ação humana, envolta nos costumes desta sociedade, bem como nos sentimentos e interesses individuais, a partir de uma relação complexa entre, de um lado, os costumes e valores de sua sociedade e, de outro, o indivíduo, na qual os primeiros regem a exterioridade, mas também geram incertezas no interior de cada personagem. Segundo Antonio Candido (1995, p. 26), na obra machadiana sobressai a “despreocupação com as modas dominantes e o aparente arcaísmo da técnica”, ou seja, não visa representar a realidade de forma objetiva ou reproduzi-la como preconizava o realismo de Flaubert ou o naturalismo de Zola. Sua técnica se apresenta na escrita elíptica e fragmentária, voltada para o estilo de autores como Sterne e Voltaire em pleno século XIX, mas com “seu modo próprio de deixar as coisas meio no ar, inclusive criando certas perplexidades não resolvidas”, tornando-o moderno a seu modo e, por isso mesmo, instigante até hoje.

“Curiosamente, este arcaísmo parece bruscamente moderno, depois das tendências de vanguarda do nosso século, que também procuram sugerir o todo pelo fragmento, a estrutura pela elipse, a emoção pela ironia e a grandeza pela banalidade. Muitos dos seus contos e alguns dos seus romances parecem abertos, sem conclusão necessária, ou permitindo uma dupla leitura, como ocorre entre os nossos contemporâneos”. (CANDIDO, 1995, p. 26).

Foi esta forma de escrita – que apresenta sutilmente, por trás de uma aparente neutralidade, os conflitos objetivos e subjetivos de homens e mulheres envolvidos nos costumes e valores sociais – o que me levou a tentar analisar seus contos como formas de se perceber a violência presente na sociedade brasileira oitocentista, não só porque em contos anteriores à *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) ele já mostrava sua ironia requintada e maestria narrativa, mas também pelo interesse que sua leitura desperta até hoje, haja vista a atualidade de muitas de suas narrativas.

Muito brevemente, foram esses caminhos que me levaram à pesquisa e conseqüentemente ao trabalho que apresento aqui como resultado. Espero conseguir demonstrar satisfatoriamente como, também em seus contos, Machado de Assis é um escritor crítico e como sua obra apresenta aspectos de complexidade que não desmerecem muitos dos contos publicados antes da guinada, e por isso mesmo, talvez, devêssemos pensar a trajetória de Machado como fruto do crescimento natural de um grande escritor, com idas e vindas, mais do que uma simples cisão a partir de determinada obra. Sendo assim, começarei definindo este trabalho em linhas gerais.

Intentarei ao longo do texto analisar os contos de Machado de Assis procurando entender de que forma certos aspectos da violência, inerentes à estrutura social brasileira do século XIX, influenciam as ações, relações e instituições sociais a partir de três pilares: a escravidão, o patriarcalismo e a ciência, muito embora este último aspecto derive de um contexto mais amplo, através da adoção do ideário científico europeu, incorporado por nossas elites, e que, no limite, permeia o imaginário social² do final do século XIX como um todo.

Os onze contos escolhidos e que abordam os aspectos apontados anteriormente são: “Virginius” (1864), “Mariana” (1871), “O relógio de ouro” (1873), “Valério” (1875) “Folha rota” (1878), “Verba testamentária” (1882), “Conto alexandrino” (1883), “A causa secreta” (1885), “O caso da vara” (1891), “O enfermeiro” (1896) e “Pai contra mãe” (1906), o que não impedirá a alusão a diferentes contos do escritor que tratem de outros temas, mas que também sejam relevantes para a compreensão da sociedade da época³.

Quando discuto a idéia de violência, proponho utilizar o conceito de “violência simbólica”, de Pierre Bourdieu (1999), uma vez que se refere ao modo como as relações de poder são incorporadas pelos indivíduos, sendo aceitas e legitimadas por dominantes e dominados.

“[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. (BOURDIEU, 1999, p.7-8).

Além disso, por ser simbólica, não exclui a dimensão física, mas envolve também formas em que a violência aparece escamoteada em relações aparentemente normais.

Há inúmeros estudos sobre a obra machadiana por um viés sociológico. Dentre eles, não podemos ignorar os desenvolvidos por Roberto Schwarz (1977, 1990); John Gledson (1986, 2006); Raymundo Faoro (1974); Sidney Chalhoub (2003); entre outros. Conquanto os estudos precedentes tenham trazido à tona pontos essenciais da crítica machadiana à ordem política e social do país, em geral privilegiaram os romances do escritor dividindo-os em dois grupos: antes e após *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Somente a partir desta obra, Machado de Assis teria sido capaz de realizar uma crítica mais incisiva sobre sua sociedade e de forma mais apurada, esteticamente falando. Todavia, constatei que os contos, ainda que em maior número em relação aos romances, foram pouco abordados, mas nem por isso são de menor importância na obra machadiana⁴, visto que levantam temas fundamentais da sociedade brasileira, apenas esboçados em seus romances. Destarte, a análise sobre os contos pode contribuir não só para uma melhor compreensão do contexto histórico e social brasileiro

tratado pelo autor, como também da própria obra. Tenciono assinalar a importância dos contos machadianos para essa análise, não só pela falta de estudos sobre a atividade de Machado de Assis contista, mas também pela qualidade e crítica contidas nos seus contos, e que não vêm sendo abordados com a mesma atenção dada aos romances.

Por outro lado, mesmo contando com poucos trabalhos de análise, estudiosos de Machado de Assis reconhecem a importância dos contos⁵ em sua obra. Segundo Lúcia Miguel Pereira (1949), o conto tem a qualidade de garantir à trama uma maior coesão e resistência. E ainda que Machado de Assis tenha demorado a se consolidar como contista, pois, na sua opinião, até *Papéis Avulsos*, de 1882, “ainda é fraco e indeciso”, depois disso torna-se mestre.

“Se Machado fosse pintor, certamente os seus estudos valeriam mais do que as grandes telas. Para o romancista, os contos equivalem a *estudos*. Assim encaradas, as histórias de Machado de Assis ganham significação que as liga entre si. Foram, na sua melhor parte, *estudos sobre alguns temas*”. (PEREIRA, 1949, p. 168, grifo nosso).

Com base nessa perspectiva, o presente trabalho se atém a alguns “estudos” do escritor, cujo tema central é a violência. Além disso, para John Gledson (2006, p. 59), nos contos Machado de Assis lida com pessoas e grupos sociais mais amplos, principalmente aqueles marginalizados – “crianças, escravos, agregados e moradores pobres das cidades” – que não teriam o tratamento merecido nos romances. Assim, ainda que figurem nos romances, sua participação nos contos é destacada, sendo que a presença das mulheres é ainda mais relevante. Deste modo, a partir desse enfoque diferenciado, a análise de elementos da violência, não tão perceptíveis nos romances, mas que se tornam explícitos nos contos, evidencia sua importância. Não à toa sete dos onze contos selecionados têm mulheres como elementos fundamentais ao desenvolvimento da trama.

Iniciarei pela análise dos contos propriamente ditos, dividindo-os por pontos centrais: escravidão, patriarcalismo e ciência, nos quais se procura ressaltar a violência da estrutura social. O primeiro enfoque parte da interpretação dos contos “Virginius”, “O caso da vara”, “Mariana” e “Pai contra mãe” que abordam a escravidão e o que ela imprimiu às relações sociais. Pretendendo perceber a violência física que tal sistema impunha, mas também, não menos importante, como esta aparece escamoteada em meio a relações paternalistas ou de necessidade extrema.

Em seguida, abordarei o patriarcalismo em processo de mudanças, tendo em vista as alterações pelas quais passava a sociedade brasileira durante o século XIX. O primeiro conto a ser analisado é “Relógio de ouro” e apresenta situações de violência simbólica, por meio da representação da relação de desconfiança entre marido e mulher. “Folha rota”, o segundo

conto escolhido, representa a situação de mulheres livres e pobres lutando pela sobrevivência, não só no casamento, mas também no trabalho feminino ainda mal visto e mal remunerado. No conto “O enfermeiro”, aparece o típico patriarcalismo rural estilizado pelo escritor por meio da ironia, mostrando o coronelismo e os abusos do patriarca. Por fim, a análise tratará do conto “Valério”, no qual são perceptíveis elementos de crítica à relação de favor, com sua dose de violência simbólica expressa nas situações de submissão e humilhação de um homem livre e pobre.

Finalmente, analisarei a visão de ciência que Machado de Assis apresenta em alguns de seus melhores contos. Discutirei os contos: “Verba testamentária”, “Conto alexandrino” e “A causa secreta” nos quais é possível observar, além da crítica lapidar à pretensa neutralidade da ciência, como esta é praticada de modo a naturalizar e manter uma estrutura social violenta. Desta forma, a violência inerente à estrutura social reflete-se no modo como a ciência é aplicada e praticada pelos “homens de ciência”, como aparece em “Conto alexandrino” e “A causa secreta”; ou como a violência social é naturalizada no âmbito de um comportamento individual, tal qual em “Verba testamentária”.

2 A ESCRAVIDÃO

*Olha aqui, meu senhor:
 Eu me lembro da senzala
 e tu te lembras da casa-grande
 e vamos juntos escrever sinceramente outra história
 Digo, repito e não minto:
 Vamos passar essa verdade a limpo
 porque não é dançando samba
 que eu te redimo ou te acredito:
 Vê se te afasta, não invista, não insista!
 Meu nojo!
 Meu engodo cultural!
 Minha lavagem de lata!
 Porque deixar de ser racista meu amor,
 não é comer uma mulata!*
 Elisa Lucinda (2003, p. 185).

Emília Viotti da Costa (1999) aponta em Machado de Assis a ambigüidade dos homens negros que ascendiam socialmente, como “obrigados” a se “tornarem” brancos, partilhando dos mesmos valores e preconceitos raciais da elite, esquivando-se da sua negritude. Desta forma, sua resignação se transporia inclusive para seus romances, uma vez que neles “trabalhava com tragédias pessoais de indivíduos brancos e raras vezes, e apenas marginalmente, referiu-se a escravos ou a negros. Jamais enfrentou o problema da ‘negritude’.” (COSTA, E., 1999, p. 377). Esse tipo de visão tem sido questionado por inúmeros estudiosos de Machado de Assis, pois a partir da análise de sua obra é possível perceber a parcialidade de tal perspectiva.

A ironia machadiana esconde sua crítica severa à escravidão mesmo quando parece trabalhá-la marginalmente. Roberto Schwarz (1990, p. 106) analisa a passagem de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), em que Brás reencontra Prudêncio, seu “companheiro de folguedos”, descontando as pancadas recebidas em um escravo que comprara depois de liberto. De acordo com o autor, através da análise da obra de Machado de Assis percebe-se que o “escravismo é determinante”, ainda que apareçam poucas figuras de escravos. Sendo assim, “Umás poucas anedotas esparsas bastam para fixar as perspectivas essenciais. A parcimônia nas alusões, calculada para repercutir, é enfática à sua maneira: um recurso caro ao humorismo machadiano, mais amigo da insinuação venenosa que da denúncia”.

Nesse sentido, a ironia machadiana não é passível de ser interpretada de forma inequívoca, pois sua crítica à realidade social nem sempre é assim compreendida pela recepção de sua obra. Segundo Linda Hutcheon (2000), a ironia não pode ser pensada apenas como uma figura de retórica, pois ela envolve também o que define por “cena” da ironia, ou seja, o contexto histórico e social do qual a ironia surge e não pode ser isolada. Sendo assim, a compreensão da ironia depende de uma visão mais ampla do contexto em que foi produzida e do de sua recepção. A autora também chama a atenção para as “comunidades discursivas”, retirando, assim, o peso da eficácia da ironia da intenção do ironista para a apreensão dela por seus interpretadores, pois embora a intenção seja fundamental e inerente ao trabalho do ironista, ela também está no do interpretador. Por abranger um “processo moldado culturalmente”, a ironia não existe fora de um contexto específico e sua compreensão não cria “comunidades discursivas” como um grupo de eleitos capazes de compreendê-la, mas são exatamente essas comunidades que tornam a ironia possível. “Ela pode, por conseguinte, ser menos um caso de ‘competência’ interpretativa do que suposições compartilhadas em muitos níveis diferentes”. (HUTCHEON, 2000, p. 142). Assim, ao se atribuir um papel central aos interpretadores da ironia, a autora reitera que a intenção do ironista, por si só, não faz a ironia existir isoladamente de seu contexto social mais amplo, bem como de sua recepção.

Portanto, o uso singular que Machado faz da ironia permite uma gama maior de interpretações, que, negando ou corroborando sua visão crítica, nos apontam para a importância do contexto social em que a obra foi produzida, bem como da atuação dos interpretadores, para a compreensão da própria ironia. Em crônica de 19 de maio de 1888, o escritor parodia a pretensa bondade dos senhores que libertam seus escravos às vésperas da abolição com o intuito único de “nomeada”. Pancrácio é o escravo que, depois de libertado, continua trabalhando para o mesmo senhor, recebendo dele um ínfimo salário e algumas pancadas também.

“Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 490).

John Gledson (1986, p. 124) analisa a crítica machadiana nessa crônica percebendo sua visão mais cética sobre os efeitos da abolição. “A abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro”. Essa crônica também foi comentada por Sidney Chalhoub (1990, p. 97-

102), mas seu argumento se constrói diferentemente do de Gledson, pois, segundo Chalhoub, a crônica permite outro tipo de leitura que não vê a abolição apenas como continuação de um processo de dominação. Para o autor, a alforria de Pancrácio encobre elementos de “rupturas efetivas”. A partir da descrição do tamanho de Pancrácio e de sua idade, procura assinalar que, nas entrelinhas, Machado de Assis ironizava também esse domínio que o narrador faz parecer ter, mas que está se perdendo desde o início do processo de emancipação dos escravos com a Lei do Ventre Livre (1871), abordando assim, tanto a “falência de uma certa política de domínio” como a participação dos negros no processo de libertação.

“[...] Machado nota mudanças significativas a partir do início da década de 1870, e inclui entre as linhas de força do processo as transformações nas atitudes dos próprios negros, ou pelo menos a percepção por parte dos senhores de que algo estava mudando entre os escravos. Pancrácio, ‘tu cresceste imensamente’.” (CHALHOUB, 1990, p. 101).

Esse argumento de Sidney Chalhoub (1990) rendeu uma réplica de John Gledson (2006), que não vê em Pancrácio nada que possa significar sinal de independência, mesmo reconhecendo elementos que causam certa pressão no diálogo entre Pancrácio e seu senhor sobre o tamanho do ex-escravo. Entretanto, tal poder permanece em potencial e não efetivamente (GLEDSON, 2006, p. 158-162). Portanto, após a leitura da crônica e da opinião dos autores, o que sobressai é a postura de Machado de Assis que, seja cética diante dos acontecimentos históricos e das relações sociais desenvolvidas em meio à escravidão ou aponte para as “rupturas efetivas” desencadeadas pelo processo, evidencia a sua visão crítica sobre a escravidão e os efeitos que ela nos legou, pondo em xeque a visão do suposto alheamento do escritor⁶.

Em sua obra sobre Machado de Assis, Sidney Chalhoub (2003, p. 139-291) aponta o posicionamento crítico do escritor em relação ao problema da escravidão, analisando não só a obra⁷ de Machado, mas sua atuação direta como funcionário público para o cumprimento da lei de 28 de setembro de 1871. O autor descreve todo o processo de avivamento da luta pela emancipação dos escravos que culminou com a Lei do Ventre Livre, mostrando os debates que se deram entre 1867 e 1868 em torno da primeira proposta elaborada por Pimenta Bueno, em 1866, até sua aprovação em 1871. Esse processo é importante por significar a relativa perda de domínio da classe senhorial para o poder público. Um dos temas mais discutidos era a questão da indenização sobre os filhos das escravas. Ao defini-los como livres e não libertos, o Estado tirava do senhor a “força simbólica de seu domínio”, uma vez que a liberdade era tida como um direito dos filhos nascidos de mãe escrava e não resultado do arbítrio dos senhores particulares, contestando a “inviolabilidade da vontade senhorial”. Mas a

derrota se estendia também ao direito de pecúlio e à alforria forçada, que concediam ao escravo o direito de possuir pecúlio para compra da alforria que, caso não fosse aceita pelo senhor, seria imposta por autoridade pública; como também a criação de um fundo para compra de alforrias por parte do Estado. Nesse contexto de derrocada da elite escravocrata, Machado de Assis se envolve de forma direta nos efeitos da promulgação da lei. Segundo o autor, Machado de Assis fora nomeado primeiro oficial do Ministério da Agricultura em 31 de dezembro de 1873, promovido a chefe da segunda seção da Diretoria de Agricultura em 07 de dezembro de 1876 e a diretor no final da década de 80.

Com o início da vigência da lei, cabia ao poder público fazê-la cumprir, sendo necessário matricular todos os escravos do Império. Aqueles não matriculados até o dia 30 de setembro de 1873 seriam considerados livres, restando aos senhores entrarem com processo contra os libertos a fim de escravizá-los novamente após este prazo. Nesse sentido, as dificuldades práticas foram muitas, uma vez que, em certos municípios, seja por má vontade dos responsáveis ou por lentidão do Estado, houve um prazo menor ou sequer foi aberto o período para matrícula. Machado de Assis se colocou integralmente pela aplicação da lei e, em pareceres do departamento, nota-se sua dedicação para garantir a liberdade dos escravos, aplicando integralmente os dispositivos da lei, independentemente das desilusões que tivera ao defender sua aplicação. “O caso mais significativo, pois parecia assinalar a disposição do governo em ampliar as possibilidades de recurso ao Judiciário para garantir a liberdade de escravos, contou com participação decisiva de Machado de Assis.” (CHALHOUB, 2003, p. 216). Segundo o autor, a experiência histórica dos anos 1870, de decadência do poder senhorial, e a própria experiência de Machado como funcionário público, influenciariam até sua escrita, gerando a guinada situada entre *Iaiá Garcia* (1878) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881).

Eduardo de Assis Duarte (2007a) faz um balanço da literatura brasileira apontando o silêncio em relação a uma escrita afro-descendente. Ressaltando a posição de Machado de Assis no que se refere a sua descendência negra, situa-o entre os escritores cuja condição de afro-descendente está presente em suas obras. Sem abandonar seu projeto literário, criticou a escravidão, principalmente ao não aderir ao discurso racista do século XIX (diferentemente de inúmeros abolicionistas), mas também ao satirizar senhores escravocratas em seus romances e crônicas.

Deste modo, levando-se em conta a análise de Sidney Chalhoub (2003) sobre os efeitos de sua experiência não só em relação ao momento histórico mais amplo de luta pela abolição, mas, sobretudo, sua experiência pessoal como funcionário público, envolvido

diretamente com a aplicação da lei de 28 de setembro, não é possível negligenciar a influência de sua experiência como homem negro em uma sociedade marcada tanto pela dominação de classe quanto de raça no modo como o escritor estilizou a realidade social em que vivia.

José Miguel Wisnik (2004) analisa a questão da originalidade e da cópia na arte em um conto de Machado de Assis, no qual a questão coloca-se para o músico, personagem dessa história. Em “O homem célebre”, a inquietação da personagem central, Pestana, se dá em relação ao erudito e o popular, a partir de uma tensão que se mantém por ele almejar ser como os mestres “universais” Bach, Mozart, mas que acaba sempre compondo mais uma polca “buliçosa” e cada vez mais “amaxixada”, ou seja, brasileira no sentido em que mistura dança de salão com música de escravos. Assim, o autor segue sua análise mostrando que, para além da questão da música nos fins do XIX e sua relação entre o local e o europeu, Machado tratou de uma questão que a crítica costuma negar ao escritor, sua condição de mestiço. Embora, em alguns momentos, o autor pareça essencializar essa condição ao lidar com a idéia de paternidade biológica, o texto nos chama a atenção para o modo como Machado de Assis lidava com as influências que recebia e que via de modo crítico na sociedade brasileira. Não obstante a temática tratada seja a música, não há como ignorar sua própria literatura na qual se revela não só um olhar irônico sobre costumes, sentimentos e situações de uma dada realidade como resultado de sua leitura de ironistas e escritores europeus, mas, particularmente, de sua experiência como mestiço dentro dessa realidade social.

“Esse lugar sem lugar, que é também, afinal, aquele de onde surgem as polcas de Pestana, ao piano, toma parte, portanto, nessa poderosa formulação antiapologética que é a obra de Machado de Assis, e que não deixa de ser também expressão, em sua potência, do mundo social brasileiro, aquele mesmo que sua visão corrói criticamente”. (WISNIK, 2004, p. 99).

Maria Alice de Carvalho (1998), em seu trabalho sobre a trajetória política de André Rebouças, dialogando com as trajetórias de Joaquim Nabuco e Visconde de Taunay, discute as perspectivas desses intelectuais para seu país que, com base em um contexto comum, defendiam caminhos distintos para efetuar a reforma da sociedade em que viviam, sendo que os três intelectuais empenharam sua capacidade intelectual pela abolição em textos de jornais, discursos, etc. No caso específico de André Rebouças, engenheiro negro e importante ator político na luta abolicionista, que via a modernização através da “democracia libertária dos interesses”, sua própria biografia é um relato dos diversos embates desse ideal filosófico com a realidade conservadora e particularista brasileira. A autora depreende dos textos de André Rebouças a frustração por ver sua iniciativa sempre barrada pela burocracia estatal, por

interesses privatistas que o impediam de dar continuidade a seus projetos (CARVALHO, 1998, p. 111-121). Entretanto, não aprofunda a questão de sua origem étnico-racial, que até por ele mesmo é pouco abordada, como um ponto relevante para sua situação de isolamento político e pessoal – sobretudo, após o fim do Império e a decepção com os resultados da luta política que empreendera em prol da abolição – que, no limite, leva-o ao suicídio⁸.

Machado de Assis, como André Rebouças, era um intelectual estabelecido, reconhecido por seus pares. Todavia, convivia com a marca de sua origem social e racial⁹, tendo o agravante de não ser oriundo de uma família abastada. Embora seja possível reconhecer o peso das relações sociais que, de certa forma, impunham a negação da própria identidade étnico-racial em prol da ascensão social, uma vez que os homens negros e mestiços ascendiam com a condição de se “tornarem” brancos, partilhando dos mesmos valores e preconceitos raciais da elite, como afirma Emilia Viotti da Costa (1999), entende-se que a “inclusão” não se dá de forma inequívoca¹⁰, muito menos indolor¹¹ para os que se vêem envolvidos nessa relação. No caso de Machado de Assis, sua experiência pessoal e social não o levou a negar o “problema da ‘negritude’”. Sua forma de atuação foi específica, pois, através de sua obra literária eminentemente irônica e de seu trabalho como funcionário público silencioso e discreto, posicionou-se contra a escravidão e seus efeitos, criticando de forma velada, de modo que a própria elite o pudesse ler, as situações de violência e humilhação que a escravidão gerava.

A intenção em apresentar as considerações acima foi apontar para a importância do tema em Machado de Assis, o que espero evidenciar nas análises de quatro contos do escritor que têm como mote a escravidão. Nesse sentido, os contos escolhidos trazem situações de violência física e simbólica, pois mesmo a violência física, existente na relação entre senhor e escravo, é, sobretudo, simbólica, pois não se trata de uma falsa consciência. A violência simbólica está na forma das pessoas se verem e verem o mundo, uma vez que afeta a todos – dominantes e dominados – permeando as relações sociais dentro de uma sociedade escravocrata, os quais transcendem o par senhor/escravo moldando o imaginário social como um todo. “Virginius” (1864), “Mariana” (1871), “O caso da vara” (1891) e “Pai contra mãe” (1906) são os contos selecionados. Seguirei a ordem cronológica com base na data em que foram publicados pela primeira vez em folhetim¹².

2.1 Virginius e a tragédia brasileira

“Virginius” é o segundo conto publicado por Machado de Assis no *Jornal das Famílias*. Mesmo iniciante, o escritor arrisca abordar um assunto polêmico e sobre o qual foi acusado de omissão. A escravidão não aparece neste texto como acessório ou envolvida em tragédias da elite. A tragédia é vivida pelos próprios dependentes, e intrinsecamente ligada à instituição da escravidão.

A narrativa é feita por um narrador-personagem, um rapaz contratado como advogado, e que nos transmite as situações vividas pelas personagens envolvidas no crime em questão. Esse “narrador testemunha” sequer é nomeado e tem pouca participação no enredo em si. Ainda assim, não só sua visão da cena prevalece, pois há momentos em que outras personagens descrevem os acontecimentos, o que permite aproximar sua voz à de um “narrador onisciente neutro”, e, portanto, mais ligada à do próprio autor¹³.

O enredo começa em junho da década de 1850, uma vez que o narrador não precisa exatamente o ano – “Não me correu tranqüilo o S. João de 185...” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 737) – nem o local, posto que se refira apenas a uma vila, mas percebe-se claramente que se passa na zona rural, no contexto de uma fazenda e de seus habitantes: senhor, escravizados, dependentes, capangas, padre, etc.

A trama se desenvolve a partir de um bilhete que o advogado recebe para ir até a vila defender um homem, de nome Julião. Chegando lá, ele se dirige à casa de um amigo residente na vila, e que lhe dá as primeiras informações sobre o caso. Pio, ou “*Pai de Todos*” como o amigo e os moradores da vila o conhecem, foi quem o contratara, sendo um rico fazendeiro conhecido por sua bondade e justiça. Já o réu em questão é Julião, um homem livre pobre que, após a morte da esposa, ficara sob a proteção de Pio. Julião é pai de Elisa, a “mulatinha mais formosa” da região. Pio também tem um filho, Carlos que, passada a infância e já conhecedor da “condição da vida social”, é o oposto do pai. Carlos e Elisa foram amigos quando pequenos, mas depois de adultos as distâncias sociais estão bem definidas. Elisa é a filha do agregado e Carlos um rapaz aficionado por caça, que se julga no direito de “caçar” Elisa também. Em uma cena de violência brutal, Carlos invade a casa de Julião para estuprá-la. Quando o pai chega, parte em defesa da filha, mas é amarrado, pelos capangas de Carlos, ao lado dela. Após consultá-la se tomaria sua desonra como a maior desgraça e recebendo a resposta afirmativa, decide matá-la. Basicamente, é esse o enredo. O advogado foi contratado pelo próprio pai do rapaz. Depois de julgado, Julião é condenado a dez anos de prisão e

Carlos enviado pelo pai à guerra como soldado. O conto termina com a comunhão da tristeza dos dois pais.

Esse conto, publicado entre julho e agosto de 1864, pelo próprio título não deve ter surpreendido os/as leitores(as) que conhecessem de antemão a tragédia de Virginius, ocorrida na sociedade romana, à qual o narrador se reporta no final do segundo capítulo, explicando-a rapidamente. “Todos conhecem a lúgubre tragédia de Virginius. Tito Lívio, Diodoro de Sicília e outros antigos falam dela circunstanciadamente.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 745). O Virginius histórico prefere matar a filha Virginia a vê-la escravizada por Ápio Cláudio. Já o nosso Virginius – Julião – opta por matar a sua filha Elisa para não vê-la violada pelo filho de seu senhor. O tema é forte e, apesar da escrita ser “um tanto pesada”, pois há uma descrição excessiva dos caracteres das personagens, tirando do/a leitor(a) a responsabilidade de ler nas entrelinhas, e da quase ausência de ironia, o traço estilístico mais marcante de Machado de Assis, a escravidão e seus efeitos são criticados pelo jovem escritor. E note-se que, esse conto é resultado de uma de suas primeiras contribuições para uma revista voltada principalmente para o público feminino, mas não por isso menos digno de importância para Machado de Assis¹⁴.

O narrador alude ao caso que acaba de aceitar como um romance, dado o caráter misterioso do bilhete anônimo. E só na vila o advogado tem as primeiras explicações sobre o caso. Através da descrição feita por seu amigo, ele começa a conhecer o referido “romance” a partir do caráter de Pio, ao mesmo tempo “juiz” e “homem caridoso”.

“Pio é, por assim dizer, a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa. Só as grandes causas vão ter às autoridades judiciárias, policiais ou municipais; mas tudo o que não sai de certa ordem é decidido na fazenda de Pio, cuja sentença todos acatam e cumprem. [...] A fazenda de Pio é o asilo dos órfãos e dos pobres. Ali se encontra o que é necessário à vida: leite e instrução às crianças, pão e sossego aos adultos”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 738).

Esse é o modo como o fazendeiro é conhecido por todos na região, formada por gente “pobre ou remediada”. A primeira parte da descrição, inclusive o louvor dado ao fazendeiro, é reflexo da realidade social brasileira. Nos confins do interior, sem acesso à ordem pública do Estado e seu aparato, o “coronel” reina sobre um séqüito de dependentes e escravizados de maneira quase soberana. Sua “decisão divina” é resultado desse domínio e da ausência de um poder público forte e atuante. De posse da terra, ele tem sob seu controle a vida desses homens e mulheres¹⁵.

É necessário ressaltar que a descrição não parece de modo algum carregada de ironia, que é o modo empregado por Machado de Assis para criticar as relações sociais do Segundo

Reinado. Contudo, as inúmeras alusões que o advogado faz ao fato, como se estivesse entrando num romance¹⁶, faz-nos questionar a possibilidade de características tão louváveis em um senhor de terras e de pessoas escravizadas. No entanto, é importante ressaltar que é a própria estrutura social e a organização política brasileira que lhe conferem o poder de vida e de morte. Assim, a bondade de Pio, mais do que uma idiossincrasia, é um atributo de sua posição social, que lhe confere o poder de usá-la a seu favor.

No que se refere ao tratamento dado aos escravos, estamos no terreno do “mito da democracia racial”¹⁷ e do tratamento mais humanizado da escravidão brasileira, uma vez que, na descrição do amigo, os escravos têm Pio como um verdadeiro “Deus”, pois “nunca houve mais brando e cordial tratamento a homens escravizados”. Além disso, na fazenda é utilizado um instrumento moderno de incentivo ao trabalho: a competição entre os próprios trabalhadores. Por intermédio de “uma espécie de concurso”, Pio elege os “empregados” do ano, premiando-os com a liberdade. E mais, que para estes pouco importa serem livres ou escravos. A exploração do trabalho é escamoteada por meio da idéia de mérito, tal qual ocorre nos diversos planos de incentivo desde o fordismo, mas aqui a idéia torna-se mais hedionda por referir-se à situação de pessoas em cativeiro¹⁸.

No seu último romance, *Memorial de Aires* (1908), Machado de Assis retoma o nome Pio, agora para designar a fazenda do Barão de Santa Pia. O sentido da palavra *pio*¹⁹ refere-se à bondade e justiça, mas por trás destas qualidades presentes em senhores como Pio e Barão de Santa Pia está a crença no poder senhorial que arroga a si o direito de ser “Deus” para o bem e para o mal. Não por acaso, a escolha dos nomes por sua semelhança, aponta para uma crítica sutil do autor que, se não parece perfeitamente dada na narrativa de 1864, já no fim de sua carreira é evidente, permitindo uma leitura mais reticente do conto, no que se refere às qualidades referendadas na figura de “*Pai de Todos*”.

O Barão de Santa Pia, às vésperas da abolição (10 de abril de 1888), decide alforriar todos os seus escravos, com o propósito exclusivo de expressar sua revolta contra a intervenção do governo imperial. “- Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso.” Em seguida, o irmão do fazendeiro explica seu ato ao Conselheiro Aires:

“O ato que ele resolveu fazer exprime apenas a sinceridade das suas convicções e o seu gênio violento. Ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei”. (ASSIS, 1988, p. 44).

Fato que realmente se deu pouco mais de um ano depois com a proclamação da República. Com as alforrias na mão, o Barão de Santa Pia sentencia: “- Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, - pelo gosto de morrer onde nasceram”. É esse domínio secular que marca a nossa história e nosso imaginário social. O Conselheiro Aires, no dia da abolição, escreve em seu diário “Ainda bem que acabámos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia.” (ASSIS, 1988, p. 45, 48).

Após os primeiros contatos com a atmosfera do local, o advogado se encontra com o réu e tem deste o conhecimento de toda a história. É interessante ressaltar a descrição que o advogado faz de Julião como sendo um “homem trigueiro”, “débil de forças físicas”, mas também dotado de “muita energia moral”. Julião é o retrato do típico agregado que, embora livre, recorre à proteção de um grande fazendeiro, que lhe dê “sustento e trabalho”, e em retribuição lhe dá “respeito e adoração”. Esse tipo social é fruto da ordem escravocrata, como afirma Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983), posto que o trabalho é exercido pelos escravos e a posse de terras está concentrada nas mãos dos fazendeiros, colocando os agregados e dependentes à mercê desta ordem social e sob o domínio destes senhores, de modo distinto dos escravos, mas também dependente. Depois de certo tempo, Pio cede a Julião um sítio nas proximidades da fazenda. Mesmo trabalhando por conta própria, ele sente ainda o peso da dependência, e se vê aterrorizado ante a possibilidade de deixar a filha também sujeita à caridade de Pio.

Quando Carlos, o filho do fazendeiro, volta com sua carta de bacharel, a amizade infantil que tinha por Elisa estava separada por um “abismo social”, que o narrador apenas assinala como a posição adotada por Carlos desde o início. Quando da sua chegada, toda a gente humilde, inclusive Julião, partilha da felicidade do fazendeiro pelo retorno do filho. Essa aparente comunhão escamoteia a verdadeira relação de dominação existente, uma vez que a figura de Carlos carrega em si a dominação aberta, e a de Pio encobre o domínio real por trás de uma pretensa igualdade. Portanto, “[...] o tratamento ‘igualitário’ entre superiores e inferiores, na sociedade aqui considerada, fez parte de um forte sistema de dominação, encobrindo as distâncias sociais efetivamente existentes.” (FRANCO, 1983, p. 70).

A diferença entre os modos de dominação fica mais clara, quando o narrador chama a atenção para o *hobby* de Carlos: a caça. Sua dedicação dirigia-se toda a essa atividade,

buscando animais no mato com o intuito apenas de matá-los. Até que ele decide caçar a ex-amiga de infância. Elisa conta entre lágrimas as intenções do rapaz a seu pai.

“- Meu pai, o que eu tenho é simples. O Sr. Carlos, em quem comecei a notar mais amizade que ao princípio, declarou-me hoje que gostava de mim, que eu devia ser dele, que só ele me poderia dar tudo quanto eu desejasse, e muitas outras cousas que eu nem pude ouvir, tal foi o espanto com que ouvi as suas primeiras palavras. Declarei-lhe que não pensasse cousas tais. Insistiu; repeli-o... Então, tomando um ar carrancudo, saiu, dizendo-me:

- Hás de ser minha!”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 741-742).

É interessante ressaltar que, em nenhum momento, Elisa é descrita por suas qualidades físicas, a não ser pelo próprio pai quando a define como a “mulatinha mais formosa”. Todavia, a sensualidade exacerbada atribuída à mulata²⁰ não a define, e o desejo de posse e subjugação é efeito unicamente da posição social de Carlos, uma vez que é a relação de dependência gerada pela escravidão que Machado de Assis critica com essa situação. Elisa sofre com as relações de dominação legadas pela escravidão, principalmente por causa de sua origem, imprimindo em sua pele o estigma social²¹, que a desvaloriza e submete aos desmandos dos senhores moldados por esta ordem patriarcal e escravocrata.

E as angústias e inquietações de Julião ao saber do fato são emblemáticas nesse sentido:

“Não lhe restava dúvida acerca dos maus intentos de Carlos. Mas como de um tão bom pai pudera sair tão mau filho? perguntava ele. E esse próprio filho não era bom antes de ir para fora? Como exprobrar-lhe a sua má ação? E poderia fazê-lo? Como evitar a ameaça? Fugir do lugar em que morava o pai não era *mostrar-se ingrato*? Todas estas reflexões passaram pelo espírito de Julião. *Via o abismo* a cuja borda estava, e não sabia como escapar-lhe”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 742, grifo nosso).

Pensa nos riscos que sua filha corre, mas também se concentra na sua relação com o próprio Pio. Fugir seria sinônimo de ingratidão, e apenas quando a relação de dominação se mostra aberta através de Carlos é que Julião toma “consciência” do abismo social que os separa. “A submissão a esse poder molda a consciência para uma percepção muito parcelada da realidade social e só permite que ela seja apreendida com significados sempre redutíveis aos atributos de um sujeito dado.” (FRANCO, 1983, p. 83).

Quando decide tomar uma posição, o que se esperaria de Julião enquanto pai seria uma defesa exasperada da honra de sua filha, mas o que temos é o agregado pedindo ao rapaz que se afaste da filha, mas sem romper com o elo de dependência estabelecido na relação com o pai dele.

“- Sr. Carlos, venho pedir-lhe uma cousa, por alma de sua mãe!... Deixe minha filha sossegada.

- Mas que lhe fiz eu? titubeou Carlos.

-Oh! não negue, porque eu sei.

- Sabe o quê?

- Sei da sua conversa de hoje. Mas o que passou, passou. Fico sendo seu amigo, mais ainda, se me não perseguir a pobre filha que Deus me deu... Promete?

Carlos esteve calado alguns instantes. Depois:

- Basta, disse; confesso-te, Julião, que era uma loucura minha de que me arrependo. Vai tranqüilo: respeitarei tua filha como se fosse morta”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 742).

O elo não foi rompido e a cordialidade, essencial a este tipo de relação, está garantida. No entanto, como afirma Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983), na relação entre dominantes e dominados se cruzam dois princípios sociais antagônicos, pois, de um lado há a preponderância de “ligações de interesses” e de outro de “associações morais”. Sendo assim, “Julião, na sua alegria, quase beijou as mãos de Carlos. Correu à casa e referiu a sua filha a conversa que tivera com o filho de *Pai de todos*. Elisa, não só por si como por seu pai, estimou o pacífico desenlace”. Mas apenas quinze dias depois do “pacífico desenlace”, Julião corre para casa ao ouvir os “gritos sufocados” de sua filha e, quando entra, “Elisa debatia-se nos braços de Carlos, mas já sem forças nem esperanças de obter misericórdia.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 742, 743). Do conflito da “inocência com a perversidade” estão representados os dois princípios sociais, “A presença desses princípios opostos de organização das relações sociais permitiu que fosse levada ao extremo a assimetria do poder, nada limitando a arbitrariedade do mais forte e reforçando a submissão do mais fraco.” (FRANCO, 1983, p 99).

Julião é preso por um capanga de Carlos, que o narrador define como “indivíduo mal conceituado” e “assalariado nato de todas as violências”. A figura do jagunço como “assalariado” nos mostra como se dá a relação de dominação entre o senhor e seus dependentes, pois, em troca de proteção, os agregados e sitiante devem obediência e respeito e muitos deles tornam-se instrumentos²² da vontade do grande fazendeiro, mesmo de violência e crime, se este assim o quiser.

Carlos sai e deixa pai e filha amarrados sob a vigilância de um de seus capangas. Nesse ínterim, Julião olha a filha e pergunta.

“- Elisa, tens realmente a tua desonra por uma grande desgraça?

- Oh! meu pai! exclamou ela.

- Responde: se te faltasse a pureza que recebeste do céu, considerar-te-ias a mais infeliz de todas as mulheres?

- Sim, sim, meu pai!”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 743).

Com essas respostas Julião ainda lamenta a falta de proteção do “*Pai de todos*”, como se houvesse justiça somente através dele. Como não há, apela para a violência, posto que a honra de sua filha está ameaçada. Observando esse desfecho, nota-se não só a proximidade com a tragédia romana, mas também a força do código de honra do roceiro comum. No entanto, a violência parece evidenciar um choque com a ordem vigente. A opção por ver a filha morta a ser tratada como mero objeto sexual do filho do seu senhor lembra o sentimento de que eram livres e essa liberdade lhes dava ao menos a posse de si mesmos. Julião choca-se com essa ordem social, que nega ao escravizado a liberdade e ao homem livre pobre a autonomia. Envolvido nessa situação, não tem possibilidade de romper com a ordem preexistente, uma vez que não apela para Pio ou foge com Elisa (como chegou a cogitar), ou, até mesmo, mata Carlos em defesa da honra de sua filha. Através do seu ato limite, Julião volta-se contra si mesmo, pois a morte de Elisa representa, inclusive, seu suicídio social.

“No máximo, a negação da ordem social e sua resistência apareciam personificadas nele próprio e em seu opositor circunstancial. [...] A mudança intentada circunscrevia-se à imediatez do momento vivido e se realiza através dos predicados pessoais e da capacidade de organizá-los agressivamente: a coragem e a violência reaparecem, com seu significado pleno, na vida do caipira”. (FRANCO, 1983, p. 106).

Elisa poderia ou não ser violentada, mas a atitude de Julião ressalta o quão difícil é a tomada de consciência por parte do dependente. A dependência objetiva (Julião vive de favor nas terras de Pio) e, principalmente, subjetiva (pelo respeito que Julião concede a esta ordem) impõe fortes limites para a sua ação, pois, a atitude de Carlos causa uma ruptura definitiva com o sentido moral que Julião estabelece na relação com o local em que mora. Aqueles “princípios opostos” (FRANCO, 1983) se chocam, pois o interesse de Carlos de satisfazer seu desejo sexual, visando violentar Elisa, colide com o código moral de Julião (mas não só dele) em que a defesa da honra, sobretudo sexual, é preponderante.

A violência que Machado de Assis expõe neste conto é mais sutil, porque envolve os aspectos mais subjetivos da dominação. O respeito à ordem vigente leva Julião ao ato extremo de matar sua filha, pois, ao defender a honra de Elisa, Julião visa defender também a sua, através da afirmação da virilidade, valor relacional que se exige de um homem “débil de força física”, mas de “muita energia moral”.

“Como a honra – ou a vergonha, seu reverso, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada *diante dos outros* –, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’.” (BOURDIEU, 1999, p.65, grifo do autor).

Portanto, o mundo que Julião respeita, e tem Pio como modelo e senhor, só permaneceria intacto, após a atitude de Carlos, sob pena de perder sua dignidade. Em todos os sentidos, nada mais seria como antes, ou seja, este mundo se destrói de forma paradoxal no seu último ato em defesa da honra. Com isso, a situação de violência gerada é muito mais complexa, uma vez que a dominação impôs, através deste conflito, as relações objetivas e subjetivas de dependência social neste contexto patriarcal e escravocrata.

O advogado, tendo ouvido a narração dos acontecimentos pelo próprio Julião, lembra-se do fato histórico ocorrido em Roma com a tragédia de Virginius e Virginia. Após resumí-la, o narrador conclui:

“Pouco depois caíam os decênviros e restabelecia-se o consulado. No caso de Julião não haviam decênviros para abater nem cônsules para levantar; mas havia a moral ultrajada e a malvadez triunfante. Infelizmente estão ainda longe, esta da geral repulsão, aquela do respeito universal”. (ASSIS, 1997, v. 2, p.745).

O narrador procura chamar atenção, neste trecho, para os efeitos da escravidão. A “malvadez triunfante” contra a qual Julião se coloca é mais que uma idiossincrasia de Carlos e de outros tantos iguais a ele, deve-se antes ao estatuto do escravismo, que gera esse tipo de situação. Se, de um lado, está o mais “brando e cordial” da instituição, do outro está o lado cruel. Entretanto, nos dois sentidos, a escravidão e a situação de dominação que ela transfigura, no plano das relações sociais, entre senhores de terras, escravizados e agregados, sítiantes e dependentes, como Julião, representam o mal “triumfante” que ainda está longe da “geral repulsão”, mas que deve ser extirpado.

Lembremos que Machado de Assis situa o conto nos idos de 1850, década marcada pelas primeiras medidas efetivas rumo ao fim da escravidão. A Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico negreiro²³, fora assinada em 1850, sobretudo por pressão inglesa, sinalizando que a escravidão não seria eterna. Ao lado do controle sobre o trabalho escravo, a elite econômica e política do país detinha também o controle das terras e era este controle que precisava ser mantido e garantido. Assim, não foi por coincidência que se deu a promulgação da Lei de Terras nesse mesmo ano.

Segundo Graziano da Silva (1980), desde 1822 tinha sido abolido o regime de sesmarias, ou seja, o regime de doação de terras por parte da Coroa, e até 1850 não houve

nenhuma legislação específica sobre a questão da terra, sendo comum a posse das terras devolutas e, após algum tempo a legitimação da mesma. Com o desenvolvimento de um novo ciclo, o do café, e ante a possibilidade do fim da escravidão, a Lei de Terras assume o papel de assegurar o domínio dos senhores, já que, antevendo a mudança no regime de trabalho, era imprescindível conservar a terra sob seu controle, impedindo que pequenos produtores, colonos e os próprios ex-escravizados pudessem sobreviver além do seu domínio. Com a transformação da terra em propriedade, cujo preço era relativamente alto, o objetivo foi vedar o acesso à terra por parte destes homens pobres, e assim submetê-los ao poder e controle dos senhores²⁴. Talvez Machado não tivesse consciência de todos esses fatos quando escreveu sua tragédia, mas o momento histórico é expressivo nesse sentido. É o início do processo que levaria à derrocada da escravidão, mas também de maior disposição dos senhores para manter intacta a estrutura hierárquica.

Seria um desfecho extremamente ofensivo à ordem social do país se o autor terminasse seu conto condenando a “malvadez triunfante” representada pela escravidão, ou seja, criticando-a de forma explícita ao associar a tragédia social de Julião e Elisa com a tragédia romana. Contudo, ciente de seu público, Machado de Assis escreve mais três capítulos sobre a bondade daquele “deus da terra” representado na figura de Pio que, para provar sua equidade, enviou o próprio filho para a guerra para se redimir do mal que causara. Narrando em seguida, o epílogo melodramático do julgamento e dos dois pais, que amargam juntos a perda dos dois filhos, restando apenas a lição moral daquele que “atentou contra a honra de uma donzela e contra a felicidade de dois pais.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 748).

Finalmente, é interessante ressaltar o aspecto cíclico deste conto. No início do conto o narrador mostra as circunstâncias que levaram Julião a buscar a ajuda de Pio, “Para lá fora morar Julião com uma filha menor, cuja mãe morrera em consequência dos acontecimentos que levaram Julião a recorrer à proteção do fazendeiro”. Ao final, Pio retirou Julião do sítio que lhe havia dado, no qual sonhava trabalhar para assegurar o futuro da filha, “Morrer sem deixá-la amparada era o sombrio receio que o perseguia”. Agora, com a morte da filha, “Pio não quis que ele voltasse ao lugar em que se dera a catástrofe, e fá-lo residir ao pé de si.” (ASSIS, 1997, v. 2, p.740, 747). A solidariedade e “amizade” de Pio acabam por naturalizar a situação de violência. Sua vontade é representativa de uma situação de dependência social objetiva que se mostrou interiorizada nas ações de Julião, através do desfecho trágico. Assim, as duas mortes que levaram Julião a depender de Pio mostram que todo o esforço de Julião para mudar sua vida acabou por não alterar nada. A tragédia representada no conto mostra a violência, a dominação e a perda de autonomia, termos recorrentes na bibliografia sobre as

relações sociais no contexto da escravidão brasileira, como representativas de uma situação que está fora do controle humano, não por serem resultantes de uma ordem natural ou divina, mas por resultarem da força com que são estruturadas as relações de poder dentro dessa ordem.

2.2 Mariana e os impasses da ordem patriarcal

Passemos à análise do conto “Mariana” (1871), uma vez que, nele, Machado de Assis expõe a violência da estrutura social brasileira quando aparenta narrar uma situação comum do Rio de Janeiro ainda no regime escravista. A partir de sua análise, é possível perceber como se dava a lógica de dominação, não entre senhor e dependente, mas diretamente entre senhor e escrava, mostrando que o tema da escravidão não era ignorado por Machado de Assis.

O narrador-personagem inicia o conto dando as primeiras impressões sobre a cidade do Rio de Janeiro depois de certo período de ausência, “Voltei de Europa depois de uma ausência de quinze anos. Era quanto bastava para vir achar muita coisa mudada.”. E logo na página inicial, nota-se que o conto, embora incluído na “primeira fase” machadiana, apresenta um narrador bastante sarcástico, “Não há decepções possíveis para um viajante, que apenas vê de passagem o lado belo da natureza humana e não ganha tempo de conhecer-lhe o lado feio. Mas deixemos estas filosofias inúteis.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 771).

Macedo, o narrador, reencontra um dos amigos de quinze anos atrás e este propõe chamar outros dois amigos da época para saberem das novidades. É nesse reencontro que a trama se desenvolve. Além disso, o foco narrativo também é alterado e o narrador passa a ser um dos amigos. Coutinho começa falando do rompimento de seu casamento com sua prima Amélia, que envolvia a recordação do amor de uma outra mulher por ele, mas que, para surpresa dos ouvintes, era o amor de uma escrava. Mariana é então definida como “[...] gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa [...]”, mas que “não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre [...]” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 773). Coutinho segue com exemplos de “bondade” de sua mãe para com a escrava, como a educação, que não era como a de suas irmãs, mas que superava a de outras escravas. Embora transpareça uma bondade louvável na relação da mãe e irmãs de Coutinho para com Mariana, a ironia machadiana aparece mais densa nos inúmeros “mas”

que aparecem no conto, “não se sentava à mesa”, “sua educação não fora tão completa”, mostrando as contradições da personagem, que acaba por justificar a diferenciação social imposta pela escravidão.

No momento em que Mariana lamenta por ter sido tratada como “quase senhora”, ela não só ofende a bondade da família de Coutinho, mas, principalmente, coloca-se como uma pessoa que deseja mais que mimos. “Que dizes, insolente?”. Entretanto, Mariana percebe qual a sua real posição, “Insolente? disse Mariana com altivez. Perdão! continuou ela voltando à sua humildade natural [...]” (ASSIS, 1997, v. 2, p.776). É esta idéia que aparece claramente nesta passagem de Roberto Schwarz (1977, p 18), em referência à cumplicidade que existe entre as partes relacionadas. Mesmo sendo submetido, o indivíduo via reconhecida sua liberdade, uma vez que “[...] o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava”. Condição esta, negada à personagem.

Quando Mariana foge, frente à iminência do casamento de Coutinho, percebemos quais são as prescrições sociais, “Creio que devemos fazer esforços para capturá-la, e uma vez restituída à casa, colocá-la na situação verdadeira do cativo.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 778). Ora, o que temos quando Coutinho encontra a escrava fugitiva:

“- Nhonhô, eu saí porque sofria muito...

- Sofrias muito! Tratavam-te mal? Bem sei o que é; são os resultados da educação que minha mãe te deu. Já te supões senhora e livre. Pois enganas-te; hás de voltar já, e já, para casa. Sofrerás as conseqüências da tua ingratidão. Vamos...”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 778).

Por conseguinte, a condição essencial da relação de favor, o reconhecimento da liberdade da pessoa, não existe nesta relação, e Mariana, por não ser reconhecida como pessoa livre, deve voltar ao cativo, mesmo que tenha sido “educada com mimos de senhora”.

A poucos dias do casamento, Mariana foge novamente. Depois de algum tempo de busca, Coutinho a encontra num hotel. Decidido a fazê-la voltar ao cativo, tenta persuadi-la, sem resultados, decide aplicar a violência. Neste momento, Mariana aproveita uma distração sua e ingere um veneno e sentencia: “Nhonhô não tem culpa: a culpa é da *natureza*.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 783, grifo nosso).

Esse conto escrito em 1871, ano da promulgação da lei do ventre livre, não só trata da escravidão, mas poderíamos dizer que também trata das “ambigüidades e fracassos da história do Brasil”, pois, como afirma John Gledson (1986), Machado de Assis se pauta na História do Brasil para escrever seus romances. Assim, 1871 é um ano importante, e apesar da lei²⁵ representar mais um avanço rumo ao fim da escravidão, sua execução precisaria lutar contra os efeitos desta. Joaquim Nabuco (1849-1910) foi um dos maiores atores na luta pela

emancipação dos escravizados. Sua bandeira principal era levantada através de reformas estruturais, que demonstram o caráter radical de suas concepções políticas. Não bastava a abolição para romper com os efeitos de mais de três séculos de “desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores [...]” (NABUCO, 1988, p. 27). Ao lado da emancipação, estavam a reforma agrária e a educação universal. Essas reformas mais abrangentes refletem a percepção que Nabuco possuía da escravidão como problema estrutural, solucionável apenas alterando-se as bases que sustentavam essa ordem social: a posse das terras e a situação de exclusão do povo ignorante e pobre. Não obstante o abolicionismo ser um movimento político, Nabuco pretendia que fosse capaz também de alterar a estrutura social: “De fato, o que dá a dimensão do avanço representado pelo liberalismo abolicionista de Nabuco é exatamente essa original (para as condições brasileiras de então) articulação do liberalismo político com a questão social.” (NOGUEIRA, 1984, 134).

Sidney Chalhoub (2003) analisa “Mariana” enfatizando sua importância por estar situado no “centro do furacão político”, pois, em janeiro de 1871 (data em que o conto foi publicado no *Jornal das Famílias*), e durante todo aquele ano, a questão da emancipação dos escravizados era tema candente. O autor analisa o conto como um documento histórico desse momento, pois representaria a situação de violência e humilhação que se configura nas relações paternalistas, posto que os dependentes são agradecidos aos seus senhores e estes têm certa estima por eles, mas a qualquer momento a situação de inferioridade desses dependentes pode ser levantada por esses mesmos senhores. Desta forma, os “remorsos” que Coutinho sente por ter sido a causa da morte de Mariana são sinais de que essa classe estaria tomando consciência dos horrores da escravidão. Contudo, Machado de Assis, ao terminar sua narrativa em forma de “galhofa”, mostraria que, quando “os dândis saíram em expedição pela rua do Ouvidor, consciências às nuvens...” percebe-se que, o “crime da escravidão produzira cinco minutos de ‘remorsos’ aos quarentões bem-pensantes que, remoçados, voltam logo ao papel de predadores sociais e sexuais.” Deste modo, a mensagem final seria a da necessidade de atuação do poder público sobre os senhores, submetendo-os à lei. “Era preciso intervir nas relações entre senhores e escravos e promover a superação da instituição da escravidão, enfrentando decididamente os interesses sociais e econômicos que ainda a sustentavam.”²⁶ (CHALHOUB, 2003, p. 136, 137).

Para além desses aspectos consideráveis que se referem ao momento político e suas implicações nas relações entre as duas classes sociais (senhores-escravizados) dentro dessa ordem patriarcal²⁷ (e precisamente por isso), é necessário compreender também porque e como Machado de Assis se voltou a mais uma heroína para desenvolver sua trama.

“Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo da sua raça. Sentia-se-lhe o fogo através da tez morena do rosto, fogo inquieto e vivaz que lhe rompia dos olhos negros e rasgados. Tinha os cabelos naturalmente encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 773).

Essa é a descrição que Coutinho faz de Mariana a seus amigos. Nela aparece implícita a visão da mulher como essencialmente sensual, mas que, para além, por ser o “tipo mais completo da sua raça”, implica também numa erotização exacerbada atribuída à imagem da mulata como portadora de uma “sexualidade desenfreada”²⁸ que faz sentir “seu fogo” pela pele “morena” e por seus “olhos negros”. Correndo o risco de ver crítica onde há simplesmente adesão, embora esta descrição esteja coerente com os pressupostos científicos da época, mas principalmente com o modo como é concebido e reproduzido o estereótipo da mulata no imaginário social brasileiro ao longo dos séculos²⁹, especialmente pela literatura (BASTIDE, 1972; QUEIROZ JUNIOR, 1975), a ambigüidade é a forma mais utilizada por Machado de Assis para lidar com as situações de violência e humilhação (mas não só) em sua obra. Deste modo, a descrição feita por Coutinho, ao invés de corroborar a idéia da mulata, essencialmente sedutora, mostra os valores dessa sociedade patriarcal que são social e historicamente construídos, posto que devemos nos ater àquele que detém a palavra. Como afirma Helen Caldwell (2002), baseando-se nas referências que Machado de Assis faz a Shakespeare ao longo de sua obra, especialmente a *Otelo*, em *Dom Casmurro*, é necessário analisar a figura do narrador, que não é de modo algum isenta, devido à parcialidade de sua visão e no modo como a apresenta. Portanto, Coutinho é um homem de seu tempo e embora reconheça outras qualidades em Mariana, sua definição sexualizada da mulata é partilhada também por seus pares, visão que Machado de Assis soube criticar ironicamente neste conto.

Coutinho relembra fatos ocorridos 15 anos antes, sendo que o presente (embora o narrador não especifique) é emblemático no que se refere ao fim da escravidão. As discussões envolvendo o processo de emancipação dos escravizados, que culminaria também com o fim do Império, a urbanização crescente (retratada rapidamente no conto) e a institucionalização do modo de vida burguês com sua família nuclear e monogâmica³⁰ (um dos quatro amigos se tornara grande negociante, casado e com uma filha na escola), são horizontes que começam a se delinear nesse período. O que podemos perceber com isso é que essas mudanças não estão perfeitamente dadas para esses “quarentões bem-pensantes”, como aponta Sidney Chalhoub (2003), e que sua adesão à ordem patriarcal e a crença na sua força ainda é ostensiva. Assim, ao definir essa “gentil mulatinha” como naturalmente sensual, o que se vê é a percepção de senhor escravocrata diante de sua “cria”. Por lhe parecer tão segura a posição de dominante,

supostamente, não consegue compreender a preocupação do seu tio João Luís com relação ao bem estar dessa “filha de casa”, ““Por que diabo está tua mãe guardando aqui em casa esta flor peregrina. A rapariga precisa de tomar ar’.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 773).

Quando Coutinho marca o casamento com sua prima Amélia, Mariana entra em estado de profunda tristeza, cuja causa ele e sua irmã desconhecem, mas que passam a investigar. A princípio, sua irmã supõe que seja algum namorado. A confiança na ordem patriarcal e escravocrata é patente neste diálogo:

“- E quem será o namorado da senhora Mariana, perguntei rindo. O copeiro ou o cocheiro?

- Tanto não sei eu; mas seja quem for, será alguém que lhe inspirasse amor; é quanto basta para que se mereçam um ao outro.

- Filosofia humanitária!

- Filosofia de mulher, respondeu Josefa com um ar tão sério que me impôs silêncio”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 775).

Nessa sociedade escravocrata e rigidamente hierarquizada, mesmo que uma escrava seja “educada com mimos de senhora”, sua condição social impede-a, de antemão, de entrar no páreo dos interesses, no qual, para uma mulher, ascensão social representa, antes de tudo, um bom casamento.

Eve Kosofsky Sedgwick (1985) analisa o romance *E o Vento Levou* numa perspectiva de gênero. A autora mostra a construção do papel “feminino” de “*lady*” através da personagem Scarlet O’Hara, mas também dos diferentes significados que se atribui ao estupro levando-se em conta a questão racial. No caso de um homem negro, ao se aproximar da personagem Scarlet com o intuito de roubá-la, a mera aproximação induz a idéia de estupro, mas se é o homem branco que a humilha e a toma violentamente, a relação é de “*blissful marriage*”³¹. Já no caso do homem branco em relação à mulher negra, a questão sequer é colocada.

Para o tio de Coutinho, esse poder diferencial, que envolve tanto a questão racial como a de gênero, é um dado evidente:

“Falei muito nesse episódio em casa de minha prima. O tio João Luís disse-me em particular que eu fora um asno e um ingrato.

- Por quê? perguntei-lhe.

- Porque devias ter posto Mariana debaixo da minha proteção, a fim de livrá-la do mau tratamento que vai ter.

- Ah! não, minha mãe já lhe perdoou.

- Nunca lhe perdoará como eu”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 779).

Se para João Luís as relações estavam bem claras, Coutinho procura dissimular a sua posição e, desde o momento em que descobrira ser o amor de Mariana, passou a cogitar “uma idéia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente.” (ASSIS, 1997, v. 2, p.778). Seu comportamento oscila entre “sedução” e dominação: ciente de que não corresponderia àquele amor, não descartou a possibilidade de atender à afeição de Mariana de uma outra forma. Prática comum por parte do patriarca brasileiro, uma vez que, segundo Antonio Candido (1972, p. 298-300), a família visava manter o poder econômico, político e social dentro do próprio grupo, cabendo aos mais velhos definirem os casamentos, que muitas vezes se davam entre primos, como é o caso de Coutinho e Amélia. Por outro lado, a satisfação das necessidades afetivas e/ou sexuais dos senhores era obtida fora do casamento, através das relações com escravas, privilegiadamente.

Contudo, Mariana se mostrava “acima das veleidades”. Assim, Coutinho precisava tratá-la como escrava e colocá-la na sua posição de “cria da casa”.

“A palavra *fugiste* escapou-me dos lábios; todavia, não lhe dei importância senão quando vi a impressão que ela produziu em Mariana. Confesso que devera ter alguma caridade mais; mas eu queria conciliar os meus sentimentos com os meus deveres, e não fazer com que a mulher não se esquecesse de que era escrava”. (ASSIS, v. 2, p. 782, grifo do autor).

A violência simbólica existente nesta relação, envolta em “certa afeição fraternal” que requer “muito reconhecimento” pela parte mais fraca, é naturalizada por todos e, inclusive, por aqueles que a sofrem, pois, Mariana, ao tomar o veneno, culpabiliza a natureza.

“Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua uma estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, freqüentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida”. (ODÁLIA, 1983, p. 22-23).

Ao naturalizar, Mariana incorpora o *habitus*³², ou seja, o princípio que “gera e estrutura” as ações e representações, não por obediência consciente a uma regra ou fim, mas, sobretudo, como resultado das relações sociais. Desta forma, as condições objetivas definidas por sua posição de escrava a levam a criar explicações condizentes com sua condição. O que Pierre Bourdieu (1994, p. 63) chama de uma “dupla negação” às situações improváveis em relação a estas condições objetivas, recusando o recusado e amando o inevitável. Mariana reconhece que Coutinho não aceitaria o que é inaceitável e a ela caberia se não amar, ao menos reconhecer o inevitável, conformando-se com sua situação.

“Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão”. (BOURDIEU, 1999, p. 22, grifo do autor).

Por outro lado, não é correto pensar as relações sociais como resultantes de um determinismo simplista, pois o ser social também é agente dentro desta ordem. Mariana não é simples reprodutora de regras, pois, embora aja em conformidade com o *habitus* e reproduza as estruturas sociais, ela é também capaz de exercer escolhas.

Hélio de Seixas Guimarães (2004, p. 158) afirma que *Helena* (1876) é tido como o “livro fraturado” e “à posteridade, Helena chegaria como paradigma do anti-romance machadiano [...]” por conta da sua ênfase no melodrama, mas que não se completa, dado um “realismo desencantado” frente ao fim amargo (morte de Helena) e nas mostras de restabelecimento da ordem patriarcal.

Sidney Chalhoub (2003) faz um paralelo entre o conto “Mariana” e o romance *Helena* mostrando que, em ambos, aparece a ideologia paternalista senhorial e suas relações de favor que levam à violência e à humilhação. Para ele, não viria ao caso julgar o mérito literário de “Mariana”, mas tomá-lo como documento histórico. Entretanto, ao tomar o conto como objeto de análise, este não aparece como meio melodrama que não se completa e meio realismo sobrecarregado pelo sentimentalismo. A renúncia de Mariana, antes de acatar ou naturalizar a hierarquização de uma sociedade patriarcal rigidamente dividida, visa criticá-la. Em *Helena*, “afirmar a individualidade e a autonomia do pobre seria falsificação, negá-la significaria enfraquecer o melodrama. A solução conciliatória é dada pela renúncia a tudo [...]”. (GUIMARÃES, 2004, p. 153-154). Em “Mariana”, afirmar a individualidade e a autonomia de uma escrava também seria falsificação, contudo, negá-la não significaria prejuízo do “melodrama”, e sim uma contradição com o posicionamento político de Machado de Assis, que acabaria por naturalizar a estrutura social, fazendo com que essa heroína retornasse à situação de cativo, quiçá sob os cuidados do tio João Luís, ou mesmo de Coutinho. Portanto, a renúncia conciliou realidade e crítica, uma vez que a morte de Mariana não representa apenas os impasses da escravidão, mas da ordem patriarcal como um todo.

Mariana é uma escrava “bem educada”, mas sua beleza, intrinsecamente associada ao fato de ser mulata e, portanto, essencialmente sensual, é um estigma que o amor, se fosse correspondido (o que não é o caso), talvez, pudesse amenizar. Ela sabe que a “natureza é culpada”, pois reconhece que a ordem social na qual está inserida a relega a uma condição

inferior, que a percebe apenas como objeto. A marca, o estigma que recai sobre ela, não é uma herança à qual deveria se resignar. *Fugir* deste destino social, mesmo que por uma via definitiva e trágica, é a forma da personagem afirmar-se diante do que era esperado para uma mulata³³.

Quatro anos mais tarde, Machado de Assis retoma o tema do amor de uma escrava por seu senhor. *Sabina* é publicado no volume de poesias *Americanas*, em 1875. Sabina é uma “mestiça” bela e cobiçada e, como Mariana, “cria da casa”, mas seu amor por Otávio, o filho do senhor, a faz ignorar o desejo e presentes de outros homens. Otávio estuda na Corte e de férias na fazenda sai para caçar (tal qual Carlos, personagem de “Virginius”). Nas suas saídas, percebe Sabina banhando-se no rio. A reação da personagem merece destaque:

“Um só grito, mas único, lhe rompe
Do coração; terror, vergonha... e acaso
Prazer, prazer misterioso e vivo
De cativa que amou silenciosa,
E que ama e vê o objeto de seus sonhos,
Ali com ela, a suspirar por ela”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 139).

Sabina entrega-se a Otávio. Com o fim das férias, o rapaz volta para a cidade, deixando a escrava grávida. Após algum tempo, ele retorna casado com uma moça da corte. Sabina vê tudo e foge em direção ao rio a fim de se matar, mas o sentimento da maternidade a faz recuar. Ao que o poeta conclui:

“Ali ficou. Viu-a jazer a lua
Largo espaço da noite ao pé das águas,
E ouviu-lhe o vento os trêmulos suspiros;
Nenhum deles, contudo, o disse à aurora”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 142).

Essa poesia nos ajuda a compreender melhor a postura de Machado de Assis nas situações narradas em “Virginius” e “Mariana”. Mariana também ama Coutinho, mas se coloca acima da alternativa que lhe era dada, ou seja, o concubinato. Nosso objetivo, no entanto, não é o de assinalar apenas a posição da mulata como objetivo sexual, que de uma forma ou de outra acaba envolvida em relações de dominação (Elisa pelo eminente estupro e Mariana ao preferir o suicídio a não ser amada da forma que gostaria), pois, como assinala Eduardo de Assis Duarte (2007b), Sabina aparece como aquela que deseja (e Mariana também), ela não é objeto puro e simples. Todavia, a realização desse desejo se dá de forma parcial, pois Otávio assim a toma, e ao final resta apenas seu sofrimento. Em referência a “Virginius”, “Mariana” e “Sabina”, Eduardo de Assis Duarte afirma:

“Essas três histórias ressaltam a visão machadiana a propósito do sexo inter-racial responsável pela mestiçagem. E logo vemos despontar a sedução, o estupro e o abandono dos submetidos. A violência é o grande mediador entre homens brancos e mulheres afro-brasileiras, escravas ou não”. (DUARTE, 2007b, p. 256).

Machado de Assis não é mero produto da sociedade, ele assumiu posições particulares, que podem decorrer de sua biografia (negro, pobre...), mas, indubitavelmente, derivam de sua trajetória intelectual. Sem corroborar o ideário científico como modo viável para representação da realidade brasileira, Machado de Assis percebia que essas idéias não eram suficientes para lidar com as relações de poder que se estabelecem nessa ordem escravocrata e patriarcal. Assim, suas narrativas apresentam modos de ver a violência que permeia as relações sociais assimétricas, estabelecidas por suas personagens no interior da sociedade brasileira do século XIX, envolvendo tanto o contexto social mais amplo quanto a interiorização e exteriorização dessa violência pelo próprio indivíduo.

Ao escrever “Mariana”, Machado de Assis pode ter consciência ou não de suas escolhas, mas quando decide ceder mais espaço à opinião da crítica e ao gosto melodramático, como pontua Hélio Guimarães (2004), criando *Helena*, romance “fraturado” a “meio caminho” que retoma a temática de “Mariana”, sujeita-se ao gosto de um público que em breve ele descobriria ser extremamente reduzido³⁴. Por outro lado, por que Machado não adotou as críticas feitas aos seus primeiros romances e não aderiu definitivamente à “literatura sentimental e imaginosa” tão estimada pelos seus/suas leitores (as) e críticos?

“Parece-me que a utilização dos procedimentos do melodrama e da ficção sentimental, em *Helena*, pode ajudar a compreender melhor a trajetória descrita pelo conjunto da obra machadiana, uma obra menos linear e mais errática do que parece quando lida de frente para trás”. (GUIMARÃES, 2004, p. 161).

A partir da análise de “Mariana”, reitero que a divisão entre primeiro e segundo Machado é, talvez, mais perceptível nos romances, mas nos contos é possível notar o quê de arbitrário dessa cisão, em geral associada a fatores psicológicos³⁵ (crise dos 40 anos, doença, enfim). Sem buscar uma equiparação entre o modo como Machado escreve os romances anteriores a *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), e os posteriores, é preciso ater-se a sua atuação como contista, pois entre “*Virginius*” (1864) e “*Mariana*” (1871) há uma grande diferença, mas essa não significa um divisor de águas.

Com o intuito de discutir como a ordem patriarcal e escravocrata aparece modelando as ações e relações sociais, que por mais “suaves” que pareçam à primeira vista acarretam submissão e violência, foi possível pensar também na maneira como o escritor Machado de

Assis estiliza esta ordem social, de modo tal que tanto se tenha dito sobre um pretensão silêncio a respeito da escravidão. Por conseguinte, podemos nos reportar à idéia inicial do conto, e perceber que, como assinala Antonio Candido (1995, p.20), “Machado de Assis, enigmático e bifronte, olhando para o passado e para o futuro, escondendo um mundo estranho e original sob a neutralidade aparente das suas histórias ‘que todos podiam ler’”, espera que seus leitores não sejam como o viajante que vê apenas o “lado belo da natureza humana” e ignora seu “lado feio”, mesmo quando parece menosprezar tais “filosofias inúteis”.

Machado de Assis critica a naturalização da ordem social ao evitar terminar o conto de forma rústica e triste, por isso aquele amor que inspira “riso ou indignação”, apesar de “profundo e sincero”; lembrado e ouvido com pesar, está inserido num contexto social no qual não cabe sentimentalismo ou “filosofia humanitária”. Macedo, o narrador inicial, retoma a palavra e conclui:

“Mas daí a pouco saíamos pela Rua do Ouvidor fora, examinando os pés das damas que desciam dos carros, e fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tinha-nos restituído a mocidade”. (ASSIS, 1997, v. 2, p.783).

A ironia machadiana ao concluir o conto desta forma nos faz hesitar ante a possibilidade de interpretá-lo como simples melodrama.

“A sua técnica consiste essencialmente em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do século XVIII); ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e anormal seria o ato corriqueiro. Aí está o motivo da sua modernidade, apesar do seu arcaísmo de superfície”. (CANDIDO, 1995, p. 27).

Técnica que perpassa todo o conto com seus inúmeros “mas” e as “paternais” investidas do tio João Luís, e evidencia que, para além do escritor do documento histórico, tratando do favor, do paternalismo, está o “sociólogo” capaz de criticar a ordem social como um todo, na qual Mariana (heroína e escrava) é mais que membro de uma classe social, sendo também agente histórico, mesmo em sentido negativo.

Alfredo Bosi (1988) discute o conceito de humorismo em Pirandello³⁶, assinalando que um dos objetivos do autor é transpor a linha da comicidade e perceber que, para além do riso, esconde-se certa amargura, ou a “mascarada frustração”. Assim, “nesse refletir e exprimir o contraste entre o que parece e o que deve ser, reside a capacidade específica do

humorista”. Ao que o autor conclui: “Daí o conceito de Pirandello: o humor é o sentimento do contrário”. Por outro lado, esta capacidade implica em “viva adesão afetiva e intelectual à matéria humana que toma por objeto de contemplação.” (BOSI, 1988, p. 188,189). Idéia que aparece explícita nesta crítica de Lima Barreto, na qual assinala a ineficácia da busca por explicações para o estilo de Machado de Assis em referências externas, sobretudo no que diz respeito a seu humor³⁷.

“Nós todos temos a mania de procurar sempre a verdade muito longe. O caso de Machado de Assis é um deles. Ele e a sua vida, o seu nascimento humilde, a sua falta de títulos, a sua situação de homem de cor, o seu acanhamento, a sua timidez, o conflito e a justaposição de todas essas determinantes condições de meio e de indivíduo, na sua grande inteligência, geraram os disfarces, estranhezas e singularidades do Brás Cubas, sob a atenta vigilância do autor sobre ele mesmo e a sua obra. Penso que um estudo nessa direção explicaria melhor Machado de Assis, do que todos os Lambs, Swifts, Thackerays e outros autores da Grã-Bretanha, Escócia, Irlanda e ilhas adjacentes”. (BARRETO, 1956, p. 250-251).

O “sentimento do contrário” que Machado de Assis expressa não visa fazer rir (ainda que o faça), porém, através da ironia do epílogo de Mariana, evidenciar com sua técnica a “normalidade social” *versus* a “anormalidade essencial”. Lima Barreto (1956, p. 271) sintetiza: “A ironia vem da dor”, é esta máxima que Machado de Assis materializa neste conto.

2.3 “O Caso da Vara”: Uma leitura “híbrida” de Machado de Assis

“O caso da vara” (1891) narra de maneira breve a fuga do jovem Damião do seminário e a conseqüente busca por ajuda para não mais voltar. Sem ter a quem recorrer, lembra-se da “amante” de seu padrinho João Carneiro, que poderia fazê-lo interceder junto a seu pai. No entanto, paralela a esta história, temos outra, na qual Damião, à espera de uma resposta de seu padrinho, que fora falar com seu pai, compadece-se por Lucrecia, escrava de Sinhá Rita (a “amante”), ameaçada de castigo caso não termine seu trabalho. A primeira resposta do padrinho não é boa, pois seu pai ficou furioso e Damião se vê dependente de Sinhá Rita, que pressiona ainda mais João Carneiro. Chega então o momento de conferir os trabalhos e, como Lucrecia não terminara o seu, Sinhá Rita, enfurecida, visa castigá-la, e sai em busca da vara

com a menina presa pela orelha. Damião está próximo ao objeto e Sinhá Rita pede que ele o dê a ela, Damião hesita, mas entrega a vara.

Apesar desse esquema conciso, espero que seja possível observar a força do conto machadiano. Como afirma Ricardo Piglia, (1994, p. 37) “um conto sempre conta duas histórias” uma história visível e outra secreta, sendo que o autor precisa ter em mente a segunda história, a fim de que a primeira apresente os elementos da história secreta que se está narrando, de modo elíptico. Assim, a tensão que se cria a partir dos elementos que constituem as duas histórias, deve ser mantida até que a história secreta desponte. O que era acessório na história visível se mostra essencial à história secreta. Estes elementos nos remetem ao “princípio do iceberg” de que nos fala Ernest Hemingway (1988, p. 67) “só se vê um oitavo, os outros sete estão debaixo d’água. Tudo o que você sabe e pode eliminar só fortalece o iceberg.” Ademais, o “princípio do iceberg” se aplica ao modo como o escritor desenvolve sua trama, ou seja, o modo como ele constrói sua história deve dar sustentação ao iceberg. Não basta dar um final surpreendente à história para que ela seja tratada como conto. É preciso montá-la cuidadosamente a fim de que, ao término, perceba-se que nada do que foi dito até ali fora gratuito. Exatamente o que Machado realiza com a narração da história visível da fuga de Damião, e da sua expectativa com relação à decisão do pai, mas que “esconde” a história secreta de sua situação em relação ao sofrimento de Lucrécia, narrando-a fragmentariamente, o que só ao final surge como fundamental.

A narrativa de um conto de enredo possui uma trama na qual vemos as relações de causa e efeito, uma vez que encerra uma diferença entre a situação inicial e a situação final, ou seja, há um desenlace. A personagem Damião foge do seminário e busca meios para não voltar. A narrativa apresenta uma trama que provoca uma preocupação com seu desfecho. No entanto, a outra característica de um conto de enredo típico: a resolução do impasse, não acontece, visto que, ao final, não sabemos se Damião volta ou não ao seminário. Trata-se, portanto, de um conto de atmosfera? Veremos que não. Um conto de atmosfera típico não tem trama, o destaque está na situação, não no enredo.³⁸ Todavia, a supremacia da situação, cuja tensão e dramaticidade se fazem sentir no interior das personagens, também não pode-se afirmar que esteja completamente ausente no conto.

“Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto. Não sei bem o ano; foi antes de 1850. Passados alguns minutos parou vexado; não contava com o efeito que produzia nos olhos da outra gente aquele seminarista que ia espantado, medroso, fugitivo”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 577).

Acima está o primeiro trecho do conto, no qual o narrador apresenta o quadro inicial da situação que contará. Quando Damião atina sobre a possibilidade de pedir socorro a seu padrinho João Carneiro, nota-se a ironia se delinear com a descrição do momento em que esse mesmo padrinho o apresentara ao reitor do seminário e, novamente, a descrição desse rapaz no meio da rua, espantado e tenso.

A ironia é um recurso largamente utilizado por Machado de Assis. Nesse conto, ela também está presente, não circunscrita apenas em uma frase ou outra, mas em todo o texto. Ela se faz sentir mais intensa na dureza dos fatos (Damião se compadece do sofrimento de Lucrécia, mas é justamente ele quem entrega a vara à algóz), pois, mais relevante do que a ironia que aparece nas frases, isoladamente, a partir da tensão entre literal e figurado, é sua disseminação textual.

“Considerando-se a ironia como um fenômeno discursivo que joga com a lógica dos contrários e que pode funcionar como um princípio de organização de um texto, é possível observar alguns mecanismos de construção textual cujo conjunto pode produzir efeitos irônicos e humorísticos”. (BRAIT, 1996, p.90).

Este conto se volta para o fato real, não com o intuito de retratar um dado momento da realidade, mas observá-lo, atendo-se à dimensão da ação humana, sem procurar moralizar ou ensinar nada. É essa perspectiva que Alcides Villaça (2006) desenvolve em seu artigo sobre esse mesmo conto, pois não é possível estabelecer um julgamento claro entre o que é “interesse condenável” e “necessidade incontornável”.

“Fosse nítida essa fronteira, satisfaríamos nosso impulso para aquele tipo de dualismo primário mas cômodo, que separa drasticamente o joio do trigo. Mas o compromisso de Machado para com a complexidade dos fatos, responsável mesmo pela concreção com que se determinam, impede-o de estabilizar os valores (ao modo romântico ou ao modo naturalista, por exemplo), de os atrelar a uma perspectiva puramente subjetiva ou estritamente materialista”. (VILLAÇA, 2006, P. 22).

O modo como o narrador nos apresenta esta trama é crucial para entendermos porque não se trata de uma simples escolha entre interesse e necessidade, mas como essas duas dimensões se complexificam no interior de uma sociedade pautada na violência da escravidão, bem como no patriarcalismo, que hierarquizam as relações entre os indivíduos de maneira praticamente inexorável.

Segundo Roberto Schwarz (1977), a estrutura social brasileira se pauta pela relação social do “favor”, assinalando como, no século XIX, nossa sociedade se baseia em idéias liberais, mesmo quando as pessoas ainda são dependentes. O liberalismo no Brasil, no

entanto, não foi capaz de emancipar o indivíduo, posto que este continuava dependente dessa relação, na qual, todos, inclusive os próprios dependentes, partilhavam do mesmo imaginário.

“Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. Lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava – ou seja a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar – este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão. Machado de Assis será mestre nestes meandros”. (SCHWARZ, 1977, p.18-19).

O pai de Damião não aparece em nenhum momento do conto, contudo sua presença é ubíqua e é ela que determina o desenvolvimento da história. O patriarcalismo da sociedade brasileira aparece claro, pois o pai de Damião o punirá com violência, se necessário, a fim de que ele cumpra suas ordens de voltar e permanecer no seminário. Como Damião não tem condições, devido à sua posição de dependência enquanto filho, não tem autonomia. Sendo assim, Damião lança mão das relações sociais, nas quais o favor é a única saída.

Damião lembra-se de seu padrinho, João Carneiro, mas também que ele, por si só, não o ajudaria. Então, busca em sua memória quem levaria seu padrinho a ajudá-lo, e lembra-se de Sinhá Rita.

“Afim, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse.

- Como assim? Não posso nada.

- Pode, querendo.

- Não, replicou ela abanando a cabeça; não me meto em negócios de sua família, que mal conheço; e então seu pai, que dizem que é zangado!”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 578).

Por fim, Damião consegue a proteção de Sinhá Rita, lisonjeando-a, mas principalmente, por tocar no ponto principal de sua relação com o padrinho, o que aparece nesse diálogo:

“- Meu padrinho? Esse é ainda pior que papai; não me atende, duvido que atenda a ninguém...

- Não atende? interrompeu Sinhá Rita ferida em seus brios. Ora, eu lhe mostro se atende ou não...”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 578).

A partir desse diálogo e da descrição seguinte de Sinhá Rita, o narrador nos leva a crer numa relação amorosa entre ela e João Carneiro e, com base nessa relação, Sinhá Rita se vê apta a conseguir de João Carneiro o favor necessário ao moço que está numa posição de

dependência em relação a ela. Note-se que Damião está sujeito a um *capricho* de Sinhá Rita. “Não há exagero portanto em afirmar que o favor pessoal, incluída nele a parte inevitável e já então imperdoável de capricho, vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país ela própria.” (SCHWARZ, 1990, p. 84).

Desta forma, foram traçadas as relações sociais que informam e definem o comportamento das personagens: Damião quer³⁹ sair do seminário, mas não pode fazê-lo por não ter autonomia; Sinhá Rita pode ajudá-lo, contanto que o padrinho João Carneiro atenda um capricho seu. No entanto, estamos lidando com uma obra literária que, enquanto tal, não pode ser pensada como mero reflexo da realidade, no caso, relações sociais assimétricas em uma estrutura social pautada na escravidão e no patriarcalismo, cuja mediação conhecida e reconhecida por todos é o favor. Com isso, percebe-se na análise de “O caso da vara” a complexidade das relações sociais ao se observar a ação das personagens envolvidas.

Após Sinhá Rita ter aceitado ajudá-lo, o narrador apresenta a personagem fundamental da trama. Sinhá Rita “ensinava” moças e escravas a fazerem renda e bordado e Lucrecia é uma de suas escravas. Damião, já mais tranqüilo, faz rir as moças da casa, inclusive Lucrecia que recebe a ameaça de Sinhá Rita, caso não cumpra o trabalho.

“Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa”. (ASSIS, 1997, v. 2, p.579).

Essa descrição, em meio às “angústias” de Damião, fica minimizada, mas pontua de forma explícita a violência da escravidão, sobretudo quando observada sobre a criança escravizada, pois aponta para as marcas presentes na pele e na alma de quem as sofre, mas que, como Lucrecia, não deixa de ser criança. “Esta surge nomeada pelos signos do apequenamento e fragilidade do físico, que convivem, entretanto, com a leveza de espírito que a faz rir e se divertir com a situação do jovem e com as anedotas que ouve.” (DUARTE, 2007b, p. 258).

O “narrador onisciente neutro”, como nos define Norman Friedman (2002) – ou não tão neutro assim, pois para que haja ironia a proximidade é essencial – de forma sarcástica, descreve a reação do padrinho quando se vê diante do afilhado e sob a pressão de duas forças opostas. De um lado, as chantagens sentimentais de Sinhá Rita, e de outro o poder do pai de Damião:

“Por que lhe não pedia outra cousa? Por que lhe não ordenava que fosse a pé, debaixo de chuva, à Tijuca, ou Jacarepaguá? Mas logo persuadir ao compadre que mudasse a carreira do filho... Conhecia o velho; era capaz de lhe quebrar uma jarra na cara. Ah! se o rapaz caísse ali, de repente, apoplético, morto! Era uma solução – cruel, é certo, mas definitiva.

- Então? insistiu Sinhá Rita.

Ele fez-lhe um gesto de mão que esperasse. Coçava a barba, procurando um recurso. Deus do céu! um decreto do papa dissolvendo a Igreja, ou, pelo menos, extinguindo os seminários, faria acabar tudo em bem. João Carneiro voltaria para casa e ia jogar os *três-setes*. Imaginai que o barbeiro de Napoleão era encarregado de comandar a batalha de Austerlitz... Mas a Igreja continuava, os seminários continuavam, o afilhado continuava cosido à parede, olhos baixos, esperando, sem solução apoplética”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 580, grifo do autor).

Nessa passagem, de uma ironia sádica, percebe-se a importância da maneira figurativa do texto que, para além do tema, ou seja, da exposição das relações de dominação nessa sociedade – cuja base é Lucrécia e o topo o patriarca inominado que nos lembra o Coronel Felisberto⁴⁰, de “O enfermeiro” (1896) – estão o humor e a ironia que descrevem de maneira ambígua, a hipocrisia da sociedade brasileira.

Durante o período de espera, Damião fica entristecido, mas é logo animado por Sinhá Rita até a chegada da carta de João Carneiro falando sobre a reação do pai de Damião, que não se mostrou nada acessível. O padrinho apenas conseguira persuadi-lo a esperar um dia, antes de mandá-lo novamente ao seminário. Com isso, os elos da cadeia se apertam ainda mais, Damião só pode se apegar em Sinhá Rita, que manda um novo bilhete a João Carneiro, pressionando-o mais. Entretanto, chega o momento de pegar o trabalho das escravas e Lucrécia não conseguiu terminar. Sinhá Rita enfurecida pega-a pela orelha e sai à procura da vara a fim de castigá-la. Eis que Damião está próximo ao objeto e Sinhá Rita, enraivecida, pede que ele o pegue. Lucrécia suplica ajuda a Damião em meio a um acesso de tosse. “Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 582).

A cadeia foi rompida, pois, nessa relação de favor, como já citado anteriormente com Roberto Schwarz (1977), nenhuma das partes é escrava, uma vez que esta parte está envolvida na relação produtiva, garantida e mantida pelo uso da força. No favor, o que se reconhece é a pessoa livre, mesmo sendo o elo mais fraco. Antonio Candido (1995, p. 34) admite que um tema que o atrai nos livros de Machado é “a transformação do homem em objeto do homem, que é uma das maldições ligadas à falta de liberdade verdadeira, econômica e espiritual”. Para Alfredo Bosi (1982, p. 456), “O bem-estar de uns parece fundar-se na desgraça de outros”.

No momento da apresentação de Damião ao reitor, no início do conto, temos esse diálogo entre João Carneiro e o reitor do seminário: “- Trago-lhe o grande homem que há de ser, disse ele ao reitor. - Venha, acudiu este, venha o grande homem, contanto que seja também humilde e bom. A verdadeira grandeza é chã”. Na versão publicada na *Gazeta de Notícias*, em 01 de fevereiro de 1891, Machado de Assis é bastante minucioso e descreve toda a conversa entre o padrinho João Carneiro e o reitor⁴¹ do seminário. Nos trechos omitidos, delineiam-se a superficialidade e a retórica vazia de ambos, no caso do padrinho, descrito logo no início como “homem bem fallante, amigo de palavras bonitas [...]”, isso é ainda mais perceptível. Nesse sentido, o narrador chama a atenção para a humildade necessária ao futuro grande homem, que o padre aconselha e o padrinho endossa. Note-se que não passa de pura falácia, pois ambos, aparentemente, não o são e passam a tratar exclusivamente da importância da oratória⁴². Sem se ater à realidade, a ênfase recai sobre o ornato, uma vez que não se questiona a vocação do rapaz, embora já se aponte para a grandeza do futuro “grande homem”. “Espero que elle saia o grande homem que todos esperamos. Nem será outra cousa, se puder beber dos sagrados labios de Vossa Reverendíssima as profundas lições que ha meia hora me fortalecem a alma e levo para o meu tugurio...”. (ASSIS, 1891, p. 1).

A ironia precisa zomba de todo esse discurso, pois, apesar da ênfase do padrinho, não há muito para “beber” das palavras do padre. Assim, opondo à máxima de João Carneiro a real situação do rapaz, o narrador evidencia, por meio da ironia, a subjetividade da personagem em conflito com o ambiente religioso.

“Damião não teve igual fortuna, apesar dos esforços do padre, que tentou cumprir as esperanças de João Carneiro e da familia do seminarista. Não era bronco o rapaz, aprendia bem. Mas era um captivo do mundo e dos seus regalos, avesso à vida ecclesiastica, virtualmente profano, e sem docilidade nem resignação. As lembranças de fóra vinham espial-o, e a austeridade da casa aborrecia-o. Tudo n’elle pendia para o mal”. (ASSIS, 1891, p. 1).

Ademais, o aspecto mais interessante dessa situação é que os enlevos profanos do rapaz são detalhadamente descritos e, mesmo correndo o risco de deixar a análise um pouco debilitada, vale a pena citar mais esta cena.

“Um dia, assistindo a uma predica, ouviu contar a visita da rainha de Sabá ao rei Salomão. O prégador tirou d’essa entrevista uma lição espiritual; mas Damião descreveu comsigo a rainha, rasgou-lhe os olhos, contornou-lhe a espádua, desfez-lhe os cabellos, e adorou-a. Buscou meio de lêr o episodio no proprio texto biblico. A narração tinha a magnificencia apenas narrativa da Escriptura; mas quando elle viu ao pé da rainha as mulheres moabitas, ammonitas, iduméns, sidonias, hetheas, as setecentas esposas e as

tresentas concubinas de Salomão, esta só indicação deu-lhe rebate á fantasia. Estudo e somno eram perturbados por aquella multidão de creaturas que bracejavam diante d'elle as suas graças finas, tranzendo-lhe as alfaias e os cedros, os tapetes e os ouros, [...] toda a pompa do filho de David”. (ASSIS, 1891, p. 1).

Aqui, notamos uma semelhança com a própria cena mantida na versão final do conto, quando Damião, em meio a todas as moças que trabalhavam na casa de Sinhá Rita (esta como uma espécie de rainha de Sabá), conta anedotas, ouve músicas, etc. Talvez, a supressão tenha-se dado para dar mais força ao conto, deixando o estritamente necessário para a emersão da “história secreta”, da situação central que apenas subjazia em meio às desventuras do rapaz. Todavia, evidencia que Damião, tal qual o padrinho e o padre, já era um membro típico da elite da época. Ele de fato adquiriu certa humildade, mas peculiar, pois, já no final – quando Damião aparece mais dependente da ajuda de Sinhá Rita, “estava outra vez no capuz da humildade e da consternação.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 577, 582) – é justamente essa humildade que o tornará, não no sentido religioso, um possível “grande homem”. Sua humildade se curva a quem está acima dele e não abaixo, “a verdadeira grandeza é chã”, porque se pauta na hierarquia da estrutura social. Para que sua individualidade e seus desejos hedonistas sejam afirmados é preciso subjugar alguém, no caso Lucrecia. Nesse contexto específico, o piso sob o qual se fundam essas relações de poder é a escravidão.

Deste modo, reconhecemos que as supressões deram maior enfoque ao que se narrava de modo elíptico, mas apontaram também para o modo como Machado de Assis pensava a configuração de uma elite superficial, cujos interesses são consolidados por uma prerrogativa de classe bem particular, intimamente ligada à hierarquização de uma sociedade escravocrata e patriarcal.

Mas como a inversão se deu? A “história secreta” veio à tona e o que era para ser a história do seminarista fugitivo se torna a do conflito entre ética e interesse, valores e necessidade, mas sem a condenação fácil e panfletária ou a adesão psicologizante e alienada às estruturas de poder dessa sociedade. O que Alcides Villaça indica:

“Não haveria novidade, ao fim do século XIX, em apontar as barbáries do escravismo, contrastando-as com os privilégios dos proprietários, nem Machado aceitaria esse esquema, dócil às retóricas e presa fácil das ideologias de fachada. A tarefa do narrador, neste conto, é bem outra: consiste em ir ao âmago da *escolha* pessoal, analisá-la intimamente e exibi-la no âmbito das decisões capitais que se determinam no tempo e no espaço da história humana”. (VILLAÇA, 2006, p. 28, grifo do autor).

Nesse sentido a ironia que se faz sentir contextualmente, posto que o “futuro” padre se compadece da dor alheia, mas se torna o meio pelo qual a algoz castiga a vítima. Sua promessa íntima de “apadrinhá-la” torna a situação ainda mais complexa, uma vez que fora feita para si mesmo, e realmente “sente-se compungido” por não cumpri-la. Desta forma, a ironia se torna mais densa e eficaz, pois a narrativa não se conclui. Damião terá a compreensão de seu pai? Voltará ou não para o seminário? Essa falta de definição em uma situação sem desfecho aponta para o caráter híbrido do conto machadiano a que aludi anteriormente. Mescla entre o conto de enredo e o de atmosfera, não só pela falta de desenlace, mas também em virtude da indefinição de suas personagens; Damião promete ajudar Lucrecia, mas acaba concorrendo para seu sofrimento; João Carneiro quer continuar recebendo os carinhos de Sinhá Rita, mas não deseja afrontar seu compadre. Todavia, as contradições percebidas transcendem o aspecto literário e são mais representativas das contradições desta ordem social que permeiam todas as relações e ações das personagens. “O caso da vara” impõe uma leitura para além da questão da necessidade *versus* interesse, pois traz para a cena a base social sobre a qual se sustentam todos esses conflitos inconclusos, até porque a história de Damião era apenas a ponta do iceberg, do qual Lucrecia representa seu elemento fundamental.

2.4 “Pai contra mãe”: processo de sobrevivência social

O conto “Pai contra Mãe” (1906) não só trata da escravidão no contexto da sociedade brasileira do XIX, como nos remete a muitas das questões que se apresentam ainda hoje para a nossa sociedade: a pobreza, a hierarquização e o racismo.⁴³ O enredo é simples: o rapaz pobre Cândido Neves é perseguidor de escravos, casa-se com Clara e vai morar com a tia dela, D. Mônica. Sem conseguir muitos ganhos, vão vivendo de suas capturas esporádicas e das costuras da esposa e da tia, até que nasce o primeiro filho do casal. Sem condições de mantê-lo, decide entregá-lo a uma instituição.

Machado de Assis inicia o conto dando um panorama da sociedade da época, mostrando de forma irônica os horrores da ordem escravocrata através da descrição de objetos utilizados para castigar pessoas escravizadas:

“Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a

boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”. (ASSIS, 1997, v. 2, p.659).

Da mesma forma que cada época produz determinados objetos, assim também o é com as profissões:

“Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. [...] pôr ordem à desordem”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 659-660).

Após mostrar esse panorama, Machado apresenta as personagens, cujos nomes não poderiam ser mais sugestivos: Cândido Neves, Clara, mostrando ao leitor a que camada da sociedade elas pertenciam, sem precisar dizê-lo explicitamente. Segundo as teorias raciais⁴⁴, o mestiço era um indivíduo inferior, pois a mistura entre as raças levaria à degeneração, tanto física (mulato⁴⁵, pela própria origem do termo, tido por muito tempo como estéril) como moral (sem criatividade, apático, instável). A partir dessa visão do mestiço, percebe-se uma crítica sutil de Machado de Assis a essas idéias, pois Cândido Neves passa a pegar escravos fugidos por ter um defeito grave: “carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo”. Ao definir um homem branco⁴⁶, com esta característica, Machado critica essa visão biologizante, que definia o mestiço como naturalmente degenerado e imitativo⁴⁷, mostrando que tal característica é antes socialmente construída por essa ordem autoritária, hierarquizada, na qual, o trabalho é tido com desprezo. Tendo em vista o último aspecto, Eduardo de Assis Duarte (2007b, p. 261) também afirma, “Cândido Neves faz a figura do homem branco constituído pelo pensamento que rebaixa e desvaloriza o trabalho, sobretudo manual, não se apegando a nenhuma profissão”.

Laura de Mello e Souza (1986) mostra como o *vadio*, categoria social que se constituiu a partir da colonização portuguesa e do sistema escravocrata, que impede a camada de homens livres pobres de terem uma atividade constante, torna-se ora ônus (ladrões, arruaceiros, etc.) ora útil (entrada no sertão, manutenção de presídios, capangas, guardas, etc.). Sendo assim, essa camada de “desclassificados sociais” tem um papel peculiar no contexto colonial.

“Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui *estrutura social configurada*, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico,

incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser anti-econômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio)". (SOUZA, L., 1986, p. 63, grifo da autora).

O que temos nesse diálogo entre Candinho e tia Mônica:

“– Que quer então que eu faça, além do que faço?

– Alguma coisa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém”. (ASSIS, 1997, v. 2, p.662).

No entanto, o que mais sobressai nessa discussão é o aviltamento do trabalho para o homem livre, pois o “escravismo gerava uma desqualificação do trabalho aos olhos do homem livre [...]” (SOUZA, L., 1986, p.62).

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), somos herdeiros de formas de convívio, instituições e idéias trazidas pelos portugueses, tais como a aversão às estruturas organizadas, grande valor ao mérito pessoal, “cultura personalista” baseada na abundância de bens de fortuna e altos feitos, falta de racionalização no convívio cotidiano, carência de uma moral do trabalho e vontade de mandar (HOLANDA, 1995, p.33-39). Por meio de uma classificação típico-ideal, o autor coloca que, a obra de colonização e conquista é caracterizada pelo tipo humano ideal representado pelo aventureiro, como um homem que ignora as fronteiras, vive em espaços ilimitados, horizontes distantes, tem ânsia pela prosperidade sem custo e pela posição e riqueza fáceis. Se nos pautarmos nesse traço cultural herdado dos portugueses, Cândido Neves representaria a desvalorização do trabalho e a ânsia pela aventura, “Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 663). Contudo, ao considerar-se apenas essa herança, não seria possível avançar na discussão, pois esse traço teve na escravidão sua base social mais palpável. Portanto, Cândido Neves, é um homem livre, moldado pelos valores dessa sociedade e, assim, seu comportamento social é informado e definido por ela.

Segundo Raymundo Faoro (1974), os homens livres pobres se debatiam nessa sociedade escravocrata. Os diversos trabalhadores braçais disputam com os escravos um lugar que já é ocupado por estes. Com base nessa perspectiva, o autor vê em Cândido Neves o “paradigma do operário” que está nesta disputa por ocupação, mas, como não possui

habilitação profissional, não consegue se fixar. E segue, mostrando que Cândido Neves e Dona Plácida (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) “têm a mesma sorte do escravo, sem as garantias deste, para cujo sustento vela o senhor. A liberdade lhes serve apenas de estorvo, de nenhum modo, ideológica ou politicamente, valorizada socialmente.” (FAORO, 1974, p.326).

Por outro lado, se observarmos com mais atenção, Cândido Neves revela-se mais que um despreparado profissional em disputa com o escravo, pois esta personagem faz parte de uma estrutura social que desvaloriza o trabalho, seja como herança cultural portuguesa e/ou de sociedades escravocratas. O que se nota no argumento de Faoro é a falta do mercado de trabalho capitalista industrializado e desenvolvido devido à escravidão. Cândido Neves seria mais uma vítima dessa ordem escravocrata que nos manteria em uma situação de atraso, o que se reflete em miséria e falta de perspectivas.

“Este homem, acossado pela miséria, tinha duas opções: o emprego ou o ofício; emprego de criado, operário, cocheiro, contínuo; ofício de tipógrafo, entalhador – sujeito aos eventuais clientes e à perfeição do seu trabalho, como artesão. Uma ou outra ocupação permitia-lhe apenas vida difícil e incerta, com salário insuficiente para o casamento e a prole”. (FAORO, 1974, p. 320-321).

O autor segue em sua argumentação, alegando que Machado de Assis ignorou não só a industrialização, mas o operário também e, por conta disso,

“Em Cândido Neves viu unicamente o emprego instável, a profissão incerta, o ofício mal assimilado. De seu mundo está ausente o espetáculo futuro das concentrações industriais, que gerariam as aglomerações operárias. Decorre, da visão turva, o esquecimento do trabalhador livre, descrito ligeiramente na sua miséria, na sua exclusão da sociedade, que lhe negaria o casamento estável e a segurança da prole”. (FAORO, 1974, p. 322).

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983) trabalha exatamente com o universo dos homens livres. No entanto, no que se refere ao trabalho, a autora filia-se, em alguns aspectos, à interpretação de Sérgio Buarque de Holanda⁴⁸, mostrando que, nas fazendas de café paulista, pouco valor se dava ao ócio, posto que toda estrutura arquitetônica fora voltada para o trabalho, o que se percebia na ausência de jardins (FRANCO, 1983, p. 189). O que se percebe, em seu argumento, é a tentativa de atribuir características “quase” calvinistas aos fazendeiros paulistas, enquanto herdeiros dos bandeirantes. No entanto, fazer trabalhar não é o mesmo que se dedicar a uma atividade como um dever, um fim em si mesmo⁴⁹. Assim, a própria autora, mesmo mantendo seu argumento, reconhece os paradoxos da sociedade brasileira escravocrata.

“Em resumo, quando acentuamos a importância da empresa mercantil administrada centralizadamente pelo proprietário, aparece o significado pleno do trabalho na sociedade brasileira. [...] Dessa maneira, atenuam-se os efeitos da escravidão, embora sua presença introduzisse inevitavelmente a noção de degradação do trabalho. Este aparece contrariamente desqualificado e valorizado, refletindo as oposições fundamentais daquela sociedade”. (FRANCO, 1983, p. 203).

A personagem Cândido Neves é muito mais complexa que um “operário” em competição aberta com os escravizados e ou um semi-protestante das fazendas paulistas. Esse homem livre e pobre da capital do Império sente na pele a miséria, mas está inserido numa estrutura social hierarquizada, na qual estão presentes os dois tipos ideais definidos por Sérgio Buarque de Holanda:

“Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo”. (HOLANDA, 1995, p. 44, grifo do autor).

Mas o que Machado de Assis assinala com essa personagem, e que Faoro não percebeu, é que não é necessário ser “trabalhador” para se ver envolvido nas relações hierarquizadas e hierarquizantes da sociedade brasileira em uma posição de inferioridade. Tanto Dona Plácida de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cosendo, cozinhando, lavando, alcovitando... e Candinho que cogitara buscar um emprego fixo, mas “por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 663) são representativos de uma sociedade que valoriza a ordem burguesa com sua ética do trabalho e a despreza conforme o interesse do momento. Essa é a percepção de Roberto Schwarz ao analisar a personagem Dona Plácida (que acaba na miséria) e a visão que Brás Cubas tinha dela.

“Assim, a dignidade que Brás não reconhece ao trabalhador, ele a exige do vadio. Nos dois casos trata-se para ele de ficar por cima, ou, mais exatamente, de ficar desobrigado diante da pobreza. Não deve nada a quem trabalhou, mas quem não trabalhou não tem direito a nada (salvo à reprovação moral). Segundo a conveniência, valem a norma burguesa ou o desprezo por ela”. (SCHWARZ, 1990, p. 99).

Embora Cândido Neves não pertença à elite, como Brás Cubas, sua visão de mundo é marcada pelos mesmos valores. Esta personagem não aderiu ao ofício de perseguidor por vê-

lo com um valor último, em si mesmo. Claro que a pobreza o impeliu também, mas não menos que sua aversão ao trabalho duro e servil. Sua ação é orientada por um sentido que ele atribui ao “caiporismo”, logo no início do conto, ou seja, sua falta de estabilidade de que o narrador onisciente nos põe a par, é para ele contingência do destino, algo em que ele não pode interferir.

“Realmente um comportamento igual no seu decurso e nos seus resultados externos, pode se basear em constelações de motivos de natureza muito diversa, dentro dos quais os compreensíveis de maneira mais evidente, nem sempre e necessariamente foram os mais decisivos”. (WEBER, 2001, p. 314).

Assim, a ação social definida por Weber se refere ao sentido subjetivo que o autor atribui à sua ação com referência ao comportamento de outros. Cândido define para si mesmo que lhe faltava sorte, muito embora estivesse na iminência de passar fome, com a esposa grávida e trabalhando ao máximo, e cogitou aceitar o conselho feito pela tia de procurar um emprego estável, não pela situação em si, mas por querer ter experiências novas. Deste modo, percebe-se que o sentido de uma ação, aparentemente único, pode ser múltiplo, e que as determinações materiais nem sempre são mais importantes que as idéias e valores do indivíduo.

Se ficássemos na forma aparente do conto, o enredo seria facilmente interpretado como a luta de um pai pela vida de um filho (presente até no título), mas ao intentar analisar o sentido da ação da personagem central, percebe-se que a situação não é tão simples assim. O modo de agir, a maneira como Cândido Neves leva a vida, aparece de modos distintos. A princípio o narrador nos apresenta um rapaz pobre que culpa o destino por seus percalços, mas que, na realidade, prefere seguir sua vida sem se prender a trabalhos maçantes e/ou servis. A ação social que definiria subjetivamente o comportamento de Cândido Neves seria racional com relação a valores, uma vez que, embora atribua um sentido externo à sua conduta (o caiporismo), ele sente que mudar de profissão é como se tornar outra pessoa. Por conseguinte, é lícito afirmar a influência da sociedade no seu comportamento, tanto pelos aspectos apontados acima, no que se refere ao trabalho, quanto pelas mudanças que nela se operavam à época.

O desequilíbrio da narrativa se dá quando Cândido Neves se casa com Clara e com o nascimento do primeiro filho, a condição financeira da família piora. Pouco depois, Candinho é persuadido por tia Mônica – que se vale de ardis e cálculos para conseguir fazer a idéia de rejeição da criança ser aceita como a hipótese mais sensata – a entregá-la para uma instituição. Se por um lado, a personagem da tia age diretamente para influir na decisão de

Candinho, sua esposa é definida pela mais completa submissão e quando consultada apenas “se mostrou resignada” e mesmo sendo mãe ela submete-se à decisão do marido.

No entanto, ainda há uma chance para Cândido continuar com o bebê, que é encontrar uma “mulata fugida”, cuja recompensa era animadora. Machado cria toda uma situação de tensão, de expectativa, para que Candinho a encontre e possa ficar com o filho⁵⁰, aproximando o/a leitor(a) do sofrimento da personagem e com ela identificando-se.

Quando Cândido Neves está prestes a entregar o filho à Roda⁵¹, avista a “mulata fujona”, Arminda, prendendo-a:

“A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

- Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 666).

Mesmo não focando a elite propriamente dita neste conto, Machado nos mostra como a ordem social é incorporada por todas as camadas sociais, que compartilham do mesmo imaginário social, o que, segundo Alfredo Bosi, resume-se em:

“A lei é sempre: *mors tua vita mea*. O pobre, se é livre, faz retornar aos ferros o escravo que, fugindo para a liberdade, concorreria com ele no páreo dos interesses. O antagonismo não se fixa apenas nos extremos; há uma guerra de todos contra todos, que percorre os elos de ponta a ponta: aqui a vemos comunicar-se do penúltimo ao último”. (BOSI, 1982, p. 456, grifo do autor).

Através da violência que permeia essa situação, percebe-se a questão dos interesses que coloca todos contra todos, em uma corrente que pode ser facilmente rompida se não houver o comportamento esperado por parte de cada um dos elos.

Arminda está grávida e tenta persuadi-lo, dizendo como o seu senhor é mau, mas recebe como resposta: “– Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 666). Ele a julga quando tinha deixado o filho em uma farmácia prestes a entregá-lo à Roda. Para Alfredo Bosi (1982), a relação entre Cândido Neves e Arminda não geraria conflitos no plano natural, pois ele é um pai e ela uma mãe, mas no plano social a relação é completamente antagônica, pois ele é o perseguidor de escravos e ela uma escrava. Mas ao considerar o comportamento de Candinho, para além da separação de classes, ele livre e ela escravizada, é possível perceber que Machado visa criticar não ao comportamento individual da personagem-membro de uma classe, mas à sociedade

que engendrava esse processo, pois tanto Cândido Neves quanto Arminda sofrem com a hierarquização da sociedade e com a violência de uma estrutura social que marginaliza o trabalho livre, para manutenção dos privilégios de uma elite que mantém dependentes homens livres pobres como Candinho e subjuga violentamente mulheres como Arminda, por meio da escravização. Contudo, Cândido Neves é homem e branco, nessa sociedade patriarcal e escravocrata. Se parece que sua ação deixou de ser pautada por valores e resta agora só o interesse de continuar com o filho, sendo esta sua finalidade maior, daí o antagonismo, o julgamento demonstra que sua ação continua norteadas pelos valores dessa sociedade, o que permite manter a ordem social, autoritária e violenta, intocada.

A beleza artística do desfecho não está na denúncia explícita da violência desta sociedade, mas na sutileza com que esta é exposta⁵²:

“Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 667).

Desta forma, Machado encerra o conto que pode ter tido um “*happy end*” para muitos, mas que mostra uma crítica arguta à sociedade da época, não só pela ordem social e econômica que aniquila as pessoas, mas também por ser aceita como normal, pois representa a visão de mundo dos indivíduos. Com isso, percebemos porque sua obra tinha tão boa aceitação, pois ele a escrevia em duas partes: uma que representava a sociedade e seus contrasensos e outra que os criticava, mas de forma subentendida. “A Machado de Assis, como John Gledson já sugeriu, interessava desvendar o sentido do processo histórico referido, buscar as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos.” (CHALHOUB, 2003, p. 92).

A violência latente a toda situação, desde a miséria de Candinho e de sua família ao sofrimento dilacerante de Arminda, é produzida e reproduzida por dominantes e dominados, e por seu caráter simbólico não impede que em momentos como esse, seja justificada como natural. “Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. – Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 667).

Survival of the fittest, melhor dizendo no jargão científicista tão em voga na época. Destarte, Machado de Assis, através da sua ironia, consegue criticar as situações mais odiosas no modo com as representa, por trás de uma aparente normalidade.

2.5 Considerações

A análise da violência a partir de uma abordagem dos contos que tratam da escravidão elucida a perspectiva crítica de Machado de Assis sobre o assunto, permitindo aumentar o coro contra a sua suposta indiferença sobre as questões de seu tempo, especialmente a escravidão, à qual se via ligado pela origem de seus avós, mas principalmente por sua situação de homem negro que ascendeu em uma ordem escravocrata e rigidamente hierarquizada.

Não foram poucos os homens negros que ascenderam no contexto imperial sob a pressão de tornarem-se “brancos” (COSTA, E., 1999). Entretanto, como procurei mostrar nas análises precedentes, essa visão decorre de uma imagem construída a posteriori e incomodada com o não envolvimento de Machado de Assis, à maneira dos abolicionistas de seu tempo. Sem proferir discursos empolgantes contra os males da escravidão, sua forma de atuação mostrou-se muito mais intensa como funcionário empenhado na aplicação da lei de 28 de setembro de 1871 (CHALHOUB, 2003) e nesses breves “estudos” sobre a violência. Em suas histórias, percebemos a crítica mordaz de Machado de Assis à violência inerente a esta sociedade. Embora a interpretação tenha se voltado, às vezes mais, outras menos, para aqueles que protagonizam suas tramas, não é possível deixar de assinalar que a violência é um ato relacional e, para compreendê-la, não basta observar a perspectiva da vítima, mas alcançar em que medida a violência presente em uma relação de dominação atinge a todos, dominantes e dominados. Por outro lado, a perspectiva dos últimos, representada de maneira sutil pelo escritor, é algo que deve ser ressaltado.

Elisa, Mariana, Lucrecia e Arminda, com exceção da primeira, são todas escravas – mas mesmo Elisa ainda sofre com as relações de dominação legadas pela escravidão, principalmente por causa de sua origem, imprimindo em sua pele o estigma social, que a desvaloriza e submete aos desmandos dos senhores moldados por esta ordem patriarcal e escravocrata. O assédio sexual a que foram submetidas inúmeras escravas, como nos exemplos citados e discutidos por Robert Slenes (1997, p. 253), quais sejam, o da escrava sob o risco de estupro, cujo marido procura a justiça a fim de conter as investidas do seu senhor;

ou o exemplo de uma outra escrava, que consegue tirar do possível afeto de seu senhor, mas, sobretudo do seu desejo sexual⁵³, vantagens como a liberdade e ajuda financeira, dão provas da verossimilhança das narrativas aqui discutidas.

O poema de Elisa Lucinda (2003, p. 184), citado como epígrafe desta seção, atualiza e nos apresenta, com rara sensibilidade, a situação de impasse da mulher negra sob o estereótipo da mulata. Se já não há o castigo físico para obrigar as mulheres negras a ter relações sexuais com quem não desejam, o envolvimento em situações de humilhação pelo assédio sexual de homens, em geral brancos e em melhor situação financeira⁵⁴, ainda é um fator de coação. Assim, a poetisa exprime claramente a sensação desconcertante do assédio: “Ouvi tudo isso sem calma e sem dor”, nos chamando a atenção para a violência de uma situação que costuma ser minimizada, quando a vítima se recusa a aceitar o estigma e suas conseqüências, ou valorizada, quando se ressalta com ufanismo nossa miscigenação como panacéia. Portanto, o estereótipo da mulata sexualizada ainda é suficientemente forte para nos permitir inferir uma (re)atualização no tempo das situações vividas pelas personagens analisadas.

Sabina (1875) nos apresenta de forma poética as relações no contexto da família patriarcal brasileira pela ótica dos dominados. Geralmente associada à satisfação dos desejos do outro, a mulher, nessa poesia, é aquela que deseja (DUARTE, 2007b). Ademais, a tristeza presente no final denota não só o choque de percepções entre senhor e escrava, mas assinala também, com delicadeza, os anseios e o sofrimento de uma mulher negra, o que refuta sua imagem socialmente construída de mero objeto sexual. Mariana e Elisa, de modos menos marcados, também possuem essa humanidade praticamente inexistente em personagens como Rita Baiana, de Aluísio de Azevedo, por exemplo, cuja sexualidade corrompe o homem branco, e por extensão de sentido, a própria possibilidade de civilização (QUEIROZ JUNIOR, 1975; CANDIDO, 1993). Elisa é a “filha devotada” e Mariana põe fim a sua vida para escapar do seu destino social, ambas se sobrepondo ao que era esperado de uma mulata, que, no caso de Mariana, fica nitidamente associado à idéia de “prostituição” e “mancebia” através das investidas do tio João Luís e das intenções dissimuladas do próprio Coutinho. Além disso, Sabina é mãe, como Arminda, embora desista do suicídio pela vida de seu filho, e Arminda lute pela vida do seu até o limite em que a ordem social o aniquile ainda em seu ventre. Ambas são expressivas da visão que Machado tinha da situação de violência e dominação presentes no contexto da escravidão, pois Sabina sabe que, além de não ser correspondida, daria à luz mais um escravo, enquanto Arminda luta para que seu filho seja livre, mas acaba por perdê-lo. Em seu estudo sobre o estereótipo da mulata na literatura brasileira, Teófilo

Queiroz Junior (1975, p. 122) assinala que a mulata é sempre representada como um perigo para o homem branco, devido a seus encantos e sexualidade exacerbada. A partir da pesquisa sobre vários modelos de mulatas em diferentes obras e escolas literárias, o autor aponta uma certa “oposição a miscigenação”, pois nenhuma é tomada como mãe, o que também nos remete à própria origem do termo, como discutido na análise de “Pai contra mãe”, definido como estéril por natureza nos moldes das teorias raciais, que sempre foram repudiadas por Machado de Assis. Por fim, Lucrecia cuja leveza quase passa despercebida, é a imagem da criança escrava (DUARTE, 2007b, p. 258) que sofre e carrega desde cedo as marcas da escravidão, mas que não deixa de se divertir com o mundo.

Portanto, espero ter contribuído, tanto para a compreensão da violência presente nas relações sociais no contexto da escravidão brasileira, quanto para uma interpretação dos contos machadianos como meios de crítica social, de modo a que se possa rever a divisão atribuída à sua obra. “Virginius” e “Mariana” – situados antes da guinada definida pela crítica, (Lúcia Miguel Pereira (1949), Roberto Schwarz (1977,1990), John Gledson (1986, 2006), para citar apenas alguns nomes) – de modos distintos apresentam a visão crítica de Machado sobre a realidade de seu país, bem como “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, publicados depois de 1881. Os contos, especialmente pela sua característica específica, criados para causar um êxtase no leitor de uma única “assentada”, como afirma Edgar Allan Poe (1987, p. 111), possuem uma singularidade que dificulta sua leitura em blocos mais ou menos homogêneos. “Virginius” não apresenta o mesmo tom cômico de “O caso da vara” ou “Mariana”, mas evidencia de modo trágico a dor da perda de um filho, de forma tão contundente quanto em “Pai contra mãe”. Assim, o objetivo das análises desses “estudos” da violência foi fornecer apenas mais uma interpretação possível da obra de Machado de Assis, cuja originalidade está em mostrar as “cousas miúdas” da sociedade brasileira.

3 O PATRIARCALISMO

Por que é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro [...] Fica brincando com o povo igual gato com rato.
Carolina Maria de Jesus (1960, p. 137).

Gilberto Freyre (2004) sistematiza o processo de decadência do patriarcado rural, apontando sua reconfiguração na construção de um patriarcado urbano, formado ao longo do século XIX. Nesse sentido, *Sobrados e mucambos* (1936) é um marco para os estudos sobre a família patriarcal e transcende a perspectiva desta instituição, expondo-a como fator determinante na formação social brasileira, uma vez que envolve a forma de organização econômica, política, cultural e social, para além da perspectiva biológica que o termo família carrega.

Utilizando-se de pares opostos, o autor demonstra como o velho é superado pelo novo, mas não sem antes o impregnar de muitas de suas características. A casa e a rua é o par de oposição central, uma vez que é a partir da urbanização que Gilberto Freyre analisa a crescente perda de poder da casa (poder bastante difuso dos senhores patriarcais) para a rua (o espaço público).

“A família, sob a forma patriarcal, ou tutelar, tem sido no Brasil uma dessas ‘grandes forças permanentes’. Em torno dela é que os principais acontecimentos brasileiros giraram durante quatro séculos; e não em torno dos reis ou dos bispos, de chefes de Estado ou de chefes de igreja. Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal”. (FREYRE, 2004, p. 78).

A transformação da casa grande em sobrado não foi uma simples mudança de endereço da elite proprietária que, no decorrer do século XIX, passa a residir nas cidades. Com a decadência da economia açucareira do Nordeste, os senhores de terras e de escravizados começam a perder a supremacia que tiveram durante séculos, ao passo que ganham projeção o burguês citadino, o banqueiro, o comissário de açúcar ou café, bem como o bacharel, muitos destes, filhos de senhores de terras. Ao lado da urbanização, a crescente valorização do modo de vida burguês, sobretudo a partir da segunda metade do século, contribui para o declínio do patriarcalismo tradicional. Contudo, muito de seu domínio persiste nos sobrados da cidade, mostrando a força de sua influência na formação social brasileira.

O *pater familias*, exercendo controle quase absoluto sobre esposa, filhos, agregados e escravizados, líder por definição da tradicional família patriarcal, começa a perder sua autoridade com a vida na cidade. Foi em torno da mulher que o patriarcalismo mais se opôs às mudanças advindas com a urbanização e a transformação dos costumes através da importação dos modelos burgueses. Portanto, até a segunda metade do século XIX ainda se falava da reclusão a que as mulheres dos sobrados semi-patriarcais eram submetidas.

“O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi a travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o *pater familias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as molecas, como nos engenhos; sem que ela saísse nem para fazer compras”. (FREYRE, 2004, p. 139).

Antonio Candido (1972) também assinala a importância da família patriarcal como elemento fundamental da organização social brasileira, do período colonial até o século XIX. Dotada de funções econômicas e políticas acentuadas por estar intimamente ligada ao modelo econômico latifundiário, monocultor e escravocrata, a família patriarcal tinha na figura do pai uma autoridade praticamente ilimitada, exercendo inclusive a função de líder grupal, uma vez que a família abrange um sistema de parentesco amplo (tios, primos, sobrinhos, avós, parentes, padrinhos). Com as mudanças ocorridas a partir do século XIX (regime de trabalho, industrialização e urbanização), esse modelo entra em decadência e cede lugar para o modelo de família conjugal, mas que ainda carrega traços do poder patriarcal.

Por outro lado, Mariza Corrêa (1982), em texto que dialoga com as posições de Gilberto Freyre e Antonio Candido, estabelece uma crítica a esse modelo de entendimento sobre a família patriarcal. Para a autora, o período abrangido é extenso demais (XVI-XIX) e o espaço muito reduzido (fazendas de açúcar e café), ignorando assim formas distintas de organização familiar que não funcionavam apenas como “periferia” do núcleo principal. Deste modo, a questão não é negar a importância da família patriarcal na nossa formação social, mas demonstrar que essa forma de organização não foi a única. Tipos de organização familiar, que não podem ser pensados como “massa anônima dos socialmente degenerados”, nas palavras de Antonio Candido, citadas pela autora, mas como formas outras⁵⁵ e que travaram uma luta constante com o modelo dominante de organização familiar. Sendo assim, “A ‘família patriarcal’ pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira.” (CORRÊA, 1982, p. 25).

Entretanto, é inegável o impacto que o patriarcalismo exerceu tanto sobre nossa organização social quanto sobre nossas instituições políticas. O coronelismo, como prática política peculiar da Primeira República, tem suas bases na sociedade colonial e na família patriarcal, sendo que a figura onipotente do *pater familias* é a própria imagem do coronel, controlando pessoas e terras para a manutenção de seu *status* político, econômico e social.

O século XIX é palco das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que desmantelaram o sistema patriarcal e instituíram a ordem burguesa – mudanças que se mostram na configuração da cidade, sendo a urbanização um elemento de suma importância nesse processo (FREYRE, 2004; CANDIDO, 1972). Essas mudanças iniciaram-se ainda na primeira metade do século, com a vinda da corte portuguesa, em 1808, e se intensificaram a partir da segunda metade, principalmente após o fim da escravidão e nos últimos anos do Império.

A maior parte da obra de Machado de Assis concentra-se no último quartel desse século. Por conseguinte, essas mudanças foram vividas e representadas pelo escritor, que acompanhou atentamente o processo em seus contos, romances e crônicas. Em crônica de 28 de fevereiro de 1897, encontramos um excelente balanço das transformações pelas quais passou o século XIX:

“[...] Este século acabou por deitar todos os nomes no mesmo cesto, misturá-los, tirá-los sem ordem e cosê-los sem escolha. É um século fatigado. As forças que despendeu, desde princípio, em aplaudir e odiar, foram enormes. Junta a isso as revoluções, as anexações, as dissoluções e as invenções de toda casta, políticas e filosóficas, artísticas e literárias, até as acrobáticas e farmacêuticas, e compreenderás que é um século esfalfado”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 768).

Como dito acima, mudanças advindas com a urbanização e aburguesamento dos costumes de uma sociedade fortemente marcada por traços orientais. Segundo Gilberto Freyre, a influência oriental na formação cultural brasileira é inegável⁵⁶ e se reflete nos estilos de vida, na vestimenta, na culinária, afetando inclusive, os modos de pensar brasileiros, reforçando os ideais de sociedade patriarcal, os símbolos de superioridade de homem, branco e senhor de livres e escravizados.

Com a vinda da corte e a abertura dos portos, principalmente à Inglaterra, a ocidentalização pela via do capitalismo industrial inglês invadiu o país de produtos de vidro, ferro, louça e em pouco tempo procurou-se “apagar” a influência oriental secular, processo a que os ocidentalistas chamavam de “desassombramento”. Percebe-se assim, a estreita ligação entre os modos de vida e de pensar de uma sociedade, que começava a perder seu caráter

patriarcal, já meio burguesa e na qual convivem idéias liberais e progressistas, com um tipo de *pater familias* dos sobrados, mas com seu poder em franco declínio.

Ao lado da importação dos costumes burgueses, a medicina social, sobretudo a partir da segunda metade do XIX, contribuiu decisivamente para a transformação da família. Segundo Jurandir Freire Costa (1999), a família patriarcal, atacada pelas mudanças sociais e econômicas do século XIX, adequa-se, transforma-se, com a intervenção da higiene, pois, para o autor, a simples incorporação via imitação dos modos, costumes e usos burgueses pela família patriarcal não a teria transformado, mas o discurso médico, apoiado pelo Estado, teve importância decisiva para essa transformação. Destarte, a higiene interferindo diretamente no controle do corpo, da sexualidade e da moral individualizou os membros da família. O poder médico permitiu instituir os papéis de pai e mãe como finalidades naturais dos indivíduos, como geradores do futuro cidadão, saudável e disciplinado. Assim sendo, com o apoio do Estado, a medicina social desestruturou por dentro a família patriarcal, a fim de formar um modelo de família adequado aos valores do Estado e que passasse de inimiga a aliada. Desta forma, ao lado da urbanização operou-se a higienização da família com o intuito de criar indivíduos aptos a viver na cidade, como verdadeiros cidadãos e não como membros de um clã familiar. “A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria.” (COSTA, J., 1999, p. 48).

Por outro lado, as transformações discutidas até aqui podem ser notadas inclusive na moda. Segundo Gilda de Mello e Souza (1986), a ascensão da burguesia industrial e de novos padrões de comportamento; a difusão da democracia e o crescimento das carreiras liberais são mudanças sociais mais extensas ocorridas na Europa oitocentista que influenciaram a vestimenta. Com isso, a roupa deixa de desprezar a mobilidade – em nome da superioridade de classe ociosa, que podia se dar ao luxo de vestir roupas extremamente pesadas e desconfortáveis – e passa a valorizar o conforto e o movimento, levando a uma crescente seriedade e ausência de ostentação do traje burguês, ao menos em referência à vestimenta masculina.

Ressaltando a ligação da moda com as condições sociais, a autora enfatiza que esta é uma arte, pois seu criador, como qualquer artista, coloca sua sensibilidade em conexão com o momento social e, trabalhando com as formas, aproxima-se de outras manifestações artísticas que lidam com o espaço. E, muito embora a moda esteja associada ao imediato e à curta duração, relaciona-se também com as correntes estéticas de seu tempo, especialmente a arquitetura e a pintura. Deste modo, a moda e a literatura⁵⁷ são expressões artísticas que não

deixam de representar e lidar direta ou indiretamente com o real e, portanto, são meios apropriados para se perceber as diferenças sociais que representam, mas também reproduzem através de sua relação com o imaginário social.

Para a autora, uma breve olhada sobre a multidão basta para distinguir-se, através das roupas, o burguês do operário, por exemplo, mas que nenhuma diferença é mais expressiva do que a estabelecida entre o homem e a mulher. Por conseguinte, os resquícios da época anterior se mantêm, mas, principalmente em sociedades de passado patriarcal, as diferenças são perceptíveis inclusive na manutenção do “duplo padrão de moralidade”. Ao homem cabe o espaço público, marcado pelo código de honra contratual e à mulher, o privado, com os cuidados do corpo a fim de agradar aos homens. Essa moral dupla, que permite ao homem todos os gozos e liberdades e que mantém a mulher limitada aos ditames do pai e depois aos do marido, é expressa pela moda em seus diferentes aspectos.

“Eis em traços rápidos um apanhado da evolução da moda no século XIX. Mais do que nas épocas anteriores, ela afastou o grupo masculino do feminino, conferindo a cada um uma forma diferente, um conjunto diverso de tecidos e de cores, restrito para o homem, abundante para a mulher, exilando o primeiro numa existência sombria onde a beleza está ausente, enquanto afoga a segunda em fofos e laçarotes”. (SOUZA, G., 1986, p. 71-72).

O século dezenove é um verdadeiro divisor de águas, pois acentuará de forma determinante a separação entre a roupa feminina e a masculina, fato que transcende a questão estética para se referir às condições sociais do período. O aspecto de sedução da roupa feminina, que pode ser visto ainda hoje, foi ao longo do século XIX retirado da roupa masculina. Em referência à cor, por exemplo, a roupa masculina foi simplificada a tal ponto de ser comparável a um uniforme, enquanto a roupa feminina vai da complexidade a ponto de, muitas vezes, exagerar na mistura das cores. Assim, a roupa masculina caminha em direção à simplicidade e sobriedade, elegendo o preto como a cor favorita, que “vai alastrar-se mesmo pela gravata, e o homem se cobrirá de luto até o advento do esporte, que de novo introduz as cores claras.” (SOUZA, G., 1986, p. 69). No conto, “Visita de Alcibíades”, o narrador em primeira pessoa descreve o encontro inusitado entre ele, um homem do século, e um ateniense ilustre. A sátira da situação está na comparação entre os costumes e modos de vestir do passado e os do momento do narrador. Ao vestir-se, a personagem é motivo de escárnio por parte do “visitante”, que, ao vê-lo pôr o colete, também preto como as demais peças que trajava, sintetiza:

“Estás todo cor da noite – uma noite com três estrelas apenas – continuou apontando para os botões do peito. O mundo deve andar imensamente melancólico, se escolheu para uso

uma cor tão morta e tão triste. Nós éramos mais alegres; vivíamos...” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 356-357).

Portanto, a roupa masculina perde seu aspecto ornamental enquanto a feminina tende a aumentá-lo ao extremo. Em relação à roupa feminina, a ênfase na beleza tornou-se o que a autora chama de “*mundus da mulher*”. E no caso da mulher burguesa, a mudança se deu quando esta foi liberada das atividades domésticas, com o crescimento da vida urbana e das atividades a ela associadas, como: costureiras, padeiros etc. sendo seu único objetivo o casamento. Nesse intento, a mulher utiliza a moda, o enfeitar-se para o homem, como forma de afirmar sua individualidade, já que lhe era vetada a realização via artes ou negócios. Desta forma, o casamento é o principal meio de ascensão social para a mulher do século XIX, embora haja, principalmente entre as classes trabalhadoras, mulheres desempenhando atividades como professoras e governantas. Mas cujo trabalho é mal visto e a figura da “solteirona” é o fantasma que ronda as mulheres de todas as classes sociais.

É nessa direção que pretendo atentar aos contos machadianos a fim de analisar as novas configurações desse patriarcalismo, não mais rural, e que opera na vida dos salões, com personagens masculinas desempenhando funções liberais, como nos contos “Relógio de ouro” e “Valério”, e até personagens femininas lutando pela sobrevivência, não só no casamento, mas também no trabalho feminino ainda mal visto e mal remunerado, tal qual delineadas em “Folha rota”. Todavia, na representação do patriarcalismo dessa sociedade, em franca urbanização e modernização, trazendo certos resquícios rurais, não significa que o tradicional patriarcalismo rural esteja ausente da esfera de composição machadiana. O coronelismo e os desmandos do *pater familias*, mesmo caduco e doente, faz-se presente na sociedade brasileira. “O enfermeiro” nos fornece uma visão irônica dessa situação.

Com base nisso, a violência presente nas situações vividas por personagens femininas e masculinas – que permeia as relações dessa sociedade, e que traz em si muitos traços patriarcais, embora os modos, cenários, vestimentas sejam os da burguesia da segunda metade do século XIX – permite-nos analisar os contos “Relógio de ouro” (1873), “Valério” (1875), “Folha rota” (1878) e “O enfermeiro” (1896) como representativos dessas situações e dignos de atenção por sua força artística e crítica social.

3.1 “O relógio de ouro”: entre o patriarcalismo e a ordem burguesa

“O relógio de ouro” foi publicado originalmente no *Jornal das Famílias*, de abril a maio de 1873, e lançado no volume *Histórias da meia-noite*, no mesmo ano. Na advertência deste, o escritor, com muita modéstia, mostra a despreensão de suas narrativas para o leitor, mas afirma, “não digo com isto que o gênero seja menos digno da atenção dele, nem que deixe de exigir predicados de observação e de estilo.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 160). Pensando nessa advertência, o penúltimo conto dessa coletânea é representativo de situações de violência simbólica no contexto da sociedade brasileira oitocentista e será a seguir, objeto de nossa atenção.

A narrativa é conduzida por um “narrador onisciente neutro”, pois ele narra os fatos ocorridos entre as personagens sem intromissões diretas, deixando que prevaleça a situação vivida por elas, embora o ponto de vista seja sempre o seu, e inicia o conto sem subterfúgios. “Agora contarei a história do relógio de ouro. Era um grande cronômetro, inteiramente novo, preso a uma elegante cadeia.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 234). O objeto em torno do qual se desenvolve a trama, tal qual a vara de “O caso da vara”, aparece como elemento central, mas que nos permite pensar as situações de violência física e simbólica envolvidas nas relações que o narrador parece minimizar.

Luís Negreiros acaba de ver um relógio em seu quarto e, admirado por saber que tal objeto não era seu nem de sua esposa ou de pessoas conhecidas, enfurece-se, já desconfiando da fidelidade da esposa. Interpelada, Clarinha nega saber a procedência do relógio. Nesse ínterim, ele acaba sendo lembrado, pelo pai da moça, de seu aniversário no dia seguinte e, arrependido, vai pedir desculpas à esposa por suas acusações. Para seu espanto, ela o deixa sozinho na sala depois de mostrar toda sua indignação. Mais tarde, procura Clarinha, ainda mais enfurecido e, já disposto a agredi-la também fisicamente, quando descobre afinal que o relógio fora um presente de sua própria amante e enviado por engano para sua casa.

O enredo é ágil, ainda que carregado de situações de violência menos efetivas que em potencial, e que deixam o/a leitor(a) em tensão permanente. As ironias em torno do aspecto risível da personagem Luís Negreiros demonstram uma crítica sutil à situação de dominação e violência a que as mulheres são submetidas, desmascarando o ridículo desses maridos-senhores.

Personagens femininas marcantes são facilmente encontradas na obra machadiana. Capitu, Sofia, Helena, para citar personagens de três romances consagrados, são mulheres que, embora retratadas por narradores oniscientes ou personagens, são determinantes nas

tramas desenvolvidas. Já nos contos, as personagens femininas, além de marcantes, são o foco central de muitos dos seus melhores, como Conceição, de “Missa do Galo”, Genoveva, de “Noite de almirante” ou D. Severina, de “Uns braços”, por exemplo, tendo outro deles, inclusive, uma narradora, que causou polêmica na imprensa da época⁵⁸. “Confissões de uma viúva moça” (1865), para além da educação moral, mostra a complexidade da mulher oitocentista e a capacidade de refletir sobre a sua situação nessa sociedade patriarcal⁵⁹.

Segundo Pierre Bourdieu (1999, p.17), a dominação masculina se pauta na naturalização de uma construção social, uma vez que a divisão sexual parece definir a realidade social como natural, presente, ao mesmo tempo, em “estado objetivado” nas coisas, em todo o mundo social, bem como em “estado incorporado”, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, que funcionam como “sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação”. Deste modo, as posições masculina e feminina são fixadas como naturais, sendo, portanto, legitimadas.

“A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...]”. (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Charles Expilly (1977) descreve a situação da mulher brasileira, por volta de 1863, citando um provérbio português⁶⁰, que foi introduzido e praticado também no Brasil, e lamenta a pequena influência do progresso trazido por sua “civilização” a uma sociedade imobilizada pela influência portuguesa.

“As mulheres, porém, é triste confessá-lo, não se uniram ao movimento regenerador senão para adotarem os vestidos e os chapéus das nossas patrícias. [...] Hoje ainda a educação de uma brasileira está completa, desde que saiba ler e escrever correntemente, manejar o chicote, fazer doces e cantar, acompanhando-se ao piano, num romance de Arnaud ou de Luísa Puget. Até agora as senhoras não tomaram da civilização senão a crinolina, o chá e a polca”. (EXPILLY, 1977, p. 271-272).

Já Miécio Táci (1991) mostra que a educação da mulher oitocentista se resumia a tocar o piano, saber francês, costurar, ler romances e revistas de moda. “Quanto a exercer atividades lucrativas, nem se fale... A não ser para uma moça de condição humilde, ou afastada da família [...]” (TÁTI, 1991, p.115). E como descreve o próprio Machado de Assis, no conto “Quem não quer ser lobo...” (1872), em que o narrador descreve a personagem alvo do interesse de Coelho, atraído pela possível riqueza da moça, a quem era perdoável a falta de

beleza conquanto que herdasse dos tios uns duzentos contos. “Lúcia tocava piano, sabia muitas coisas de costura, desenhava bem e falava corretamente a língua francesa.” (ASSIS, 1957, v. 11, p. 203).

Com isso, percebe-se que, enquanto o homem era educado para o espaço público e para nele exercer cargos de prestígio – “Teoria do Medalhão” (1882) é exemplar nesse sentido –, a mulher era formada para ocupar o espaço privado, apta a cuidar da casa e do marido e receber suas visitas com polidez, sendo que estes eram os meios de se conseguir um bom casamento, além é claro da beleza e/ou riqueza.

“Era uma bonita moça esta Clarinha, ainda que um tanto pálida, ou por isso mesmo. Era pequena e delgada; de longe parecia uma criança; de perto, quem lhe examinasse os olhos, *veria bem que era uma mulher como poucas*. Estava molemente reclinada no sofá, com o livro aberto, e os olhos no livro, os olhos apenas, porque o pensamento, *não tenho certeza se estava no livro, se em outra parte*. Em todo o caso parecia alheia ao marido e ao relógio”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 235, grifo nosso).

No decorrer da narrativa, Clarinha também é caracterizada como “a mais dócil e afável criatura que por aqueles tempos respirava o ar fluminense.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 238). A ironia com que o narrador envolve essa afirmação aponta mais para uma crítica da relação de dominação estabelecida entre o casal do que para uma valorização do ideal de mulher submissa e frágil. Até porque tal leitura não seria condizível com a descrição acima de uma mulher atípica e cujo pensamento nem mesmo o narrador é capaz de devassar, uma vez que a neutralidade diante da ação corrobora certa postura crítica.

Por outro lado, as reações de Clara são todas defensivas. Quando inquirida sobre a procedência do relógio, a ação da personagem é sempre orientada pelo medo. “Clarinha ergueu lentamente os olhos para ele, abaixou-os depois, e murmurou: - Não sei”. Outras situações também evidenciam o teor de tensão na relação entre Clarinha e o marido, que é descrito como “homem assomado” e “leão impetuoso”. Sua ação é marcada pela raiva e pelo descontrole, expressos no seu olhar, “Luís Negreiros encarou-a; seus olhos pareciam dous reluzentes punhais” e por sua voz, definida como “voz de trovão” ou como a de um animal, “É demais! urrou Luís Negreiros, levantando-se e atirando a cadeira ao chão.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 236, 235, 236).

Essas descrições vêm ao encontro do que pontua Pierre Bourdieu (1999, p. 38) sobre a disciplina corporal que naturaliza o construto social, com condutas e posturas tipicamente femininas, como o “baixar os olhos” ou “aceitar as interrupções”, ao passo que o homem deve sempre “olhar de frente, nos olhos”.

A violência física latente da situação chega a tornar-se efetiva em dados momentos.

“Luís Negreiros fez um gesto como de quem queria esganá-la; conteve-se. A mulher levantou-se, apanhou o relógio e pô-lo sobre uma mesa pequena. Não se pôde conter Luís Negreiros. Caminhou para ela, e, segurando-lhe nos pulsos com força, lhe disse:

- Não me responderás, demônio? Não me explicarás esse enigma?

Clarinha fez um gesto de dor, e Luís Negreiros imediatamente lhe soltou os pulsos que estavam arrochados. Noutras circunstâncias é provável que Luís Negreiros lhe caísse aos pés e pedisse perdão de a haver machucado. Naquela, nem se lembrou disso; deixou-a no meio da sala e entrou a passear de novo, sempre agitado, parando de quando em quando, como se meditasse algum desfecho trágico”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 236).

Essa passagem evidencia a tensão presente na narrativa, bem como dá a entender que não era a primeira vez que ele a agredia, pois se “noutras circunstâncias” lhe pediria perdão, é possível perceber implicitamente a existência de outros incidentes. A violência simbólica presente na situação em que Clarinha, ciente da origem do relógio, morde os lábios quando é questionada pelo marido, ou estremece a cada investida sua, mostra que os efeitos que a violência simbólica gera em Clarinha são reais e não minimizam os momentos, como o citado acima, de agressão física, ou do final do conto, quando ele está prestes a estrangulá-la.

Lucia Osana Zolin (1994), a partir da ação da personagem Clarinha, ao lado da personagem Maria Olímpia, de “A senhora do Galvão”, e Eugênia, de “Confissões de uma viúva moça”, define-as como “protótipos de mulher-objeto”. No caso da primeira, por se resignar, a segunda por adotar uma posição pragmática ante a traição do marido, optando pela manutenção das aparências, e a última por submeter seu desejo às convenções morais. Por ser o foco da autora a trajetória dessas e de outras personagens femininas em contos de Machado de Assis, há uma ênfase maior na ação das personagens, divididas em blocos; mulheres-objeto e mulheres-sujeito, que agem com sedução e dissimulação⁶¹, exercendo suas opções, contrapondo-se à ideologia vigente da mulher do século XIX. Para a autora, “Relógio de ouro” trata com ironia o homem e a relação de dominação. Assim, Machado de Assis, ao ironizar as atitudes de Luís Negreiros com o final apresentado, dá provas de sua não adesão às convenções sociais da época. Entretanto, sua análise enfatiza mais a resignação e submissão de Clarinha em si do que as estruturas de poder que dão sustentação à situação que se estabelece entre ela e o marido.

Como mostra Pierre Bourdieu (1999, p. 45), a dominação masculina se apresenta na objetividade das estruturas sociais, das atividades produtivas e reprodutivas e nos *habitus*, que são moldados conforme essas condições, dando origem a modos de pensamento, de percepção

e de ação diferenciados para homens e mulheres. Desta forma, “as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder.” Portanto, “seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que ‘faz’, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.” É neste sentido, que buscarei compreender melhor o contexto histórico que produzia situações como essas.

Conforme discutido anteriormente, a família patriarcal exerceu grande influência na organização social brasileira por mais de três séculos, uma vez que envolvia funções econômicas, políticas e sociais mais amplas e um contingente de pessoas e relações para além do círculo familiar consangüíneo propriamente dito. Com base nisso, os trabalhos de Gilberto Freyre (2004) e Antonio Candido (1972) apresentam a configuração desse modelo familiar e a sua transformação, a partir da segunda metade do século XIX. Assim, “O relógio de ouro” já apresenta esse cenário urbano, no qual se desenvolvem relações burguesas, o que percebe-se nas atividades das personagens centrais; Luís Negreiros possui um escritório enquanto sua esposa lê romances em casa.

Segundo Gilberto Freyre (2004), a mulher foi a porta de entrada para as mudanças no interior da família, o que Jurandir Freire Costa corrobora, apontando seu anacronismo diante das mudanças sociais daquele contexto.

“A mulher de alcova foi uma peça fundamental no dispositivo médico-higiênico. Encerrada nestes locais escuros, úmidos, mal ventilados, a mulher representava o elo mais fraco da cadeia anti-higiênica visada pelos médicos. Arrancando-a da alcova, a medicina social, de um só golpe, integrava a família à cidade, enfraquecia o poder paterno e surgia como aliada da esposa contra o marido”. (COSTA, J., 1999, p. 115).

Essa mulher passa a ser a dama dos salões, que vai às compras, leitora de romances e adepta da moda mais recente. No entanto, segundo o autor, a emancipação das mulheres colocaria em risco o projeto médico social, pois se ao Estado interessava formar cidadãos aptos e saudáveis, cabe à mulher o papel de mãe. A princípio, fazendo-a amamentar os filhos, uma vez que a amamentação era exercida pelas amas de leite, mas que, com a ativa vida social, as mulheres continuavam negligenciando. A ênfase no papel de mãe, além de colocá-la no cuidado da saúde dos filhos, regulava a vida da nova mulher, já que sua autonomia efetiva arriscaria o modelo disciplinar, possibilitando, inclusive, a concorrência com o homem. Portanto, a naturalização das diferenças sexuais dos indivíduos era enfatizada nos discursos higienistas, e a crença na inferioridade natural da mulher, sua predisposição biológica aos

afazeres domésticos, aos sentimentos em oposição à tendência masculina para o público e para a razão eram necessárias para a manutenção da nova ordem social.

Segundo Kátia Muricy (1988), a crítica aparentemente paradoxal da medicina social à moda, aos espartilhos apertados, por exemplo, mas principalmente ao mundanismo excessivo, como as festas, espetáculos, que poderiam tornar a família, mas, sobretudo a mulher exposta e liberal demais, expunha o controle da medicina social que se apresentava como mediadora da transição segura para uma vida burguesa. “A importância dada aos médicos à crítica da moda, testemunhada no radicalismo de suas intervenções, aponta para um fator decisivo na preocupação higienista: a identificação da mulher à função materna.” (MURICY, 1988, p.64).

Na perspectiva de Anélia Montechiari Pietrani (2000), a questão da maternidade em Machado de Assis é dessacralizada, uma vez que se distancia do discurso da Igreja e dos padrões de uma sociedade ainda patriarcal. Embora a autora não se atenha ao discurso higienista que, como tratado acima, também reelabora esse ideal, agora naturalizado pela visão da ciência, impondo à mulher o papel de mãe, assinala que Machado de Assis, nas poucas mães que constrói em seus romances (mas não só, pois o mesmo se dá em inúmeros contos também⁶²), não reproduz o modelo materno idealizado.

“[...] A desconstrução do ideal sagrado da maternidade revela a ousadia de Machado de Assis bem como um enfrentamento silencioso e artiloso do narrador que, convivendo com as limitações impostas pela sociedade patriarcal, põe em tensão as verdades padrão dessa mesma sociedade, rasurando-as e contestando-as”. (PIETRANI, 2000, p. 17).

Por outro lado, Kátia Muricy (1988) analisa os romances de Machado de Assis tendo como base o processo de normalização pelo qual passou a família brasileira ao longo do século XIX. A partir de uma sociabilidade distinta, urbana e aberta aos novos costumes e valores vindos da Europa por meio da ciência, mais especificamente pela medicina higienista, estabelecem-se novos padrões de sociabilidade que se chocam com os valores da família patriarcal, mas de modo a não comprometer a base da estrutura. Assim, nos primeiros romances, Machado adotaria um discurso moral sobre a família, concebendo-a como “agente ordenador do social”, sem ser autoritário ou tradicional. Já nos romances de “segunda fase”, o autor adotaria uma visão crítica em relação à modernidade, sobretudo à ciência como verdade capaz de definir e dirigir o social. Deste modo, a família deixa de ser esse “agente ordenador” para ser motivo de crítica não só à moral da família patriarcal, mas também à nova ordem burguesa e ao corolário cientificista que a envolve.

O casamento também é o mote central na maioria dos contos machadianos, mas não são poucos os que são infelizes ou frustrados. Contudo, talvez não seja possível definir tão

facilmente a separação em fases; embora a maior parte de seus contos possa ser pensada como moralista, muitos e significativos não o são. “Confissões de uma viúva moça” (1865), “Sem olhos” (1876), “História de uma lágrima” (1867) são contos em que, apesar de o final ser de um moralismo convencional, o desenvolvimento aponta para uma visão crítica do casamento, da situação da mulher e da violência a que eram submetidas. Luiz Roncari (2006) também ressalta certa diferença entre o desenvolvimento e o desfecho dos contos, o que, para o autor, resultaria, de fato, em algo desconexo; a tendência crítica do escritor, mas que cede às aspirações do leitor, afeito a aventuras romanescas.

“O que se nota desde os primeiros contos de Machado é que ele se esforça para combinar uma observação realista, crítica das práticas sociais e intelectuais, com uma trama ficcional bem urdida, romanesca, compondo-se quase sempre em torno das dificuldades e dos obstáculos do encontro e da realização amorosa”. (RONCARI, 2006, p.86).

Na primeira versão⁶³ de “O relógio de ouro”, publicada no *Jornal das Famílias*, sob o pseudônimo de Job, há exatamente o esforço para combinar realismo às aspirações romanescas e moralistas dos/as leitores(as). Por conseguinte, a cena de suspense, que nos deixa de sobreaviso a respeito do que possa acontecer, aparece exposta de maneira mais evidente, apontando para um desfecho mais violento, tipicamente melodramático e trágico. “Luiz Negreiros, depois de muito e muito cogitar, inclinou-se á mais triste e deploravel das hypotheses. Abrio a secretaria, e tirou de dentro de uma gaveta secreta um revolver de seis tiros. Estava carregada. Metteu-o no bolso, e foi ter com a mulher.”⁶⁴ (ASSIS, 1873, p. 132). O final sanguinário que se presume daí é modificado quando da publicação em livro para uma forma de violência mais sutil, substituindo a arma pelo uso das próprias mãos e assim, vemos que a tendência crítica prevalece.

A realidade vive o momento de transformação do patriarcalismo tradicional. Assim, a perda do poder patriarcal não foi aceita sem uma compensação válida para aquele que detinha o controle quase absoluto sobre esposa, filhos, escravizados e agregados. A higiene oferecia em troca uma vida saudável, racionalizada e civilizada. Todavia, individualmente, ofereceu pela perda do *status* social de líder da família em nome do Estado, o papel de “pai higiênico”, já sem as propriedades do patriarca, dadas às mudanças ocorridas, mas senhor absoluto da mulher que, sob o papel de mãe e esposa devotada, foi o prêmio concedido pelo poder médico ao “homem médio”. “A honra e o poder do patriarca colonial repousavam no nome de família e na posse de terras e escravos. A honra e o poder do ‘pai higiênico’ vão depender sobretudo da posse da mulher e da respeitabilidade sexual.” (COSTA, J., 1999, p. 252).

Esse é o caso de Luís Negreiros em relação à Clarinha. Ela é sua propriedade, mas a afirmação da “respeitabilidade sexual” lhe dá o direito de atacar a mulher de outros (não sabemos nada sobre sua amante, mas nada exclui a possibilidade de que ela, tal qual Rita, de “A cartomante”, seja casada) e, quando a mulher cedia, reforçava o modelo de família, pois se tornava a mundana. Assim, o machismo, a contrapartida da perda do poder patriarcal, permitia esse tipo de situação, uma vez que ele sequer cogita a sua própria conduta, partindo do pressuposto de que o “demônio” é ela.

Por outro lado, esse tipo de poder está muito mais ligado ao poder patriarcal decadente do que a uma nova forma de opressão e será paulatinamente o que caberá ao pai, não mais senhor de terras e de pessoas escravizadas, mas senhor ainda de sua mulher. Percebe-se com isso que as mudanças sociais não eliminariam a segregação entre os sexos de uma sociedade de passado patriarcal tão recente como a brasileira. Segundo Gilda de Mello e Souza (1986, p. 50), esse antagonismo é perceptível inclusive na moda, pois, embora “o século XIX, trazendo as profissões liberais, a democracia, a emancipação das mulheres...” esteja intimamente ligada ao contexto histórico e social em que foi produzida, e se a luta pela emancipação feminina era uma das muitas transformações deste século, a moda não corresponde a isso, pois já na década de 1880, ao passo que as caudas diminuem, apertam-se as saias e exagera-se nos fofos e *pouffs*, dificultando até o sentar. E, na década de 1890, as mangas exageradas dificultam o movimento dos membros superiores. Pensando no contexto europeu e norte-americano, em que era cada vez maior o número de mulheres trabalhando, a autora conclui, “como se vê, a moda tanto pode refletir as transformações sociais como opor-se a elas através de inúmeros subterfúgios, todas as vezes que há perigo de uma aproximação excessiva entre as classes e os sexos.” (SOUZA, G., 1986, p. 129). Esse ainda não era o panorama brasileiro⁶⁵, uma vez que “somente em 1881 uma mulher, do Rio de Janeiro, ingressa num curso superior, como aluna da Faculdade de Medicina.” (STEIN, 1984, p. 27).

Portanto, como dito acima, a moda reflete e reforça o “duplo padrão de moralidade” uma vez que ao homem cabe o espaço público e à mulher o privado, espaços que exigem de cada um certo tipo de vestimenta. Enquanto o homem se afirma por sua capacidade intelectual, a roupa apresenta simplicidade e austeridade, ao passo que a mulher deve afirmar-se por sua beleza, com a roupa enfeitada ao extremo, destinada a agradar o homem. Essa dupla moralidade reflete-se inclusive na moral sexual. Embora a atividade sexual fosse restringida ao casamento, fato preconizado tanto pela Igreja quanto pela medicina social, o que se dava, na prática, era um código de conduta diferente para o homem e para a mulher.

“À exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil – convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar”. (FREYRE, 2004, p.207-208).

Essa característica da organização social se mantém mesmo após o declínio da organização patriarcal e a perda do poder do *pater familias*, como se pode notar na arguta análise de Antonio Candido.

*“The great intolerance for adultery on the part of the female, alongside relative indulgence on the part of the male. Frequently unmarried girls and young married women express the opinion that, since man is by nature unfaithful, they will demand of the husband only that he be discreet in his infidelities, that he will keep them hidden and not disgrace the family”*⁶⁶.(CANDIDO, 1972, p. 310).

Em “A senhora do Galvão”, Machado de Assis aborda exatamente essa questão. Maria Olímpia “finge” não ver a traição do marido, a fim de manter seu *status* de esposa, uma vez que, naquele momento, o casamento era a finalidade última da vida de uma mulher. Segundo Ingrid Stein.

“O marido podia eventualmente se permitir ter amantes ocasionais ou fixas e acomodar esta situação à de pai de família; havia um acordo tácito neste sentido, com a sociedade e mesmo com a esposa, desde que as aparências fossem mantidas e ela não perdesse as regalias do seu *status* de mulher casada”. (STEIN, 1984, p. 34).

Em sua análise sobre Virgília, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a autora mostra que Machado de Assis reflete em sua obra os códigos morais que regiam sua sociedade. No caso do adultério, o universo moral de Machado, em que vivia e do qual tratava, é descrito de maneira notável, mostrando os processos psicológicos tanto para homens quanto para mulheres no que se refere ao “dever”.

“Ora, que dever é este? O de amar um homem só. Já que os homens, como se vê, não estão obrigados a amar uma só mulher, este “dever” exclusivamente das mulheres constitui uma diferença fundamental – confere dois pesos, dois significados a *adultério*, palavra que, em si, não admite mais de uma definição – e, logicamente, condiciona o comportamento feminino, obriga a mulher à arte da dissimulação, se o objeto do seu amor não coincide com a pessoa do marido”. (STEIN, 1984, p. 79, grifo da autora).

Para a autora, Machado de Assis, enquanto homem de seu tempo, atém-se à ideologia vigente sobre a mulher e não questiona o porquê desta situação. Acusa-o inclusive de não ter figuras femininas transgressoras da norma. Assim, vê em sua obra apenas a descrição da posição social da mulher das classes média e alta. Todavia, sua leitura é limitada aos romances e, por isso, pode-se afirmar enviesada. Nos contos, Machado não se restringe às classes média e alta e não re(trata) apenas a posição social da mulher, mas aprofunda a compreensão das relações objetivas de poder, bem como a subjetividade das personagens femininas envolvidas nessas relações. “Noite de almirante” (1884) não só desmente a afirmação de que Machado não criara personagens transgressoras como também apresenta uma mulher capaz de “tornar-se um indivíduo independente com idéias e experiências próprias.” (STEIN, 1984, p.131). Este é o caso de Genoveva, a namorada apaixonada de Deolindo, que, findos os dez meses da viagem do marinheiro, estava com o mascate José Diogo, e que antes da viagem jurara amor eterno e padecera muito a separação, mas após alguns meses, se apaixonara novamente. E agora, diante de Deolindo, que tem ganas de esganá-la ou matar o concorrente, tem diante de si uma mulher ciente de seus desejos e capaz de escolhas e atitudes independentes.

“Genoveva olhou para ele com desprezo, sorriu de leve e deu um muxoxo; e, como ele lhe falasse de ingratidão e perjúrio, não pôde disfarçar o pasmo. Que perjúrio? Que ingratidão? Já lhe tinha dito e repetia que quando jurou era verdade. Nossa Senhora, que ali estava, em cima da cômoda, sabia se era verdade ou não. Era assim que lhe pagava o que padeceu? E ele que tanto enchia a boca de fidelidade, tinha-se lembrado dela por onde andou?”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 449-450).

Não há como pensar a personagem Clarinha nestes termos. Todavia a digressão é necessária para entendermos as bases dessa relação. Clarinha de fato não se impõe, mas o que Machado de Assis visa criticar nesse conto não é a passividade “feminina” ou a agressividade “masculina”, mas a relação de dominação estabelecida entre marido e mulher. O intuito foi contextualizar a narrativa a uma sociedade em transformação, mas fortemente marcada por sua formação patriarcal que influencia, inclusive, o discurso médico, que se quer inovador, mas ajustado ao contexto brasileiro a fim de responder às demandas efetivas das elites dessa sociedade, ao mesmo tempo, escravista e liberal. A violência simbólica que nela impera se dá por meio da adesão à ordem, em atos como os de Clarinha, de conhecimento e reconhecimento que estão para além da consciência de quem a sofre.

“Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes”. (BOURDIEU, 1999, p. 54).

Nesse sentido, para a transformação dessa situação não basta conscientizar mulheres como Clarinha, pois somente com a mudança efetiva das “condições sociais de produção das tendências” se poderá romper com a relação de dominação. Tendências essas que resultam de estruturas como a de um “mercado de bens simbólicos”, no qual as mulheres são tidas como objetos de circulação. Não à toa os casamentos são o motor da maioria de seus contos. Neles os interesses masculinos dão o movimento: a necessidade de obter certo dote, o nome da família, a beleza e/ou riqueza cobiçada por muitos, dos quais um sairá o vencedor; neles a mulher é um símbolo que funciona para aumentar o capital simbólico dos homens diante de outros homens. A honra e a virilidade são elementos centrais desse capital, e que são transmitidos do *pater familias* para o “pai higiênico”. Luís Negreiros não hesitou em agredir a esposa por desconfiar da sua infidelidade, tal qual sucedera a Rita, de “A cartomante” (1896), efetivamente morta pelo marido, quando descoberta a traição.

“– Mata-me, disse ela, mas lê isto primeiro. Quando esta carta foi ao teu escritório já te não achou lá: foi o que o portador me disse.

Luís Negreiros recebeu a carta, chegou-se à lamparina e leu estupefato estas linhas:

Meu nhonhô. Sei que amanhã fazes anos; mando-te esta lembrança. Tua Iaiá.

Assim acabou a história do relógio de ouro”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 240).

O final em aberto evidencia a postura crítica de Machado de Assis ante aos valores de sua sociedade. Enquanto na primeira versão incluiu um parágrafo inteiro de puro moralismo⁶⁷ – no qual valoriza uma Clarinha “constante”, cuja “vingança” (no limite, irrisória) é a vergonha do marido, que não só esquece a então nomeada amante, mas é também perdoado em apenas um dia – na versão em volume, ironicamente, Machado de Assis questiona esses valores invertendo a situação no final ao lançar para o/a leitor(a) o desenlace mais conveniente. Deste modo, o desfecho enigmático deixa subentendido que por trás da normalidade social da situação esconde-se a anormalidade essencial das relações de poder dentro de uma sociedade ainda patriarcal.

3.2 “Folha rota”: mulheres livres e pobres na ordem patriarcal

Como demonstrado na análise de “O relógio de ouro”, a situação de dominação em que vive a personagem Clarinha pauta-se nas condições sociais que produzem a própria dominação. Nesse sentido, o casamento como um “mercado de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1999) e a mulher como objeto de troca, dão provas da importância desta instituição na vida de homens e mulheres, principalmente de mulheres que, se pobres, não possuem outro meio de ascensão social e, se ricas, são impelidas a vê-lo como realização pessoal de toda mulher.

Não à toa inúmeros contos de Machado de Assis tratam do casamento, seja de donzelas ricas, cortejadas por muitos, seja do casamento já realizado e da frustração de muitas mulheres. A traição também aparece como mote de vários contos conforme apontado na análise precedente. Por outro lado, observa-se que, não obstante a maioria dos contos machadianos trate do cotidiano de mulheres das classes média e alta, muitos deles retratam a realidade de homens e mulheres livres e pobres⁶⁸.

“Folha rota” (1878) retrata esse cotidiano, porém da perspectiva da mulher livre e pobre, a qual se desenvolve em meio a relações de poder que cruzam as categorias de classe e gênero, mostrando a violência latente de sua situação. Luísa tem 18 anos, filha de operário, mas órfã de pai e mãe. Vive com a tia D. Ana Custódia. Ambas são costureiras e trabalham exaustivamente para sobreviver. Além da sobrinha, D. Ana Custódia tem um cunhado e um sobrinho, com os quais não se relaciona.

Luísa e Caetaninho (o primo) se amam e não entendem o motivo da briga entre o pai dele e a tia. Depois de mais um encontro furtivo através de uma fresta da janela, Luísa procura descobrir da tia a causa de tamanho ódio. Então, D. Ana Custódia relata à sobrinha os “contos largos” de seu passado. Sua irmã casara-se com o pai de Caetaninho, mas por maus tratos e descaso do marido, faleceu. No entanto, pouco depois da morte de sua irmã, aquele a procura, dizendo gostar dela, ao que D. Ana reage agredindo-o fisicamente. O pai de Caetaninho vingava-se colocando o marido contra ela. Ao final do relato, D. Ana Custódia faz Luísa jurar que nunca se casaria com o filho “daquele homem” e o romance termina. Após alguns dias de sofrimento, Luísa “consolou-se como se consolam os desgraçados. Viu ir-se o único sonho da vida, a melhor esperança do futuro.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 870).

Nesse conto, o “narrador onisciente neutro” apresenta uma história de amor que envolve um segredo do passado e seria até monótona não fosse seu conteúdo mais profundo e o desfecho irônico. A profundidade está no modo como o escritor representa a sociedade

patriarcal da perspectiva de mulheres pobres, que trabalham para sobreviver e são marcadas pela violência do poder masculino quando, ativa ou passivamente, vêm-se excluídas do mercado matrimonial.

Logo no início, o narrador assim descreve a situação social da personagem principal:

“Infelizmente, não tinha adornos nem os vestidos eram bem cortados. Pobres, já se vê que deviam ser. Que outras cousas seriam os vestidos de uma filha de operário, órfã de pai e mãe, condenada a coser para ajudar a sustentar a casa da tia! Era um vestido de chita grossa, cortado por ela mesma, sem arte nem inspiração”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 865).

A personagem vive fechada no seu mundo de pobreza, à espera de um príncipe encantado que a salve de sua condição social. Seu primo não é rico, mas suas chances de ascender são maiores que as de Luísa; pois, por ser homem, abrem-se algumas possibilidades para além do casamento, tendo em vista sua determinação de fazer a própria vida. Desse modo, diante da provável objeção do pai, sua postura é de autonomia e disposição para enfrentar as adversidades.

“- Oh! mas não faz mal! Eu só espero poder arranjar a minha vida; depois se queira ou não queira...

- Isso, não, se titio não aprova parece feio.

- Desprezar-te?

- Você não me despreza, emendou Luísa; mas desobedecerá a seu pai.

- Obedecer em tal caso, era feio da minha parte. Não, não obedecerei nunca!”. (ASSIS, 1997, v.2, p. 867).

Note-se que Luísa constantemente adota a passividade diante das negativas.

“- Sim; mas não faça zangar seu pai.

- Não: farei tudo de harmonia com ele. Se recusar...

- Peço a Nossa Senhora que não.

- Mas, diga você; se ele recusar, que devo eu fazer?

- Esperar.

- Pois sim! Isso é bom de dizer”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 867).

A não obediência do filho ao pai mostra que os valores patriarcais estão arrefecendo. Porém, a postura de Luísa é bem diferente. Após pensar no futuro com idéias “sempre tingidas da cor da melancolia”, admite que ainda há espaço para o amor capaz de vencer tudo, e por meio do qual o casamento selaria a paz na família até então cindida. Luísa vê o casamento como única saída para sua felicidade. Segundo Raymundo Faoro (1974), se o

caminho dos homens pobres, sem influência política ou noivas ricas, é difícil, para as mulheres é ainda pior.

“Mais triste é a sorte das mulheres – para elas as opções ou oportunidades são mais estreitas, sem perspectiva. Se não lhes cai do céu a madrinha opulenta, nem as requêsta o noivo rico, aguarda-as o casamento, na melhor das hipóteses, com o bacharel sem futuro, o funcionário sem recursos ou o empregado vexado com a ameaça de desemprego. Fora daí, como ganhar o pão?”. (FAORO, 1974, p. 317).

Entretanto, é importante ressaltar que não é apenas a questão econômica que se coloca para a mulher pobre, mas também social. A mulher que não casa, rica ou pobre, vê cair sobre si a pecha de “solteirona”, que a diminui socialmente. Machado ironiza algumas personagens que não casam, como Celestina, de “Uma carta” (1884), e Martinha, de “Flor anônima” (1897). Ambas, como D. Tonica, de *Quincas Borba* (1891), aceitavam qualquer um, contanto que fosse um marido. O casamento, como dito acima, era a única forma de reconhecimento social para a mulher e de ascensão social, se esta também fosse pobre. Fora daí só restava o trabalho, que não tinha valor social e tampouco remuneração digna. “Se possui escola, a única saída, saída e não perspectiva, é o professorado, visto como degradação das esperanças mais altas.” (FAORO, 1974, p. 317).

Segundo Ingrid Stein (1984), nos romances machadianos o casamento aparece como uma “carreira” para a mulher. Do mesmo modo que o homem era educado para a independência e gerência de sua própria vida, a mulher era preparada para depender dele para gerir a sua. Portanto, trabalhar fora era sinônimo de humilhação. Contudo, a autora centra sua análise apenas nos romances, e nestes volta-se somente para as personagens de classe média e alta, não estendendo a discussão para figuras femininas pobres⁶⁹; cujo trabalho é duplamente desvalorizado socialmente. De acordo com Silvana Santiago (2006), os rótulos de mãe, esposa e dona de casa não eram suficientes para definir as mulheres pobres que, muitas vezes sustentavam a casa. Nesse sentido, a complexidade dessas personagens é ainda maior, pois nelas cruzam-se categorias de gênero e classe tornando suas trajetórias emblemáticas no que diz respeito à violência dessa sociedade.

O trabalho em geral é menosprezado pela sociedade brasileira do século XIX e seria, no mínimo, contraditório que Machado de Assis retratasse em seus romances e contos mulheres valorizadas por exercerem atividades remuneradas, num contexto em que até para os homens o trabalho aparece como algo aviltante, haja vista o peso da escravidão não só enquanto atividade econômica fundamental, mas também como elemento marcante no imaginário social da época. O que dizer das mulheres machadianas envolvidas nestas

relações? As análises de Eugênia e D. Plácida, feitas por Roberto Schwarz (1990, p. 81-105), embora mais afeitas à questão de classe apresentam pistas importantes para pensarmos as personagens de seus contos. Eugênia é descrita por Brás Cubas de forma sádica: a “flor da moita”, por sua origem fora do casamento ou a “Vênus manca”, por seu defeito físico. Contudo, Eugênia se coloca dignamente diante dele. Apesar de ciente da sua situação de inferioridade social, ela não se porta de modo subalterno. Segundo o autor, é essa postura de Eugênia que faz com que Brás ponha fim ao idílio romântico apenas esboçado. Para ele, a perspectiva de membro da classe dominante prevalece, pois justifica sua atitude em relação à moça por seu defeito físico, mas que visa naturalizar uma inferioridade antes social e, sobretudo, desculpar a iniquidade social, culpabilizando a natureza. Por outro lado, Eugênia não demonstra uma falta de subalternidade apenas inconcebível para um membro de sua classe social. Sua postura, desde o início, é de uma pessoa de caráter elevado e mesmo quando degradada num cortiço mantém-se digna, o que mostra que essa personagem não se enquadrava no papel de mulher submissa e suscetível às veleidades sexuais de um Brás Cubas. É nessa perspectiva que as personagens de D. Ana Custódia e da própria Luísa podem ser pensadas.

A cena inicial do conto já exhibe a vida difícil que ambas levam. D. Ana sai no fim do dia para entregar suas costuras, enquanto sua sobrinha é descrita sutilmente trabalhando. “Encostada à mesa velha de trabalho, com a cabeça inclinada sobre a costura, os dedos a correrem pela fazenda, com a agulha fina e ágil não excitava a admiração, mas despertava a simpatia.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 865). O trabalho é intenso, pois mesmo após uma noite de aflição pelo impasse de seu namoro com o primo, acorda cedo para trabalhar com a tia. Todavia, com o desenvolvimento da trama nota-se que, além da labuta e da miséria sempre à espreita, a condição de mulheres dentro dessa ordem patriarcal é mais um agravante.

Quando as duas estão trabalhando, como já aludido acima, Luísa pergunta à tia o motivo para o ódio que sente do cunhado e do sobrinho. Após certa insistência, D. Ana conta a causa do rompimento. Além da morte da irmã, pela qual culpabiliza o cunhado, há o assédio dele sobre ela. Nesse caso, o assédio em si já denota certa pretensão à dominação. Se houvesse interesse, de fato, sexual e/ou amoroso, a aproximação teria de ser mais sutil e complexa⁷⁰, uma vez que D. Ana já era casada. No entanto, o cunhado não demonstra esses cuidados (até para saber se era ou não correspondido ou se ela seria suscetível a suas pretensões sexuais). Assim, o que se reflete é o desejo manifesto de dominação. Como afirma Pierre Bourdieu (1999, p. 30-31), “o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a

posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro”.

Naquele contexto social, a mulher é vista e definida por sua fragilidade e inferioridade inatas, o que lhes impõe uma postura de submissão e/ou dissimulação quando colocadas em situações desagradáveis. Desta forma, antes de ser uma característica essencialmente feminina, a dissimulação ou a passividade são construtos sociais, mas, paradoxalmente, reafirmam essas mesmas características enquanto dados naturais e que não deixam de ser negativizadas (BOURDIEU, 1999, p. 43-44). Por outro lado, D. Ana Custódia, ao ser assediada, não adota nenhuma dessas condutas e, tendo clareza da sua situação nessa ordem, relata à sobrinha:

“- Luísa, tu és inocente, nada sabes deste mundo; mas é bom que aprendas alguma cousa. Aquele homem, depois de fazer morrer minha irmã lembrou-se de gostar de mim, e teve o atrevimento de vir declará-lo na minha casa. Eu então era outra mulher que não sou hoje; tinha cabelinho na venta. Não lhe respondi palavra; levantei a mão e castiguei-o no rosto. Vinguei-me e perdi-me”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 869).

Ela agiu de forma independente e austera, em uma sociedade patriarcal na qual uma mulher não deve responder ao homem, muito menos agredi-lo. Note-se que o cunhado não é nomeado, o que dá a entender certa autoridade onipresente ou generalizada, que prescinde de nome por estar em todos os pólos da sociedade em figuras como Luís Negreiros, de “O relógio de ouro” (1873), ou o também inominado pai de Damião, de “O caso da vara” (1891), cuja vontade senhorial determina toda a ação das personagens. Daí a atitude de D. Ana Custódia ser tomada como intolerável, pois o homem é o detentor da palavra que tem em si o poder de reafirmar a própria dominação. Sendo assim, o poder patriarcal em estado puro define a verdade ou o mínimo necessário, a verossimilhança, capaz de colocar a mulher no seu devido lugar, qual seja, na posição de submissa e dependente das atitudes masculinas “[...] e a língua... oh! a língua! Foi a língua dele que me feriu...” Com isso, as atitudes tomadas tanto por parte do cunhado quanto de seu próprio marido são representativas desse poder: “[...] basta saber que cinco meses depois, *meu marido me pôs pela porta fora*. Estava difamada; perdida; sem futuro nem reputação. Foi ele a causa de tudo. *Meu marido era homem de boa-fé*.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 869, 870, grifo nosso). Ressalte-se que o marido, tal qual Bentinho, de *Dom Casmurro* (1899), não precisa de muita coisa para exercer seu “direito” de julgamento, pois sua “boa-fé”, sua suposta capacidade de decisão imparcial, evidencia a violência simbólica de um poder discricionário que subjuga a mulher que não se encaixe nos padrões dessa ordem patriarcal (CALDWELL, 2002; SCHWARZ, 1997).

Ademais, ao justificar a violência sofrida, a própria vítima não a percebe como prerrogativa de um poder que emana também de seu marido, revelando o modo como a violência simbólica é aceita e legitimada também por quem a sofre (BOURDIEU, 1999).

Depois de concluir o relato, a tia de Luísa a faz jurar que nunca se casaria com o primo Caetaninho. Assim, diante da negativa justificada pela tia, ela apenas resigna-se. “Luísa empalideceu; hesitou um instante; mas jurou. Esse juramento foi o golpe último e mortal de suas esperanças.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 870). A personagem é definida pela submissão aos preceitos morais, não só quando aconselha Caetaninho a agir sempre em conformidade com o pai, bem como quando faz esse juramento à tia.

Segundo Alfredo Bosi (1982, p. 440), a mudança de classe em uma série de romances machadianos pressupõe a ruptura com o passado pobre. Pautando-se na interpretação de Lúcia Miguel Pereira (1949) sobre o paralelo entre a vida de Machado de Assis e a construção de suas heroínas ambiciosas, Bosi reconhece que, apesar dos riscos de um biografismo, a autora chamou a atenção para o trajeto feito pelo escritor. Guiomar, de *A mão e a luva* (1874), a menina órfã que percebeu a fenda no muro de sua casa, que a separava da riqueza da chácara vizinha. Desta forma, por meio de relações de favor e de seu desejo de ascender, conseguiu transpor a fronteira de uma classe para outra, casando-se com um homem também ambicioso. Capitu, de *Dom Casmurro*, “esburacava o muro” que separava sua casa da de Bentinho, escrevendo seus nomes nele e dando início ao romance. Esses exemplos, dados por Bosi, mostram claramente a seriedade do jogo da ascensão social para uma mulher pobre na sociedade brasileira da época. No entanto, para Luísa não há o muro ou a fenda; trancada no seu mundo de pobreza e submissão, o máximo que ela faz é abrir uma pequena fresta, pela qual vê sua única esperança, mas em seguida a fecha, posto que acata seu destino moral e social, abrindo mão de seu primeiro e único amor, por devoção à tia, bem como, de sua “melhor esperança do futuro”, por causa do ódio intra-familiar.

“Caetaninho não foi esquecido; mas nunca mais se encontraram os olhos dos dois namorados. Oito anos depois morreu D. Ana. A sobrinha aceitou a proteção de uma vizinha e foi para casa dela, onde trabalhava dia e noite.” (ASSIS, 1997, v. 2, p.871). Vemos assim, o delineamento da realidade da sociedade brasileira, a qual Machado de Assis soube representar como ninguém. “Sociedade fechada para os homens, sociedade murada para as mulheres ambiciosas, com poucas vias para escolher o destino, no fundo do qual a miséria espreita.” (FAORO, 1974, p.320). Luísa, de certa forma, não era ambiciosa. Sendo assim, nessa “sociedade murada”, se o interesse não for o carro chefe, não é possível ver nesse imenso muro social as fendas, rachaduras, ou mesmo tentar esburacá-lo.

“No fim de quatorze meses adoeceu de tubérculos pulmonares; arrastou uma vida aparente de dois anos. Tinha quase trinta quando morreu; enterrou-se por esmolos. Caetaninho viveu; aos trinta e cinco anos era casado, pai de um filho, negociante de fazendas, jogava o vultarete e engordava. Morreu juiz de uma irmandade e comendador”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 871).

No final das contas, Machado de Assis manifesta, de maneira cruelmente irônica, o aniquilamento das personagens em decorrência de suas atitudes, mais ou menos determinadas pela sociedade em que viviam. No caso da tia D. Ana Custódia, em nome de seus valores (que eram também os da sociedade) se posicionou de forma ativa ante a atitude do cunhado, mas por conta desses mesmos valores foi lançada às margens da ordem social. Já Luísa por sua postura submissa, que tinha a chance de se inserir na estabilidade e segurança sócio-econômica de um casamento, teve “a melhor esperança do futuro” vedada também pela própria tia⁷¹.

Portanto, talvez não seja à toa que Caetaninho depois de tudo tenha um filho e negocie fazendas, pois Machado de Assis expressa bem que esta é uma “sociedade fechada para os homens”, mas “murada para as mulheres”. Ao ser lida nas entrelinhas, a ironia presente no desfecho não permite pensar a situação vivida pela mulher como decorrente apenas do fato de ter sido lograda por não ter se casado com o homem certo, ou seja, Luísa, de simples costureira, tornar-se-ia esposa de um negociante de tecidos e mãe de um belo varão. O dano sofrido que, no limite, a levou à morte, decorre das atitudes tomadas pela personagem (e pela própria tia) num contexto em que sua situação é duplamente marcada, tanto pela questão de classe quanto de gênero. Ser mulher e pobre neste contexto impõe dificuldades para a ação da personagem, uma vez que sua sobrevivência social dependeria de sua capacidade de manipular a situação a seu favor. Luísa fenece por não saber utilizar os ardis necessários em uma estrutura social violenta e autoritária, pois o fracasso final é decorrente da conjunção de fatores sociais com seu excesso de mansidão. Com isso, o tratamento amargo não se refere apenas ao destino dos pobres indistintamente (no início, Caetaninho não era rico), mas ao destino das mulheres livres e pobres.

“Comparem “Folha rota” (1878), o penúltimo conto publicado no *Jornal das Famílias*, com qualquer obra publicada depois de 1880, para que se dê conta da envergadura dessa mudança. O tratamento amargamente irônico – na superfície, despreocupadamente humorístico – do destino dos pobres só transparece no último parágrafo desse conto. No episódio comparável de Eugênia, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (capítulos 29-34), a ironia e a amargura penetram cada frase, cada palavra”. (GLEDSON, 2006, p. 44).

Para além do melodrama presente neste conto, nota-se que os impedimentos românticos têm uma base social evidente. E se pensarmos que nos contos, como afirma John Gledson (2006), Machado de Assis lida com grupos sociais mais amplos, como escravos, agregados e homens pobres, e que as mulheres são as mais retratadas, “Folha rota” é emblemático e aponta para uma crítica sutil de Machado de Assis a sua sociedade. Embora a maioria de suas personagens fosse, tal qual as leitoras do *Jornal das Famílias* ou de *A Estação*, ricas ou de classe média, casadas ou no mercado matrimonial (GLEDSON, 2006, p. 59), Machado expõe diante delas personagens como Luísa e D. Ana Custódia, mulheres tal qual suas próprias costureiras, lavadeiras, enfim, cuja situação é determinada não só pela dominação de classe, mas também pelo poder patriarcal; apresentando uma realidade para além da moda, dos romances estrangeiros e dicas de culinária (SILVEIRA, 2005). Assim, não há o final feliz esperado, pois, não obstante Machado apresente mais uma história de (des)encontro amoroso, feita para uma revista feminina, ele já representa a realidade com menos dificuldade, aliando-a ao romanescos almejado por seus (as) leitores(as), problema apontado por Luiz Roncari (2006) e discutido anteriormente.

“Folha rota” nos coloca diante da situação de violência simbólica a que as mulheres são expostas no contexto do patriarcalismo. Violência que se exerce de forma quase imperceptível, pois é aceita por dominantes e dominados (BOURDIEU, 1999). Os atos de D. Ana Custódia foram atos de conhecimento e reconhecimento da ordem sem perceber que ao manter sua atitude austera por conta do homem que a subjugou, acabou por induzir a própria sobrinha a uma situação de exclusão social. Aí está a ironia do desfecho pois, quando age de forma mais ativa, a mulher sofre com a violência da dominação, e quando mantém uma postura passiva diante de novas situações, a opressão não se torna menor. Desta forma, a partir da análise do conto observa-se um amadurecimento intelectual, crítico e literário mais complexo, com idas e vindas que não desmerecem os contos publicados antes de *Papéis Avulsos* (1882) – data que a crítica definiu para a guinada do contista. D. Ana Custódia e Luísa têm mais de D. Plácida e Eugênia das *Memórias* ou, para falar dos contos, nosso objeto, da “velha Inácia” e de Genoveva, de “Noite de Almirante” (1884), do que se possa avaliar se não lidarmos com a “primeira fase” machadiana como um conjunto facilmente generalizável.

3.3 Crime ou luta? A importância do interesse na “reforma” patriarcal

“O enfermeiro” é um dos contos mais conhecidos de Machado de Assis. Publicado em volume em 1896, ao lado de “A cartomante” e “A causa secreta”, apresenta situações de violência mais ou menos explícitas, que possibilita analisá-lo como representação significativa das relações sociais no final do século XIX.

Procópio é o enfermeiro contratado pelo vigário de uma vila do interior para cuidar do coronel Felisberto, um homem de temperamento difícil que “gastava mais enfermeiros que remédios.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 529). Procópio trabalha como enfermeiro por aproximadamente um ano e, já cansado das ofensas e agressões por parte do coronel, decide voltar à corte, mas, instado pelo vigário e pelo médico do coronel, aceita ficar mais um mês, findo o qual o deixaria independentemente de sua saúde. Noutra ocasião, o coronel, mais agressivo do que nunca, atira-lhe um prato, do qual consegue se esquivar mas, pouco depois, no meio da noite, o velho acorda aos gritos e atira-lhe uma moringa no rosto. Irado, o enfermeiro parte para cima do velho e o esgana. Após o susto, em meio ao medo e à culpa, consegue disfarçar o assassinato e depois do enterro do coronel Felisberto, volta para a corte. Ainda sentindo-se culpado, Procópio é informado de que é o herdeiro universal do coronel e, retornando à vila, recebe a herança. A partir deste momento, o medo e a culpa são paulatinamente substituídos pela tentativa de justificar seus atos, seja pela maldade intrínseca ao velho ou pela idéia constantemente acalentada de que ele morreria mais cedo ou mais tarde.

O narrador é a própria personagem principal. Procópio narra em primeira pessoa fatos idos, pois, ele mesmo está à beira da morte. Narrando os fatos que se deram entre 1859 e 1860, o narrador retrocede no tempo, uma vez que contava 42 anos no momento do ocorrido, apresentando a visão sobre seu passado que, como Brás Cubas, de *Memórias Póstumas* (1881) está, no momento da narração, fora (ou prestes a sair) do jogo social. No romance, a opção de Machado de Assis, como bem assinala Roberto Schwarz (1990, p. 78), não representa uma auto-avaliação da personagem, mas a crítica a um comportamento social de um membro da elite, encoberta na “franqueza” do narrador em primeira pessoa, a quem dificilmente se atribuiria uma “denúncia devastadora”.

Procópio inicia sua narração já ciente de seus poucos dias de vida, falando diretamente ao/à leitor(a), enfatizando que o que lhe aconteceu é fato digno de ser publicado em livro, mas com a condição de que ele já esteja morto. Como se pode notar no trecho que segue, suas

pilhérias iniciais nos lembram as do próprio Brás Cubas em sua conhecida dedicatória ao verme.

“Adeus, meu caro senhor, leia isto e queira-me bem; perdoe-me o que lhe parecer mau, e não maltrate muito a arruda, se lhe não cheira a rosas. Pediu-me um documento humano, ei-lo aqui. Não me peça também o império do Grão-Mogol, nem a fotografia dos Macabeus; peça, porém, os meus sapatos de defunto e não os dou a ninguém mais”. (ASSIS, 1997, v. 2, p.529).

O narrador começa por dizer que, aos 42 anos, fizera-se teólogo, mas, em seguida, desmente essa afirmação para mostrar que simplesmente copiava os estudos de teologia de um padre, com quem estudara no colégio. A pretensão profissional divergente da realidade, de teólogo a simples copista, revela que a posição social deste homem de meia idade não era das melhores⁷², levando-se em conta que em troca de seu “trabalho” recebia “delicadamente, casa, cama e mesa” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 529). O favor presente nessa relação dá mostras da sua condição de dependente, não só pela ausência de salário por seus serviços prestados, mas, principalmente, pela relação esquiva com o trabalho em si, que procura dissimular com um título superior. Essa hipótese é mais plausível quando nos reportamos à primeira versão deste conto publicado na *Gazeta de Notícias*, em julho de 1884, sob o título “Cousas intimas”⁷³. Nela, o narrador é mais explícito ao tratar de sua relação com o universo do trabalho.

“Já sabe que foi em 1860. No anno anterior, alli pelo mez de agosto, tendo eu quarenta e dous annos, appareceu-me um emprego. Creio eu que era o quadragesimo. Eu, desde que deixei (por vadio) o curso de medicina, no segundo anno, fui todas as cousas d’este mundo, entre outras, procurador de causas, mascate da roça, cambista, boticario e ultimamente era theologo, – quero dizer, copiava os estudos de theologia de um padre de Nictheroy [...]”. (ASSIS, 1884, p. 1).

Além disso, quando o padre lhe comunica a possibilidade de servir como enfermeiro no interior, “mediante um bom ordenado”, embora a idéia de salário desponte no horizonte de Procópio, a causa principal de sua aceitação é outra. “O padre falou-me, aceitei com ambas as mãos, estava já enfarado de copiar citações latinas e fórmulas eclesiásticas.”⁷⁴ (ASSIS, 1997, v. 2, p. 529).

A posição que oscila entre a falsa nomeação de teólogo e a ansiedade com que aceita o novo emprego de enfermeiro nos reporta à imagem da personagem Cândido Neves, do conto “Pai contra mãe” (1906), que orienta sua ação subjetivamente atribuindo suas misérias ao destino, quando sente que mudar de profissão é como ser outra pessoa, fugindo de trabalhos que julgava servis ou maçantes. Essa característica, antes de ser estritamente psicológica, é

representativa da influência da sociedade sobre os comportamentos individuais, uma vez que, no contexto escravocrata, o trabalho é tido como algo aviltante, inclusive para os homens livres pobres que vivem às margens do sistema, inseridos na órbita do favor e procurando distanciar-se o mais que possível do escravo. Assim, embora mais próximos deste pela pobreza e dependência social, procuravam se esquivar do universo do trabalho, partilhando com os senhores de terras e de escravizados os mesmos valores.

Por outro lado, esse é apenas um dos enfoques do conto. Como discutido nas análises precedentes, “O enfermeiro” também apresenta situações de violência intrinsecamente ligadas à estrutura social do Império, principalmente no que se refere ao patriarcalismo presente naquela sociedade. As situações discutidas em “O relógio de ouro” e “Folha rota” lidam com o patriarcalismo, já em decadência, presente no contexto urbano e, sobretudo, a partir da perspectiva das mulheres. Aqui, Machado de Assis remete nos ao contexto rural, e descreve um típico patriarca do interior, autoritário e cruel. Entretanto, já não tão onipotente como outrora, sendo que esse é um aspecto nada desprezível da narrativa para se pensar as situações de violência que se desenvolvem através de um patriarcalismo decadente em mais uma de suas facetas, o “coronelismo”.

O narrador reitera que o acontecido se deu em 1860, mas para contextualizar o/a leitor(a), volta a 1859, expondo-lhe as circunstâncias que o levaram ao objeto de sua confissão. Nesse contexto, final da década de 1850, o processo de urbanização e de mudança social ainda não está plenamente consolidado, o que permite avaliar a influência do patriarcalismo, sobretudo no ambiente rural. A descrição feita por Antonio Candido (1972, p. 295) sobre a autoridade paterna como quase ilimitada, sujeitando filhos, esposa, agregados e escravos à sua vontade é um dos traços do patriarcalismo tradicional. Os casos de violência por parte do *pater familias* que atingiam não só adversários e servos, mas seus próprios filhos transcendiam a justiça legal. O poder do patriarca fundado na posse econômica de terras e de pessoas, bem como no prestígio social que possuía como líder da organização familiar, era exercido com violência a fim de manter seu *status* e defender sua honra.

Segundo Jurandir Freire Costa (1999, p. 157), além das práticas de violência que legitimavam o poder do patriarca, havia a ordem jurídica que mantinha a integridade da propriedade patriarcal, uma das bases desse poder. O autor se refere à instituição do morgadio, na qual a herança era repassada ao morgado (primogênito homem), fato que se alterou apenas em 1835, o que aponta para a decadência do *pater familias* ainda na primeira metade do século XIX.

Já Gilberto Freyre (2004, p. 109-111) mostra como o patriarca rural, especialmente até o início do século XVIII, não exercia sua vontade apenas no âmbito da família estendida, mas inclusive sobre o município, tencionando que até mesmo as leis corroborassem seus interesses. Situação que começa a mudar com a descoberta das minas e conseqüente riqueza e crescimento das cidades, levando a uma maior proeminência dos burgueses em detrimento dos proprietários rurais.

Com base na análise dos autores, compreende-se que o poder do patriarca se exercia tanto no âmbito privado quanto no espaço público e a descrição do coronel Felisberto é significativa para pensarmos sua posição dentro da narrativa. “Tinha perto de sessenta anos, e desde os cinco toda a gente lhe fazia a vontade. Se fosse só rabugento, vá; mas ele era também mau, deleitava-se com a dor e a humilhação dos outros.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 530). E mais adiante, já de posse da herança do coronel e tentando justificar-se para si mesmo, descreve-o através das acusações dos moradores da vila.

“E referiam-me casos duros, ações perversas, algumas extraordinárias. Quer que lhe diga? Eu, a princípio, ia ouvindo cheio de curiosidade; depois, entrou-me no coração um singular prazer, que eu, sinceramente buscava expelir. E defendia o coronel, explicava-o, atribuía alguma cousa às rivalidades locais; confessava, sim, que era um pouco violento...”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 534).

Em trecho suprimido da versão publicada em livro, Machado de Assis nos surpreende com mais detalhes. “Os velhos lembravam-se das proezas d’elle, em menino; por exemplo, um rato que elle apanhou um dia e matou lentamente, a tesouradas; caso que encheu de horror a toda a gente.” (ASSIS, 1884, p. 2). Nessa passagem, que obviamente foi retomada e desenvolvida no conto “A causa secreta” (1885) – quando Fortunato é observado por Garcia fazendo um ato semelhante, mas muito mais rico em detalhes e passível de análise mais acurada⁷⁵ –, a cena rememorada pelos velhos da vila, mais do que demonstrar um traço da psicologia humana, remete-nos a questões sociais pontuais e de forma alguma redutíveis a idiosincrasias individuais.

A patente de coronel foi criada pela Guarda Nacional, em 1831, em substituição às milícias e ordenanças da Colônia. Na hierarquia estabelecida, o coronel representava o comando municipal ou regional, mas que era determinada pelo poder econômico ou social do titular, em geral proprietário rural. Com isso, Basílio de Magalhães, no prefácio à obra de Victor Nunes Leal (1975, p. 19), afirma: “O tratamento de ‘coronel’ começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado”. Por sua vez, Raimundo Faoro (1974, p. 37) aponta, em referência a alguns coronéis delineados na

obra de Machado de Assis, que a autoridade rural, vizinha da violência, mesmo em ambientação urbana apresenta o traço autoritário de seu contexto rural, “mais mando do que autoridade”.

Para Victor Nunes Leal (1975, p. 20), o “coronelismo” é uma prática política fortemente arraigada na estrutura social brasileira, na qual o poder local do coronel troca com o poder público apoio político por vantagens pessoais. Ao analisar essa prática política, sobretudo a partir da República, o autor a define como o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada.” Porém, ressalta que o “coronelismo” não representa um mal idiossincrático que deva ser cobrado deste ou daquele homem cruel e desonesto, mas que está ligado à estrutura econômica e social brasileira, reportando-nos a aspectos fundamentais da nossa formação social: o patriarcalismo, o privatismo e o personalismo.

“O problema não é, portanto, de ordem pessoal, se bem que os fatores ligados à personalidade de cada um possam apresentar, neste ou naquele caso, características mais acentuadas: ele está profundamente vinculado à nossa estrutura econômica e social”. (LEAL, 1975, p. 38).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) analisa a influência do mandonismo local dos proprietários rurais na política brasileira desde a colônia até 1930, mostrando que sua permanência advém da manutenção de uma estrutura social pautada no latifúndio e em uma espécie de “família grande”, a que chamaríamos patriarcal. A autora apresenta a preponderância dos interesses privados desses senhores em relação às determinações do governo central durante a colônia; do mesmo modo que discute como, no Império, o representante político também estava ligado ao proprietário rural, apontando que, apesar das mudanças ocorridas com a urbanização, a fazenda se prolongava na cidade. Ademais, o poder dos “coronéis”, institucionalizado durante o Império, foi mantido pela República⁷⁶.

Feitas essas considerações, é possível analisar esse traço do patriarcalismo presente no conto. Ainda que não pretenda imputar a Machado de Assis qualquer intenção explícita de tomar posição em relação a este tipo de prática política, a idéia é compreender o modo como o autor critica uma estrutura social fortemente marcada pelo poder pessoal, na qual os subalternos, como Procópio, vêm-se envolvidos em relações de dominação, nas quais a humilhação e o capricho são determinantes de seus próprios destinos.

À primeira leitura, “O enfermeiro” apresenta uma análise irônica da psicologia humana, uma vez que mostra os conflitos internos da personagem entre a sua culpa por ter cometido um crime e a busca constante por justificar seu ato, culpabilizando a própria vítima

(pautando-se no seu caráter malévolos). Contudo, o efeito máximo dessa ironia aparece no último aspecto que acaba por se sobrepôr em confissões como esta: “E o prazer íntimo, calado, insidioso, crescia dentro de mim, espécie de tênia moral, que por mais que a arrancasse aos pedaços, recompunha-se logo e ia ficando.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 534). Sem negar esse aspecto na narrativa, até porque Machado de Assis é constantemente valorizado por seu realismo psicológico na descrição de suas personagens, as causas sociais não estão ausentes de sua construção literária e, por isso mesmo, são passíveis de análise como parte fundamental de mais uma representação da psicologia humana criada pelo escritor.

Como discutido acima, o poder patriarcal – fundado em bases econômicas e sociais, na posse de terras e escravizados e na manutenção de uma rígida hierarquia, institucionalizada no “coronelismo” como prática política, mas também de prestígio – é exercido sobre seus dependentes de forma despótica. Nesse sentido, o coronel Felisberto é a caricatura desse poder. Já o enfermeiro Procópio representa mais um subordinado dentro dessa ordem social. Entretanto, por não estar inserido na lógica mais tradicional do patriarcalismo rural – cujas características eram ainda bastante acentuadas, mesmo nos idos da segunda metade do século XIX, e que, como discutido em análises precedentes, representa o declínio do poder patriarcal, com a crescente urbanização –, Procópio tolera com dificuldades a prepotência do coronel Felisberto. Desta forma, Procópio não se submete como esperado pelo coronel, cujos desmandos já não são tão aceitos como outrora.

“Um dia, como lhe não desse a tempo uma fomentação, pegou da bengala e atirou-me dous ou três golpes. *Não era preciso mais*; despedi-me imediatamente, e fui aprontar a mala. Ele foi ter comigo, ao quarto, pediu-me que ficasse, que não valia a pena zangar por uma rabugice de velho. Instou tanto que fiquei”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 530, grifo nosso).

Como mencionado no início desta análise, Roberto Schwarz (1990, p. 78) afirma que, a opção de Machado de Assis por um narrador em primeira pessoa, tanto em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* quanto em *Dom Casmurro*, denota um tipo especial de crítica, uma vez que a “[...] denúncia de um protótipo e pró-homem das classes dominantes é empreendida na forma perversa da auto-exposição ‘involuntária’, ou seja, da primeira pessoa do singular usada com intenção distanciada e inimiga (comumente reservada à terceira)”. No caso de “O enfermeiro”, Procópio não é originalmente membro da classe dominante como Brás Cubas ou Bentinho, mas torna-se com a morte do coronel e participa desse imaginário, que submete os indivíduos não muito bem colocados na pirâmide social aos desmandos e caprichos dos que estão acima.

Enquanto subordinado, sua relação com o coronel não é pautada no favor como a que mantinha com o padre, mas também não é uma relação puramente profissional, por isto é tratado com desrespeito e violência pelo “patrão-coronel”. Do que depende sua posição nessa lógica contraditória? Do capricho, uma vez que o coronel Felisberto mesmo o considerando “o mais simpático dos enfermeiros que tivera” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 529) desfere-lhe agressões físicas e xingamentos diversos.

Contudo, ainda segundo Roberto Schwarz (1990), em relação a D. Plácida, de *Memórias Póstumas*, que trabalha exaustivamente sem pagamento digno e sem reconhecimento social, acaba na miséria mesmo servindo e dependendo dos caprichos de Brás, o que ela representa é a reprodução de uma ordem social que a coloca numa situação destrutiva em favor das vantagens de classe de um Brás Cubas. Deste modo, a situação de Procópio depende, então, não só do capricho do coronel Felisberto, mas também do modo como ele se beneficia desta relação, humilhante em si e sem garantias de sucesso, e que para ser alterada requer cálculo e esperteza.

“Eu, com o tempo, fui calejando, e não dava mais por nada; era burro, camelo, pedaço d’asno, idiota, moleirão, era tudo. *Nem, ao menos, havia mais gente que recolhesse uma parte desses nomes. Não tinha parentes; tinha um sobrinho que morreu tísico, em fins de maio ou princípios de julho, em Minas. Os amigos iam por lá às vezes aprová-lo, aplaudi-lo, e nada mais; cinco, dez minutos de visita. Restava eu; era eu sozinho para um dicionário inteiro*”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 530, grifo nosso).

No conto “A herança” (1878), Marcos é um sobrinho devotado, cujo zelo excepcional não excluía certa expectativa em relação à herança de sua tia rica e com a saúde debilitada. “Quem dissesse que na dedicação de Marcos entrava um pouco de interesse, podia dormir com a consciência tranqüila, pois não caluniava ninguém. Havia afeto, mas não havia só isso. D. Venância possuía bons prédios, e tinha só três parentes.” (ASSIS, 1957, v. 17, p.192). Procópio, apesar do modo confessional, não deixa claro seu interesse ao suportar tamanha humilhação. Todavia, não seria correto ignorar que o narrador é a própria personagem, e que embora não declare qualquer tipo de interesse, denuncia-se em momentos como o citado acima, uma vez que nos informa da inexistência de parentes do coronel. Além disso, a fim de despistar o/a leitor(a) de seu próprio interesse, insinua, atribuindo aos amigos de “cinco, dez minutos de visita”, atitudes de bajulação. Em outro momento, ao explicar que não só as dificuldades da relação com o coronel, mas o desejo de gastar seus ordenados intactos, o colocavam à espera da primeira ocasião para deixá-lo e voltar à corte, dá-nos mais um indício do foco subjetivo de sua atenção. “Era provável que a ocasião aparecesse. O coronel estava

pior, fez testamento, descompondo o tabelião, quase tanto como a mim. O trato era mais duro, os breves lapsos de sossego e brandura faziam-se raros.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 530).

Neste conto aparecem os elementos inerentes ao “princípio do iceberg” e que corroboram a idéia de que o conto trabalha com duas histórias (PIGLIA, 1994), pois a história visível representa apenas um oitavo do que virá no final. Desta forma, Machado de Assis, mesmo por trás do narrador em primeira pessoa, sugere que Procópio não estava ali apenas pelos salários ou por espírito de caridade. No entanto, não intento analisá-lo como assassino premeditado, uma vez que, dera um prazo limite ao médico e ao vigário de apenas mais um mês para cuidar do velho. Assim, a fatídica noite do 24º dia do prazo não estava nos planos de Procópio.

A narração dos fatos é detalhada, e Procópio, após ser acordado aos gritos pelo coronel, levanta-se assustado.

“Ele, que parecia delirar, continuou nos mesmos gritos, e acabou por lançar mão da moringa e arremessá-la contra mim. Não tive tempo de desviar-me; a moringa bateu-me na face esquerda, e tal foi a dor que não vi mais nada; atirei-me ao doente, pus-lhe as mãos ao pescoço, lutamos, e esganei-o”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 531).

A partir daqui, inicia-se o processo de culpa e auto-absolvição. Atemorizado e arrependido, Procópio esforça-se em justificar sua atitude dividindo a responsabilidade pelo seu crime. “‘Maldita a hora em que aceitei semelhante cousa!’ exclamava. E descompunha o padre de Niterói, o médico, o vigário, os que me arranjaram um lugar, e os que me pediram para ficar mais algum tempo. Agarrava-me à cumplicidade dos outros homens.” Contudo, o medo de ser punido pelo crime o faz pensar em uma maneira prática de escapar àquela situação. Pensa em fugir, mas desiste logo por saber que fazê-lo seria confessar o delito. Então começa a manipular a situação a seu favor. Avisa o médico e o vigário de que o coronel amanhecera morto, procura retirar os indícios do corpo e fica até o final do enterro, apesar de sentir ganas de fugir dali. E mesmo após ter escapado à punição, admite, “Estava em paz com os homens. Não o estava com a consciência [...]”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 532, 533).

A situação mantém-se e Procópio, ciente de que era herdeiro do coronel, decide doar a herança, compensando um crime com um ato de caridade, tal qual na teoria da “equivalência das janelas da alma”, magistralmente utilizada por Brás Cubas, e que Roberto Schwarz (1990) aponta como uma entre as diversas “filosofias” da personagem. Ademais, Procópio nunca deixa de justificar seus atos, seja culpabilizando o coronel (o qual chega até a perdoar), seja agarrando-se à hipótese de que logo morreria. “Crime ou luta? Realmente, foi uma luta em que eu, atacado, defendi-me, e na defesa... Foi uma luta desgraçada, uma fatalidade. Fixei-me

nessa idéia.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 534). A essa auto-justificativa aliava o prazer em ouvir os outros criticarem o mau caráter do coronel, um prazer que crescia como “tênia moral”. Com base na análise de Schwarz, o que sobressai agora na postura de Procópio nos reporta à “filosofia da ponta do nariz”, na qual o indivíduo centra-se em si mesmo e subordina tudo o mais a seus próprios interesses. Mas, para além da universalidade que Brás procura incutir em tal filosofia, o autor mostra que ela tem sua base na estrutura social brasileira.

“Assim, a liberdade e autonomia interiores não asseguram a moralidade do sujeito. No caso brasileiro, ademais, apesar do âmbito aparentemente individual do fenômeno, a suspensão do remorso tem funcionalidade de classe. Aliás, a natureza coletiva desta operação íntima, bem como a simpatia acanalhada que ela suscita, constituem o referente secreto e verdadeiro da filosofia nasal em questão. Digamos que o recurso à ponta do nariz e ao embotamento do sentido moral que ela faculta designam o processo espiritual próprio à nossa elite escravista-modernista: a equidade burguesa, representada pela dimensão libertária de Romantismo e Liberalismo, a todo momento anima o remorso que se tratava de abafar”. (SCHWARZ, 1990, p. 153).

Não pretendo com isso afirmar que Machado de Assis esteja criticando, com o cinismo da personagem, a violência cometida por um indivíduo de classe inferior a um membro da elite agrária. A questão da “funcionalidade de classe” não serve apenas aos desmandos de um Brás Cubas em relação aos pobres como Eugênia ou D. Plácida, por exemplo. No caso de Procópio em relação ao coronel Felisberto, a filosofia da ponta do nariz é exercida por ambos. Procópio, a uma só vez, herdeiro e assassino do coronel, quando livre de suas pancadas e ofensas, mostra a utilidade prática da teoria, bem como que ela não é uma prerrogativa apenas da elite, mas dos que aspiram a ela, pois os atores mudam, e o cenário continua o mesmo, qual seja: a estrutura social pautada na escravidão e na dependência pessoal dos demais a uma elite que se quer moderna e burguesa. Desta forma, passados alguns meses e de posse da herança, Procópio já não pensa em doá-la integralmente, o que passou a designar como “afetação”. Assim, decide distribuir “alguma cousa” e, com os anos, já não sente tantos remorsos. Ao contar a médicos conhecidos sobre a doença do coronel, comprazia-se em ouvi-los dizer que se admiravam de que o coronel tenha vivido por tanto tempo, o que Procópio revela: “Pode ser que eu, involuntariamente, exagerasse a descrição que então lhes fiz; mas a verdade é que ele devia morrer, ainda que não fosse aquela fatalidade...” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 535).

Nesse conto vemos delineados aspectos indiscutíveis da psicologia humana, na busca pela auto-preservação, mas que não excluem aspectos significativos de feição social, permeando as relações e determinando, em certa medida, as ações das personagens

envolvidas. Procópio viu-se imerso em uma relação de dependência pessoal no contexto do patriarcalismo, mesmo assalariado, não escapou às humilhações e violência que tal situação impunha. Entretanto, ao perceber que sua sorte dependeria de um capricho de um velho doente, “rabugento e até mau”, mas coronel rico e prepotente o bastante por ter seu poder fundado na própria estrutura social, vale-se do cálculo, da máscara a que se refere Alfredo Bosi (1982, p. 454-456). A “apropriação” que a personagem opera não implica apenas em juízos de valor, do bem ou do mal a que pode chegar a natureza humana e a vida em sociedade. O antagonismo que se deu entre o dependente e o coronel, no qual este saiu “perdendo”, através da ascensão do dependente – socialmente “aceitável” pela via do capricho do coronel, e criminal e socialmente inaceitável, pois decorre do assassinato dele – mostra que não há inocentes nessa relação. Matá-lo poderia não estar nos planos, mas seus cálculos pré e pós-assassinato demonstram que, para além da análise psicológica, Machado de Assis se atém à urdidura social que influencia as ações de suas personagens. Portanto, a ironia que permeia todo o conto não permite pensar a “redistribuição de renda” perpetrada por Procópio como uma ruptura com o modo de dominação presente nesta sociedade, uma vez que o progresso individual, presente até no nome da personagem⁷⁷, só reitera a mesma ordem social. Até porque a emenda que faz ao sermão da montanha, e que sugere ao “caro senhor” leitor como pagamento por seu “documento humano”, em forma de epitáfio, só foi possível porque parou de copiar “fórmulas eclesiásticas” e pôde vir a ocupar o topo da pirâmide social. “‘Bem aventurados os que possuem, porque eles serão consolados’.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 535).

3.4 “Valério”: o poder do capricho na relação de favor

O conto “Valério” foi publicado em folhetim no *Jornal das Famílias*, entre dezembro de 1874 e março de 1875, e não foi reunido em volume por Machado de Assis⁷⁸. A narrativa, no entanto, apresenta elementos importantes da ironia machadiana relacionados ao contexto histórico e social daquele período e, por isso, é digna de atenção. Nesse conto, o escritor trata do universo do trabalho de homens livres pobres – que sobrevivem na sociedade de maneira bastante instável, exercendo trabalhos diversos, sempre mal remunerados, cerceados pelo favor e pela miséria (FRANCO, 1983) – e expõe a violência a que são submetidos nesta ordem social.

Embora o favor seja um mecanismo social conhecido e reconhecido (SCHWARZ, 1977, 1990), seu funcionamento não apresenta um princípio inequívoco, uma vez que o vínculo estabelecido é, geralmente, bastante desigual. Na relação entre senhores e dependentes, uma das partes não possui nada além de sua pessoa e por isso, uma das características da iniquidade dessa relação é o poder do capricho exercido pela parte proprietária que, no limite, leva a impossibilidade de garantias de sucesso para a parte mais fraca, posto que, muitas vezes, o resultado é a humilhação, inerente à relação de favor, porém sem a contrapartida desejada. Nesse sentido, o conto analisado é emblemático, pois é a representação literária de uma situação, cujo fator determinante é o capricho, através do qual Machado de Assis expõe a violência presente na relação de favor dessa sociedade. Neste conto, anterior a *Memórias Póstumas*, os elementos da crítica machadiana são patentes e mostram porque sua obra não pode ser facilmente dividida em duas fases, pois na narrativa o escritor apresenta elementos de crítica social aliados ao uso de uma ironia fina que não devem ser ignorados.

Valério é a personagem central do conto. Rapaz pobre e que possui certo talento, busca ascender trabalhando, mas ciente de que o melhor caminho é o casamento com uma moça rica, trabalha “intelectualmente” para o pai desta até perceber que não conseguiu nada e decide, enfim, pelo suicídio. Essa personagem elucida a situação do favor pessoal que Roberto Schwarz (1977, 1990) analisa dentro da obra machadiana como sendo colocado em destaque pela própria estrutura social brasileira.

O conto inicia-se com o nascimento de Valério, em 07 de abril de 1831. A data é significativa, pois não só encerra o Primeiro Reinado, com a abdicação de D. Pedro I, mas também representa um período conturbado da história política do país, tendo-se em conta a questão da independência. Neste contexto, as elites locais almejavam maior autonomia, posto serem contrárias às atitudes centralizadoras do governo de D. Pedro I e à sua proximidade com o Partido Português, sempre esperançoso de uma reunificação entre Brasil e Portugal. Por outro lado, essa busca reflete também a força política de senhores de terras e escravos, que apesar do discurso liberal evitavam qualquer tipo de transformação democrática, excluindo a maior parte da população do cenário político, principalmente mantendo a escravidão intocada.

“A concentração do poder nas mãos dessa minoria que disputaria ao imperador o privilégio de dirigir a nação, levando-o à abdicação em 1831, explica a sobrevivência das estruturas tradicionais de produção e formas de controle político caracterizadas pela

manipulação do poder local pelos grandes proprietários e a marginalização e apatia da maioria da população”. (COSTA, E., 1999, p. 58).

Não à toa, esse mesmo ano é marcado pela criação da Guarda Nacional, uma espécie de milícia a serviço das elites, diretamente ligada aos chefes políticos locais, que passam a ser identificados pelo título de coronel, como apontado na análise de “O enfermeiro”. Além disso, a proibição do tráfico negreiro também data deste ano, embora seja burlada até 1850, quando a Lei Eusébio de Queirós impõe fiscalização mais rígida e demonstra interesse efetivo por parte do governo para o rompimento do comércio de seres humanos⁷⁹. É a partir desse contexto histórico e social que Machado de Assis desenvolve a trama de “Valério” e elabora uma crítica sutil à realidade social que aparece como simples cenário.

Nascido em meio à pobreza, Valério é filho de um militar que, aparentemente, estava envolvido com os acontecimentos políticos do momento, deixando a família na noite do nascimento do filho para visitar um clube, ao que o narrador explica: “A paternidade é anterior à sociedade; mas os amores novos fazem esquecer os velhos, e a paixão política domina, em certos casos, os primeiros instintos da natureza”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 7).

Logo após a abdicação, o governo regencial precisava acalmar a sociedade, restabelecendo a ordem, uma vez que havia grande agitação política com apoio até de militares que, oriundos das classes mais baixas da população, buscavam maiores liberdades democráticas, sendo a diminuição do efetivo do exército e a criação da Guarda Nacional uma das maneiras encontradas pela elite para conter qualquer mobilização popular. Deste modo, a morte do pai de Valério, pouco após a Revolução, mais do que apontar para o destino fatídico da personagem desde o nascimento, parece ligar-se à repressão violenta ocorrida durante o período regencial a diversas formas de rebeliões e agitações populares e que tiveram influência decisiva para a manutenção da hierarquização e da falta de liberdade. Ademais, os fatos subseqüentes na vida de Valério também se relacionam à realidade social da qual faz parte. A concentração da posse de terras e a permanência da escravidão, a despeito inclusive das leis que visavam seu fim progressivo, permitiram que se mantivesse a mesma estrutura social violenta que submete as classes mais baixas da sociedade, tanto pela força do regime do trabalho escravo, quanto pela dependência pessoal do segmento de homens e mulheres livres e pobres. É exatamente esta dependência que o conto representa.

Aos sete anos, o menino perde também a mãe e passa aos cuidados de seu padrinho, que parece representar a possibilidade de um futuro melhor, já que se mostrava disposto a mandá-lo estudar direito. Porém, o padrinho morre sem testamento e Valério é deixado à própria sorte aos 14 anos. O narrador não se atém aos primeiros percalços da vida do rapaz e

passa a descrevê-lo quando conta 30 anos, sem o diploma de bacharel ou qualquer disposição para trabalhos manuais:

“Não tinha ofício nenhum, e tinha coisa pior, que era ser incapaz de adotar qualquer ofício manual não só porque não o arrastava para aí a vocação, como porque, sentindo-se apto para uma carreira literária, temia perder a sua utilidade no mundo, adotando um meio de vida em que nada podia fazer”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 8).

A descrição nos lembra Cândido Neves, de “Pai contra mãe”, mas diferentemente dele, Valério não culpabiliza o destino ou muda constantemente de ofício por opção pessoal, uma vez que procura meios de sobreviver trabalhando muito como escrevente de cartório e revisor em uma tipografia, mas, como aquele, vive em estado de miséria, que o narrador descreve ironicamente com um aforismo. “Tal era a vida de Valério aos trinta anos; abundância de apetite e escassez de jantares, isso e a segunda classe de Chamfort; muito trabalho e pouquíssimos recursos”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 10).

Sendo assim, o que une essas personagens é sua situação social de homem livre e pobre, e que não é uma simples consequência da falta de caráter desta ou daquela personagem naquele contexto. Essa situação é imposta pela própria organização social e será vivida de maneiras distintas por cada uma das personagens machadianas, e que, de forma alguma, poderiam ser pensadas como tipos sociais.

Como Valério, João Fernandes é um rapaz pobre, sem trabalho ou cultura e que, vagando pelas ruas, meditava sobre seu futuro.

“Enfiou pela rua abaixo, com os olhos no futuro cor de rosa: a certeza do almoço. Não se lembrara de procurar algum anúncio no *Jornal*; viu, porém a notícia de que o ministério ia ser interpelado, nesse dia. Uma interpelação ao ministério! Almoçaria às dez horas; às onze estaria na galeria da câmara. Aí tinha com que suprir o jantar”. (ASSIS, 1956, p.39).

Problema semelhante encontra Leonardo, de “O oráculo” (1866), que busca o casamento redentor, mas cujo azar é colocado como explicação de seu insucesso, caso também de “O rei dos caiporas” (1870) que, até no próprio título, explica o cotidiano de pessoas de profissão incerta pelo sobrenatural.

Contudo, as narrativas machadianas já lançam mão dos mecanismos sociais envolvidos nessas tramas, e que serão explorados de forma mais crítica na figura de Candinho, em “Pai contra mãe” (1906). Essas personagens não só representam a difícil situação de homens e mulheres livres e pobres, mas demonstram a capacidade de Machado de Assis de representá-las plenamente e não como tipos sociais, pois cada uma responde às situações colocadas pela própria realidade social de maneiras díspares, com resultados

também diversos. Como nos casos de Clemente Soares, de “Um homem superior” (1873) ou de Jucunda, de “D. Jucunda” (1889) que imersos no mesmo cenário social respondem a ele de maneira distinta e atingem a ascensão esperada. Todos esses contos nos dão mostras da força da criação literária machadiana na construção de suas personagens, pois vão além de meros tipos sociais⁸⁰.

Assolado pela miséria, Valério cogita uma saída mais drástica através do suicídio, que acaba por dissipar pensando na responsabilidade de viver com dignidade, “sem violência, nem rebeldia”. O narrador ironiza mais uma vez sua situação levantando a possibilidade de um amor impossível para complicá-la ainda mais, porém, rompe com a expectativa romântica sinalizando para uma característica de Valério que admira as mulheres “inteligentes e instruídas” e, principalmente, não suporta o pedantismo em qualquer pessoa. Essa idiossincrasia de Valério é o que torna a situação dessa personagem complexa, não porque fosse alheio à sua realidade, ele a conhecia bem, mas por colocá-lo em choque com ela, todavia, sem grandes resultados.

Embora muitas vezes não concorde com tentativas de interpretação da obra machadiana por um viés autobiográfico, pois, em geral, tais explicações são marcadas por preconceitos de raça encobertos por certo psicologismo, não posso deixar de mencionar a semelhança que há entre o enredo do conto e o início da carreira do próprio Machado.

Como Valério, Machado tornou-se órfão de mãe muito cedo e passou a cuidar de sua própria vida por volta dos 15 anos. O começo difícil, trabalhando de caixeiro ao mesmo tempo em que se interessava pela política e pelas letras, adquirindo seu conhecimento como autodidata e mesmo o impasse sobre seu trabalho como tipógrafo⁸¹, permitem a aproximação. Ademais, de seu contato com outros caixeiros e poetas do tempo, através da atuação no jornal *Marmota Fluminense*, permitiu que, já a partir de 1855, o jovem escritor começasse sua carreira literária, contribuindo com poesias e mantendo contato com as pessoas que facilitariam sua atuação como escritor⁸². “Ele desejava ser um escritor ou, pelo menos, escrever poemas. Porém Machado de Assis já era, à sua maneira, um homem de letras, por atitude e intenção.” (MASSA, 1971, p. 93, 126). Como Valério, Machado acreditava no seu talento para as letras e como ele, envolveu-se com pessoas influentes para atingir seu objetivo.

No entanto, há uma diferença fundamental entre biografia e obra, mas que permitem compreender melhor a ação também da própria personagem do conto. Após tratar detidamente de vários momentos da vida e da carreira do jovem escritor, Jean Michel Massa (1971, p. 292) assinala que o período de engajamento crítico de Machado de Assis se dá entre 1861 e 1862, quando está com vinte e dois anos. “Pela primeira vez a política absorveu o essencial da

atividade do jornalista em que se transformou o jovem escritor Machado de Assis. Entre 1861 e 1862, não se pode de maneira alguma falar de absenteísmo. Era exatamente o contrário”. Machado de Assis assinava uma crônica permanente no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, sob o título “Comentários da Semana”, na qual escolhia livremente sobre o que iria falar. Mas era a política do Império o que mais o animava, apenas falando de literatura ou teatro quando um acontecimento o impelia a tal. Todavia, o modo como o jovem escritor voltava-se a estas questões era veemente, e sua crítica transcendia a atuação de um ministro, por exemplo, acusando diretamente o Ministério Caxias de imobilismo, mediocridade, favoritismo, entre outros termos nada lisonjeiros, questionando a política imperial como um todo, inclusive o próprio regime, de maneira explícita.

“Supunha-se que o gabinete tivesse olhado as coisas políticas da Europa de um ponto de vista justo e portanto elevado. Era caluniá-lo; e para não haver dúvida veio êle próprio declarar que faz a sua apreciação do movimento do espírito humano do alto da varanda do Palácio Imperial. Qualquer que seja o respeito que mereça aquêlo ponto de vista, palpita-me que o mundo é alguma coisa mais larga, e que as idéias pairam um pouco acima dos augustos telhados da Monarquia. Se o govêrno é dos que, como o rei Guilherme I, ainda andam embebidos pela idéia de que Deus se ocupa em fazer coroas para construir direitos que têm outra fonte real, bem pode renunciar a querer fazer do Império um coisa que preste, e desde já fica habilitado a tirar diploma de imbecilidade ou de especulação”. (ASSIS, 1861, J. 22, p. 83 apud MASSA, 1971, p.305).

Com crônicas desse tipo, Machado de Assis se mostra radical demais até para seu próprio jornal, de tendência liberal, que não o demite, mas o impede de escrever os comentários políticos, designando-o a tratar estritamente de literatura e artes. Segundo Jean-Michel Massa, a questão estava ligada ainda a interesses políticos da direção do jornal que almejava, no decorrer de 1862, a possibilidade de atuar no governo e, talvez, não fosse de bom tom associar-se a textos radicais, como os de Machado de Assis.

A partir desse afastamento compulsório da arena política, o jovem escritor acaba migrando para a arena literária. “O malôgro que sentiu se explica por uma inadaptação a esses jogos sutis, nascida da sua juvenil intransigência. Este insucesso levou-o a procurar na literatura, menos impura, senão outras satisfações, pelo menos outro caminho.” (MASSA, 1971, p. 310). Entretanto, o que interessa à discussão aqui desenvolvida é que Machado de Assis não só era um escritor crítico, bem como engajado politicamente nesse período de sua juventude, o que desmente a idéia corrente de absenteísmo de Machado de Assis nas questões

sociais e políticas de seu tempo, mas, principalmente ajuda a entender a situação de sua personagem Valério.

Ao observarmos alguns de seus contos, perceberemos que houve uma estilização de sua crítica, não mais frontal e intransigente, mas veiculada em histórias aparentemente inofensivas sobre poetas, damas, viagens. Como no conto, “Uma excursão milagrosa”⁸³, de 1866. O conto narra a história de um jovem poeta, Tito, que, por necessidade vê-se obrigado a vender seus poemas a um homem rico e sem talento e, após ter sido preterido pela moça dos seus sonhos, triste e descontente da vida, passa por uma experiência inacreditável. Uma fada o leva até o país das quimeras, onde ele conhece a gênese das fantasias, vaidades e modas que regem nossa realidade. Finda a viagem, o narrador retoma a palavra e conclui sarcasticamente que Tito adquirira uma capacidade incomum de desvendar as vaidades e fantasias das pessoas. Mas que tal capacidade, antes de lhe ser redentora, tornara-o ainda mais pobre e infeliz, visto que “É a sorte de todos quantos entendem dever dizer o que sabem; nem se compra por outro preço a liberdade de desmascarar a humanidade.” E resta-nos tirar uma lição do que o referido poeta presenciou: “Aprendam os outros no espelho deste. Vejam o que lhes aparecer à mão, mas procurem dizer o menos que possam as suas descobertas e as suas opiniões.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 770,771).

Jean-Michel Massa (1971) afirma que este conto evidencia um amadurecimento de Machado de Assis, decorrente da experiência no *Diário do Rio de Janeiro*, não só pela “traição” sofrida, mas por ter acompanhado a saída do jornal de cada um dos companheiros, em busca de outros destinos. No entanto, esse conto é significativo de um momento de transição. Suas críticas diretas não foram simplesmente esquecidas em nome de sua sobrevivência. Sua visão crítica se manteve nas entrelinhas de histórias como essa, cujo desfecho reporta-se a sua própria posição. Consciente de que as regras do jogo não permitiam radicalismos, a saída foi a estilização de sua crítica via literatura. Como Tito, Valério também se envolve em relações injustas, nas quais seus talentos são vendidos ou usados de maneira iníqua; ou são prejudicados por sua visão da realidade que não permite a autonomia e a afirmação de sua capacidade. É interessante observar que, a personagem não é apresentada a princípio como um simplório, pois uma de suas características é a aversão ao pedantismo. Sua convicção é apresentada quando ri de um desconhecido, “doutor entre doutores”, que, atingido em sua vaidade, o ofende, ao que Valério suportou com “paciência mais estóica que evangélica, porque não era humilde, senão filósofo”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 12). Essa convicção mostra que ele é um rapaz inteligente e acima da média – o que o identifica com

Tito, pelo breve resumo feito acima, e também nos remete à experiência do jovem Machado de Assis, em 1862, pois dizer o que se pensa nem sempre se consegue sem retaliações.

Por outro lado, é necessário ressaltar que, apesar de certa analogia entre essas histórias e o início da carreira de Machado de Assis, os resultados são diversos, o que tentarei mostrar através da análise de “Valério”, pois sua representação torna-se significativa por envolver não só as relações sociais num dado contexto histórico, mas a ação individual da personagem.

O rapaz pouco pensa em casamento, além de não ter contato com mulheres desejáveis, sabia que não teria condições financeiras nem amizades influentes que lhe permitissem sonhar com tais damas. A situação modifica-se quando o escrivão do cartório o convida para uma festa em sua casa. Sem conhecer a vida de salão, Valério sente-se acanhado e o narrador, após descrever todas as dificuldades que Valério passou para conseguir se apresentar na festa, constata: “havia entre a sociedade e Valério um abismo” (ASSIS, 1957, v. 17, p. 14), que se mostra não apenas por não conhecer os modos de salão, mas por conta dos esforços financeiros que teve de empreender para ali estar.

A expectativa do escrivão para a chegada do mais importante convidado, ironicamente nomeado pelo narrador como “ex-deputado” e “ex-quase-ministro” aponta para uma crítica sutil à superficialidade e à importância da nomeada naquele contexto. A ironia na descrição prossegue quando chega o coronel Borges, que cumprimenta o anfitrião com “esse ar solene e grave das capacidades e das nulidades”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 17). A filha do coronel, como era de se esperar, é a mais bela da festa, porém, contrariando mais uma vez a expectativa romântica, Valério não se apaixona por ela, embora tenha ficado, como os demais rapazes, encantado por sua beleza. Sua aproximação ao coronel ocorre quando ouve uma conversa entre este e outras pessoas sobre um folheto de crítica ao governo que o coronel escrevera, mas que dissimula a autoria para melhor fazer sua divulgação. Reconhecendo o título, “Abaixo às máscaras!”, Valério elogia a obra que já lera por trabalhar na tipografia, e o coronel, envaidecido pelo elogio sincero do rapaz mesmo sendo de um simples tipógrafo, o convida para visitá-lo depois. A amizade que poderia surgir daí é o que o escrivão já consegue visualizar. Em princípio, estava ávido por matar Valério por ter se intrometido no círculo dos eleitos, mas depois da demonstração de interesse por parte do coronel, o escrivão o aconselha a estreitar relações.

A partir desse primeiro contato, o “narrador onisciente intruso” – posto que não só tem um conhecimento maior da realidade que descreve, conhecimento este mais amplo que o de suas personagens, como também estabelece juízos de valor em relação às mesmas (FRIEDMAN, 2002) – faz uma observação precisa da figura do coronel Borges, cuja paixão

política, a quem seria a morte sua privação, é por ele ironizada, pois a morte propalada certamente não passaria, de fato, de um breve sono. “Não nos enganemos, entretanto. A política do coronel não existe nos livros de Montesquieu nem Maquiavel; tinha outros códigos; a outras leis obedecia. A política do coronel começava no subdelegado e acabava no coronel”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 24-25).

Essa é a política dos chefes locais, como aborda Victor Nunes Leal (1975), já apresentada na seção anterior. Nela o poder pessoal de um líder político é a única expressão válida da atividade política. No instante da narrativa, 1861, ainda vive-se o período conhecido como Conciliação, iniciado em 1852. Momento em que o governo de D. Pedro II procura fazer concessões para os dois partidos que representavam a elite da época, alternando os gabinetes ministeriais, formados ora pelo Partido Conservador; ora pelo Partido Liberal, sem que, no entanto, representasse diferenças significativas em suas plataformas políticas, fato pelo qual Emília Viotti da Costa (1999, p. 158) define como de quase indissociação entre um partido e outro. “Na prática, no entanto, as divergências políticas não eram tão profundas quanto pareciam. Durante a Regência, o temor aos radicais havia aproximado liberais e conservadores, tornando suas diferenças cada vez menos relevantes”.

A figura do coronel Borges é a representação dessa elite política que mantém a ordem social autoritária a despeito das mudanças sociais e econômicas em curso e que se vale das mesmas mudanças e dos novos discursos justamente para manter sua posição de mando. O coronel aparentemente não é um senhor de terras, pois já foi deputado e vive na Corte, mas sua visão de mundo é pautada pelos mesmos valores da elite política da qual faz parte. “Escudado no axioma que diz que a política é uma ciência de aplicação, o coronel tinha mais respeito a um juiz municipal que a um artigo de lei, porquanto a lei era o tema e o juiz municipal a imagem da aplicação”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 25).

A maneira como o coronel exercia o cargo de deputado é descrita sinteticamente pelo narrador pelo completo silêncio, recusando-se a discursar ou escrever em jornais por não se considerar apto para tal e como não aceitassem a explicação dada, o então deputado apenas sorria, o que o narrador arremata: “O sorriso é a elasticidade aplicada à conversação; diz tudo e nada; isto e aquilo; o mau e o bom; confessa e nega; aceita e recusa”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 26). Entretanto, o silêncio perdura até o momento da narrativa, pois o folheto era apenas o reflexo de suas então conhecidas idéias políticas, encobertas obviamente pelo discurso ideológico liberal.

“Aconteceu justamente que um parente da mulher recebeu garrote do governo, e o sangue dessa vítima, que gozava de perfeita saúde, reclamou vingança imediata. Pegou na

pena e escreveu um livro de duzentas páginas em que dizia coisas do arco-da-velha ao governo e ao país”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 26).

Valério começa a estreitar relações com o coronel almejando à proteção que ele poderia lhe dispensar; na esperança de que o coronel Borges fosse capaz de ajudar a um “rapaz laborioso e pobre”. Essa atitude de cálculo que vemos na ação de Valério é em seguida suprimida por sua falta de esperteza, fato que é julgado pelo narrador quando o coronel lhe confessa ser o autor do livro. “Valério já devera tê-lo percebido, mas o rapaz, apesar dos trinta anos feitos, era de uma ingenuidade pueril”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 29).

Após mais um “chá patriarcal” em que a filha não desperta grandes emoções no rapaz, o coronel o incumbe de corrigir seu folheto, uma vez que rompeu com o sobrinho que o fizera até então. Pela visão que o narrador nos dá, percebemos que o coronel na verdade nunca escrevera nada e, com o sobrinho fora, era necessário outro que escrevesse para ele. Assim, quando publicado o folheto e, apesar da repercussão muito menor do que a idealizada pelo coronel, Valério tem a missão de escrever as respostas aos artigos que foram dirigidos contra o livro. Valério percebe, um pouco depois, a causa do interesse do coronel Borges, que ciente de sua situação de “homem necessitado e discreto”, o via como único apto a substituir a obrigação de um parente. “Tudo isso compreendera Valério, mas para logo refletiu que isso aumentaria a probabilidade de merecer o reconhecimento do coronel, e era justamente o que ele desejava”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 33).

Segundo Roberto Schwarz (1977), o favor era o “nexo efetivo da vida ideológica” da sociedade brasileira. Durante o século XIX, sua validade é mantida a despeito das novas idéias que preconizavam a igualdade, o mérito e a impessoalidade do liberalismo burguês. Desta forma, o favor perdura como mecanismo social que rege a relação entre as duas classes livres da sociedade escravista, a proprietária e a de homens livres pobres, já que a relação entre senhores e escravos era garantida pelo uso da força física.

Por outro lado, como referido na análise de “Mariana”, o favor não permeava apenas a relação proprietário – dependente. A relação entre senhor e escravo também era um vínculo repleto de situações em que a violência simbólica presente na relação de favor aparecia em determinados momentos e de forma marcante. Mariana sofreu com a relação de favor em si que trazia à tona elementos de humilhação, quando expôs sua individualidade para além dos limites permitidos, que, no caso dela, levou também às ameaças de violência física por não ser ela uma pessoa livre. Portanto, a violência simbólica escamoteada pela relação de favor não se refere apenas à dependência pessoal de pessoas livres, pois o que define essa relação é o poder de dispor de pessoas, diretamente ligado à escravidão, bem como da dependência pessoal dos

que não se encontram subordinados a ela, mas também não possuem a propriedade necessária para dispor de si e de outros.

Assim, na relação de favor, as doses de humilhação e capricho são seus aspectos constitutivos e no caso de Valério ambos estão evidentes. As situações em que o coronel finge não ver Valério em público alegando não comprometê-lo, por conta de seu folheto contra o governo, são apenas uma amostra do que sofreria. Um rapaz inteligente, avesso a qualquer tipo de pedantismo e que sorri com escárnio de indivíduos vaidosos, além do desembaraço com que abordou a conversa do coronel na festa do escrivão, são aspectos que contradizem suas atitudes posteriores em relação ao coronel. Quando este justifica a ação esquiva e pede a ele que também finja não vê-lo, a reação de Valério parece não condizer com o que percebemos à primeira vista.

“Valério prometeu por condescendência. No meio da conversa suspeitou que o conselho do coronel fosse uma evasiva, e que o único desejo dele fosse não manifestar em público as relações que tinha com o escrevente revisor de provas. Mas achou pueril esta razão”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 32).

A “ingenuidade pueril” que o narrador lhe atribui antes que negar a firmeza de caráter inicial, apenas corrobora que, naquele contexto, não basta o talento e o valor pessoal se não houver certa perspicácia nestas relações sociais. Valério está ciente do papel do favor para a mudança em sua vida logo que encontra o coronel, porém contou apenas com o reconhecimento de sua capacidade intelectual para atingir o objetivo de ser protegido. É essa visão abrangente que o narrador onisciente, muito mais ligado à voz do próprio Machado de Assis, deixa explícita nesta passagem. “Refletia mal o rapaz, se contava só com o reconhecimento; era preciso contar também com o medo. Mas Valério não pensou nisso”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 33).

Note-se que o narrador conhece a índole e os interesses de todas as personagens, acesso vedado à personagem de Valério que apenas responde às situações em que se vê envolvida. Entretanto, o que o narrador demonstra nas várias intervenções irônicas que faz no decorrer da narrativa é que faltava a Valério um tanto de cálculo.

Na análise empreendida por Roberto Schwarz (1990), a representação de D. Plácida, já discutida em outros momentos do trabalho, é relevante aqui também. Segundo o autor, no contexto de escravidão, mas permeado pela ideologia burguesa, o trabalho tem dois pesos e duas medidas.

“Não tendo propriedade, e estando o principal da produção econômica a cargo do escravo, os homens pobres pisam terreno escorregadio: se não trabalham são uns

desclassificados, e se trabalham só por muito favor serão pagos ou reconhecidos”. (SCHWARZ, 1990, p. 99).

Deste modo, o trabalho é valorizado ou desprezado ao sabor da vontade dos senhores de terras e pessoas e significando ao homem livre e pobre apenas a falta de garantias. Com o predomínio do capricho, fato colocado pela própria organização das relações entre senhores e dependentes, pautadas no favor, a questão do cálculo, da astúcia do dependente surge como estratégia nesse jogo político a não ser desprezada.

Segundo Sidney Chalhoub (2003), ao representar os antagonismos entre senhores e dependentes, sejam estes livres ou não, Machado de Assis aborda a lógica da dominação que organizava as relações sociais naquele contexto. Por outro lado, o autor assinala as estratégias de sobrevivência das personagens desenhadas neste contexto de violência e humilhação. Práticas que aparentemente corroboram a ideologia paternalista, mas que na verdade a atacam em sua base, como as ações e sentimentos simulados pela mesma D. Plácida no intuito de atingir objetivos próprios.

“Apesar de humilhada, tripudiada, reduzida ao estado da mais abjeta dependência, d. Plácida participa do jogo político, enseja movimentos para obter desígnios próprios, para provocar nos senhores ações ou interpretações que interessam a ela, alcoviteira”. (CHALHOUB, 2003, p. 81).

A inocência de Valério não corresponde apenas ao quê de injusto há na relação entre ele e o coronel, mas também em consideração à filha deste. Com as idas seguidas à casa do coronel Borges, a figura de Hélvia passa a interferir no ânimo do rapaz, que passa a ler os incidentes entre eles como sinais de amor. Sua ilusão vai ao ponto de acreditar que o coronel o aceitaria, apesar da pobreza, por reconhecer nele alguém de talento, posto que sempre lhe ouvisse com atenção. No entanto, o/a leitor(a) já sabe de antemão que Hélvia é uma moça frívola e que gosta de ser admirada por quem quer que seja, mas Valério desconhece esse aspecto e na ilusão do reconhecimento por parte do coronel segue seu trabalho vislumbrando um possível casamento. No momento em que o pai da moça tenta pagá-lo pelos trabalhos escritos (na expectativa mesma de que o rapaz recuse) é dispensado por ele em nome da amizade que quer crer verdadeira. O favor não é unilateral, o mais pobre também precisa dar sua contrapartida, posto que, por meio desta relação, a parte mais fraca tem também a possibilidade de afirmação de sua pessoa livre e de afirmação, mesmo que aparente, da igualdade entre ele e aquele que possui.

Quando Hélvia o procura e Valério idealiza o amor que esta sentiria por ele, embora não a amasse, a possibilidade de ser amado, aliada à ligação com o coronel passam a

significar para a personagem a ascensão desejada mesmo que nada haja de efetivo que lhe garanta o sucesso. Assim, vai trabalhar na tipografia “mais leve que um pássaro e cheio de confiança no futuro”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 39). Não cabe aqui relatar os detalhes de sua queda, apenas mostrar que se antes servia ao pai sem o reconhecimento esperado, passa a servir à filha também. Hέλvia pede a ele para falar ao pai em nome do primo, a quem realmente amava. “Compreendeu de um lance que era chamado como salvador; outro talvez se sentisse humilhado; Valério, não. Deixou que a moça pudesse falar e disse-lhe: - Que posso fazer para que seja feliz?”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 41). Valério passa a interceder junto ao coronel que “apenas recusava para ser vencido”, fato que Valério também não percebeu. O que chama a atenção é que o rompimento com o sobrinho não foi explicado, teria ele usado de ameaça contra o tio? Contudo, o fato é que, com o casamento, os laços familiares se apertarão ainda mais, não havendo mais o que temer e Valério tornar-se-ia dispensável, tanto pelo pai quanto pela filha.

Valério adoeceu e perde todo o desenlace da história dos dois. Hέλvia se casa com o primo e o coronel Borges consegue uma vaga no governo. Além disso, pelo tempo que ficou doente Valério acabou perdendo também o emprego no cartório, e a tipografia, pouco depois, termina por ser incendiada. Sem emprego e com dívidas, o rapaz já não quer a amizade, o simples pagamento pelo serviço feito ao coronel seria algum lucro. E aqui entra o duro e cruel da relação de favor, sem garantias efetivas e que gera humilhação e danos. O coronel – agora já não se opondo mais ao governo por conta da troca de favores, entre eles um emprego para o sobrinho –, parece poder pagá-lo por tudo o que fez, mas, pelo contrário, o evita, fato que Valério demora a compreender, ou seja, que não receberia nada em troca; nem o reconhecimento esperado, nem o pagamento merecido.

O capricho a que o favor está ligado aparece de forma explícita no enredo. Segundo o Roberto Schwarz (1990), personagens como Eugênia, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), representam a situação do “homem” livre e pobre no contexto da escravidão brasileira, uma vez que o “acesso aos bens de civilização”, por ser ainda o trabalho livre marginal e desvalorizado socialmente, só se dá via bondade da classe dominante.

“Não sendo proprietários nem escravos, estas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante. O seu acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetiva somente através da benevolência eventual e discricionária de indivíduos da classe abonada. Assim, se não alcançam alguma espécie de proteção, os homens pobres vivem ao deus-dará,

sobretudo cortados da esfera material e institucional do mundo contemporâneo”. (SCHWARZ, 1990, p. 83-84).

Esse poder social fundado na pobreza desses homens livres reserva aos membros da classe dominante a condição de dispor tanto da “sorte grande da cooptação” como da humilhação do dependente. Mas, note-se que no conto a submissão se mantém sem a contrapartida do favorecimento, pois Valério, embora subserviente, não obteve o beneplácito do coronel que a princípio o cooptava. E aqui, o capricho é uma dimensão fundamental, capaz de decidir pela vida ou morte da personagem, evidenciando a violência subjacente a toda situação, tanto pelo desfecho trágico quanto pela “normalidade” da relação de dominação naquele contexto. Essa dimensão fica mais evidente se pensarmos em Germano Seixas, de “Um almoço” (1877). Desesperado por não ter o que comer e cansado de tanto passar por isso, também decide se matar, mas encontra um amigo melhor posicionado e que lhe dá um almoço e um “bilhete” de entrada na sociedade a que estava disposto a deixar também fisicamente. No entanto, ao lado da ascensão almejada, ele precisa conviver com a humilhação de ser constantemente “lembrado” pelo amigo de que foi salvo da morte por ele. Porém, nos dois contos, a submissão se mantém, pois mesmo tirando a “sorte grande”, Germano sente-se humilhado pela relação do favor em si e mesmo a questão do cálculo estando presente nas atitudes de Valério, sua ação não foi o suficiente.

Segundo Alfredo Bosi (1982), Machado de Assis apresenta em seus primeiros escritos um grau baixo de consciência da ambigüidade das relações sociais assimétricas, nas quais o interesse é o motor. Sendo usadas máscaras sociais para encobrir interesses mesquinhos, o escritor divide as personagens em “boas” e “más”, e, no limite, pune as personagens que fingem ser o que não são. Todavia, a partir de *Histórias da meia-noite* (1873), o tom é ligeiramente diferente, o interesse e o cinismo passam a figurar como necessários às relações e, portanto, não obrigatoriamente condenáveis. (BOSI, 1982, p. 438). No conto analisado todos usam máscaras, inclusive o próprio Valério, que procurou se mostrar o mais útil amigo do coronel a fim de conseguir proteção; bem como o coronel, passando-se por escritor e tratando Valério como se fosse seu amigo; Hélvia que cativa o rapaz para que ele a ajude com seu primo; e, por fim, este que evidentemente não era apaixonado pela prima, mas que tinha interesses com o tio, casando-se finalmente com ela.

Por outro lado, nota-se que no conto analisado não há uma identificação do narrador com as personagens manipuladoras, embora não seja possível ignorar certo juízo de valor negativo sobre a pessoa de Valério ao longo do texto e a ironia sádica com relação a sua

atitude final, parece que o narrador esperava dela mais cálculo do que ela foi capaz de empreender.

“Abriu-se-lhe um sorriso triste nos lábios, ainda pálidos da doença e seguiu cabisbaixo para casa”. Pouco depois, reconhecendo Hélvia na rua, já maltrapilho, ele é novamente humilhado e desiste de lutar. “Valério, que cometera outras tolices na sua vida, coroou a obra indo atirar-se ao mar”. (ASSIS, 1957, v. 17, p. 47, 48).

O fato de não ter conseguido tirar o proveito esperado da relação não é uma punição moral, mas a representação de uma dada realidade social da perspectiva de homens livres e pobres, que se vêem envolvidos em uma relação de poder autoritária, alheia às necessidades sociais dos que são inferiores e que enuncia o interesse particular, materializado na atitude do capricho como lei incontestada.

3.5 Considerações

O objetivo principal nesta seção foi o de discutir a violência inerente ao patriarcalismo brasileiro – em processo de transformação com as mudanças advindas, sobretudo com a urbanização crescente durante o século XIX – a partir da análise das representações feitas por Machado de Assis em seus contos. Os “estudos” da violência selecionados apontaram para uma visão crítica de Machado de Assis também sobre a situação das mulheres no contexto do patriarcalismo, bem como sobre a situação de dependência pessoal ao poder discricionário de coronéis volúveis.

A violência presente nas situações vividas pelas personagens femininas em uma sociedade fortemente marcada pela organização familiar patriarcal, a despeito da predominância do contexto urbano, com os modos, cenários e vestimentas típicos de uma sociedade burguesa, possibilitou a análise dos contos “Relógio de ouro” (1873) e “Folha rota” (1878). Clarinha, Luísa e D. Ana Custódia são três mulheres envolvidas nas relações de poder de uma sociedade que atribui à mulher um papel de submissão e resignação. Nesse sentido, as personagens poderiam ser vistas como “protótipos de mulher-objeto” (ZOLIN, 1994). Ao analisar o contexto em que essas personagens foram concebidas, é possível perceber que sua construção as remete às estruturas de poder que dão sustentação às situações representadas. A dominação vivenciada pelas personagens transparece na resignação com que agem e

respondem às adversidades colocadas pela própria estrutura social. Todavia, as simetrias entre Clarinha e Luísa e D. Ana param por aqui.

Clarinha é uma mulher típica de classe média e a violência que sofre por parte do marido refere-se também, mas não só, ao “duplo padrão de moralidade” que rege sua sociedade. Sendo assim, Machado de Assis ironiza a personagem masculina, que incorpora a tal ponto a prerrogativa do poder masculino que chega a expor o aspecto risível de sua dominação.

Por outro lado, Luísa e a tia estão envolvidas também em outras relações de poder desta sociedade. A questão de classe é um complicador a mais. As situações de violência experienciadas por elas ligam-se diretamente ao fato de serem mulheres pobres, cuja ascensão e, no limite, a sobrevivência social está intimamente ligada ao casamento, uma vez que o trabalho feminino não oferece vantagens financeiras, muito menos reconhecimento social.

Na representação do patriarcalismo desta sociedade, passando por mudanças significativas, procurei analisar o modo como a violência permeia as relações também no contexto rural, de certa forma mais próximo a um tipo tradicional de poder patriarcal. O coronelismo e os abusos do *pater familias* demonstram a força de uma hierarquia social pautada na escravidão e na dependência pessoal, na qual só ascende o indivíduo capaz de agir tendo em mente exclusivamente seus interesses. Procópio foi capaz de romper com a situação de dependência não só pelo capricho do coronel Felisberto, mas também por saber manipular a situação de dependente de forma pragmática.

Pragmatismo que faltou a personagem do conto “Valério”. Também envolvido nas relações de favor e submetido ao capricho de um coronel, Valério sofreu com o mais iníquo desta relação que é a submissão sem a contrapartida do favorecimento. Como argumentado na análise de “Virginius”, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983) aponta para o cruzamento de dois princípios sociais antagônicos na relação entre dominantes e dominados, pois, de um lado prevalecem as “ligações de interesses” e de outro as “associações morais”. Mesmo reconhecendo o interesse de Valério em ascender socialmente, seu princípio moral – pautado na expectativa do reconhecimento de seu mérito pessoal, bastante condizente com as idéias burguesas mais modernas – chocou-se com o poder discricionário de um coronel inepto, mas cujo interesse e capricho fundamentam-se na própria estrutura social.

A violência inerente às relações estabelecidas pelas personagens dos quatro contos analisados está ligada ao tipo de sociedade patriarcal brasileira, que muda muito para não alterar quase nada, pois a situação de submissão das mulheres de classes diferentes mostra como o imaginário social da época era, independentemente do grau de aburguesamento dos

costumes, fortemente marcado pela dominação masculina. Já no caso de Procópio e Valério, a situação de dependência das personagens, embora não envolva a questão de gênero, não deixa de estar relacionada à mesma estrutura social, pautada na escravidão e na dependência pessoal.

Portanto, há certo gradiente na análise desenvolvida. As categorias de classe e gênero inter-relacionam-se, pois ainda que homem, Procópio está sujeito ao capricho de um *pater familias* e, por meio dessa sujeição, conquista a ascensão social, muito embora, Valério, também à mercê de um coronel, se sujeita, mas sem a contrapartida da ascensão desejada. Clarinha, por ser mulher, ainda que burguesa, está sob o jugo de um marido autoritário, de modo que esses são aspectos reveladores, já que somente um dos fatores, ser pobre ou mulher, já é suficiente para alocar o indivíduo numa condição de inferioridade na hierarquia social. O que deixa explícito o destino trágico reservado às mulheres livres e pobres. Desta forma, como discutido na análise de “Folha rota”, nota-se o quanto a conjunção desses fatores impõe dificuldades maiores para as personagens envolvidas, bem como sequer sinaliza para um “final feliz”.

A maneira sarcástica com que Machado de Assis aborda essas questões, sobretudo em “O relógio de ouro” (1873), quando deixa o final em aberto, passando para o/a leitor(a) o desfecho da história; ou em “Folha rota” (1878), quando cruelmente contrapõe o destino de Luísa ao de Caetaninho, transparece a força do conto machadiano mesmo antes da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e de *Papéis avulsos* (1882). Se em “O enfermeiro” (1896) a ironia perpassa todo o conto e faz a “máquina literária de criar interesse” – como Julio Cortázar (1993, p. 123) define o conto – funcionar magistralmente, não podemos desconsiderar a força artística dos dois contos que o antecedem.

Como Luísa e D. Ana Custódia, Carolina Maria de Jesus⁸⁴ é uma mulher pobre⁸⁵, mas no contexto da década de 1950. Vários elementos da vida dessa catadora de papel, moradora de uma favela em São Paulo, são descritos de forma direta e crítica em seu diário, cujo trecho citei como epígrafe desta seção. A escritora expõe a situação de exploração a que são submetidos os pobres, sobretudo a violência cotidiana praticada contra as mulheres que, se casadas, sofrem com a agressão física de seus maridos e, se sozinhas, como a própria Carolina, estão sujeitas às dificuldades de criar seus filhos em um ambiente marcado pela sujeição e pelo favor, e constantemente envolvidas em situações de violência praticada por homens, brancos e ricos⁸⁶.

A digressão foi suscitada pela análise desses “estudos” da violência realizados por Machado de Assis, pois me fez pensar na forma como a violência inerente a uma estrutura

social hierárquica se mantém, a despeito das mudanças por que passou a sociedade brasileira durante o século XIX, e é perceptível ainda nos idos da década de 1950, quiçá até hoje. O fato de o escritor se ater à estrutura social influenciando as ações de suas personagens mostra, de forma ironicamente cruel, como ser mulher e pobre neste contexto impõe dificuldades objetivas e subjetivas que determinam o destino das personagens, ainda que não no sentido que a ciência do século XIX buscou consolidar, pautando-se em determinismos biológicos e raciais. Machado de Assis mostrou-se extremamente crítico aos diversos tipos de “ismos” produzidos em sua época, e avidamente incorporados por nossas elites. É esse ponto que discutirei a seguir.

4 A CIÊNCIA

*“O que fazer diante da dor alheia? O primeiro passo é não
fazer nada.”*

(A CAUSA SECRETA, 1994).

Por meio do Naturalismo, as idéias científicas em voga no século XIX foram introduzidas na literatura. Quando Machado de Assis afirma, “Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo, assim não sacrificaremos a verdade estética.” (ASSIS, 1997, v. 3, p. 913), o crítico deixa claro o que o escritor já faz de forma sistemática. Além da aversão a descrições desnecessárias, incomoda-o a exposição pormenorizada dos espaços físicos, mas, principalmente, das questões fisiológicas que se sucedem e acabam por “abafar” o principal. Nesse sentido, observa-se a posição estética assumida por Machado de Assis. Todavia, em sua obra, além de não aderir ao Realismo/Naturalismo, apresenta os ideais científicos tão apreciados pelos escritores daquela escola com sarcasmo, através de personagens que sucumbem pela crença cega em teorias científicas.

Nesta seção pretendo discutir o papel das ciências no contexto brasileiro, uma vez que foi com base no corolário científico que nossos intelectuais visaram compreender os problemas da sociedade brasileira, bem como modernizá-la. Para isso, traçarei uma breve discussão sobre a ciência produzida no século XIX e de sua relação com o imaginário social europeu. Em seguida, discutirei a forma como essa ciência foi utilizada pela elite intelectual brasileira, sobretudo pela chamada Geração 1870, e seus desdobramentos na literatura, focando a posição estética adotada por Machado de Assis. Por fim, intentarei compreender o modo como a ciência é exercida e reconfigurada no contexto brasileiro, através da análise de três contos de Machado de Assis: “Verba testamentária”, por apresentar uma sátira às determinações biológicas para um comportamento, em grande medida influenciado por nossa realidade social; “Conto alexandrino” e “A causa secreta” por sua forte crítica à falsa neutralidade da ciência, mostrando os motivos políticos e sociais que contradizem o comportamento abnegado de suas personagens, verdadeiros “homens de ciência”.

4.1 A Ciência do século XIX

O século XIX foi marcado por grandes transformações e a crença na capacidade humana de intervir na natureza e modificá-la por meio do conhecimento era uma idéia mais ou menos generalizada naquele contexto. Como afirma Eric Hobsbawm (1977), o progresso material e intelectual aparece como algo dado e caracterizava sobremaneira a visão de mundo das pessoas. Nesse sentido, a ciência torna-se um símbolo preponderante na sociedade burguesa, subordinando outras formas de conhecimento, inclusive a filosofia. O positivismo de Auguste Comte (1791-1857) tem a convicção de que o progresso da humanidade segue a determinação de leis naturais, passando por estágios sucessivos de desenvolvimento: teológico, metafísico e científico. Assim, apresenta uma visão privilegiada da ciência, posto que se opõe à sociedade tradicional e enfatiza a supremacia das atividades científicas e industriais.

Entretanto, o imaginário social deste contexto, marcado pela primazia das ciências, não é explicável apenas pelos avanços científicos e tecnológicos do período. Para entendermos a importância da ciência é necessário percebê-la em relação ao modo de vida burguês, envolvendo o discurso liberal de igualdade entre os homens e da livre competição, mesmo que, na prática, haja a exploração do trabalho, a manutenção da desigualdade de gênero e o domínio econômico e cultural sobre os países considerados “atrasados”, por meio do imperialismo.

A importância do imaginário social torna-se patente quando nota-se que o desenvolvimento da biologia, relativamente menor que o das ciências físicas, não tenha uma correspondência significativa com o estudo físico e químico da natureza, mas por sua relação com a própria sociedade. Eric Hobsbawm (1977, p. 267) chama a atenção para a importância do conceito de evolução dentro das ciências naturais e para o papel que ocupou Charles Darwin (1809-1882) nesse momento. A publicação de *A origem das espécies* (1859) é um marco, pois a novidade da teoria de Darwin não está no conceito de evolução em si, uma vez que já era familiar, mas por explicar satisfatoriamente “a origem das espécies”, utilizando conceitos amplamente difundidos, como a idéia de competição, por exemplo. Com isso, percebemos como a ciência dialoga com seu contexto histórico e social mais amplo, pois é parte de um imaginário social, permeado por idéias e símbolos que muitas vezes determinam o próprio fazer científico.

Ainda de acordo com Eric Hobsbawm (1977), a teoria da evolução, através da seleção natural, transpôs os limites da biologia e apresentou a idéia de progresso, entendido como

“história” naquele contexto, acima de todas as ciências. Ademais, com a seleção natural pretendia-se explicar todos os seres, inclusive o homem. O autor assinala também os usos políticos da ciência, enfatizando a importância da conjuntura política e ideológica do momento em que as idéias são produzidas. Assim, o darwinismo foi amplamente aceito não tanto por seus méritos em convencer a comunidade científica, mas por ter divulgado suas idéias num momento em que se deu o rápido avanço da burguesia liberal, adepta do progresso, e sem revoluções, ou seja, um contexto de transformações e rupturas com a tradição, sobretudo religiosa, mas longe de levar a mudanças sociais efetivas.

Segundo Lilia M. Schwarcz (1993), o termo “raça” passa a ser usado em relação a grupos humanos a partir do início do século XIX, representando uma mudança na visão das diferenças entre os grupos humanos. Se antes, a literatura de cunho humanista falava em estágios distintos de desenvolvimento, e nunca em diferenças raciais de origem, a ciência do século XIX, em franco desenvolvimento, irá naturalizar as diferenças, rompendo com as teorias do século XVIII sobre a igualdade essencial, opondo-se, assim, a uma idéia oriunda da Revolução Francesa, o ideal de cidadania. Com isso, a “raça”, o biológico serão postos acima do indivíduo. Nesse processo, fica em causa o acirramento das discussões em torno da origem da humanidade.

A visão *monogenista*, preponderante até meados do século XIX, afeita às escrituras bíblicas, defendia a idéia de uma origem única da humanidade. Contudo, nesse mesmo contexto, uma outra visão, pautada nas ciências biológicas e, principalmente, em oposição à Igreja, ganha força e postula a idéia não de um único, mas de vários focos de origem. Sendo assim, a visão *poligenista* passa a descrever a humanidade como fruto de diferenças raciais. “A versão poligenista permitiria, por outro lado, o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais.”(SCHWARCZ, 1993, p. 48).

Portanto, as idéias de Darwin influenciaram uma disputa antiga sobre a origem da humanidade e foram utilizadas pelas duas principais correntes que marcaram o desenvolvimento das ciências humanas, sobretudo da antropologia. Na disputa entre monogenistas e poligenistas, os postulados de Charles Darwin a respeito da evolução das espécies foram utilizados de maneira original pelas duas vertentes. Os primeiros puderam continuar afirmando a origem única da humanidade, pautando-se no pressuposto evolutivo, que hierarquizava raças e povos, vistos não como raças distintas, mas apenas em estágios de desenvolvimento diferenciados. Já os poligenistas, embora admitissem a origem comum da humanidade, afirmavam que esta havia se separado há tempo bastante para formar raças

diferentes, com heranças e aptidões diversas. Por conseguinte, conforme Lilia M. Schwarcz (1993, p. 55), “A novidade estava, dessa forma, não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural”.

O evolucionismo preconizava a “unidade original da espécie humana”, considerando que as raças estavam em estágios diferentes de desenvolvimento. Portanto, a idéia central estava no progresso evolutivo que, tendo em vista o método comparativo, avaliava os estágios em que os diferentes povos estavam em relação ao modelo de sociedade ideal, a ocidental. “Pela ‘lei da repetição abreviada da história’, todos os povos passariam pelos mesmos estádios evolutivos, o que obrigaria as ex-colônias a reproduzir a evolução das metrópoles, sem qualquer possibilidade de autonomia e originalidade.” (VENTURA, 1991, p. 51).

Por outro lado, o darwinismo social, desdobramento da corrente poligenista, não acreditava na unidade dos seres humanos⁸⁷, mas acabou por adaptar as idéias de Darwin, que postulava o processo de evolução da humanidade a partir de uma única espécie. Com isso, para os darwinistas sociais, as raças haviam sido inexoravelmente separadas por conta do processo de evolução, resultado da “sobrevivência do mais apto” e, portanto, as raças “inferiores” estariam predestinadas ao desaparecimento, sendo que o cruzamento era visto como algo pernicioso, levando à degeneração tanto racial quanto social (SKIDMORE, 1976, p. 68).

Portanto, a idéia de hierarquia das raças era uma concepção conveniente naquele contexto, tanto para explicar e justificar diferenças internas, como a que existia entre ricos e pobres; homens e mulheres, quanto externas, pelo “atraso” tecnológico, científico etc. dos povos considerados “inferiores”, justificando a política do imperialismo e o domínio ocidental (HOBSBAWM, 1977).

De acordo com Nancy Stepan (1994, p. 90), as analogias dentro da ciência não são neutras. Ao relacionarem diferenças de raça, classe e gênero, as analogias têm conseqüências sociais e políticas para a manutenção da ordem social e fizeram sentido no contexto em que foram produzidas por terem tido um ambiente propício para aceitá-las. Assim, a autora mostra como os cientistas do século XIX representavam as “raças inferiores” como o feminino das espécies humanas e as mulheres como a “raça inferior” do gênero. Classificando os povos com base nas medições cerebrais, levando em conta tamanho e peso, associavam o cérebro dos homens das “raças inferiores” ao das mulheres das “raças superiores”. No entanto, essas analogias eram utilizadas também para compreender as desigualdades internas representando os trabalhadores pobres como os “selvagens” da Europa e o criminoso como um “negro”.

Nesse sentido, fica patente a relação entre o imaginário social e a ciência, pois por mais isenta que esta pretenda parecer, as analogias são provas de que a ciência faz parte de um ambiente político e social do qual retira significados. Portanto, a autora ressalta que a crítica da metáfora dentro das ciências não deve estar empenhada em mostrar os “equívocos” destas analogias, mas em compreendê-las, tendo como base o contexto em que foram concebidas, especialmente por serem extremamente poderosas, pois são acionadas por um discurso que se quer verdadeiro e neutro. É nessa direção que se pode pensar a ciência como um importante meio de justificar desigualdades sociais, justamente porque naturaliza a dominação.

Esse breve panorama da ciência no século XIX, que influenciou de forma direta não só o pensamento social brasileiro, mas também nossa literatura, faz-se necessário para entendermos – não apenas pela situação de país “atrasado” economicamente, mas por ser considerada uma nação degenerada devido à mestiçagem e ao clima tropical – como nossas elites importaram as ciências européias e as adaptaram à realidade local, levantando questões outras e usos diversos que, para além da originalidade dessa adequação, representam interesses políticos específicos e com conseqüências duradouras .

4.2 A Ciência no Brasil

O Brasil da segunda metade do século XIX não foi palco apenas das mudanças materiais advindas com a urbanização e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas também mudanças culturais significativas. Como discutido na seção anterior, o patriarcalismo tradicional sofre alterações marcantes com a influência dos costumes burgueses e da medicina social, via higienização da família (COSTA, J., 1999). Desta forma, a urbanização crescente, a decadência econômica das elites agrárias nordestinas, ao lado da ascensão da elite cafeeira, o processo de derrocada do sistema escravocrata, que se mostrou como fato incontestado em 1871, e o início das primeiras discussões e tentativas de imigração são questões que se colocavam nos idos da década de 1870 e implicaram no esforço de se criar um projeto de nação não mais pautado no modelo Imperial. É nesse contexto que entram em cena as teorias científicas européias.

“Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela política imperialista européia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a

partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas”. (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

Por outro lado, Ângela Alonso (2002) procura ressaltar o caráter político da geração 1870, que criticava o modelo imperial através das ciências européias, mas com base na sua própria tradição político-intelectual.

“A perspectiva da história das idéias tomou por pressuposto que o objetivo central do movimento da geração 1870 fosse a criação de uma filosofia, uma literatura e uma ciência nacional, e sua institucionalização acadêmica. Por isso, nem procurou possíveis conexões com a prática política, assumindo como um dado sua inclinação teórica e seu apoliticismo”. (ALONSO, 2002, p. 25).

Tanto a ênfase nas instituições quanto o enfoque no movimento político da geração de 1870 tem em comum o reconhecimento do papel das idéias científicas em voga na Europa, como modelos de interpretação da realidade social. Assim, o evolucionismo, o darwinismo social e o positivismo são utilizados para a explicação das diferenças.

“Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade”. (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

Já como meios de intervenção social, principalmente via liberalismo e positivismo, mais do que idéias colocadas a priori são utilizadas politicamente pelos agentes com o intuito de interferir na realidade social e conseguir participação política, opondo-se à Ordem Saquarema⁸⁸.

“O movimento se empenhou em inventar novos princípios de organização social e política que preservassem a hierarquia social, depois de findo o regime escravista que resguardassem a distinção entre elite e povo, depois de abolidas as instituições saquaremas. Nisto estavam estritamente próximos do realismo conservador da elite imperial. O movimento intelectual da geração 1870 não foi nem popular nem revolucionário. Foi reformista”. (ALONSO, 2002, p. 261).

Entretanto, a importância atribuída às ciências nesse contexto – para além da questão da originalidade e singularidade no modo como foram adaptadas à realidade brasileira, bem como da concepção das idéias como importantes meios de ação política – põe em xeque a sua pretensa neutralidade. No contexto europeu, as idéias racistas presentes no darwinismo social e no evolucionismo eram formas de naturalizar e justificar uma política imperialista das nações desenvolvidas sobre povos ditos inferiores por seu subdesenvolvimento econômico,

colocadas como características inatas, oriundas do clima e da miscigenação. Por outro lado, quando essas teorias são incorporadas pela elite de um país como o Brasil, seus postulados são adaptados a fim de naturalizar e justificar diferenças internas com interesses distintos dos da Europa, mas não menos conservadores (SCHWARCZ, 1993; VENTURA, 1991).

Como afirma Nancy Stepan (2005, p. 217), a ciência não é uma atividade neutra, uma vez que está intimamente ligada aos valores da sociedade em que é praticada. Por conseguinte, “a ciência jamais é organizada em um ambiente isento de valores, mas recebe significado e cria novos significados em contextos que são especificamente sociais, econômicos e políticos, tanto quanto intelectuais”. Com isso, não há como compreender a originalidade dos intelectuais brasileiros, tampouco os usos políticos que fizeram das teorias científicas, sem ater-se ao contexto da sociedade brasileira do século XIX.

A questão da originalidade da cópia ou da luta por participação política acaba por corroborar uma visão da ciência como algo neutro, e seja utilizada de forma criativa pelos intelectuais em diferentes contextos, ou como arma para romper com a marginalização política de que eram vítimas, perde-se de vista que os postulados cientificistas têm objetivos políticos e sociais bem definidos. No contexto de mudanças consideráveis, como o iniciado a partir da segunda metade do XIX, o discurso científico servia para definir as diretrizes à modernização da sociedade brasileira, todavia sem alterar a estrutura social, ainda pautada no poder do patriarca, senhor de terra e de escravizados, que na iminência de perder os últimos, buscava mantê-los sob sua tutela e dependência. Deste modo, a ciência é utilizada para justificar o poder de uma elite mais urbana e burguesa, sem que tenha rompido plenamente com seu passado patriarcal, tanto na manutenção do controle, através da medicalização da família, sobre a mulher – que saía da tutela patriarcal, do pai ou marido, para ser, agora cientificamente, definida como inferior e mais ligada aos sentimentos, portanto, incapaz de exercer uma atividade intelectual ou política (COSTA, J., 1999), – quanto na explicação das desigualdades sociais a partir da inferioridade natural do negro que, conforme as teorias raciais, seria naturalmente degenerado, e a miscigenação um mal a ser combatido. Com isso, percebe-se como a ciência tem finalidades sociais muito mais abrangentes e de modo algum restritas ao meio acadêmico e institucional ou às pretensões políticas de grupos marginalizados.

Por outro lado, a ciência não era instrumento apenas de justificação de uma estrutura social violenta e autoritária em relação aos negros e mulheres. Sendo assim, através do discurso científico foi possível institucionalizar o saber médico que, por meio da medicina social, atingia todos os espaços sociais (MACHADO et al., 1978). Se a medicina praticada

durante o período colonial agia de forma esparsa, através de um saber acionado apenas na luta contra a doença como um problema isolado e, portanto, isento de uma autoridade contínua, a higiene incorporou a cidade e a população ao saber médico, buscando aplicar ações preventivas no espaço urbano, tendo como eixo a noção de saúde, trazendo à tona a preocupação com a prevenção⁸⁹.

“No projeto de medicina social, encontramos algo diferente: transformação do espaço para eliminar causas de doença, construção de uma cidade produtora e propiciadora de saúde dos habitantes; intervenção anterior à doença, ação que abrange toda a sociedade e não somente os doentes, criação de espaços terapêuticos e não de espaços de exclusão”. (MACHADO et al., 1978, p. 82).

Nesse sentido, a ciência deve ser pensada como intimamente ligada aos fatores sociais, políticos e culturais de um dado contexto histórico. Contudo, o poder que dela emana não só a partir dos cientistas europeus, idealizadores dos conceitos, como também da intelectualidade brasileira que, adepta desses postulados, adaptou-os à realidade local, advém da sua capacidade de apresentar-se como neutra, universalmente válida e confiável, legitimando as conclusões políticas e sociais daí retiradas.

“As teorias da natureza jamais são simplesmente descobertas. Pelo contrário, são socialmente articuladas. Por sua vez, as conclusões sociais derivadas de teorias da natureza são produtos de interpretação ativa, do desenvolvimento de instituições e da utilização de recursos políticos e culturais para dar à ciência determinados significados e representar interesses específicos”. (STEPAN, 2005, p. 75).

Segundo Roberto Schwarz (1987), a questão da cópia sempre se apresenta para a intelectualidade brasileira. Citando Machado de Assis, o autor refere-se à preponderância da determinação externa na produção intelectual nacional. Como descrito acima, a questão da originalidade nos usos das idéias importadas pelos intelectuais brasileiros, no modo como as adaptaram a seu contexto específico (SCHWARCZ, 1993) e os usos políticos dessas idéias, que, para além da criação de algo original, de uma ciência brasileira, têm em vista a superação da marginalidade política, opondo-se ao imaginário imperial (ALONSO, 2002), mostram que a produção externa tem influência incontestável no que se pensa aqui.

Entretanto, a influência das idéias científicas vai além dos espaços institucionais estudados por Lilia M. Schwarcz e dos embates por participação política da Geração 1870, analisados por Ângela Alonso. A literatura foi um meio de divulgação das idéias científicas em voga na Europa e, através da escola realista/naturalista, atingiram um público muito maior, influenciando sobremaneira o modo como os escritores representavam a própria

realidade social (SÜSSEKIND, 1984). Dessa forma, a posição crítica de Machado de Assis é emblemática. A interferência da ciência na literatura não era algo que agradasse o escritor e o levou a adotar uma postura bastante original naquele contexto em que todos “respiravam” ciência.

Em “O segredo do bonzo”, percebe-se claramente o modo como Machado de Assis (1997, v. 2, p. 323, 325) concebia a ciência. Os “cientistas” do reino de Bungo divulgavam suas descobertas e por elas morreriam, pois “a ciência valia mais do que a vida e seus deleites”. Os seguidores de Pomada aplicaram corretamente a doutrina do mestre e é esta o ponto central do conto. O próprio bonzo Pomada assegura que sua teoria não apenas permite formar *pomadistas*⁹⁰ insígnies, como apresenta, de forma irônica, o fundamento de sua ciência e, após muito cogitar, conclui: “se uma cousa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente”.

A sátira a respeito de um saber isento e verdadeiro serve como exemplo da postura de Machado de Assis ante às teorias científicas. Sobretudo quando aplicadas à literatura, seu posicionamento sempre foi de crítica e distanciamento. Em “O passado, o presente e o futuro da literatura” (1858), ainda jovem e bem no início da sua carreira, o escritor vê a prática literária como uma espécie de culto, no qual o literato deve estar independente do movimento da sociedade, uma vez que o engajamento impede o desenvolvimento pleno da literatura. Além desse aspecto, o jovem crítico questiona a dependência em relação à literatura européia, principalmente a portuguesa.

“Mas após o *Fiat* político, devia vir o *Fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura. Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 787).

E conclui seu texto apontando para a análise social em referência ao desenvolvimento de um teatro nacional. “A sociedade, Deus louvado! é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar, uma aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-na: eis o que aconselhamos às vocações da época!” (ASSIS, 1997, v. 3, p. 789). Esses três aspectos da literatura, independência, originalidade e análise social nos dão um panorama do que Machado de Assis irá praticar em sua própria obra literária e retomará aperfeiçoando-os em seus textos de crítica posteriores. Em 1865, no texto “O ideal do crítico”, o escritor indica a deficiência da crítica nacional e enumera as condições

necessárias ao crítico, entre elas a análise da obra em si, seus fundamentos, sua organização interna, mesmo ao analisar obras de escolas diferentes das de sua opinião. Já em 1873, no texto “Notícia da atual literatura brasileira instinto de nacionalidade” Machado retoma posições adotadas no seu primeiro texto, reafirmando seu ideal de uma literatura nacional e independente, bem como da análise e observação necessárias ao escritor. Mas o texto já dialoga com uma sociedade em mudança e pede moderação na adoção dos modernos. Entretanto, é em “A nova geração” (1879) que o crítico expõe claramente sua visão de uma literatura independente. Ante a invasão dos postulados cientificistas, deixa evidente sua aversão a eles no que se refere à obra literária. Machado de Assis inicia o texto dando um panorama da nova produção literária que, se não representa algo realmente novo ou de boa qualidade, apresenta o “espírito novo” dessa geração, que esbanja entusiasmo e ostenta um “otimismo, não só tranqüilo, mas triunfante” e ávida por ver “alguma coisa por terra”. É sobre essa nova geração que o crítico se debruçará. Analisando textos literários e poesias de diversos escritores da geração 1870, procura aplicar os preceitos desenvolvidos nos textos anteriores a fim de desenvolver uma verdadeira literatura nacional. Mais afeito às questões internas e menos devoto dos postulados cientificistas, preocupa-se com a obra em si e não com os usos políticos e sociais que elas podem propiciar.

Um dos escritores avaliados foi Sílvio Romero. A partir da análise de alguns textos de Romero, o crítico aponta para o risco de que o dogmatismo transforme sua poesia científica em poesia didática. Alternando suas observações com a avaliação geral dos escritores da nova geração, Machado de Assis assinala seu descontentamento com o Realismo que vê como “a negação mesma do princípio da arte” e usando autores visitados pelos próprios escritores avaliados conclui:

“Um poeta, V. Hugo, dirá que há um limite intranscendível entre a realidade, segundo a arte, e a realidade, segundo a natureza. Um crítico, Taine, escreverá que se a exata cópia das coisas fosse o fim da arte, o melhor romance ou o melhor drama seria a reprodução taquigráfica de um processo judicial. Creio que aquele não é clássico, nem este romântico. Tal é o princípio são, superior às contendas e teorias particulares de todos os tempos”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 813).

Voltando a Romero, o crítico salienta a ausência de estilo na sua obra e, tomando por base os mestres do próprio escritor, afirma: “Refiro-me ao estilo, condição indispensável do escritor, indispensável à própria ciência – o estilo que ilumina as páginas de Renan e de Spencer, e que Wallace admira como uma das qualidades de Darwin”. Pouco mais adiante critica inclusive os ataques de Sílvio Romero àqueles que não concordam com suas idéias.

“Realmente, criticados que se desforçam de críticas literárias com impropérios dão logo idéia de uma imensa mediocridade, – ou de uma fatuidade sem freio, – ou de ambas as coisas [...]” (ASSIS, 1997, v. 3, p. 828, 829).

Para Machado de Assis, “a ciência é má vizinha” e conclui o texto afirmando.

“A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. [...] Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. Nisto o melhor exemplo são os luminares da ciência: releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 836).

Nesses textos transparece a maneira reticente com que Machado recebe e avalia o peso das ciências no seu espaço de atuação e, sem saber, ao escrever suas opiniões fez de Silvio Romero um inimigo feroz que, após 18 anos, publicará seus “impropérios”, escrevendo um livro nada lisonjeiro sobre o crítico de outrora.

José Luiz Ithamar Passos (1998) afirma que Silvio Romero era um polemista aguerrido, dedicando-se a análises mais gerais da cultura nacional, não se detinha devidamente às obras, e por ser um caráter eminentemente nacionalista, orientava-se pelos instrumentos científicos da época, concebendo-os como forma de progresso inexorável da sociedade brasileira.

Segundo Lilia M. Schwarcz (1993), Sílvia Romero, pautando-se em critérios cientificistas e a partir de um viés evolucionista e etnográfico, definiu Machado de Assis como produto de “uma sub-raça brasileira cruzada”, mas transcendendo a polêmica, a autora aponta para uma outra.

“Ou seja, a disputa entre “homens de sciencia”, que se auto-identificavam a partir do vínculo com instituições científicas e de uma postura singular, intervencionista e atuante, e “homens de letras”, que, na visão de autores como Romero, encontravam-se afastados das questões prementes de seu tempo”. (SCHWARCZ, 1993, p. 40).

Para Ithamar Passos (1998), o que se dava era a luta dentro do campo literário e, pautando-se no conceito de Pierre Bourdieu, o autor assinala.

“Em jogo estava a posição de liderança no interior do campo literário. A tensão que se estabelece entre ambos, embora tomada pela crítica subsequente como um debate de uma só voz – a de Sílvia Romero –, ressalta as peculiaridades da consolidação de um novo

reordenamento das forças e dos atores que compunham o campo intelectual da nação entre a proclamação da República e as vésperas do século XX”. (PASSOS, 1998, p. 136).

No entanto, há um risco em se aplicar as regras de análise empreendidas por Pierre Bourdieu (1996), sobre a produção literária como intrinsecamente ligada ao campo literário, ao contexto brasileiro. A dificuldade para esse tipo de interpretação impõe-se pelo fato de que, no Brasil, não é possível falar em um campo literário inteiramente formado e autônomo, posto que os escritores exerciam inúmeras atividades como jornalistas, funcionários públicos (caso do próprio Machado de Assis), políticos etc. Sem esquecer o alto índice de analfabetismo que tornava a recepção da literatura algo muito restrito, como afirma Hélio Guimarães (2004) ao analisar os romances de Machado de Assis a partir da percepção que o escritor tinha do público leitor. Ele observa que a percepção de Machado se altera quando – diante do censo de 1872, cujos resultados foram divulgados em 1876⁹¹ – tem-se clara a imensa quantidade de analfabetos. Ao lado desses dados, aponta também outros acontecimentos que levaram à mudança de percepção do escritor: A Guerra do Paraguai (1870) e a regularização da produção editorial com B.L. Garnier⁹². No entanto, os dados do censo são determinantes.

“A precariedade do meio intelectual, objeto freqüente da indignação de artistas que se colocavam numa esfera à parte, como vítima do meio deixará de ser percebida por Machado como pura negatividade e/ou contingência externa à atividade literária, passando a ser tratada como condição inerente à produção literária no Brasil. A indiferença geral, a carência de público e de opinião consistente, a sensação constante de queda no vazio deixam de ser tratadas como acidentes lamentáveis ou frutos de conspirações, mas fatos de uma sociedade fundada em poderosos procedimentos de exclusão sobre os quais a produção literária deve refletir”. (GUIMARÃES, 2004, p. 104).

Portanto, é necessário considerar esse contexto histórico específico, que dificultava a autonomização de um campo literário, plenamente falando. Segundo Renato Ortiz (2000), a autonomia das artes (tais como a literatura, a música e as artes plásticas) na Europa está intimamente ligada às mudanças materiais pós Revolução Industrial. A “grande arte” burguesa se consolida a partir de uma oposição ao popular, ao dito de massa que então emergia. Em um contexto de modernidade, o artista passa a se apresentar como indivíduo livre, com escolhas próprias e como partícipe de uma esfera que se quer superior, a Arte. Desta forma, a autonomia foi conquistada não só pela afirmação de sua legitimidade artística, não mais ligada a funções religiosas, políticas e ornamentais, mas por referir-se também a questões de classe social, apoiando-se numa distinção que encobre uma grande discriminação.

“A afirmação de Flaubert, ‘a arte pela arte’, revela um novo espírito, a presença de um domínio fechado sobre si mesmo, cujas regras de funcionamento escapam às ingerências externas”. (ORTIZ, 2000, p. 186). Ademais, o autor chama a atenção também para uma tendência presente na Sociologia da Cultura em apresentar uma visão da autonomização do mundo artístico como um acontecimento universal, sem se ater a contextos sociais e políticos distintos, como os da América Latina, por exemplo. Voltando-se para o modernismo brasileiro, Renato Ortiz mostra os impasses dos artistas latino-americanos que se queriam modernos, num contexto de modernização ainda bastante incipiente. Deste modo, na ausência das mudanças sociais e materiais ocorridas na Europa, os intelectuais brasileiros apenas tencionavam à modernidade, sem efetivamente conseguí-la. Por conta disso, a retomada da tradição, das raízes nacionais, ligava-se à construção de um projeto nacional e, sendo assim, o envolvimento político comprometia o processo de autonomização. Ademais, o autor também aponta para a relação da literatura brasileira com o *mass media*, uma vez que o jornal era o meio mais comum de o escritor se apresentar ao público leitor⁹³, extremamente reduzido pelo alto índice de analfabetismo e baixa escolarização, como mencionei a princípio.

Contudo, retomando o argumento de Ithamar Passos (1998), não se pode negar a posição de Machado de Assis que, ao contrário de Romero, buscou a autonomização da literatura⁹⁴, via engajamento “por dentro”, atento à própria produção. Foi justamente com essa postura de distanciamento das polêmicas que Machado de Assis pode criticar, através de sua obra, os interesses políticos e sociais que estavam por trás da pretensa neutralidade dos conceitos científicos aplicados por seus contemporâneos.

Segundo Josué Montello (1998), desde muito jovem, Machado de Assis se preocupou com a consolidação de uma crítica responsável e verdadeira, avessa aos interesses e polêmicas pessoais. Assim, o ideal que tinha de crítica militante e imparcial não coincidia com o seu modo de ser, que prezava pela polidez, o que o distanciou da crítica e o levou à própria criação literária, orientando-se, porém, por suas opções de crítico. Entretanto, não é só no seu texto de crítica e através das polêmicas que podemos analisar o posicionamento crítico de Machado Assis em relação à ciência de seu tempo, mas na sua obra literária, especialmente nos seus contos. É patente a crítica que Machado faz ao evolucionismo e ao darwinismo social através da sátira sobre o Humanitismo, em *Quincas Borba* (1891) (SCHWARZ, 1990). E nos contos, “O alienista” expressa claramente a visão que o autor possui da ciência e da sua pretensão em definir o que é normal e anormal (MURICY, 1988; GOMES, 1993).

Tendo por base o objetivo do presente trabalho, ao analisar a visão de Machado de Assis sobre a ciência, através do modo como ele a representa, levarei em conta a forma como

é praticada no Brasil. Os postulados cientificistas estão amplamente disseminados no imaginário social da época e acabam sendo utilizados para justificar desigualdades sociais inerentes a uma estrutura social violenta e autoritária, bem como escamotear as mesmas desigualdades voltando-se para determinações psico-biológicas que se percebem no comportamento doentio de indivíduos isolados. Para o primeiro aspecto selecionei “Conto alexandrino” e “A causa secreta” pela forte crítica à falsa neutralidade da ciência, mostrando os motivos políticos e sociais que desmentem o desprendimento de suas personagens. Já para o segundo, a história de Nicolau, de “Verba testamentária”, cujo subtítulo original era “caso pathologico dedicado à escola de medicina” apresenta uma sátira às determinações biológicas para um comportamento que é resultante antes de um dado contexto histórico.

4.3 “Verba testamentária”: um Brás Cubas sob o olhar médico

O conto “Verba testamentária” foi publicado originalmente em 1882, no jornal *Gazeta de Notícias* e reunido no volume *Papéis avulsos*, no mesmo ano. A história de Nicolau é contada por mais um “narrador onisciente neutro”, partindo do momento da escrita, narra os fatos que vão da morte da personagem a seu nascimento. Nicolau é um homem de posses que decide deixar em testamento a condição de ter seu caixão fabricado por um profissional tido como de má qualidade. O narrador parte desta cláusula excêntrica para explicar que, para além da magnanimidade de um defunto que vem do além “abençoar” aquele simples operário, está uma doença, uma patologia que conformou toda a vida da personagem e explicaria aquela disposição. Nicolau, desde muito cedo, demonstraria certa debilidade orgânica, que se manifesta por um sintoma não menos inusitado. Ele destrói os brinquedos que acredita serem melhores que os seus e ainda agride os meninos que considera ou são considerados os mais bonitos e melhores alunos. Com a idade adulta, sua doença não leva Nicolau a agredir os que ele julga lhe serem superiores, mas a dor e os embaraços físicos que sofre são uma constante. Seus pais morrem quando tinha por volta de 20 anos e sua irmã casa-se com um médico holandês, de modo que ela e o marido passam a ser os únicos parentes próximos que se propunham a amenizar-lhe a doença. O narrador apresenta algumas situações da vida de Nicolau; profissionais, amorosas, domésticas, e até de entretenimento, que expõem claramente as diversas manifestações de sua “patologia” constitutiva, até culminar com a verba testamentária e o pasmo do cunhado por ver a escolha por um fabricante reles.

John Gledson (2006) assinala em *Papéis avulsos* o interesse de Machado de Assis em lidar com a identidade nacional. Passando por “Sereníssima república”, que representa as nossas práticas eleitorais corruptas, o autor mostra como os contos “O espelho”, “Verba testamentária” e “D. Benedita” tratam da identidade nacional através de identidades pessoais. Nesse sentido, Gledson centra sua análise, sobretudo, em “Verba testamentária” e em “O espelho”, procurando, inclusive, pontos de contato entre os dois contos. Para o autor, “Verba testamentária” é ainda mais significativo, pois possui demasiadas referências históricas para serem negligenciadas. O conto de fato abrange um período bem definido da história brasileira, ao passo que “O espelho” centra-se num único acontecimento da vida da personagem. Assim, “Verba testamentária” narra fatos que vão do final do século XVIII, Nicolau nasce em 1787, e vão até 1855, quando a personagem morre. “O que Machado faz aqui, bastante claramente, é dar-nos uma interpretação satírica da história dos primeiros anos da independência.” (GLEDSON, 2006, p. 77).

Por outro lado, “Verba testamentária” permite leituras distintas e nos dá pistas do posicionamento crítico de Machado de Assis em relação às concepções científicas da época. Não há dúvida da visão crítica do escritor sobre sua sociedade e os trabalhos de Roberto Schwarz (1977, 1990) e de muitos outros nos dão provas disso. Através da estilização da realidade social, Machado de Assis expõe a violência que perpassa a estrutura social. Publicado originalmente com o subtítulo “caso pathologico dedicado à escola de medicina”⁹⁵, a sátira ao comportamento patológico da personagem Nicolau, ironiza a pretensão da ciência de imputar causas orgânicas a um comportamento, em grande medida, influenciado por causas sociais. Pretende-se, assim, analisar a narrativa como uma crítica de Machado ao cientificismo do século XIX, bem como apontar para uma visão mais profunda da realidade brasileira que o escritor apresenta por meio da ironia.

O narrador principia o conto reproduzindo a verba testamentária que condiciona a fabricação do caixão de Nicolau e os desdobramentos de tal disposição, desde o despeito dos demais fabricantes ao estrondo que provocou na população. Como o testamento do Coronel Vale, de *Helena* (1876) que, como afirma Sidney Chalhoub (2003), mesmo depois de morto, dispõe a seu bel prazer da vida dos vivos, colocando Helena no seio de sua família e exerce um poder quase divino capaz de mudar os destinos dos que lhe são inferiores. A determinação de Nicolau pode ser pensada da mesma forma, pois, quase unanimemente (somente os demais fabricantes não concordaram), sua ação foi vista com respeito e valorização, “aquela mão, saindo do abismo para abençoar a obra de um operário modesto, praticara uma ação rara e magnânima.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 357-358).

O que chama a atenção, para além do poder extra-túmulo da personagem, é o esforço do narrador em justificar o porquê do esquecimento em que a vontade de Nicolau acabou caindo, muito embora tenha corrido pelos quatro cantos, chegando até às províncias. A ironia presente nessas linhas demonstra que a ação de Nicolau tem como causa o “desejo de nomeada”, que também afligia Brás Cubas, mais do que uma causa patológica como ele começa a descrever logo em seguida. Voltarei a esse ponto.

O narrador “diagnostica” a personagem procurando explicar seu último ato como decorrência de um mal físico.

“Sim, leitor amado, vamos entrar em plena patologia. Esse menino que aí vês, nos fins do século passado (em 1855, quando morreu, tinha o Nicolau sessenta e oito anos), esse menino não é um produto são, não é um organismo perfeito. Ao contrário, desde os mais tenros anos, manifestou por atos reiterados que há nele algum vício interior, alguma falha orgânica”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 358).

A “falha orgânica” – uma espécie de “complexo de inferioridade”, que origina uma reação violenta a qualquer possibilidade de sentir-se inferiorizado e que impele o menino a destruir os brinquedos dos outros, mas apenas os que lhe são superiores – é sutilmente colocada em xeque quando o narrador posiciona a personagem pai de Nicolau. Embora o isente da culpa, pois sempre repreende o filho e atribua a força ao “impulso interior” de Nicolau, o narrador, ao descrever o comportamento acima de suspeitas do pai, suscita-nos associações significativas com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), e que nos permitem questionar a causalidade puramente biológica da situação.

A primeira associação é o próprio sobrenome abreviado da personagem, que o narrador minimiza logo no início do conto ao tratar do caixão em que foi enterrado o “pobre Nicolau B. de C.”. Como o outro Brás Cubas, Nicolau também é filho de um “honrado negociante ou comissário”, possuidor de certa proeminência, mas o que sobressai aqui é o desejo de titulação tão peculiar aos aspirantes à nobreza do início do século XIX. Conforme John Gledson (2006), a prática de criar e vender falsas honrarias é peculiar a monarquias absolutistas e é um tema que Machado de Assis também apresenta em “O alienista”, através da tributação do uso de enfeites nos cavalos para angariar a verba necessária à construção da Casa Verde, o hospício de Itaguaí. Já em “Verba testamentária” o narrador, ironicamente, descreve a situação de falta de recursos para construção de um cais e o modo como o vice-rei, o conde de Resende, resolveu o problema. “Homem de estado, e provavelmente filósofo, engendrou um expediente não menos suave que profícuo: distribuir, a troco de donativos pecuniários, postos de capitão, tenente e alferes.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 358).

Para Gledson (2006, p. 77), parafraseando o narrador, essa maneira “profundamente filosófica” de angariar fundos, depende do orgulho, da inveja e do gosto por uniformes vistosos. O autor chega a assinalar a posição do pai de Nicolau, mostrando sua situação como significativa de uma classe dependente, ávida por imitar a nobreza ou a alta burguesia, associando-o inclusive à postura do pai de Brás Cubas. Entretanto, o autor não desenvolve o argumento, mas forneceu pistas importantes para compreensão do comportamento “doentio” de Nicolau.

Roberto Schwarz (1990) apresenta a crítica que Machado de Assis faz ao naturalismo inspirando-se nele para explicar a origem do caráter de Brás Cubas. Rememorando sua infância, o meio familiar e a educação que tivera, Brás, com toda sua volubilidade, afronta qualquer tipo ideal, ressaltando apenas os defeitos que se combinaram para sua formação, pautando-se nos postulados da ciência, inclusive a idéia de hereditariedade que ele percebe na melancolia recebida da mãe e na vaidade do pai. Contudo, como bem pontua o autor, esse tipo de descrição e desenvoltura, menos direta e atenta às escolas raciais, antes de significar um desejo de Machado de “atenuar ou idealizar”, ressalta sua crítica incisiva, apontando para as causas sociais que permitiram nascer a flor dos Brás Cubas.

“[...] Machado quer bater o Naturalismo no terreno mesmo da descrição exata, do rigor explicativo, da percepção do escabroso, ainda que sem quebra de decoro. Assim, aos determinismos toscos de clima e raça ele opõe a força deletéria de formas culturais atrasadas, as quais estuda em monografias de poucas linhas, muito substanciosas, onde se combinam a intenção localista e o espírito analítico e crítico”. (SCHWARZ, 1990, p. 123).

O autor ressalta a influência social transmitida pelo que há de pior no círculo doméstico que cerca Brás Cubas, herança mais que genética de um comportamento de classe nos seus diferentes matizes. Da mãe submissa ao tio libertino entre as escravas e da superioridade de aparência na figura do tio cônego, mais afeito ao culto que ao sentido espiritual, nota-se que, “O conjunto forma um ambiente *social*, dotado de força causadora, a ser contrastado com a causação quase física, e por isso mesmo ‘científica’, proposta pelo Naturalismo”. (SCHWARZ, 1990, p. 124, grifo do autor). Mas, o que temos no conto? Retomando a determinação do vice-rei, o pai de Nicolau percebe a importância de se figurar entre os grandes nomes, tal qual o pai de Brás Cubas, que criou uma genealogia nobre para explicar o nome Cubas, que lhe cheirava “excessivamente a tanoaria” (ASSIS, 1978, p. 18).

“Divulgada a resolução, entendeu o pai do Nicolau que era ocasião de figurar, sem perigo, na galeria militar do século, ao mesmo tempo que desmentia uma doutrina bramânica. Com efeito, está nas leis de Manu, que dos braços de Brama nasceram os guerreiros, e do

ventre os agricultores e comerciantes; o pai do Nicolau adquirindo o despacho de capitão, corrigia esse ponto da anatomia gentílica”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 358-359).

A ironia fina desta passagem aponta para o que aparece na análise empreendida por Roberto Schwarz (1990). Antes da causa científica para a doença de Nicolau, não há como ignorar a causa social, insinuada neste trecho, e por isso mesmo de grande importância. Hipótese reiterada na passagem em que, outro comerciante – que o narrador ressalta ser familiar e amigo do pai de Nicolau, mas que em tudo compete com ele – decide comprar a patente de alferes para seu filho de apenas sete anos, para compensar o fato de ter adquirido o título depois do concorrente. A narração do fato culmina com a primeira grande exposição da “inveja patológica” de Nicolau.

“Tudo correu em segredo; o pai de Nicolau só teve notícia do caso no domingo próximo, na igreja do Carmo, ao ver os dous, pai e filho, vindo o menino com uma fardinha, que, por galanteria, lhe meteram no corpo. Nicolau, que também ali estava, fez-se lívido; depois, num ímpeto, atirou-se sobre o jovem alferes e rasgou-lhe a farda, antes que os pais pudessem acudir. Um escândalo”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 359).

Nesse sentido, a formação de Nicolau pode ser pensada com base na idéia de *habitus*, pois como “lei imanente”, sedimentada nos agentes em sua educação primeira (BOURDIEU, 1994), evidencia que seu comportamento não advém de um mal interno e/ou biologicamente definido. Seu pai e o amigo comerciante também têm lá seu comportamento “patológico”, que os impele a buscar por falsas honrarias, bem como a se mostrarem ávidos por ostentar uma superioridade qualquer, tal qual o pai de Brás Cubas, capaz de inventar uma genealogia a fim de figurar entre os grandes nomes do tempo, sendo o mais interessante a sua crença sincera na própria invenção.

Depois do incidente, Nicolau apanha muito e é trancado em casa, e o narrador refere a “normalidade” do comportamento da personagem fora daquele “sestro mórbido”, mas após algum tempo, o pai decide colocar Nicolau na escola.

“– Deixe-o comigo, disse o professor; deixe-o comigo, e com esta (apontava para a palmatória)... Com esta, é duvidoso que ele tenha vontade de maltratar os companheiros.

Frívolo! Três vezes frívolo professor! Sim, não há dúvida, que ele conseguiu poupar os meninos bonitos e as roupas vistosas, castigando as primeiras investidas do pobre Nicolau; mas em que é que este sarou da moléstia? Ao contrário, obrigado a conter-se, a engolir o impulso, padecia dobrado, fazia-se mais lívido, com reflexos de verde bronze; em certos casos, era compelido a voltar os olhos ou fechá-los, para não arrebentar, dizia ele”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 359).

Essa descrição vai de encontro com o tipo de educação que a medicina social visava combater. Como afirma Jurandir Freire Costa (1999, p. 71), a higienização da família colonial objetivava formar o futuro cidadão e reduzir o poder do patriarca em favor do poder do Estado. As idéias científicas européias, revestidas com a aura da verdade e da modernidade, eram utilizadas pelos higienistas como forma de se infiltrar na família sem serem vistos como inimigos. Assim, mostravam que era por ignorância, mas também irresponsabilidade, quando não acatavam as prescrições médicas, que os pais e educadores erravam na formação do indivíduo. Foi através do desconhecimento que a medicina pôde dominar a família, tal qual no caso da loucura, criando infinitas classificações⁹⁶. “Os higienistas, para manterem viva a situação de tradutores exclusivos do obscuro, vão ser obrigados a inventar, cada vez mais, fatos, distinções e classificações novas do corpo dos indivíduos e do sentimento da família”. É exatamente a essa ignorância que se refere o narrador em relação ao comportamento de Nicolau, uma vez que o “impulso” do rapaz foi apenas parcialmente contido pelo tipo de educação “atrasada” do professor.

“Por outro lado, se deixou de perseguir os mais graciosos ou melhor adornados, não perdoou aos que se mostravam mais adiantados no estudo; espancava-os, tirava-lhes os livros, e lançava-os fora, nas praias ou no mangue. Rixas, sangue, ódios, tais eram os frutos da vida, para ele, além das dores cruéis que padecia, e que a família teimava em não entender”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 359-360).

O garoto torna-se homem, mas sua patologia não o abandona. Se agora é capaz de poupar os outros de suas agressões, seu sofrimento não se extinguiu, apenas tem outras causas e gera outros tipos de reação.

“Tinha ocasiões de cambalear; outras de escorrer-lhe pelo canto da boca um fio quase imperceptível de espuma. E o resto não era menos cruel. Nicolau ficava então ríspido; em casa achava tudo mau, tudo incômodo, tudo nauseabundo; feria a cabeça aos escravos com os pratos, que iam partir-se também, e perseguia os cães, a pontapés; não sossegava dez minutos, não comia, ou comia mal”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 360).

Seu sofrimento é minuciosamente descrito pelo narrador, que oscila entre o tipo de narrador neutro e o intruso, pois apresenta uma percepção maior da situação que a personagem, sendo inclusive, durante a maior parte da narrativa o único a diagnosticá-lo como doente. Contudo, novamente ele insinua causas e sintomas de um mal antes social que orgânico. O fato de um membro da elite descontar seus “infortúnios” em seres que considera inferiores, como escravos e cães, colocados na descrição do narrador em pé de igualdade, denota uma crítica sutil de Machado de Assis às teses médicas profusamente difundidas

naquele contexto, preocupadas em disciplinar os indivíduos da elite, sem questionar a violência com que subjugavam os indivíduos das outras classes sociais, tidos como biologicamente inferiores, reiterando sempre os privilégios de classe, raça e gênero.

Interessante notar que o cunhado de Nicolau, médico holandês, é a única personagem a encarar o sofrimento de Nicolau como derivado de uma doença. Esse tipo de conceituação ao relacionar físico e moral permitiu à medicina ater-se ao corpo e ao sentimento, afirmando que uma lesão física surtia efeitos na emoção do indivíduo e vice-versa. “A noção de ‘paixão’ estabelecia o vínculo material e teórico entre os dois fenômenos e legitimava a extensão da ação médica ao comportamento e às emoções.” (COSTA, J., 1999, p. 142). Várias emoções são fontes de desequilíbrio, colocando a saúde do indivíduo em perigo. Os exemplos descritos por Jurandir Freire Costa (1999), encontrados em teses médicas ainda na primeira metade do século XIX, poderiam perfeitamente ser associados ao comportamento de Nicolau. O autor de uma dessas teses que discorre sobre as emoções, ao tratar da ira, acreditava que esta seria capaz até de matar, gerando hemorragias e convulsões, entre outros males. Já o zelo (ciúme) causa um espasmo geral e origina a dissimulação e a inveja. Diagnóstico perfeitamente adequado a Nicolau, como nas ocasiões em que, de “lívido”, ia a “verde bronze”. Além dessas manifestações, havia situações crônicas que afligiam as pessoas, seja pela força ou pela fraqueza, e somente ao médico caberia medir o grau de normalidade das paixões, “[...] pelo que *o médico deve exercitar-se em ler no mostrador do coração* os arcanos que o pudor, a honra, a pusilanimidade ou o crime buscam em não ocultar aos olhos de um atento e versado fisionomista.” (FIGUEIREDO, 1836, p. 4-5 apud COSTA, J., 1999, p. 143, grifo do autor). Tal qual o cunhado de Nicolau diagnostica e até prescreve.

“Na opinião deste, a moléstia do Nicolau estava descoberta; era um verme no baço, que se nutria da dor do paciente, isto é, de uma secreção especial, produzida pela vista de alguns fatos, situações ou pessoas. A questão era matar o verme; mas, não conhecendo nenhuma substância química própria a destruí-lo, restava o recurso de obstar à secreção, cuja ausência daria igual resultado”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 361).

A “descoberta” do verme estava em sintonia com um dos modos como a medicina entende a doença e que, segundo Georges Canguilhem (1995), ainda marca o pensamento médico⁹⁷. Assim, a doença é vista como um objeto estranho que entra e sai do corpo humano. Mas, no caso do Nicolau, como impedir tal secreção? E aqui entra a ironia machadiana satirizando o diagnóstico médico, que ao mesmo tempo naturaliza atitudes e comportamentos de uma elite bem brasileira. Logo, é necessário fazer Nicolau sentir-se o mais superior dos homens e eis que lhe são prescritas várias receitas: a noiva mais bela, um jornal forjado

apresentando notícias agradáveis e, se possível, com louvores ao doente, nome em etiqueta de modista famosa, cartas de amor anônimas, enfim, tudo o que tornasse Nicolau o mais alto membro de sua classe social, uma verdadeira prescrição médica da “Teoria do medalhão”.

De acordo com John Gledson (2006), a identidade individual de Nicolau representaria a identidade nacional brasileira. Ao associar a narrativa ao conto “O espelho”, ressalta os símbolos históricos que Machado de Assis acentuaria, em ambos, sinalizando para a questão de uma identidade nacional. Em “Verba testamentária”, o impasse de Nicolau mostra sua relação problemática com modelos que aceita e rejeita. Estendendo sua análise para além do aspecto psicológico, Gledson pauta-se nas referências históricas recorrentes no conto e nos dá uma interpretação mais sociológica do fato. Assim, a aceitação dos modelos faz parte de uma sociedade de passado colonial, mas a rejeição implica num esforço de ser independente e original, situação que, no limite, reitera o poder simbólico desses mesmos modelos.

“Num sentido, portanto, “Verba testamentária” pode ser interpretado muito convincentemente como a história do aparecimento – sem dúvida problemático nessa altura – de uma consciência nacional não só no contexto dos acontecimentos políticos, mas também no âmbito mais extenso da história intelectual e literário da nação”. (GLEDSON, 2006, p. 86).

Por outro lado, mesmo admitindo a interpretação da personalidade individual como metáfora de uma identidade nacional, não há como negligenciar os pontos de contato entre Nicolau B. de C. e Brás Cubas. Além da origem e da genealogia similar, essas duas personagens nos dão mostras de um comportamento de elite, autoritário e extremamente violento para com os que, de alguma forma, lhe são inferiores; e complacente, e até reverente, ao que considera superior. A interpretação mais detalhada dos comportamentos de Nicolau permite encontrar sentidos no conto machadiano que podem sinalizar para uma visão crítica não só dos acontecimentos históricos da primeira metade do século XIX, mas do momento de sua escrita. Como o próprio Gledson assinala, *Papéis Avulsos*, publicado um ano depois de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), possui, como o romance, uma “energia, acima de tudo, satírica”. Assim, sua sátira reporta-se ao momento presente, bombardeado pela crença na ciência, sendo que sua ironia é muito mais significativa, quanto mais nos detemos à urdidura do conto. A sátira que Machado de Assis apresenta não aparece isolada, pois envolve o que está implícito nas explicações científicas em voga.

O cunhado médico, já intrigado com a possibilidade de uma doença, acredita na mudança de clima como paliativo e sugere ao “paciente”, que entre na diplomacia. Nicolau aceita a proposta e procura o ministro de estrangeiros. Todavia, a situação do rebuliço causado pela segunda queda de Napoleão, que presencia, impede-o.

“A figura do ministro, as circunstâncias do momento, as reverências dos oficiais, tudo isso deu um tal rebate ao coração de Nicolau, que ele não pôde encarar o ministro. Teimou, seis ou oito vezes, em levantar os olhos, e da única em que o conseguiu, fizeram-se-lhe tão vesgos, que não via ninguém, ou só uma sombra, um vulto, que lhe doía nas pupilas, ao mesmo tempo que a face ia ficando verde. Nicolau recuou, estendeu a mão trêmula ao reposteiro, e fugiu”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 360).

Já abordei, na análise de “O enfermeiro”, a “filosofia da ponta do nariz” de Brás Cubas, na qual, o indivíduo centra-se em si mesmo e subordina tudo o mais a seus próprios interesses. Aqui ela é aplicada plenamente. A diferença está na perspectiva de quem a vê. Se Brás Cubas a explica e justifica, Nicolau a exercita, mas sob o olhar de fora, tanto de um narrador onisciente, mas também do médico, que já desconfia de uma falha orgânica. Vemos aqui a explicação ou justificativa científica para um fenômeno largamente apresentado pelos membros da elite brasileira. A ironia fina está aí. No momento em que Machado de Assis descreve um tipo semelhante a Brás Cubas, mas visto pelo olhar médico, o comportamento condenável de visar apenas seus interesses é justificado pela ciência como resultado de uma afecção orgânica. O paliativo é encontrado pelo próprio Nicolau, que escolhe por amigos os tipos mais vulgares. Com eles, não padecia, não olhava para o próprio nariz, mas não porque ele os visse como seus iguais.

“Além disso, não só eles lhe poupavam a natural irritabilidade, como porfiavam em tornar-lhe a vida, se não deliciosa, tranqüila; e para isso, diziam-lhe as maiores finezas do mundo, em atitudes cativas, ou com uma certa familiaridade inferior. Nicolau amava em geral as naturezas subalternas, como os doentes amam a droga que lhe restitui a saúde [...]”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 361).

Esse trecho é claro. A “necessidade” de se olhar para o próprio nariz (que em Nicolau, é sinônimo de sofrimento físico) é suprida quando se vale de suas prerrogativas de poder, trazendo para si as “naturezas subalternas”⁹⁸. Sua posição na hierarquia social é assim reafirmada. Na forma de *habitus* incorporado, mesmo quando suas práticas aparentemente contradizem seu posicionamento, Nicolau traz em si as disposições de sua classe social que, embora não decorram de sua obediência às regras estabelecidas e prescritas por seu cunhado, acabam reafirmando a sua posição na estrutura social.

Machado de Assis nos mostra, então, como o discurso científico é utilizado para justificar um comportamento de classe à brasileira, que agride os escravos para em seguida tratá-los com “alma de patriarca” e que “acaricia paternalmente” as “naturezas subalternas”, cuja subalternidade não só justifica, mas também reforça. Aí está a sátira de um escritor

crítico de uma sociedade marcada pela violência de classe, raça e gênero, mas que não se atira ao “otimismo triunfante” dos que crêem na ciência, na modernidade como panacéia apta a corrigir os males sociais fortemente arraigados. “O convívio regular, articulado em profundidade, entre os aspectos iníquos da sociedade brasileira e os seus lados modernos e refinados está no centro da literatura machadiana.” (SCHWARZ, 1997, p. 36).

Com o tempo os mecanismos prescritos pelo médico-cunhado perdem o efeito e o Nicolau começa a achar tantos elogios um exagero. Morre a mulher, envolve-se novamente em política e a deixa com a Maioridade. Completamente tomado pela doença, Nicolau sai pouco e, nas poucas vezes em que vai ao teatro, sofre com o simples ruído dos aplausos. Depois começa a descuidar-se e passa a contratar os serviços dos mais ínfimos profissionais, inclusive para seu caixão, motivo de profunda indignação por parte do cunhado. No final, o narrador apresenta o diagnóstico do cunhado, ironizando-o. “A secreção do baço tornou-se perene, e o verme reproduziu-se aos milhões, teoria que não sei se é verdadeira, mas enfim era a do cunhado.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 363).

O conto termina com a indignação do cunhado ao saber da disposição do falecido. Quase como uma anedota, este conto expõe a força da crítica machadiana aos preceitos cientificistas. Por meio da sátira, o escritor representa os membros da elite brasileira na figura de Nicolau, e acaba por sintetizar a relação que este grupo estabelece com a ciência, de modo a deixar entrever, como os postulados científicos são utilizados para justificar uma ordem social historicamente pautada na desigualdade e mantida com o uso da violência. Dado o momento histórico e o papel que as “verdades científicas” passam a desempenhar a partir de então, o que se pode perceber é que elas acabam por assumir um importante papel de justificação e mesmo de naturalização das hierarquias sociais e da própria violência.

4.4 Plus ultra! O poder da ciência em questão

“Conto alexandrino” é um dos “estudos” machadianos sobre a ciência. Ao lado de “O alienista” (1882) e “O segredo do Bonzo” (1882), a narrativa ironiza a ciência e sua pretensa neutralidade, mas o que o torna emblemático para a análise é a violência explícita, sadicamente exposta, da prática científica, e implícita, quando nos reportamos aos significados que a ciência assume quando utilizada para interferir no social, que o conto expõe de maneira satírica e quase despreocupada.

O conto apresenta a história de dois filósofos que pretendem divulgar seu conhecimento na Alexandria de Ptolomeu⁹⁹. Stroibus, um dos filósofos, “descobriu” uma nova doutrina e tenciona experimentá-la e divulgá-la na nova terra. Sua doutrina consiste em assegurar que, a partir do sangue de animais, é possível mudar as características morais dos humanos. A analogia é simples, a partir do sangue do rato, Stroibus propunha-se a criar ratoneiros.

Expondo a doutrina ao amigo Pítias, Stroibus apresenta suas hipóteses. A partir do sangue do boi seria possível criar o indivíduo paciente, da águia o arrojado e assim por diante. Já na Alexandria, para provar sua proibidade, esses cientistas recusam honrarias materiais e debruçam-se sobre a doutrina. Para comprová-la, ambos passam a torturar inúmeros ratos e a tomar, eles mesmos, o sangue dos animais. Após alguns experimentos, Stroibus consegue provar sua verdade e torna a si e a Pítias ladrões perfeitos. A princípio roubando idéias um do outro, mas logo furtando a famosa biblioteca de Alexandria e, por fim, tudo mais que conseguissem. Despertando desconfiança, os dois filósofos são pegos, e eis que um exímio anatomista, também detentor de uma “verdade imortal” e ávido por demonstrá-la, decide dissecar os criminosos ainda vivos a fim de testar sua teoria de que o impulso criminoso estaria nos órgãos do próprio corpo; devendo-se então, dissecá-los enquanto vivos, pois não bastaria a estrutura, seria necessário conhecer a vida. Além dos dois filósofos, muitos outros criminosos são torturados, e o conto termina com a festa dos ratos sobreviventes e as sábias e melancólicas palavras de um cão, “Século virá em que a mesma cousa nos aconteça”, que são respondidas por um rato, “Mas até lá, riamos!” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 417).

A estrutura do conto se assemelha à de “O alienista”, tanto pela divisão em capítulos, quanto pela forma de parábola, que é quase a mesma. No primeiro momento, não há ladrões, como não havia loucos em Itaguaí; no segundo, todos podem se tornar criminosos, bem como pacientes, arrojados etc., pelo poder da ciência e, no último momento, a ciência volta-se contra os próprios cientistas, sendo eles os novos objetos de estudo. Em “O alienista”, todos esses momentos são produzidos por uma única personagem, Simão Bacamarte, que asila $\frac{3}{4}$ da população de Itaguaí, depois prende o $\frac{1}{4}$ que julgara sensato e, por fim, libera toda a população e “descobre” ser o único louco da Vila, morrendo sozinho na tentativa de definir a linha entre a razão e a loucura. Já em “Conto alexandrino”, os cientistas vêm-se nas mãos de outro cientista, que disporá deles como eles dispuseram dos ratos. Mas de onde vem o poder que a ciência arroga a si e que lhe permite dispor de vidas sem grandes oposições? Por que a violência praticada pela ciência não é entendida como tal? E, por fim, como o discurso

científico serve para manter uma hierarquia social, naturalizando suas diversas formas de violência?

Publicado pela primeira vez na *Gazeta de Notícias*, em maio de 1883, “Conto alexandrino” foi incluído no volume *Histórias sem data*, no ano seguinte. Na advertência da primeira edição, o escritor justifica o título, “Supondo, porém, que o meu fim é definir estas páginas como tratando, em substância, de cousas que não são especialmente do dia, ou de um certo dia, penso que o título está explicado.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 368). Sua justificativa nos chama a atenção para a atualidade de histórias como a que se objetiva analisar, que parece ser de outro tempo e espaço, mas, como os “tempos remotos” de “O alienista”, são muito mais atuais que sua aparência simples de crônica colonial, em “Conto alexandrino” o escritor lida com seu contexto histórico e nos dá mostras de sua visão sobre os ideais científicos.

Stroibus e Pítias “eram amigos, viúvos e quinquagenários”. Mal respeitados em sua terra natal, Chipre, os dois filósofos viajam para Alexandria “onde as artes e as ciências eram grandemente honradas.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 411, 412). Os dois aspirantes a medalhão, pois contam até a idade ideal, seriam apenas mais dois em busca de nomeada, não fosse a doutrina que um deles carrega e quer ver divulgada. Segundo Stroibus, se um homem beber o sangue de rato, extraído de maneira científica, a fim de trazer seu princípio, é capaz de transformar-se em um ladrão. A “condição essencial” da utilização correta do escalpelo¹⁰⁰ aponta para a presença do discurso científico com seus termos e métodos.

A “verdade imortal” consiste em provar as características metafóricas atribuídas aos animais como características físicas inatas. O sangue dos animais, simbolicamente representativo de determinadas características morais dos seres humanos, traria em sua composição essas mesmas características. A doutrina, por mais absurda que pareça aos nossos olhos, não é menos absurda que as teorias raciais em voga na época. Contudo, classificá-las como pseudociência não é suficiente. Por outro lado, como já apontado no início desta seção, Nancy Stepan (1994) assinala a importância das analogias na ciência. Assim, a partir dos estudos sobre a diferença racial criou-se uma associação entre raças consideradas inferiores e o macaco, ressaltando certos aspectos como o ângulo da face e, logo depois, o tamanho do cérebro. “As medições dos crânios, os pesos e enrolamentos dos cérebros deram aparente precisão para as analogias entres seres antropóides, raças inferiores, mulheres, tipos criminosos, classes baixas e crianças.” (STEPAN, 1994, p. 78). Desta forma, associar metaforicamente características humanas aos tipos de animais não é algo tão inverossímil e a ironia presente no conto aponta para uma percepção crítica de Machado de Assis a respeito das “verdades eternas” propagadas pela ciência naquele momento.

A Frenologia e a Antropometria nascem em meados do século XIX, como teorias voltadas para a interpretação da capacidade humana através da medição do tamanho e proporção do cérebro. Seguindo a linha determinista, a Antropologia Criminal, através da figura de Cesare Lombroso (1835-1909), trabalha com a hipótese “da natureza biológica do comportamento criminoso”, passando a estudar a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário. “Recrudescia, portanto, uma linha de análise que cada vez mais se afastava dos modelos humanistas, estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade de seu espírito.” (SCHWARCZ, 1993, p. 49).

Portanto, o conto pode ser lido como uma sátira de Machado de Assis aos determinismos biológicos, pois, apesar do contra-senso dos filósofos cipriotas, as analogias entre humano e animal tinham um poder incontestável nas ciências raciais daquele momento e por conta desse mesmo poder, tiveram conseqüências marcantes para a ordem social, propiciando a manutenção de hierarquias sociais, raciais e sexuais, que não podem ser menosprezadas.

“Analogicamente às raças inferiores, a mulher, o desviante sexual, o criminoso, os pobres das cidades e os insanos eram, de um modo ou de outro, considerados “raças à parte”, cujas semelhanças entre si e as diferenças com o homem branco “explicavam” suas posições inferiores e diferentes na hierarquia social”. (STEPAN, 1994, p. 75).

Para John Gledson (2006, p. 58), a história não é para ser levada a sério por conta dos experimentos com o sangue dos ratos, o que mostra a idéia do “cientista louco”, ainda que reconheça a mordacidade e a força da história na conclusão, quando os dois, tal qual Simão Bacamarte e o Dr. Halma, de “O lapso” (1884) tornam-se vítimas de sua própria ciência. Entretanto, é necessário ater-se ao fato de que o “mundo desvairado” desses “cientistas loucos” é muito mais verossímil do que possa parecer à primeira vista, não só pelo que foi discutido acima, mas pela “cor local” presente no conto.

Em Alexandria, “as artes e as ciências eram grandemente honradas” e seu “príncipe esclarecido”, na figura de Ptolomeu, tinha grande apreço à cultura e atraía para seu país muitos artistas, filósofos etc., como o próprio Herófilo¹⁰¹ (335 a.C – 280 a.C). Esta é a base histórica real para as aventuras dos personagens Stroibus e Pítias. No entanto, como afirma o crítico Machado de Assis, “O que se dever exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS, 1997, v. 3, p. 804). Desta forma, a Alexandria dos Ptolomeus representa, em larga medida, o Brasil de D. Pedro II.

Segundo Lilia M. Schwarcz (2000, p. 126, 131), a imagem de um país civilizado vinha sendo forjada para o Brasil desde a criação das faculdades de direito, em 1827, de medicina, em 1830, e da criação do IHGB, em 1838. Principalmente em relação ao IHGB, a partir de 1850, D. Pedro II será assíduo freqüentador e incentivador. “Assim, com seus vinte anos, a suposta marionete se revelaria, aos poucos, um estadista cada vez mais popular e sobretudo uma espécie de mecenas das artes, em virtude da ambição de dar autonomia cultural ao país”. À frente da arte e das ciências, D. Pedro II atuava como líder de um projeto de unificação nacional, executado a partir da unificação cultural, sendo capaz de fortalecer inclusive a própria monarquia e o Estado. “‘A ciência sou eu’. Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que d. Pedro passa a ser artífice de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império.”

Ademais, a descrição do local é bastante significativa. “A terra era grave como a íbis pousada numa só pata, pensativa como a esfinge, circunspecta como as múmias, dura como as pirâmides; não tinha tempo nem maneira de rir.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 412). Essa alegoria, para além de mostrar a imagem séria do país, ironiza a situação brasileira para a intelectualidade da época. O Brasil era visto como em busca do tempo perdido em relação ao progresso mundial e aos preceitos dos cientistas europeus sobre nosso país; ou sem salvação dada à miscigenação e ao clima tropical; “não tinha tempo nem maneira de rir”. Arthur de Gobineau (1816-1882) era um dos teóricos racistas que via a miscigenação como sério problema para o Brasil, e para quem a população estava fadada ao desaparecimento. Projeções que não foram inibidas por sua amizade com D. Pedro II, única figura que aqui respeitava (SKIDMORE, 1976, p. 46).

Entretanto, mais do que insinuar o cenário brasileiro, Machado de Assis nos apresenta o poder da ciência naquele contexto. Roberto Gomes (1993) analisa o conto “O alienista”, tendo como foco as pretensões da ciência do século XIX à verdade, e o poder que ela arroga a si, exercendo controle incontestado sobre os indivíduos. Como referido acima, é possível tecer paralelos entre “Conto alexandrino” e “O alienista”. Quando chegam à Alexandria, Stroibus e Pítias, tal qual Simão Bacamarte, recusam inúmeros presentes com a máxima de que “A filosofia bastava ao filósofo, e que o supérfluo era um dissolvente.” (ASSIS, 1997, v. 2, 412). A imagem de uma ciência isenta de interesses alheios à própria ciência é reforçada em outras passagens, principalmente quando Stroibus, o mentor da teoria, procura justificar sua hipótese ao amigo Pítias, narrando o caso do ladrão que “produzira”, ainda em Chipre, e diante do espanto do amigo:

“– Ladrão autêntico?”

– Levou-me o manto, ao cabo de trinta dias, mas deixou-me a maior alegria do mundo: a realidade da minha doutrina. Que perdi eu? um pouco de tecido grosso; e que lucrou o universo? a verdade imortal. Sim, meu caro Pítias; esta é a eterna verdade. Os elementos constitutivos do ratoneiro estão no sangue do rato, os do paciente no boi, os do arrojado na água...” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 411).

A presença da palavra verdade é recorrente e, Pítias, ainda descrente da teoria de Stroibus, mas cientista o suficiente para pôr-se a serviço da ciência, propõe testar em si mesmo e no amigo a eficácia de tal princípio, o que Stroibus aceita, pois, apesar do sacrifício, já ciente do resultado, discursa: “– O meu sacrifício é o mais penoso, disse ele, pois estou certo do resultado; mas que não merece a verdade? A verdade é imortal; o homem é um breve momento...” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 413).

Segundo os autores de *Danação da norma* (1978), a medicina social do século XIX difere da medicina colonial, não só pelas novas técnicas utilizadas, mas por incidir sobre todo corpo social, visando prevenir a doença, instituindo normas. Em nome do objetivo de normalização, não é só à sociedade que se define o que deve ou não ser feito, mas também ao saber e práticas médicos, criando faculdades e a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, já em 1829, colocando-se contra o charlatanismo.

“O médico é desinteressado, moderado, racional mas observador, religioso mas não supersticioso, honrado, avesso a glória e ao ouro, tão prestimoso com o rei como o último dos súditos. O charlatão é interessado, irracional (busca causas sobrenaturais) ou demasiado empírico (é enganado pelos sentidos), procura a glória, é ‘auri-sedento’”. (MACHADO et al., 1978, p. 200-201).

Essa oposição nos permite determinar a abrangência da crítica de Machado de Assis, pois os dois filósofos não eram charlatães e seus procedimentos eram os mais científicos possíveis. Stroibus é admirador e estudioso do trabalho de Herófilo, anatomista renomado que aparece na narrativa a princípio como referência e ao final, como personagem, e acaba interferindo no destino de Stroibus e Pítias, o que reitera a força do conto machadiano, pois, com base no “princípio do iceberg”, o detalhe, o mínimo, mostra-se crucial.

A experiência começa e o narrador descreve o modo como os cientistas procediam.

“Stroibus engaiolava os ratos; depois, um a um, ia-os sujeitando ao ferro. Primeiro, atava uma tira de pano no focinho do paciente; em seguida, os pés, finalmente, cingia com um cordel as pernas e o pescoço do animal à tábua da operação. Isto feito, dava o primeiro talho no peito, com vagar, e com vagar ia enterrando o ferro até tocar o coração, porque era opinião

dele que a morte instantânea corrompia o sangue e retirava-lhe o princípio”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 413).

A descrição é repulsiva, equiparável apenas ao flagelo do rato em “A causa secreta”, e mostra que a violência perpetrada pela ciência é a manifestação de um poder que se auto-justifica através do *status* de ciência. “A ciência é a ciência” afirma Simão Bacamarte, e, como conclui Roberto Gomes (1993, p. 158), a partir da análise do conto, “O poder decorrente do saber científico não é um anexo que lhe seja acrescentado em certas condições: tal poder está no interior mesmo da concepção e do projeto científico”. Assim, quando os filósofos divergiam em seus experimentos, o narrador onisciente mantém-se neutro e apenas refere-se ao modo “consciente” com que Stroibus e Pítias escalpelavam quantos ratos fossem necessários para comprovar sua verdade.

“Pítias observara que a retina do rato agonizante mudava de cor até chegar ao azul-claro, ao passo que a observação de Stroibus dava a cor de canela como o tom final da morte. Estavam na última operação do dia; mas o ponto valia a pena, e, não obstante o cansaço, fizeram sucessivamente dezenove experiências sem resultado definitivo; Pítias insistia pela cor azul, e Stroibus pela cor de canela. O vigésimo rato esteve prestes a pô-los de acordo, mas Stroibus advertiu, com muita sagacidade, que a sua posição era agora diferente, retificou-a e escalpelaram mais vinte e cinco. Destes, o primeiro ainda os deixou em dúvida; mas os outros vinte e quatro provaram-lhes que a cor final não era canela nem azul, mas um lírio roxo, tirando a claro”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 413-414).

Na versão publicada na *Gazeta de Notícias*¹⁰², o número de ratos torturados era bem menor. A princípio foram três experiências e não dezenove e a decisão do impasse foi dada com a morte de mais cinco e não vinte e cinco ratos (ASSIS, 1883). Essa alteração demonstra o interesse de Machado de Assis em ressaltar a violência deste poder que a ciência atribui a si mesma, no limite, de vida e morte. Segundo Brito Broca (1983, p. 204), Machado de Assis não suportava o realismo com seu excesso de detalhes exteriores, que “procurava fazer uma espécie de dissecação anatômica dos aspectos mais crus da vida e do homem: Realismo que, com o aparelhamento científico de Zola, passou a chamar-se naturalismo”. Mas, o que dizer, então, de descrições como esta? Aqui a descrição não dá voz ao discurso científico, não corrobora o poder da ciência e não menospreza a agonia de suas vítimas, fatos presentes nos romances naturalistas contemporâneos, como afirma Flora Süssekind (1984). É exatamente através da ironia que o escritor critica a ciência e seus “homens de ciência”, mesmo quando parece desprezar os que por eles são utilizados.

“Os ratos egípcios, se pudessem saber de um tal acordo, teriam imitado os primitivos hebreus, aceitando a fuga para o deserto, antes do que a nova filosofia. E podemos crer que seria um desastre. A ciência, como a guerra, tem necessidades imperiosas; e desde que *a ignorância dos ratos, a sua fraqueza, a superioridade mental e física dos dois filósofos eram outras tantas vantagens na experiência* que ia começar, cumpria não perder tão boa ocasião de saber se efetivamente o princípio das paixões e das virtudes humanas estava distribuído pelas várias espécies de animais, e se era possível transmiti-lo”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 413, grifo nosso).

Essas características atribuídas aos ratos permitem-nos sugerir a hipótese de uma intenção subentendida de Machado de Assis em associar a situação do animal à dos seres humanos considerados inferiores naquele contexto, como os escravizados, os pobres, os loucos e os criminosos. A ironia reporta-se ao discurso científico daquele momento, no qual as discussões a respeito da inferioridade biológica destes indivíduos eram bastante disseminadas e, ao adotar o ponto de vista dos ratos, sobretudo no final do conto, aponta-nos para uma crítica ao controle e aos desmandos cometidos em nome da ciência e da modernidade.

A ironia que aparece em vários outros trechos, como no momento em que a “porção sentimental da cidade” incomoda-se com o exagero das experiências, o discurso científico que se auto-justifica é a única voz que prevalece,

“[...] o grave Stroibus (com brandura, para não agravar uma disposição própria da alma humana) respondeu que a verdade valia todos os ratos do universo, e não só os ratos, como os pavões, as cabras, os cães, os rouxinóis, etc.; que, em relação aos ratos, além de ganhar a ciência, ganhava a cidade, vendo diminuída a praga de um animal tão daninho; e, se a mesma consideração não se dava com outros animais, como, por exemplo, as rolas e os cães, que eles iam escarpelar daí a tempos, nem por isso os direitos da verdade eram menos imprescritíveis. A natureza não há de ser só a mesa de jantar, concluía em forma de aforismo, mas também a mesa de ciência”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 414).

Prosseguindo com os experimentos, a teoria de Stroibus torna-se realidade, os filósofos vão de plagiadores a ladrões convictos. Em um capítulo repleto de ironia fina, aparece claramente a percepção de Machado de Assis sobre essa maneira de fazer ciência, especificamente em passagens que nos lembram Benedito, de “Evolução”, que, diga-se de passagem, também apresenta certa ironia contra uma elite que se moderniza com as idéias novas, mas apenas para manter o *status quo*, na conclusão sarcástica citando o nome de um dos ídolos da Geração 1870, Herbert Spencer (SEVCENKO, 2003).

Todavia, a ironia presente neste conto não está contida apenas em trechos isolados, ela perpassa todo o texto de forma a não deixar dúvidas do objetivo crítico de Machado de Assis. Como em “O alienista”, o “homem de ciência” acaba sendo vítima de sua própria verdade e até o título do último capítulo é repetido pelo escritor, *Plus ultra!* e representa a crença cega nessa “verdade imortal” que leva seus defensores à ruína. Se Simão Bacamarte entrega-se ao auto-flagelo, em nome da ciência, crendo-se o único louco de Itaguaí, mas também o único capaz de conhecer os limites entre a razão e a loucura, Stroibus e Pítias têm seus roubos descobertos, roubos originados pela crença no seu saber científico. A história poderia acabar assim, mas Machado de Assis faz funcionar magistralmente o “princípio do Iceberg” e entra em cena Herófilo, o “inventor da anatomia”.

Herófilo, cansado de analisar cadáveres que só lhe davam a estrutura, pede a Ptolomeu que ceda os criminosos a fim de compreender, através do organismo vivo, as funções dos órgãos analisados. Diante do assombro de Ptolomeu, Herófilo, também detentor de uma “verdade imortal”, procura persuadi-lo.

“– Vou demonstrar que não só é possível, mas até legítimo e necessário. As prisões egípcias estão cheias de criminosos, e os criminosos ocupam, na escala humana, um grau muito inferior. Já não são cidadãos, nem mesmo se podem dizer homens, porque a razão e a virtude, que são os dois principais característicos humanos, eles os perderam, infringindo a lei e a moral. Além disso, uma vez que têm de expiar com a morte os seus crimes, não é justo que prestem algum serviço à verdade e à ciência? A verdade é imortal; ela vale não só todos os ratos, como todos os delinquentes do universo”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 415).

Esse tipo de argumento poderia ter sido proferido por qualquer estudioso de antropologia criminal, explicando o criminoso como uma espécie diferente do gênero humano, pois, conforme Eric Hobsbawm (1977, p. 276), a escola da “antropologia criminal” tencionava mostrar que “o criminoso, o anti-social, o desprivilegiado social pertenciam a uma linhagem humana diferente e inferior da ‘respeitável’, e podia ser reconhecida como tal pelo mensuramento do crânio e outros métodos simples”. Por fim e sem grandes oposições, Herófilo começa seu trabalho, que, além do caráter científico, teria uma utilidade moral, pois muitos criminosos pensariam duas vezes pelo medo de serem dissecados vivos.

A visão crítica de Machado de Assis é ainda mais emblemática quando descreve a hipótese levantada por um dos discípulos do anatomista que, apesar de já terem escalpelado cinquenta réus, quando Herófilo vai executar seus experimentos em Stroibus e Pítias, “O ponto era saber se o nervo do latrocínio residia na palma da mão ou na extremidade dos dedos [...]” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 416). A suposição de que os criminosos possuiriam características

anatômicas próprias, sendo hereditariamente determinados para a criminalidade, era o desdobramento dos ensinamentos da frenologia e a idéia do “criminoso nato”, desenvolvida por Cesare Lombroso, em 1876, no seu livro *L’ uomo delinquente*. “Em termos gerais, portanto, Lombroso reduziu o crime a um fenômeno natural, ao considerar o criminoso simultaneamente como um primitivo e um doente.” (ALVAREZ, 2005, p. 80).

Com isso, a hipótese do “nervo do latrocínio” parodia a suposta objetividade da medição craniana como meio de determinar a inferioridade de certas “raças”, bem como quais são os criminosos, os loucos, etc. A exposição irônica da situação é mais contundente quando Stroibus, ciente da experimentação e da qual estaria do lado mais fraco do escalpelo, implora para ser poupado, haja vista sua condição de filósofo. Ao que Herófilo responde, magistralmente:

“– Ou és um aventureiro ou o verdadeiro Stroibus; no primeiro caso, tens aqui o único meio para resgatar o crime de iludir a um príncipe esclarecido, presta-te ao escalpelo; no segundo caso, não deves ignorar que a obrigação do filósofo é servir à filosofia, e que o corpo é nada em comparação com o entendimento”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 416).

Não há como argumentar. Enquanto Herófilo e seus discípulos rasgavam e examinavam as fibras das mãos de Stroibus e Pítias.

“Os infelizes berravam, choravam, suplicavam; mas Herófilo dizia-lhes pacificamente que a obrigação do filósofo era servir à filosofia, e que para os fins da ciência, eles valiam ainda mais que os ratos, pois era melhor concluir do homem para o homem, e não do rato para homem”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 416-417).

Portanto, o poder da ciência emana da própria sociedade que lhe confere a credibilidade necessária para exercer esse mesmo poder. Ainda quando questiona, a sociedade acaba sendo envolvida pela imperiosidade do saber científico, que se coloca acima de qualquer suspeita. Quando os filósofos são alvos (e em nome) desse mesmo poder, Machado de Assis não visa ridicularizar a figura do médico-louco, mas evidenciar a loucura de uma sociedade que sanciona esse poder, dando voz às suas primeiras vítimas.

“Diziam os alexandrinos que os ratos celebraram esse caso aflitivo e doloroso com danças e festas, a que convidaram alguns cães, rolas, pavões e outros animais ameaçados de igual destino, e outrossim, que nenhum dos convidados aceitou o convite, por sugestão de um cachorro, que lhes disse melancolicamente: – “Século virá em que a mesma cousa nos aconteça”. Ao que retorquiu um rato: ‘Mas até lá, ríamos!’”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 417).

A melancolia do cachorro parece mais um presságio do que ainda seria feito pelo poder da ciência para execução de objetivos políticos. A Eugenia, criada por Francis Galton e

que será testada à exaustão até o fim da Segunda Guerra Mundial, é quase um conto alexandrino.

4.5 “A causa secreta”: o sadismo de uma perspectiva sociológica

Esse é o último conto a ser analisado nesta seção. Embora publicado em livro somente em 1896, no volume *Várias Histórias*, sua criação é contemporânea a de “Verba testamentária” (1882) e “Conto alexandrino” (1883), sem esquecermos o excelente “O alienista” (1882). Quando Machado de Assis o publicou pela primeira vez no jornal *Gazeta de Notícias*, em outubro de 1885, deve ter chocado os leitores daquele periódico. A cena clássica da tortura do rato consegue ser mais cruel que a tortura em massa de ratos e criminosos executada pelos filósofos de “Conto alexandrino”.

Pretendo analisar o conto de uma maneira um pouco distinta do modo como tem sido avaliado pela crítica literária, que quase exclusivamente se detém no aspecto psicológico da personagem e, por conseguinte, reforça a leitura de Machado de Assis como afeito às descrições psicológicas e profundo conhecedor da alma humana. Como tem sido desenvolvido até aqui, as análises sempre procuraram, sem ignorar a dimensão individual das personagens, reforçar uma visão crítica de Machado de Assis sobre seu meio social. Analista fino da personalidade individual, o escritor a representa em um contexto histórico e social específico, uma vez que sempre se mostrou cético em relação às teorias científicas do século XIX, não menos reticente se mostrou aos usos dessas teorias no processo de modernização e aburguesamento da sociedade brasileira naquele momento. Segundo Kátia Muricy (1988), não é no psicologismo que devemos reconhecer a força crítica de Machado de Assis, até porque ele era suficientemente avesso aos diversos tipos de determinismos, principalmente à suposta neutralidade da ciência e da psiquiatria, para conceber suas personagens como resultado exclusivo de características psicológicas inatas, sem estabelecer relações necessárias com a ordem social. É nesse sentido que objetivo analisar “A causa secreta”, procurando perceber elos entre a psicologia individual das personagens com o momento histórico-social que o escritor soube representar magistralmente, até por conta de sua aversão às Escolas e teorias em voga, e sua preocupação com a arte enquanto representação da realidade que, como tal, é marcada por princípios estéticos próprios, bem como por sua crítica social.

O “narrador onisciente intruso” conta essa história a partir do momento de sua escrita¹⁰³, voltando ao ano de 1862 e aos acontecimentos que o geraram, transcorridos entre

1860 e 1861. Garcia, Fortunato e Maria Luísa formam um triângulo amoroso como outros tantos criados por Machado de Assis¹⁰⁴. Entretanto, a causa secreta do título não se refere ao amor contido de Garcia pela esposa do amigo, mas ao comportamento singular de Fortunato em relação ao sofrimento alheio. Garcia o encontra em três situações diferentes. A primeira, entrando na Santa Casa, quando ainda era estudante de medicina, a segunda, no teatro e, por fim, em seu prédio, quando Fortunato socorre seu vizinho do primeiro andar. Algum tempo depois se reencontram e Fortunato, já casado, o convida para um jantar. Da convivência com ele e sua esposa, Maria Luísa, Garcia acaba se apaixonando por ela, e percebe a diferença entre os dois temperamentos. A amizade se fortalece quando Fortunato se empenha em montarem uma casa de saúde. Nessa relação, Garcia fica cada vez mais intrigado com a presteza do amigo para com os doentes. Em uma das visitas à casa dele, Garcia o surpreende torturando um rato. A cena é descrita minuciosamente e o médico conclui que o segredo de Fortunato é sentir prazer com a dor alheia. A narrativa tem uma mudança repentina com a descoberta da doença de Maria Luísa, que morre em pouco tempo. Num instante em que estava só, diante do cadáver da esposa do amigo, Garcia a beija e chora o amor reprimido e a dor pela sua morte, ao que Fortunato assiste e, passado o susto, goza também esse sofrimento, não físico, mas moral.

“A causa secreta” é um dos raros contos em que Machado de Assis parece abrir mão do sarcasmo, que, principalmente, em se tratando de seu repúdio às pretensões da ciência de seu tempo, foi utilizado acentuadamente nos contos analisados. Segundo John Gledson (2006, p. 58), “Não se trata de *humour* pseudofilosófico, e sim de puro horror, com uma certa dose de análise psicológica”. Embora o autor ressalte o traço psicológico da personagem Fortunato como uma prova da descrença de Machado de Assis na “bondade humana inata”, aponta para a visão crítica que o escritor tinha em relação à neutralidade da ciência,

“Não devemos esquecer, porém – até porque é uma das coisas que faz de Machado um escritor surpreendentemente moderno –, que um *leitmotiv* de todos os contos dessa linha é a desconfiança permanente perante as pretensões da ciência e da “objetividade”, que podem acobertar motivações bastante sórdidas”. (GLEDSON, 2006, p. 59).

Desta forma, a leitura que se fará do conto estará mais atenta ao contexto social do escritor, visando articular a relação das personagens com o processo de normalização iniciado com a medicina social, no início do século XIX. Nesse sentido, intentarei analisar o conto menos como resultado de uma análise psicológica de Machado de Assis sobre os traços mais sórdidos do ser humano, do que de uma análise crítica às pretensões da ciência em “decifrar

os homens”, bem como dos interesses alheios à ciência que são mascarados na neutralidade e modernidade da prática científica.

Garcia conhece Fortunato quando ainda é estudante de medicina, e, à primeira vista, “Fez-lhe impressão a figura [...]” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 512), mas, foram os outros dois encontros que incitaram sua curiosidade. Primeiro, no teatro.

“A peça era um dramalhão, cosido a facadas, ouriçado de imprecações e remorsos; mas Fortunato ouviu-a com singular interesse. Nos lances dolorosos, a atenção dele redobrava, os olhos iam avidamente de um personagem a outro, a tal ponto que o estudante suspeitou haver na peça reminiscências pessoais do vizinho”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 512).

Garcia começa a tentar analisar a figura que lhe chamou tanto a atenção. O futuro médico lança seu olhar perscrutador sobre o desconhecido e parece não demonstrar outro interesse além de decifrar aquele estranho, chegando ao ponto de segui-lo pelas ruas. No segundo encontro, Garcia tem a possibilidade de observá-lo mais de perto. Fortunato socorre o vizinho de Garcia que recebera uma facada de um capoeira. É interessante notar que as análises do estudante e as do narrador são parecidas, pois enquanto Garcia ajuda o médico chamado para curar o ferido, o narrador também observa. “[...] Fortunato serviu de criado, segurando a bacia, a vela, os panos, sem perturbar nada, olhando friamente para o ferido, que gemia muito.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 513). Em seguida, descreve a impressão do próprio estudante de medicina:

“Garcia estava atônito. Olhou para ele, viu-o sentar-se tranquilamente, estirar as pernas, meter as mãos nas algibeiras das calças, e fitar os olhos no ferido. Os olhos eram claros, cor de chumbo, moviam-se devagar, e tinham a expressão dura, seca e fria. [...] A sensação que o estudante recebia era de repulsa ao mesmo tempo que de curiosidade; não podia negar que estava assistindo a um ato de rara dedicação, e se era desinteressado como parecia, não havia mais que aceitar o coração humano como um poço de mistérios”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 513).

Essas descrições são necessárias para percebermos a importância da medicina social nesse contexto, pois Garcia já se porta como um médico que observa o espaço social e atenta para o indivíduo no contexto urbano, de modo que, não é a doença que o leva a observá-lo e até persegui-lo, mas o indivíduo dentro de um espaço urbano, que pode representar a doença. Como afirmam os autores de *Danação da Norma*, “Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador da doença [...]” (MACHADO et al., 1978, p. 258).

No ano seguinte, o agora médico reencontra-se com Fortunato mais algumas vezes e dada à frequência, Fortunato o convida para jantar em sua casa e conhecer sua esposa. No

entanto, o médico continua a analisar o indivíduo. “A figura dele não mudara; os olhos eram as mesmas chapas de estanho, duras e frias; as outras feições não eram mais atraentes que dantes”. A expressão dos olhos associada à idéia de frieza repete-se ao longo do texto por três vezes, tanto o narrador como Garcia assim os percebe e algumas situações, à maneira do iceberg, são apresentadas para confirmar ou prenunciar o que está por vir. Quando Garcia persegue Fortunato, na saída do teatro, este, enquanto anda distraído, é observado. “Ia devagar, cabisbaixo, parando às vezes, para dar uma bengalada em algum cão que dormia; o cão ficava ganindo e ele ia andando.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 514, 512); ou um pouco mais tarde, quando o senhor que fora socorrido por ele o procura, a fim de agradecê-lo pela ajuda recebida, mas é tratado com desprezo, fato que deixa Garcia ainda mais intrigado.

Porém esses acontecimentos servem para revelar também o caráter desta personagem. “Este moço possuía, em gérmen, a faculdade de decifrar os homens, de decompor os caracteres, tinha o amor da análise, e sentia o regalo, que dizia ser supremo, de penetrar muitas camadas morais, até apalpar o segredo de um organismo.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 514). Sua postura está em consonância com uma das facetas do processo de normalização instituído pela medicina social do século XIX. Segundo Renato Beluche (2006, p. 58), a técnica de normalização exigia um olhar especial, capaz de definir as normas de conduta e julgá-las normais ou patológicas. “[...] não bastava uma simples observação de leigo, era preciso um olhar apurado e estudado, ou seja, um olhar de especialista. Na expressão usada pelos médicos do corpo social, era necessário um ‘medico philosopho’”. No entanto, os incidentes que vão dando pistas sobre o caráter de Fortunato, antes de retratarem um todo psicológico, como Garcia visa descobrir, parecem revelar o traço do escritor, cujo desenho aponta mais para uma representação de classe à brasileira do que para o modelo do sádico, universal e atemporal. Retornarei a esse ponto.

Quando os dois, já amigos, montam uma casa de saúde, idéia apenas sugerida por Garcia, mas prontamente aceita por Fortunato, antes de se pautar nos interesses humanitários e superiores, a medicina é apresentada como “bom negócio”, embora o/a leitor(a) e, talvez, o próprio Garcia, ainda não tenham pleno conhecimento do outro motivo que impulsiona Fortunato. A dedicação exclusiva deste ao empreendimento é aliada a um zelo especial para com os próprios doentes, o que Garcia analisa como um traço natural, inerente a uma pessoa solidária. “Via-o servir como nenhum dos fêmulos. Não recuava diante de nada, não conhecia moléstia aflitiva ou repelente, e estava sempre pronto para tudo, a qualquer hora do dia ou da noite. Toda a gente pasmava e aplaudia”. Com o convívio cada vez mais íntimo, Garcia passa a observar avidamente também a mulher do amigo. O interesse da observação em parte de

médico, leva-o a apaixonar-se por ela, principalmente por apreciar seus “olhos meigos e submissos” e sua situação de isolamento – pelo que o olhar médico havia percebido como “dissonância de caracteres” e a “pouca ou nenhuma afinidade moral” entre ela e o marido – e que o atrai. “E a solidão como que lhe duplicava o encanto.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 515). A personagem Maria Luísa é marcada pelo medo do marido e, mesmo ciente da paixão que inspira em Garcia, não há indícios de que venha a correspondê-la, vendo nele apenas o médico capaz de amenizar sua situação, sem perceber, justamente, que esta o fascinava.

Segundo Gilberto Freyre (2004, p. 237), a transformação da mulher oprimida pelo poder do patriarca, formada em meio a costumes sociais que a mantinham física e psicologicamente submissa, deve-se em parte à constante presença do médico dentro da família que, paulatinamente, ocupa o espaço do confessor. Por sua preocupação com a substituição dos hábitos sociais insalubres, como a reclusão, a alimentação deficiente, a educação insuficiente, o médico torna-se aliado da mulher contra a opressão patriarcal. “A mulher de sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a confissão de doenças, de dores, de intimidades do corpo oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e da clerical”.

Por outro lado, essa emancipação não foi tão simples ou mesmo efetiva. Segundo Jurandir Freire Costa (1999, p. 255-273), se, por um lado, a medicina social, interferindo dentro da família patriarcal, levou uma maior liberdade à mulher, por outro, implicou na sua “colonização” pelo poder médico. A imagem da “mãe higiênica” foi sendo construída, mantendo-a em casa, em função da saúde dos filhos e no cuidado do homem. Em contrapartida, a medicina social criou a “mulher nervosa” que, quando insatisfeita com a opressão patriarcal, tinha um “ataque de nervos”. Mas ao mesmo tempo, para ter o médico como seu aliado, manteve-se submissa ao lar, aos filhos e ao marido. Além de sua louvável submissão, Maria Luísa é descrita como “criatura nervosa e frágil”, sendo importante ressaltar que o termo “nervosa” é utilizado para descrevê-la por quatro vezes ao longo da narrativa. Assim, diante dos abusos de Fortunato, Maria Luísa solicita o auxílio do médico, uma vez que o marido, cada vez mais interessado pela ciência médica, começa a estudar anatomia e fisiologia, dissecando gatos e cães em casa.

“Como os guinchos dos animais atordoavam os doentes, mudou o laboratório para casa, e a mulher, compleição nervosa, teve de os sofrer. Um dia, porém, não podendo mais, foi ter com o médico e pediu-lhe que, como cousa sua, alcançasse do marido a cessação de tais experiências”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 515).

O patriarca cede à ordem médica. Não é exagero definir o capitalista Fortunato como representante de uma sociedade ainda patriarcal. Aqui chegamos ao ponto central do conto e de onde intentarei compreender a origem de sua frieza. A cena da tortura do rato é bastante conhecida¹⁰⁵, nela Fortunato mata lentamente um rato a tesouradas e queimaduras, gozando cada momento de sofrimento do animal, e é a partir dela que Garcia consegue decifrar o comportamento de Fortunato, “‘Castiga sem raiva’, pensou o médico, ‘pela necessidade de achar uma sensação de prazer, que só a dor alheia lhe pode dar: é o segredo deste homem’”. A percepção do narrador é mais profunda. “Nem raiva, nem ódio; tão-somente um vasto prazer, quieto e profundo, como daria a outro a audição de uma bela sonata ou a vista de uma estátua divina, alguma coisa parecida com a pura sensação estética.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 518, 516-517). Como afirma Marciano Lopes e Silva (2002, p. 41, 43), a crítica de Machado de Assis ao realismo/naturalismo é muito mais contundente em “A causa secreta” do que nos artigos que escreveu sobre *O primo Basílio*, de Eça de Queirós. No conto, o escritor questiona a isenção do narrador naturalista, pois apresenta tanto uma semelhança direta do comportamento de Garcia com o de Fortunato, como desconstrói a possibilidade de objetividade ao narrador realista. “Através da revelação das ‘causas secretas’ de ambos, a narrativa põe em xeque a isentabilidade do narrador – e do autor – nas duas grandes vertentes do romance experimental proposto por Zola”. No entanto, os motivos secretos que movem as personagens seriam decorrentes de um comportamento sádico, de origem psicológica mesmo que atrelada à manutenção de uma máscara social. Fortunato esconde seu comportamento patológico por trás da máscara de homem dedicado e até caridoso; já Garcia também, pois escamoteia na amizade e nos interesses econômicos e até amorosos pela esposa do amigo, um desejo incontido de analisar o comportamento de ambos. “Garcia é um duplo de Fortunato, pois reproduz seu comportamento sádico, o mesmo acontecendo com o narrador do conto, que observa a todos com a mesma frieza e impassibilidade que caracterizam o olhar de ambos”. Todavia, a narrativa suscita outras questões sociais para além da idéia de máscaras, e nos remete aos fundamentos da nossa hierarquia social, pautada na escravidão e no patriarcalismo e que são mantidos e justificados por um discurso científico e modernizador, mas cuja ação não abala as bases do edifício social.

Na seção anterior, a análise do conto “O enfermeiro” procurou demonstrar sua relação com o patriarcalismo tradicional, de origem rural, fortemente presente em nossa sociedade. Na sua primeira versão, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, sob o título “Cousas íntimas”, o “narrador-personagem”, Procópio, explica o comportamento maldoso do coronel valendo-se da narração dos amigos de infância do falecido. Na passagem já citada

anteriormente, vemos também a tortura de um rato, mas me chamou a atenção o fato de tal ação, tão similar à atitude de Fortunato, ter sido atribuída a um coronel despótico, senhor de terras e escravizados, sem, contudo, ser descrito como comportamento patológico.

Segundo Gilberto Freyre (1973), surgiu no Brasil um tipo de sadismo decorrente da escravidão e do abuso do escravo. Desde muito cedo, o filho do patriarca “recebia” uma criança escrava junto com a qual cresceria, porém, mais do que uma companheira, esta deveria servir como seu brinquedo. Sendo violentadas desde pequenas, as crianças escravizadas eram usadas de cavalinhos e eram submetidas a todos os caprichos do futuro patriarca, tal qual no caso de Brás Cubas, em relação ao seu “companheiro de folgedos”, Prudêncio. Nesse sentido, a violência é ensinada desde muito cedo e, por ser também simbólica, repercute em dominantes e dominados, uma vez que seus efeitos acabam por ser reconhecidos e legitimados por suas próprias vítimas, bem como afetam profundamente a formação do caráter dos próprios opressores. “É de supor a repercussão psíquica sobre os adultos de semelhante tipo de relações infantis – favorável ao desenvolvimento de tendências sadistas e masoquistas.” (FREYRE, 1973, p. 337).

Destarte, o comportamento de Fortunato, cujo prazer sádico realiza-se ao observar a dor alheira, não se refere apenas à dor física que presencia. A forma como Fortunato tratou o simples empregado do arsenal de guerra, o vizinho de Garcia que ele socorrera no início da narração, é emblemática. “Fortunato recebeu-o constrangido, ouviu impaciente as palavras de agradecimento, deu-lhe uma resposta enfasiada e acabou batendo com as borlas do chambre no joelho”. A reação que produziu em Gouveia foi de profunda humilhação. “O pobre-diabo saiu de lá mortificado, humilhado, mastigando a custo o desdém, forcejando por esquecê-lo, explicá-lo ou perdoá-lo, para que no coração só ficasse a memória do benefício; mas o esforço era vão”. E, ao contar a situação a Garcia e Maria Luísa, nos mínimos detalhes, Fortunato divertia-se. “Não era o riso da dobrez. A dobrez é evasiva e oblíqua; o riso dele era jovial e franco.” (ASSIS, 1997, v.2, p. 513, 514).

Segundo Alfredo Bosi (1982, p. 455), o comportamento da personagem parece denotar um mal “congenito”, e sua Fortuna, presente até no nome, expressa um “caráter maligno” intrínseco, representando, assim, “um caso particular da perversão universal [...]”. Contudo, sob um outro ponto de vista, é possível concluir que o comportamento de Fortunato não é resultado de um organismo defeituoso, não representa uma “monomania”¹⁰⁶, como provavelmente intentava, desde o início, descobrir o médico Garcia. Ademais, a fortuna que ele traz no nome, refere-se menos a um “caráter maligno” que a uma ironia sutil de Machado de Assis em relação aos preceitos científicos. A fortuna que herdara e aprendera é a de ser

homem e rico. Torturar o rato, simbolicamente o mais inferior dos animais, é algo passível de ser entendido como mais uma forma de dispor de seu poder de humilhar, e não difere do poder que exerce tanto sobre o sujeito que considera inferior quanto para subjugar a esposa, cujo medo era visível e, ao contrário do que afirma Lopes e Silva (2002), não parece demonstrar uma “simbiose sadomasoquista”, pois Maria Luísa expressa apenas medo¹⁰⁷.

A partir disso, poderíamos inferir que a crítica machadiana não só aponta para os interesses diversos escamoteados na neutralidade científica, mas também para o poder que ela tem de torná-los justificáveis, através da imposição de suas técnicas de controle com o objetivo de normatizar o social, bem como o poder que naturaliza uma estrutura social e a violência praticada para mantê-la.

Maria Luísa vai piorando e logo está prestes a morrer por conta da tuberculose; as atenções, então, voltam-se para ela. “Fortunato recebeu a notícia como um golpe; amava de veras a mulher, a seu modo, estava acostumado com ela, custava-lhe perdê-la”. Note-se que Maria Luísa suscitava-lhe um amor fruto do costume, cuja perda associa-se mais à idéia de uma perda material, a perda de seu objeto de prazer. Nesse ponto, o narrador descreve a sensação de prazer de Fortunato, cuja “índole” é mais forte que “qualquer outra afeição”. “Egoísmo aspérrimo, faminto de sensações, não lhe perdoou um só minuto de agonia, nem lhos pagou com uma só lágrima, pública ou íntima. Só quando ela expirou, é que ele ficou aturdido. Voltando a si, viu que estava outra vez só.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 518).

Por conseguinte, a “sensação estética” que Fortunato retirava e buscava no sofrimento alheio, parece cada vez menos resultar de uma idiossincrasia patológica do que de um comportamento socialmente construído e, apesar das mudanças crescentes, longe de ser transformado. O saber médico que visa normalizar o social, sobretudo pela psiquiatria, ávida por encontrar uma linha facilmente demarcável entre loucura e razão, entre o normal e anormal, também acaba por naturalizar e justificar as hierarquias sociais (BELUCHE, 2006). Garcia, embora amasse Maria Luísa, admirava sua submissão e sofrimento e, no limite, seu “profissionalismo” – mantido até o último momento; “observando”, “vigiando” o comportamento não só de Fortunato, mas também da mulher – serviu para conservar a situação de opressão e aniquilamento desta personagem¹⁰⁸.

Mas a crítica mais perspicaz, porque tipicamente machadiana, só surge ao final quando, sutilmente, o escritor lança um sorriso irônico sobre a situação representada. Fortunato observa Garcia beijar a testa de sua esposa morta, assombrado pelo que aquilo poderia representar, mas também sem ciúmes ou inveja, apenas com um ressentimento, pela vaidade ofendida.

“Entretanto, Garcia inclinou-se ainda para beijar outra vez o cadáver, mas então não pôde mais. O beijo rebentou em soluços, e os olhos não puderam conter as lágrimas, que vieram em borbotões, lágrimas de amor calado, e irremediável desespero. Fortunato, à porta, onde ficara, saboreou tranqüilo essa explosão de dor moral que foi longa, muito longa, deliciosamente longa”. (ASSIS, 1997, v. 2, p. 519).

A ironia final evidencia a crítica de Machado de Assis ao cientificismo mesmo quando constrói uma personagem como Fortunato, que poderia ser facilmente dissecada por um narrador naturalista¹⁰⁹. Além disso, ao dar a voz ao médico, que observa e diagnostica o comportamento das personagens, como em “O alienista” e “Conto alexandrino”, há a inversão no final e o cientista troca de lugar com o paciente, seja pela crença absoluta na verdade dessa ciência, seja pelo poder que dela emana e que é disputado na própria ciência. Em “A causa secreta”, o poder que Garcia tinha de observar é usado contra ele, pois o “paciente” não só o observa, como ele fizera desde o primeiro instante que o vira, mas deleita-se com seu sofrimento, com sua dor que foi “deliciosamente longa”. Assim, a crítica não se volta apenas à estética naturalista pela exposição da debilidade da observação objetiva e distanciada (SILVA, 2002), pois, como afirma Flora Süssenkind (1984, p. 130), os autores naturalistas dão voz a quem detém o discurso científico por uma crença no poder da ciência que está na sociedade, sugerindo em seus romances a necessidade de se fazer o mesmo na realidade social, “que detenham poder os que têm saber”. A crítica machadiana vai além, pois não é exclusivamente estética, ela é social também pondo em xeque a visão da ciência como panacéia capaz de resolver os problemas sociais.

Segundo Roberto Schwarz (1977, p. 156), em alusão ao romance *Iaiá Garcia* (1878), toda matéria-prima da obra é relacional, por conta da constante referência ao que as personagens pensam. Desta forma, a dimensão relacional mostra a distância que Machado de Assis manteve das teorias científicas. “De fato, se tudo é relação e reflexão sobre a relação, onde ficam os determinismos geográficos, hereditários, raciais etc?” Se, neste momento, o escritor, fiel a seu projeto estético, não adere ao cientificismo, por se ater estritamente às relações das personagens que envolvem reflexão e não abre espaço a esse tipo de determinismo, quando reconhece no uso da ciência objetivos políticos conservadores, sua crítica é ainda mais abrangente.

A modernidade, embalada dentro dos diversos “ismos” do século XIX – liberalismo, positivismo, darwinismo social, evolucionismo –, mostra a importância do contexto em que as teorias alienígenas são pensadas e os usos políticos que nossas elites fizeram delas. “O que será melhor: o usual preconceito de cor, o racismo científico, ou o racismo científico no

contexto do preconceito de cor?” (SCHWARZ, 1977, p. 157). A crença na inferioridade original da mulher submissa à Igreja e ao *pater familias* ou a “mulher nervosa”, cliente do médico e “mãe higiênica”, ou a “mãe higiênica” do sobrado semi-patriarcal? O discurso científico sanciona a violência inerente à estrutura da sociedade brasileira, justificando o patriarcalismo, enfraquecido pela maior distribuição desse poder não mais concentrado nas mãos do patriarca, mas nas do médico, do policial... bem como a exploração dos que são, paulatinamente, determinados biologicamente inferiores, dado o processo que levaria ao fim da escravidão.

Portanto, Machado de Assis retira os laços das novas embalagens científicas para expor uma sociedade que, não obstante as mudanças materiais e ideológicas mantém as hierarquias sociais praticamente intocadas. A violência é a mesma, alteraram-se apenas as técnicas, os métodos para praticá-la.

4.6 Considerações

As análises desenvolvidas nesta seção procuraram apresentar a percepção crítica de Machado de Assis a respeito das pretensões científicas de sua época. Ao focar a importância da realidade para a literatura, ao mesmo tempo em que não reverencia o realismo/naturalismo como meios apropriados para o trabalho literário, o escritor mostrou ser uma voz dissonante num coro que elegia a ciência como musa. Por meio da ironia, o escritor satiriza os membros da elite brasileira na figura de Nicolau, bem como a pretensão à verdade e neutralidade da ciência representada através dos filósofos Stroibus e Pítias; e de Fortunato e Garcia, sintetizando a relação que a ciência estabelece com a realidade social, sinalizando para o modo como os postulados científicos são utilizados para justificar uma ordem social pautada na desigualdade e mantida pela violência.

A *causa secreta*, de Sérgio Bianchi (1994), apresenta uma releitura do conto de Machado de Assis, discutindo a questão da violência social e analisando a hipocrisia de uma sociedade, representada por várias classes sociais, incapaz de compreender a dor daquele que considera inferior. De modo geral, pode-se dizer que o diretor atualiza questões que aparecem nos contos analisados nesta seção. Tendo em vista o momento histórico e a importância das “verdades eternas” da ciência naquele contexto, o que se depreende da leitura dos contos discutidos é que há uma naturalização das hierarquias sociais, fato que não deixa de justificar a violência decorrente dessa naturalização. A modernização e a utilização de técnicas

científicas, através da medicina social, que, diga-se de passagem, focaliza a reestruturação de uma elite ainda patriarcal e escravocrata em sintonia com os modos de vida burguês, é exercida a despeito de se ignorar a situação de dominação dos que são socialmente inferiores. A ciência, nesse sentido, acaba por corroborar preconceitos de classe, raça e gênero, que são mantidos a despeito das mudanças materiais e culturais por que passava o Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Nicolau, afirmando sua superioridade em contraposição às “naturezas subalternas” que ele precisava ter à sua volta para reiterar sua prerrogativa de classe; o suplício dos ratos e dos criminosos, que não suscita grandes oposições, ou o prazer que a humilhação e a dor alheia provocam em Fortunato, ao lado da observação inerte de Garcia, são elementos significativos de uma visão crítica de Machado de Assis sobre a prática científica e os usos políticos que nossas elites fizeram dela.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho analisei aspectos da violência da estrutura social brasileira do século XIX através dos contos de Machado de Assis. O intuito foi entender a violência que estrutura a sociedade brasileira, a partir das relações sociais no âmbito da escravidão, do patriarcalismo e da ciência. Para tanto, procurei desenvolver uma discussão a respeito de parte de sua obra comumente menos abordada. Desse modo, as análises dos contos machadianos permitiram perceber como a violência da estrutura social brasileira é representada pelo escritor, revelando seu posicionamento crítico em relação à sociedade de sua época.

Com isso, ao analisar os contos que abordam o tema escravidão espero ter demonstrado que muito do que foi dito em relação ao alheamento de Machado de Assis, muitas vezes apontado por negar o “problema da negritude” (COSTA, E., 1999, p. 377), decorre de uma leitura equivocada de sua obra, melhor dizendo, limitada a seus romances. Vimos em “Virginius” (1964) e “Pai contra mãe” (1906) como esta é uma questão que perpassa sua obra, sendo abordada em um de seus primeiros contos e também em um dos últimos.

Machado também foi definido como um escritor indiferente à realidade de seu país. Contudo, por meio de histórias aparentemente anódinas, nota-se em seus contos a violência presente nas relações sociais cotidianas de uma sociedade ainda patriarcal, de modo que ele evidencia, sobretudo, a situação de opressão em que viviam as mulheres em geral, “Relógio de ouro” (1873), e se pobres, “Folha rota” (1878). O escritor destila sua ironia ao satirizar a relação de dominação, bem como o sarcasmo com que trata o destino trágico de mulheres livres e pobres pode ser entendido como uma crítica, pois o *humour* é uma forma de sublimar a dor, expressando o “sentimento do contrário”, como afirma Alfredo Bosi (1988).

Em relação à ciência de sua época, Machado de Assis mostrou-se bastante reticente. Sem adotar nenhuma das escolas literárias em voga, como o naturalismo, o escritor criticou as pretensões científicas e seus usos políticos que muitas vezes encobriam interesses escusos, como representado nos contos “Conto alexandrino” (1883) e “A causa secreta” (1885).

Pretendi discutir como a obra de Machado de Assis expõe criticamente a violência que perpassa a estrutura social brasileira da segunda metade do século XIX. Violência exercida em um determinado contexto social e que é experienciada por suas personagens através da representação de conflitos pessoais como o vivido por Clarinha, envolvida em uma relação de opressão com o marido, cujo sofrimento acaba por ser abafado em meio à violência implícita da dominação que sofre; ou Mariana que, escravizada e sem possibilidade de realização de

seus desejos mais íntimos, anula a própria vida como forma de opor-se a esta ordem social. Julião, em choque com a realidade social de dependência no contexto rural brasileiro, acaba por anular a si e a sua filha, por conta dessa violência da qual sua tragédia é produto, mas que também reproduz. Da mesma forma que Procópio, padecendo com o sentimento de culpa, mas pragmático o suficiente para não se deixar levar pela situação, mostra-se capaz de manipular a violência da ordem social a seu favor. Fato que não se deu com Valério, pois o capricho, inerente à relação de favor, é uma prerrogativa de poder posta pela própria ordem social. Por último, os filósofos Pítias e Stroibus – como o próprio Garcia – agem em nome de sua crença no poder da ciência, mas acabam por ser vítimas da violência deste poder, deixando clara a fragilidade desses indivíduos, verdadeiros “homens de ciência”.

Nesse sentido, espero ter contribuído para uma maior compreensão da obra machadiana. Analisando seu aspecto literário, busquei, na medida do possível, demonstrar que a divisão em fases pode ser perceptível nos romances, mas que, em relação aos contos, em número muito maior, não é possível corroborar essa visão. Nas histórias analisadas, nota-se um desenvolvimento artístico menos linear e dificilmente classificável em blocos. Entretanto, este trabalho foi executado por um viés sociológico e assim, tendo como base os critérios de crítica social, procurei demonstrar fundamentalmente o posicionamento crítico do escritor por meio de sua produção literária.

Por outro lado, constata-se que Machado de Assis – ao criticar os horrores da escravidão e seu legado social, o aspecto risível de uma ciência, cujo poder incide sobre toda sociedade justificando e mantendo hierarquias de classe, raça e gênero – continua atual. Não seria exagero pensar que contos como “Pai contra mãe” “atualizam-se” (haja vista a desqualificação social dos trabalhos manuais, que são quase “naturalmente” associados aos negros, mas, principalmente, às mulheres negras), o que nos permite contestar o tipo de interpretação que considera Machado de Assis alheio à sua realidade, pois a modernidade brasileira parece guardar ainda muitos traços da sociedade representada pelo escritor.

Luiz Eduardo Soares (1999) trata da complexidade da modernidade brasileira a partir da hierarquização inerente à nossa sociedade e da propagação intensiva do ideário liberal, com todo o corolário de afirmação do indivíduo, mas, sobretudo, a partir do consumo¹¹⁰. Assim, o autor volta-se para o ideal tipo da empregada doméstica, indicando que esta é “O exemplo mais penetrante da poderosa, formadora e influente presença das práticas, relações e valores hierárquicos.” (SOARES, 1999, p. 228). Através da confluência de raça e gênero, o autor pensa a complexidade da modernidade brasileira, pois a empregada doméstica é, geralmente, negra e está inscrita na estrutura social numa situação de inferioridade e

violência, mas está também imersa no contexto de individualização do mercado de trabalho como trabalhadora formalmente livre. No entanto, sua condição acaba por expor uma readequação da antiga forma de hierarquia ao novo contexto, mantendo a exploração e a violência, pois seus direitos são “negociados” com base nos interesses dos patrões que, ora estabelecem uma relação pessoal, quando a empregada cumpre todas as tarefas, inclusive extrapolando o limite de suas obrigações; ora estritamente legal, retirando qualquer tipo de compensação paternalista quando a empregada exige o respeito de seus direitos trabalhistas. Deste modo, o autor conclui que a “complexidade das presentes contradições é uma maneira brasileira de ser moderno.” (SOARES, 1999, p. 235). Essa dubiedade em relação ao universo do trabalho aparece mais ou menos representada nas análises de “Pai contra mãe”, “O enfermeiro” e “Valério”, mostrando que muitos dos problemas experienciados por suas personagens continuam repercutindo na sociedade brasileira contemporânea e permitem falar, em certo sentido, da atualidade crítica de sua obra.

Muitas questões que vivemos hoje entre a parca cultura cívica e a intensa onda de interesses, como aponta Milton Lahuerta (2003), representam os impasses entre democracia e modernização uma vez que esta aparece como “dogma” da nossa cultura. A partir disto, a modernização é tida como um eterno projeto para o futuro, que se buscou a partir de um Estado autoritário e sem participação popular. Por outro lado, a demanda por direitos sociais e liberdades civis se fez com a Constituição de 1988, mas sem a contrapartida político-institucional, que paulatinamente, foi se reduzindo à dimensão meramente técnico-administrativa.

Direitos sem deveres; o privado sobre o público, questões atuais, dada a supremacia de um liberalismo econômico sem a contrapartida política, que vão além da descrença no jogo político. Num contexto de crescente afirmação de direitos a partir de uma relação de hostilidade para com o Estado associado ao autoritarismo, a sociedade civil acaba por ignorar seu próprio autoritarismo, visando a maximização de seus interesses. “Dito em outros termos, instaurou-se um mecanismo de individualização perverso que se traduz em formas societais que menosprezam a democracia e recusam a cultura cívica.” (LAHUERTA, 2001, p. 41).

Sem estender mais a discussão sobre a atualidade, posto que o foco da análise é o conto machadiano e a sociedade oitocentista, é lícito afirmar que o autoritarismo permanece, embora revestido de uma aparência democrática nas nossas relações sociais e em nossas instituições políticas. O que nos torna originais em um outro sentido. Talvez as contradições brasileiras não se resumam apenas à confluência entre a modernização e a manutenção de uma hierarquia social autoritária. Entretanto, a singularidade do país no que se refere às

desigualdades sociais é um fato e quiçá seja mais provável pensar a nossa situação de país “atrasado” não mais nos moldes de como chegar ao pleno desenvolvimento, seja a partir dos conceitos canonizados ou de uma utópica originalidade, mas como pensar essa complexidade de maneira crítica, tal qual fizera Machado de Assis. Portanto, as situações representadas pelo escritor, se lidas nas entrelinhas, em histórias como “Pai contra mãe”, “Mariana”, “Relógio de ouro” ou “A causa secreta” denotam a força e a atualidade de sua crítica, que refletem um Brasil fortemente marcado pela hierarquização, pela violência de classe, raça e gênero, no qual os interesses pessoais são maximizados e justificados pela violência social que perpassa todas as classes sociais, numa espécie de círculo vicioso.

Por fim, talvez, a hipótese contrária à divisão em fases não tenha sido suficientemente explicada, até porque o próprio Machado se refere a ela em advertência, escrita em 1905, da obra *Ressurreição* (1872), afirmando que, como outros textos seus, este “pertence à primeira fase da minha vida literária.” (ASSIS, 1957, v. 1, p. 5). Contudo, também reconhece, em carta a José Veríssimo, em 15/12/1898, referindo-se à crítica de seu “velho livro” *Iaiá Garcia* (1878):

“O que Você chama a minha segunda maneira naturalmente me é mais aceita e cabal que a anterior, mas é doce achar quem se lembre desta, quem a penetre e desculpe, e até chegue a catar nela algumas raízes dos meus arbustos de hoje”. (ASSIS, 1997, v.3, p. 1044).

Com isso, concluo este trabalho a partir das análises de alguns “estudos” de Machado de Assis, esperando ter colaborado para o debate sobre a obra do escritor e, principalmente, para uma compreensão do quanto sua obra é reveladora do papel da violência como aspecto historicamente estruturante de nossa sociedade.

Notas

1 INTRODUÇÃO [p. 7-11]

¹ Durante um evento que participei sobre Machado de Assis (Simpósio internacional: *Caminhos cruzados: Machado de Assis pela crítica mundial*, realizado pela Universidade Estadual Paulista-UNESP, no MASP – Museu de Arte de São Paulo, São Paulo-SP), no final de agosto de 2008, conheci o livro de Djalma Cavalcanti (2003), no qual o organizador reúne todos os contos do escritor. No entanto, não o utilizei, pois a pesquisa já estava bem adiantada e a leitura dos contos concluída, cito-o aqui apenas para facultar a quem puder interessar conhecer a obra contística de Machado.

² Evaldo Sintoni (1999, p.19-21) traça um panorama da idéia de imaginário, geralmente visto de forma negativa, uma vez que há um primado da razão e o imaginário acaba por ser pensado como fantasia, como oposto à verdade. Entretanto, o autor explica que ao retirar-se a “camisa de força” da razão instrumental é possível entender o imaginário como elemento constitutivo da realidade social. “Assim, o imaginário de uma sociedade realiza-se expressando ideologias, utopias e, também, símbolos, alegorias, rituais e mitos. Esses elementos, em boa parte, plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos e descontínuos de preservação da ordem estabelecida ou de promoção de mudanças.” (SINTONI, 1999, p. 231).

³ Lista com os títulos e assuntos, ver apêndice.

⁴ Recentemente, percebe-se um maior interesse pelos contos machadianos. Ver Revista *Teresa* n. 6/7 dedicada exclusivamente à análise de contos de Machado de Assis, ainda que mais voltada para a análise literária destes. Alguns artigos desta revista foram utilizados ao longo do trabalho e mostram a importância dos contos na obra machadiana. Para uma perspectiva histórica, ver dissertação de mestrado de Daniela Magalhães da Silveira (2005), na qual a autora aborda a atuação do contista na revista *Jornal das Famílias*, sendo inclusive seu maior colaborador.

⁵ John Gledson afirma que esse gênero literário combinaria até com o modo de ser do escritor. “Machado gosta muito de anedotas, e de focalizar detalhes aparentemente triviais, mas que lançam uma luz inesperada sobre assuntos ‘importantes’; orgulha-se até de sua miopia.” (GLEDSON, 2006, p. 35).

2 A ESCRAVIDÃO [p. 12-55]

⁶ Todavia, não exclui a possibilidade de que essa ironia não seja apreendida, ou, nos termos de Linda Hutcheon, (2000), não seja “pega” por todos da mesma forma. O uso da ironia empreendido por Machado de Assis, não impediu que sua obra fosse interpretada como alheia às questões sociais de sua época, pois a intenção isoladamente não torna a ironia efetiva, mas a interpretação dela enquanto tal é imprescindível para sua eficácia.

⁷ Na primeira parte do livro, Sidney Chalhoub (2003) analisa o romance *Helena* (1876), enfocando o teor de crítica que o escritor estabelece ao paternalismo daquela sociedade. Através de um diálogo interessante com a obra *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz (1977), o historiador chama a atenção para a presença da escravidão, que não figuraria apenas como “relação produtiva de base”, sem centralidade na obra do escritor carioca.

⁸ Para uma análise acerca da construção da identidade étnico-racial de André Rebouças, ver Priscila Elisabete da Silva (2008, p. 38-53). De acordo com a autora, o fato de o próprio André Rebouças pouco tratar de sua origem étnico-racial em seus textos se reflete nas análises dos autores sobre sua vida e obra. Todavia, pelo silêncio, seria possível compreender sua situação de homem negro que ascendeu socialmente pela educação, sem, contudo, ser plenamente aceito.

⁹ Ver Richard Miskolci (2006) em texto que discute a posição de Machado de Assis, ao mesmo tempo *outsider* e estabelecido.

¹⁰ O sofrimento experimentado por intelectuais como André Rebouças, Lima Barreto ou Machado de Assis não pode ser comparado, muito menos que suas reações a ele sejam análogas, o que não significa dizer que esses intelectuais não responderam a tal. O silêncio de André Rebouças, a sátira explícita de Lima Barreto ou a ironia fina de Machado são respostas díspares, mas não menos importantes para pensarmos suas experiências enquanto homens negros que ascenderam socialmente, porém, de forma bastante restrita.

¹¹ Exemplos de situações desagradáveis que nos remetem à maneira como a experiência de não ser efetivamente aceito também afligiu Machado de Assis são dados por Lúcia Miguel Pereira (1949, p. 199) e Josué Montello (1998). A autora cita ocorrência em que um funcionário da Secretaria em que o escritor trabalhava, por não aceitar ser chamado a atenção por Machado de Assis, grita, chamando-o de “negro escravocrata”. “Amigos intervieram, defendendo Machado, mas não impediram que o choque de se ver assim insultado, provocasse um ataque no pobre grande homem”. Ou, o incidente citado por Josué Montello (1998, p. 51-52) em que um funcionário também insulta Machado: “Foi também Grieco que nos permitiu conhecer o inimigo mais absurdo de Machado de Assis. Aquele que, a despeito da fragilidade física do velho escritor, já glorioso, e alquebrado, o chamou de moleque, fora de si, na própria repartição em que também trabalhava, já de mão levantada para bater-lhe, no impulso de uma bofetada”. Esses exemplos, embora citados como casos isolados, dão mostras da ascensão limitada para homens negros naquele contexto e que, de forma alguma, podem ser pensados como algo sem efeitos sobre quem os vivencia.

¹² “Virginius” e “Mariana” foram publicados por Machado de Assis apenas no *Jornal das Famílias*, e reunidos na obra completa da Nova Aguilar, sob o título *Outros contos*. “O caso da vara” foi publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, de 01 de fevereiro de 1891, e reunido em volume por Machado de Assis, em *Páginas Recolhidas* (1899). Por fim, não foi encontrada publicação em jornal de “Pai contra mãe”, e, conforme José Galante de Sousa (1955, p. 687, 691), toma-se como limite a data do contrato com os editores, 09 de março de 1905, sendo reunido pelo escritor no volume *Relíquias de Casa Velha* (1906), sendo assim, nesse caso, utilizarei a data da publicação em volume.

¹³ As categorias utilizadas são de Norman Friedman (2002), em texto que discute o ponto de vista dentro da obra literária, classificando os diversos modos de transmissão do material narrativo.

¹⁴ Daniela Magalhães da Silveira (2005) aponta a importância de Machado de Assis nessa revista e assinala que o autor lidava com suas leitoras de modo distinto, tratando também de questões políticas e sociais em seus contos, mesmo quando o objetivo deste periódico era moralizar e educar as leitoras publicando textos de outros colaboradores sobre religião, moda, culinária, etc.

¹⁵ Ver Victor Nunes Leal (1975), especialmente páginas 23-25.

¹⁶ Ele se refere ao caso como romance por quatro vezes, uma como novela e outra como tragédia.

¹⁷ Emília Viotti da Costa (1999) refuta o ideal de “democracia racial” defendido por Gilberto Freyre a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos revisionistas, entre eles Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, na década de 50, a pedido da Unesco, sobre as relações raciais no Brasil, que supostamente não seriam marcadas pelo preconceito de cor. A partir destas pesquisas, a autora aborda a democracia racial como um mito, posto que sempre os negros tiveram dificuldades em ascender socialmente e, quando em competição direta com os brancos, foram discriminados. E mais, quando os negros ascendiam, sua posição era subalterna e dependente de um “sistema de patronagem” que mantinha a hierarquização da organização social. Assim, negros e brancos das classes inferiores acreditavam que as diferenças eram de classe, e não de raça, isentando os brancos de discriminação.

¹⁸ Nesse sentido, John Gledson (1986, p. 223) analisa as ações de Fidélia, filha do Barão de Santa Pia, que com sua morte herda a fazenda e, depois de idas e vindas, decide doá-la aos libertos. Para o autor, as ações da personagem denotam interesses outros, afeitos à questão de seu casamento com Tristão, a fim de tornar a união desinteressada, mas o que sobressai é a falta de sensibilidade para com o destino dos ex-escravos, que herdaram uma fazenda já desgastada, sem capital e sem experiência de autonomia. “Se generosidade significa, como se supõe que deveria significar, verdadeira preocupação com o bem-estar dos ex-escravos, não existe nenhuma, neste caso.”

¹⁹ A palavra possui outros significados, sendo apenas o segundo e o terceiro sentidos pertinentes para essa análise: “Pio. Adj. 1. Que tem piedade; piedoso, devoto. 2. Que revela piedade ou caridade; caritativo, caridoso. [Superl. Abs. Sint.: pientíssimo, piíssimo.]” (FERREIRA, 1988, p. 506-507).

²⁰ Tratarei mais detidamente do assunto na análise do conto “Mariana”, no qual a personagem que lhe dá nome também é descrita como mulata, mas com todo o estereótipo que lhe é peculiar, uma vez que o “narrador-personagem” assim a percebe. Aqui, cabe ressaltar que a ausência desse recurso evidencia a posição crítica de Machado de Assis ao não atribuir à mulher, especificamente à mulata, a “culpa” por desencadear desejos incontroláveis.

²¹ Para uma discussão mais detalhada sobre o estereótipo da mulata na literatura brasileira ver Teófilo Queiroz Junior (1975).

²² Sobretudo tal sistema de dominação se faz mais operante com a República, uma vez que os “currais eleitorais”, o “voto de cabresto” de que nos fala Victor Nunes Leal (1975), são amostras da submissão a essa vontade senhorial.

²³ Na verdade, medidas para proibir o tráfico negreiro já haviam sido tomadas desde 1810, limitando as áreas de atuação do tráfico, mas permitindo também a criação de esquemas para burlar a lei. Em 7 de novembro de 1831, foi promulgada a lei que de fato proibia o tráfico negreiro, mas a crescente demanda pelo café e os altos riscos

do negócio fizeram os lucros decolarem e, na prática, a lei não foi cumprida, inclusive com o auxílio de funcionários públicos. Em 1837, com a subida dos conservadores ao poder, o tráfico escravista a pleno vapor, o que se colocou em pauta não foram medidas para se fazer cumprir a lei, mas um meio de revogá-la, bem como a anulação dos direitos de africanos escravizados ilegalmente que porventura viessem reclamar a liberdade pautando-se nas cláusulas da lei. O Projeto de revogação não foi aprovado, mas era mais um mecanismo de legitimação da escravidão real que prevalecia à revelia das disposições da lei. Essa situação durou até meados de 1850, quando a pressão externa foi mais intensa e a disposição para fazer cumprir a lei mais efetiva. Ver Robert Edgar Conrad (1985), especialmente capítulos IV e V.

²⁴ Embora a análise tenha focalizado a dependência pessoal do homem livre e pobre no contexto escravocrata é importante destacar a existência de outras perspectivas sobre o campesinato brasileiro. Guillermo Palacios (1993) discute a importância da população livre e pobre na produção agrária durante o período escravocrata, apontando o quanto a tradicional historiografia marginalizou a importância desse segmento da população, conquanto a porcentagem da mão-de-obra de homens e mulheres livres e pobres representasse a maioria esmagadora da população livre.

²⁵ A lei, na prática, tinha lacunas que dificultavam uma ruptura mais efetiva com o regime de escravidão propriamente dito, pois, como afirma Thomas Skidmore: “Se um senhor recusava aceitar o pagamento da indenização do governo quando a criança atingia a idade de oito anos, tinha ainda a opção de guardá-la, embora “nascida livre”, sob sua autoridade – isto é, numa escravidão *de facto* – até a idade de vinte e um anos.” (SKIDMORE, 1976, p.32).

²⁶ Essa visão que Sidney Chalhoub percebe no conto de Machado de Assis aponta para a posição de seu contemporâneo e amigo Joaquim Nabuco. Para Nabuco, a abolição não representaria uma ruptura definitiva com os efeitos da escravidão se não fosse acompanhada de outras reformas. Além disso, Nabuco também preconizava a atuação do poder moderador como meio de conter os desmandos de uma elite política ligada aos interesses escravocratas, fundada no “estelionato político” que mantém seu poder às custas da distribuição de favores, numa “paródia de democracia política”. Portanto, cabia ao governo Imperial agir decididamente, a fim de intervir nesses interesses particularistas e implementar as reformas necessárias (NABUCO, 1981, 1988; NOGUEIRA, 1984; CARVALHO, 1998).

²⁷ Antonio Candido (1972) assinala a importância da família patriarcal brasileira como elemento fundamental da organização social, do período colonial até o século XIX. Tratarei do assunto de forma mais detida na próxima seção.

²⁸ Ver Renato Ortiz (1994, p. 16) e, para uma discussão mais específica sobre a sexualidade como perigo e a mulher como naturalmente degenerada, ver Richard Miskolci (2003).

²⁹ Percebem-se elementos do estereótipo sobre a mulata em textos como o de Antonil (1967, p. 160) escrito em 1711, no qual o autor atribui caracteres “mágicos”, senão malignos, aos mulatos “E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmos senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus”. E segue, citando um provérbio “[...] o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas...”. Mais de cem anos depois (1863), Charles Expilly (1977, p. 96) oferece uma visão parecida a respeito da mulata, definindo-a ao longo de seu livro como “ardilosa”, “fogosa” etc. “Não falo aqui da mulata, que deve todos os seus sucessos a uma afetação atrevida, mas cujo rosto terroso absorve, sem se iluminar, a luz celeste. [...] Por maiores que sejam as seduções do seu sorriso, pensa-se, mesmo sem querer, na lama diluída. Mesmo quando se lhe paga o tributo das homenagens”.

³⁰ Kátia Muricy (1988) analisa os romances de Machado de Assis tendo como base o processo de normalização pelo qual passou a família brasileira ao longo do século XIX, através da medicina social que passou a intervir na família, apontando para novos valores e costumes. Voltarei a essa questão na discussão sobre o tema patriarcalismo.

³¹ Casamento maravilhoso, cheio de felicidade. (tradução nossa).

³² De acordo com Pierre Bourdieu (1994, p. 60-61, grifo do autor), *habitus* pode ser definido como: “[...] sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”.

³³ Ver dissertação de mestrado de Silvana Santiago (2006) na qual, entre outros assuntos, a autora percebe uma visão crítica na obra de Lima Barreto, sobre a estigmatização da mulata e a necessidade de educar seus/suas leitores(as) sobre a importância de se afirmar ante esta ordem social preconceituosa que marginaliza e estigmatiza a mulata. Sobre a situação da mulata no contexto social brasileiro do início do século XIX, a partir de uma leitura específica de *Clara dos Anjos* (1922), ver Carlos Henrique Gileno (2001). Nesse artigo, o autor

dialoga com outras obras do escritor carioca e com elementos da sua biografia, apontando o posicionamento crítico de Lima Barreto no que se refere ao preconceito racial e à “insuficiência de direitos de liberdade” que recai sobre os mulatos, mas especialmente sobre a mulata, à qual se atribuiria um destino social ligado à “prostituição” e à “mancebia”, estereótipo este que também recai sobre Mariana, através das investidas do Sr. João Luís e das cogitações do próprio Coutinho.

³⁴ Em outro texto, Hélio de Seixas Guimarães (2006) também trata da visão que Machado de Assis apresenta sobre a arte e a relação entre público e artista a partir da análise dos contos “Cantiga de Esponsais” (publicado originalmente em 1883), “O machete” (1878) e “Habilidoso” (1885). Sua leitura mostra como a frustração que envolve seus protagonistas não advém apenas dos “ideais artísticos inatingíveis”, mas também da relação com o público, mostrando as dificuldades impostas ao artista no contexto brasileiro do século XIX, sobretudo em “Habilidoso”.

³⁵ Esse tipo de explicação biográfica acaba por anular ou encobrir o posicionamento crítico do autor. Para uma melhor explicação sobre os perigos desse tipo de biografismo ver Miskolci (2006, p. 358), especialmente a nota 6, na qual o autor discute sobre as classificações idiossincráticas do modo como Machado de Assis escrevia que, no limite, levam ao típico clichê do artista doente.

³⁶ O texto de Saggi Pirandello, analisado por Alfredo Bosi (1988), intitula-se: *O humorismo*, de 1908.

³⁷ Ver Nicolau Sevckenko (1995, p. 161-166). Neste trabalho o autor dialoga com as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto para discutir as “tensões históricas” e os “dilemas culturais” na Primeira República. Sobretudo, na sua análise de Lima Barreto notamos inúmeros paralelos entre este escritor e Machado de Assis, inclusive os trechos citados de Lima Barreto foram percebidos a partir da leitura da referida análise.

³⁸ Os contos de enredo se ligam mais a um projeto “realista”, exemplos clássicos desse tipo de conto são os de Edgar Allan Poe e Guy de Maupassant. Já os contos de atmosfera ligam-se à literatura moderna, especialmente Virginia Woolf, James Joyce e, no caso brasileiro, Clarice Lispector.

³⁹ Alcides Villaça (2006) desenvolve seu argumento a partir da utilização dos verbos “querer, poder e precisar” que permeiam todo o conto.

⁴⁰ A associação é inevitável. O narrador situa esse conto por volta de agosto, antes de 1850, a história que Procópio nos conta data de agosto de 1859, nove anos antes da morte do Coronel Felisberto. Além disso, o comportamento do patriarca nesse conto é apenas aludido pelos personagens que o temem e o Coronel Felisberto é descrito minuciosamente pelo narrador-personagem de “O enfermeiro”. Assim, atirar moringas ou jarras em seus subordinados é característico de ambas as personagens situadas no cume da pirâmide social. Não fosse o fato de Coronel Felisberto não ter parentes próximos, poderíamos seguir com essa conjectura.

⁴¹ Nessa versão, o reitor não estava no momento da chegada de Damião e todo o diálogo, inclusive as partes mantidas na versão final, é estabelecido entre João Carneiro e o Padre B... Agradeço à seção de periódicos da Biblioteca Nacional pela consulta e à Coordenadoria de Pesquisa da FBN por disponibilizar uma cópia em cd, tanto desse conto quanto dos demais que cito ao longo do trabalho, em suas primeiras versões.

⁴² A título de ilustração, citarei aqui, o trecho referido e omitido por Machado de Assis. “O padre elogiou especialmente as grandes bocças de pulpito, Chrysostomo, Bosset, Vieira... Vieira, - que podia o Sr. João Carneiro dizer do Illustre Vieira? Oh, certamente nada mais que louvores; tudo havia n’elle, eloquencia, saber, linguagem. Que magníficas roupagens de estylo! que elevação! Que sublimidade! Mas sua Reverendíssima devia fazer igual justiça á loquella profana. Um Cícero, por exemplo? – Não, ah! não! o padre não contestava os meritos de um Cícero, nem por ser profano, nem por ser pagão. A intelligencia era semelhante á tocha, que tanto pode arder no templo, como na sala. Ao cabo, a Igreja tinha certo amor particular ás artes latinas. Não eram latinas as suas vozes? Não, não desadorava Cícero, nem qualquer outro orador grave do século. João Carneiro acudiu com muito boas maneiras, que também elle prezava os Cíceros do pulpito; e dizia isto com palavras longas e aceladas, enquanto o gesto macio do padre ia sublinhando os seus assentimentos, – ambos risonhos, ambos compassados. Afinal despediram-se com muitas ceremonias”. (ASSIS, 1891, p. 1).

⁴³ O filme *Quanto vale ou é por quilo?* (2005), de Sérgio Bianchi, volta-se para os temas colocados neste conto de Machado de Assis, atualizando-os ao contexto da sociedade brasileira contemporânea. De modo peculiar, Bianchi apresenta críticas mordazes à má distribuição de renda, à honestidade das ONGs, à corrupção em seus diferentes níveis e ao racismo velado que nos é tão característico.

⁴⁴ Para uma discussão mais aprofundada do tema ver Lilia Moritz Schwarcz (1993) e Roberto Ventura (1991).

⁴⁵ “Buffon discute, na *Histoire naturelle*, os efeitos do cruzamento entre cavalo e asno, que produz o mulo, incapaz de se reproduzir. A palavra *mulato* deriva de mulo e se acreditava, por analogia, que o mestiço de branco e negro fosse estéril após algumas gerações.” (VENTURA, 1991, p.57, grifo do autor).

⁴⁶ A interpretação se pauta não só na sugestão que aferi a partir dos nomes, mas principalmente, do ponto de vista do autor em relação às teorias raciais como modos de explicar ou representar a realidade social. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 836) Apesar de a ironia ser um traço marcante nas obras do escritor e o ofício de capitão-do-mato ser historicamente desempenhado por mestiços (EXPILLY, 1977, p. 166), Cândido Neves só passa a trabalhar na captura de escravos após inúmeras tentativas frustradas de trabalho.

⁴⁷ Essa é a idéia contida na seguinte passagem de Silvio Romero, citada por Roberto Ventura: “O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais’. A formação do povo a partir de três raças sem originalidade teria, como consequência, a tendência à imitação do estrangeiro.” (VENTURA, 1991, p. 49).

⁴⁸ Para uma discussão mais aprofundada, ver Jessé de Souza (2000). Segundo o autor, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro vêm no “desenvolvimento pretensamente distinto” de São Paulo – e mais acentuadamente em Faoro, com sua crítica acerba à ação do Estado patrimonial que precisa ser reconstruído nos moldes americanos – a forma de se superar os males da herança cultural ibérica presentes, no primeiro, através do personalismo e, no segundo através do patrimonialismo (SOUZA, J., 2000, p. 167-183).

⁴⁹ A obra da autora apresenta, em muitos aspectos, uma perspectiva weberiana e, talvez por isso, tenha salientado este aspecto no que se refere ao trabalho nas fazendas paulistas. Para uma melhor compreensão da importância dos valores sociais e individuais para a análise sociológica, sobretudo do trabalho como um valor em si mesmo relacionado à ética protestante, ver Max Weber (2004).

⁵⁰ O próprio emprego do diminutivo em várias partes do conto é utilizado para aproximar o/a leitor(a) da personagem e com ela simpatizar “A terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração.” (HOLANDA, 1995, p. 148).

⁵¹ Segundo Jurandir Freire Costa (1999, p. 164-170), a instituição Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou simplesmente “roda” foi criada em 1738, por Romão Mattos Duarte com fins caritativos e assistenciais de acolher as crianças abandonadas. Sendo o nome de “roda” disseminado pelo tipo de dispositivo através do qual a instituição recebia as crianças. “A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os ‘expostos’. Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositário e o recebedor pudessem ver-se reciprocamente.” (COSTA, J., 1999, p. 164). O autor aponta como esta instituição fundada a princípio para proteger a honra da família colonial e a vida da infância, acabou por servir às transgressões sexuais, incentivando a libertinagem. Além disso, pela pobreza das instalações era alto o número de mortalidade infantil dentro da instituição. Deste modo, passou a ser alvo de ataque dos higienistas, antes preocupados com a conduta das famílias abastadas, do que com o destino das crianças ali deixadas, uma vez que era a conduta libertina dos senhores de escravas que geravam a maior parte desses filhos ilegítimos. Além disso, havia a prática de muitos senhores de retirar os filhos recém-nascidos de suas escravas e entregá-los à roda, e com isso conseguir uma maior renda alugando as escravas como amas de leite. No entanto, essas mães caíam em profunda tristeza quando separadas de seus filhos o que, segundo os higienistas, prejudicava sobremaneira o leite que era oferecido às crianças da elite. Assim, o problema essencial a ser combatido não era a mortalidade dos “enjeitados”, mas a saúde das crianças que fossem amamentadas por tal maneira.

⁵² Machado assinala a falta dessa sutileza em Afonso Celso Junior, que também tratou da dor materna, no poema *Cena vulgar*: “[...] O despecho, aquele tocador de realejo, que exige a paga, enquanto a mãe convulsa abraça o filho defunto, esse despecho teria mais força, se fora mais sóbrio, mais simples, se não tivera nenhum qualificativo, nem a ‘rudez grosseira’, nem os ‘insolentes brados’; o simples contraste daquele homem e daquela mãe era suficientemente cru.” (ASSIS, 1997, v. 3, p. 822).

⁵³ Entretanto, o risco que essas escravas corriam mostra como era complicada a situação da mulher escravizada sob o assédio de seu senhor, mas também sob a mira da senhora, muitas vezes capaz de atos de violência brutal contra a “amante” do marido. Para uma abordagem mais aprofundada ver Gilberto Freyre (1973, p. 337-338).

⁵⁴ Não quero com isso imputar um caráter unilateral à situação. Levando-se em conta o conceito de violência simbólica enquanto ato relacional, percebe-se que envolve dominantes e dominados. Nesse sentido, casos em que a mulher se valha do estereótipo para conseguir compensações financeiras ou sociais mostram que a dimensão da coação é apenas uma das facetas desse tipo de violência. No entanto, mesmo quando o estereótipo é manipulado de forma consciente (ou não) pela “vítima”, a força de sua representação não deixa de ser eficaz, pois molda o imaginário social a ponto de, para o “bem” ou para o “mal”, reiterar a posição de inferioridade da mulher negra, como essencialmente sexualizada.

4 O PATRIARCALISMO [p. 56-107]

⁵⁵ Para uma discussão coerente com essa visão, ver Robert Slenes (1999) em trabalho que analisa a família escrava. Pautando-se em pressupostos que valorizam a experiência, o autor se volta para a família escrava, na tentativa de desconstruir a idéia corrente de falta de laços familiares e de promiscuidade sexual entre os escravos a que se refere a historiografia tradicional. Ao tratar a família escrava como forma de resistência simbólica contra a opressão da escravidão – sem negar que essa mesma arma de resistência era utilizada também pelos senhores, pelo medo que os escravos tinham de perdê-la – Slenes ressalta a importância da família por sua

capacidade de organização simbólica em torno de uma ancestralidade africana, cujas tradições e costumes lhes possibilitavam a valorização enquanto pessoas.

⁵⁶ Ver especialmente o capítulo IX Oriente e Ocidente (FREYRE, 2004, p. 551-619). Para uma crítica às idéias discutidas por Gilberto Freyre neste capítulo, ver a introdução de Luiz Felipe de Alencastro (1997) à *História da vida privada no Brasil*.

⁵⁷ Ademais, a autora atém-se às crônicas de jornal, principalmente ao testemunho dos romancistas que, com sensibilidade, captam melhor a conexão entre a roupa e o movimento, sobretudo no que se refere à relação mulher-moda. “Verdadeiros peritos em matéria de roupa feminina, comprazem-se em descrições detalhadas de mangas, decotes, roupões frouxos, numa verdadeira volúpia de posse à distância.” (SOUZA, G., 1986, p. 72). Neste sentido, a autora analisa descrições feitas em romances europeus e brasileiros, inclusive alguns de Machado de Assis.

⁵⁸ Esse conto, narrado talvez pela única narradora-personagem de Machado de Assis, mostra os dilemas de uma mulher sobre seu casamento frustrado e a possibilidade de um adultério. Daniela Magalhães da Silveira (2005) apresenta uma discussão interessante sobre o conto e sobre a polêmica iniciada em outro jornal por um leitor descontente com o teor moral da narrativa.

⁵⁹ No conto “Uma partida” (1892), a personagem D. Paula casa-se com Xavier, um típico filho de senhor de terras, que herda a fazenda e a responsabilidade de dar prosseguimento ao poder patriarcal. No entanto, ele é viciado em jogo e decide vender a fazenda e mudar para a cidade. Com isso, a situação de isolamento e solidão de D. Paula só aumenta, até que ela se envolve com outro homem e está prestes a fugir com ele, mas atormentada pela moral social decide fazer as coisas às claras e propõe ao marido disputar com ele, na mesa de jogo, a sua liberdade. Como podemos perceber, a mulher aqui não só reflete sobre sua situação, mas age diretamente para mudar a condição de opressão de um casamento frustrado e infeliz.

⁶⁰ “Uma mulher já é bastante instruída, quando lê correntemente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar”. (EXPILLY, 1977, p. 269).

⁶¹ Até mesmo atitudes como essas poderiam ser pensadas como emblemáticas da relação de dominação a que as mulheres são submetidas. Portanto, dissimular, seduzir, pressentir são formas de ação contra a dominação, mas que não deixam de se pautar na visão androcêntrica do mundo pela qual são dominadas (BOURDIEU, 1999, p. 42-44).

⁶² Em “O segredo de Augusta” (1868) e em “Uma senhora” (1884), são retratadas duas mulheres que por vaidade procuram a todo custo não serem associadas à figura de mãe, sobretudo quando suas filhas, já em idade de se casar, colocam no horizonte dessas mulheres a possibilidade de serem avós. O caso de Augusta é ainda mais interessante, pois seu marido está falido, uma vez que, para compensar seus gastos “fora de casa”, aceitava todas as futilidades da esposa e o casamento da filha era a condição necessária para recuperar a fortuna perdida. O que, à primeira vista, pareceria corroborar os princípios higienistas, por serem elas mulheres condenáveis, dissipa-se com essa afirmação do narrador de “Uma senhora” acerca da vaidade de D. Camila. “Dir-me-á o leitor que a beleza vive de si mesma, e que a preocupação do calendário mostra que esta senhora vivia principalmente com os olhos na opinião. É verdade; mas como quer que vivam as mulheres do nosso tempo?” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 424).

⁶³ Essa versão foi localizada no acervo da Biblioteca Nacional, na seção de Obras raras.

⁶⁴ A passagem no volume é a seguinte: “Luís Negreiros, depois de muito cogitar, inclinou-se à mais triste e deplorável das hipóteses. Uma idéia má começou a enterrar-se-lhe no espírito, à maneira de verruma, e tão fundo penetrou, que se apoderou dele em poucos instantes.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 239).

⁶⁵ É claro que já existia trabalho feminino, como professoras, costureiras etc, mas de forma alguma valorizado socialmente. No conto “Folha rota” (1878), a ser analisado posteriormente, é esse universo que Machado de Assis aborda. Silvana Santiago (2006) analisa a situação de mulheres negras e pobres no final do XIX e início do século XX e como se formaram os estereótipos a seu respeito. A autora mostra como era o cotidiano dessas mulheres que precisavam trabalhar para se sustentar e que escapavam ao modelo de mulher do lar, sendo constantemente presas por ocuparem o espaço da rua.

⁶⁶ “A grande intolerância para o adultério por parte da mulher, ao lado da relativa indulgência por parte do homem. Frequentemente garotas solteiras e jovens casadas expressam a opinião de que, como o homem é por natureza infiel, elas exigirão do marido apenas que ele seja discreto em suas infidelidades, que ele as mantenham escondidas e não envergonhe a família”. (tradução nossa).

⁶⁷ Além do acréscimo, a passagem final foi modificada: “Meu bebê. Sei que amanhã fazes anos; mando-te esta lembrança. Tua Zepherina”. Imagine o leitor o pasmo, a vergonha, o remorso de Luiz Negreiros, admire a constância de Clarinha e a vingança que tomara, e de nenhum modo lastime a boa Zepherina, que foi totalmente esquecida, sendo perdoado Luiz Negreiros, e tendo Meirelles o gosto de jantar com a filha e o genro no dia seguinte.” (ASSIS, 1873, p. 132).

⁶⁸ Para citar apenas alguns exemplos significativos: “O oráculo” (1866), “O rei dos caiporas” (1870), “Valério” (1875), “Um almoço” (1877), “O empréstimo” (1882), “Noite de Almirante” (1884), “Habilidoso” (1885), “João Fernandes” (1894), “Jogo do bicho” (1904) e “O escrívão Coimbra” (1907).

⁶⁹ Esse é o caso da personagem D. Plácida, que não exerceu apenas atividades de doceira, costureira e, entre elas, a “atividade” de alcoviteira, como afirma a autora, pois sua situação é violentamente marcada pela sujeição a que é exposta por homens como Brás Cubas (STEIN, 1984, p. 64).

⁷⁰ Como nas situações expostas em alguns contos de Machado de Assis. “Confissões de uma viúva moça” (1865) apresenta a jovem casada sentindo-se atraída por Emílio, descobrindo, ao final, que se tratava apenas de um rapaz “sedutor e vulgar”. Já em “A mulher de preto” (1868), “A mágoa do infeliz Cosme” (1875) e “A causa secreta” (1885) vemos o conflito subjetivo das personagens masculinas quando envolvidas amorosamente por mulheres casadas.

⁷¹ O nome Custódio Marques, como assinala Helen Caldwell (2002, p. 57), dado à personagem principal do conto “O astrólogo” (1876), é uma abreviação de “Anjo Custódio”, que seria um “anjo guardião”, ao passo que Marques assemelha-se ao verbo “marcar”. Desta forma, Custódio Marques desempenha o cargo de almotacé, uma espécie de inspetor de medidas, mas que, por auto-designação, tornou-se um guardião da moral pública. Como não sabemos se Luísa é sobrinha de D. Ana Custódia pelo lado de sua mãe ou de seu pai, o que chamou a atenção foi o fato de Luísa também ter por sobrenome Marques. Esse detalhe permite pensar o paradoxo da atitude de D. Ana Custódia (Marques?), pois como o almotacé intrometido, que protege a moral pública e não percebe a fuga da própria filha com o filho do boticário, D. Ana Custódia, em nome da moral ofendida, impede que a sobrinha case-se com o primo, fato que, indireta ou diretamente, levou a sobrinha a um triste desenlace.

⁷² No conto “Manuscrito de um sacristão” (1884), o narrador, também em primeira pessoa, que ora se intitula “filósofo sacristão”, ora “gastrônomo e psicólogo”, tem semelhanças significativas com Procópio. Além da relação com questões eclesiais, que, por falta de melhores opções, torna-se o meio de “ganhar a vida”, a relação de favor que estabelecem com os padres envolvidos é praticamente de sobrevivência, ironicamente retratada pelo sacristão, quando, diante da descoberta do amor do padre pela prima: “Pensei em avisar o padre, não por mim, mas por ele mesmo; mas era difícil, e talvez perigoso. Demais, eu era e sou gastrônomo e psicólogo; avisá-lo era botar fora uma fina matéria de estudo e perder os jantares dominicais. A psicologia, ao menos, merecia um sacrifício; calei-me.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 456).

⁷³ Esta versão foi localizada no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional e foi determinante para o desenvolvimento da análise que se segue.

⁷⁴ Na primeira versão, a explicação é ainda mais clara: “Para lhe dizer tudo, o meu principal atractivo era a novidade do officio. Nunca tinha sido enfermeiro! Demais, estava já enfiado [...]” (ASSIS, 1884, p. 1).

⁷⁵ Desenvolverei essa discussão quando adentrarmos no tema Ciência, momento em que analisarei o conto “A causa secreta”.

⁷⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre o “coronelismo” na Primeira República ver (LESSA, 1988), especialmente capítulos IV e V e (SOUZA, M., 1971), além das obras já citadas.

⁷⁷ Procópio, do grego, aquele que progride.

⁷⁸ A princípio, localizei o conto no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional. Todavia, ao pesquisar as obras completas organizadas pela Jackson – que reúne também alguns contos de Machado de Assis não publicados por ele, mas sob o mesmo título de obras que o escritor compilou – localizei-o em volume e por isso utilizo como referência a obra *Relíquias de Casa Velha v. 2*.

⁷⁹ Ver nota explicativa n. 23.

⁸⁰ No texto “Eça de Queiroz: *O Primo Basílio*”, Machado de Assis analisa a obra do escritor português e tece críticas pontuais ao Realismo/Naturalismo, escola literária a que se filia Eça de Queiroz. Um dos pontos que Machado de Assis mais critica é a ausência de realidade humana na personagem Luísa, definindo-a como uma mera marionete na mão do autor. “[...] Luísa é um caráter negativo, e no meio da ação ideada pelo autor, é antes um títere do que uma pessoa moral.” E mais adiante: “Para que Luísa me atraia e me prenda, é preciso que as tribulações que a afligem venham dela mesma; seja uma rebelde ou uma arrependida; tenha remorsos ou imprecações; mas, por Deus! dê-me a sua pessoa moral.” (ASSIS, 1997, vol. 3, p. 905, 906-907).

⁸¹ Ver Jean Michel Massa (1971, p. 173), especialmente quando admite não haver registros que confirmem ou neguem conclusivamente sua atuação na Imprensa Nacional.

⁸² Jean Michel Massa (1971, p. 82, 163) cita alguns nomes, dos quais destacamos: Francisco de Paula Brito, Quintino Bocaiúva, Bernardo Guimarães, entre outros. Sendo interessante notar, que Paula Brito, também descendente de negros, começou como tipógrafo na Imprensa Nacional e foi um nome importante para a cultura brasileira, posto que ajudara muitos que, como Machado, queriam escrever em um contexto tão adverso dado o alto índice de analfabetismo.

⁸³ Esse conto foi retomado e desenvolvido a partir de um outro, publicado no *Jornal do Futuro*, em 1862, sob o título “País das quimeras”.

⁸⁴ Carolina é autora do livro *Quarto de despejo* (1960) que caiu nas graças do público e da crítica, sendo traduzido para várias línguas. Cooptada por intelectuais e políticos da época, a então escritora torna-se uma reatualização do mito da Cinderela. Todavia, exposta à exploração da mídia, Carolina perde o apoio da mesma elite que a alçara e retorna paulatinamente quase à mesma situação anterior.

⁸⁵ Sendo importante ressaltar que sua situação é marcada também pelo fato de ser negra, com os agravantes decorrentes da relação entre as categorias de classe, raça e gênero, e que tornaram a trajetória da escritora mais complexa. Carolina, como mulher negra e pobre, teve de conviver com os estigmas sociais atribuídos às mulheres negras associados à condição de pobreza extrema e à questão de sobrevivência imposta por esta situação. Para uma discussão mais aprofundada sobre a vida dessa mulher forte e vulnerável, ver Robert M. Levine e José Carlos S. Bom Meihy (1994).

⁸⁶ No entanto, a situação da escritora é ainda mais complexa, pois suas posições são extremamente machistas em relação às mulheres da favela e seus envolvimento amorosos que geraram seus filhos são todos com homens brancos. O que reitera a força da violência simbólica presente em tais situações, pois acaba por ser partilhada e legitimada por todos, inclusive por suas próprias vítimas.

5 A CIÊNCIA [p. 108-150]

⁸⁷ Interessante notar que as idéias de Darwin puderam ser utilizadas também pelos poligenistas com a condição de modificá-las. Assim, percebemos que as “descobertas” científicas são adaptadas à realidade social também onde são produzidas, o que torna mais evidente a questão dos usos políticos dessas idéias, pois não só em contextos completamente diferentes, como o brasileiro, os intelectuais são obrigados a fazer malabarismos complicados para poder utilizá-las, mas mesmo no *locus* privilegiado em que são produzidas, as adaptações são necessárias.

⁸⁸ Os termos Saquarema e Luzia eram utilizados para definir os partidos Conservador e Liberal e seus membros, respectivamente. Ao tratar da Ordem Saquarema, a autora refere-se ao contexto político em que a orientação predominante era conservadora (ALONSO, 2002, p. 66-75).

⁸⁹ Não é possível negligenciar o papel da medicina social enquanto instância de poder. Ao exercer o controle sobre os indivíduos em nome da saúde, não deixou de ser fortemente marcada pelos valores da época. Assim, a psiquiatria, uma das formas de atuação da medicina social, visa definir os comportamentos individuais, criando uma “pedagogia da moralidade”, pela oposição entre normal e anormal. O que, com base nos valores morais, bem como nas teorias raciais em voga, não deixa de reiterar a dimensão política da ciência, mais especificamente da medicina (BELUCHE, 2006). Para uma perspectiva relacionada à “pedagogização do sexo” como mecanismo de controle da sexualidade no contexto brasileiro, a partir da análise de uma obra literária, ver Fernando Balieiro (2009). No texto, o autor discute a importância da medicalização da sociedade para o controle da sexualidade infantil e adolescente na obra *O ateneu* (1888), de Raul Pompéia.

⁹⁰ Interessante ressaltar a nota do próprio escritor sobre o conto, publicada no volume *Papéis avulsos*. Machado de Assis expõe que o conto não é simples imitação, nem visa “provar forças”, mas dar “realidade à invenção” atribuindo a narração ao viajante Fernão Mendes Pinto. Após essa breve, mas expressiva justificativa, o autor explica o significado da palavra *pomadista*. “O bonzo do meu escrito chama-se Pomada, e pomadistas os seus sectários. *Pomada* e *pomadista* são locuções familiares da nossa terra: é o nome local do charlatão e do charlatanismo.” (ASSIS, 1997, v. 2, p. 365). A ironia aparece como forma de questionar a “eterna verdade” desses cientistas, satirizando a própria ciência.

⁹¹ Ver crônica de Machado de Assis de 15 de agosto de 1876. Nela, o autor percebe o peso do censo sobre a vida política do país, ironizando a possibilidade de uma democracia diante desses dados. “A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: ‘Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...’ dirá uma coisa extremamente sensata”. (ASSIS, 1997, v. 3, p. 345).

⁹² Ver especialmente o capítulo 2 em que Hélio de Seixas Guimarães (2004) aponta a importância da Guerra do Paraguai por permitir um maior contato entre as várias províncias e suas diferenças sociais e a atuação de B. L. Garnier que, apesar da fama de aventureiro, foi um dos pioneiros da editoração no Brasil, editor inclusive das obras de Machado de Assis. Para uma abordagem mais específica, consultar o texto de Alexandra Santos Pinheiro (2009) sobre Baptiste Louis Garnier (1823-1893).

⁹³ Caso do próprio Machado de Assis, cujas obras, em sua maioria, foram antes publicadas em folhetim e só depois apresentadas em livro.

⁹⁴ A própria fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, é resultado dessa busca por autonomia. Inicialmente ideada por Lúcio de Mendonça, a Academia teve como seu primeiro presidente, Machado de Assis, reconhecimento não só por seu trabalho como escritor, mas pelo seu empenho por uma literatura autônoma, como muitas vezes expressou em seus textos de crítica desde sua juventude (PEREIRA, 1949, p. 159-160).

⁹⁵ A primeira versão do conto (ASSIS, 1882), publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, foi localizada no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

⁹⁶ Exatamente como fez Simão Bacamarte, em “O alienista”, quando aprisiona $\frac{3}{4}$ da população de Itaguaí e separa os internos com base nas diversas classificações sobre os distúrbios da razão.

⁹⁷ O segundo modo que o autor assinala é a visão da doença como algo inerente ao próprio homem, sendo apenas o sintoma de um desequilíbrio interno (CANGUILHEM, 1995, p.21).

⁹⁸ Situação que nos reporta ao conto “O espelho”, quando o alferes substitui o homem que lamenta a fuga dos escravos, por perder os admiradores de outrora, sem se dar conta da superficialidade da relação.

⁹⁹ Em 323 a.C., dá-se início à dinastia dos Ptolomeus, que durou aproximadamente 300 anos. Este governo é conhecido por sua preocupação com as artes e com a ciência, o que levou Ptolomeu I a atrair para Alexandria os melhores artistas e filósofos. Um dos marcos é a construção da Biblioteca Real, em 282 a. C. que continuou sendo apoiada pelos herdeiros dessa dinastia (FLOWER, 2002).

¹⁰⁰ Esse objeto é uma espécie de bisturi de um ou dois gumes usado em dissecações anatômicas.

¹⁰¹ Herófilo (335 a.C.–280 a.C) é considerado o pai da anatomia, sendo o primeiro a realizar “exames *post-mortem* sistemáticos”. Em suas experiências na dissecação de cadáveres, descobriu o cérebro como centro do sistema nervoso. (FLOWER, 2002, p. 35)

¹⁰² Esta versão foi localizada no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

¹⁰³ Tomei a data da primeira publicação como parâmetro.

¹⁰⁴ Exemplos significativos são os consagrados “A mulher de preto” (1870), “O machete” (1878), “A cartomante” (1896) e “Trio em lá menor” (1896). No entanto, é importante ressaltar que a temática é especialmente expressiva ao envolver a ascendência de maridos “excêntricos” e violentos sob suas esposas, envolvidas ou não com o amigo. “Um esqueleto” (1875) e “Sem olhos” (1876) tratam de maneira mais ou menos fantasiosa a situação de violência a que as mulheres são submetidas, sobretudo “Sem olhos”, não obstante o moralismo final.

¹⁰⁵ Não a citarei aqui por ser bastante longa, embora a considere essencial à análise do conto, bem como um dos pontos altos da narrativa. Sendo assim, aconselho a leitura integral do conto, mas para leitura da cena, especificamente, ver (ASSIS, 1997, v. 2, p. 516).

¹⁰⁶ Com base nas idéias de Esquirol sobre a loucura, foram categorizados vários tipos de monomania, especialmente o tipo “raciocinante ou afetiva” é bastante significativo: “A loucura, neste caso, não passa pela inteligência. As idéias, raciocínios e discursos dos alienados são normais; a desordem está ao nível do comportamento. Diz respeito aos hábitos, ao caráter, às ações, às paixões do alienado.” Tendo em vista esse tipo de explicação biologizante, Fortunato, bem como o próprio Nicolau, de “Verba testamentária”, poderiam perfeitamente ser “diagnosticados” como portadores desta categoria de loucura, naturalizando, assim, as atitudes de ambos. Contudo, chamou-me a atenção o conceito de monomania discutido pelos autores de *Danação da Norma* (1978) que era também utilizado para intervir no social. “Tal conceito é o mais claro índice, no interior do saber médico, desse projeto de intervenção. Ele legitima a intromissão de um olhar especializado e exclusivo na continuidade de uma história individual”. (MACHADO et al., 1978, p. 390, 410). Exatamente o que vemos Garcia praticar no seu esforço contínuo em descobrir o “segredo de um organismo”.

¹⁰⁷ Talvez, sua situação de opressão reflita-se também em um tipo de sadismo e que Gilberto Freyre assinalou ser ainda mais forte na mulher no sistema patriarcal “descontando” nos escravos a violência sofrida. Nesse sentido, os casos de crueldades cometidas por sinhas decorrem de um sistema que comunica, “passa adiante” a violência sofrida, uma vez que sua condição de sujeição ao marido despótico e o isolamento em que viviam as colocavam em contato exclusivo com as escravas, também estas numa condição de passividade e submissão. Todavia, não há elementos no conto que permitam tal afirmação.

¹⁰⁸ A epígrafe desta seção refere-se ao filme *A causa secreta*, no qual, em determinado momento, o narrador afirma: “O que fazer diante da dor alheia? O primeiro passo é não fazer nada” (1994). Essa parece ser a postura adotada por Garcia e indica que o prazer de observar o sofrimento dos outros não era uma prerrogativa apenas de Fortunato.

¹⁰⁹ Se Fortunato não foi objeto de estudos do naturalismo, a psiquiatria assim o concebeu: “A história de Fortunato é uma observação clínica perfeita.” Para uma discussão mais aprofundada do “caso”, ver José Leme Lopes (1974, p. 188).

6 CONCLUSÃO [p. 151-154]

¹¹⁰ E essa é uma das contradições que percebemos no filme “Quanto vale ou é por quilo?”, que pode ser sintetizada nessa frase da personagem Dido, ao refletir sobre o sistema carcerário brasileiro: “O que vale é ter liberdade para consumir. Essa é a verdadeira funcionalidade da democracia”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CAUSA secreta. Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Patrick Leblanc. Intérpretes: Renato Borghi, Rodrigo Santiago, Ester Goes, Elisa Lucinda e outros. Roteiro: Sérgio Bianchi. [S.l.], 1994. 1 VHS (93 min). Baseado livremente no conto “A causa secreta” de Machado de Assis.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil*; 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, Marcos César. O homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n. 47, p. 71-92, jul./dez. 2005.

ANDREONI, J. A. (Antonil). Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos. In: _____. *Cultura e opulência no Brasil (1711)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967. p. 159-164.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Relógio de ouro. *Jornal das famílias*, Rio de Janeiro, tomo XI, n. 4, abr. 1873, p. 117-120.

_____. Relógio de ouro. *Jornal das famílias*, Rio de Janeiro, tomo XI, n. 5, maio 1873, p. 129-132.

_____. Verba testamentária: caso pathologico dedicado á escola de medicina. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 280, 08 out. 1882, p. 1.

_____. Conto alexandrino. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 133, 13 maio 1883, p. 1-2.

_____. Cousas intimas. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, ano X, n. 105, 13 jul. 1884, p. 1-2.

_____. O caso da Vara. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 32, 01 fev. 1891, p. 1-2.

_____. *Contos sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. *Ressurreição*. São Paulo: W. M. Jackson, 1957. v.1.

_____. *Histórias românticas*. São Paulo: W. M. Jackson, 1957, v. 11.

_____. *Relíquias de Casa Velha*. 2. volume. São Paulo: W. M. Jackson, 1957, v. 17.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas; Dom Casmurro*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro-Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1988.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. 2.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. 3.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. *A pedagogia do sexo em O Ateneu*: disciplinarização da sexualidade no internato da “mais fina flor da mocidade brasileira”. Disponível em: <<http://201.48.149.88/anpocs/AprovacaoSt.asp?IdAtividade=211&tipo=E>>. Acesso em: 08 fev. 2009.

BARRETO, Lima. A crítica de ontem. In: _____. *Impressões de Leitura*: crítica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 244-251.

_____. Uma coisa puxa a outra... – III. In: _____. *Impressões de Leitura*: crítica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 269-273.

BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da literatura brasileira. In: _____. *O Negro na imprensa e na literatura*. São Paulo: USP: Escola de Comunicações e Artes, 1972. p. 9-27.

BELUCHE, Renato. *O corte da sexualidade*: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX. 2006. 112f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais)-Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BOSI, Alfredo. A Máscara e a Fenda. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 437-457.

_____. Um conceito de humorismo. In: _____. *Céu, Inferno*: Ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 188-191.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81.

_____. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAIT, Beth. Percursos e percalços do estudo da ironia. In: *Ironia em Perspectiva Polifônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. p.19-112.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política*: mais outros estudos. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1983.

CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*: um estudo de Dom Casmurro. Cotia: Ateliê editorial, 2002.

CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, Thomas Lynn; MARCHANT, Alexander (Org.). *Brazil: portrait of half a continent*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1972. p. 291-312.

_____. De cortiço a cortiço. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 123-152.

_____. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários Escritos*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 17-37.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

CAVALCANTE, Djalma. (Org.) *Os contos completos de Machado de Assis*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2003. 2 v.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: CORRÊA, Mariza et al. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

CORTÁZAR, Julio. Poe: o poeta, o narrador e o crítico In: _____. *Valise de Cronópio*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993. p.103-135.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afro-descendência. [2007a]. Disponível em: <http://www.acaocomunitaria.org.br/discussoes_tematicas/literatura_e_afrodescendencia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2007.

_____. Estratégias de Caramujo. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo [antologia]*. Rio de Janeiro: Pallas; Belo Horizonte: Crisálida, 2007b. p. 239-281.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília:INL, 1977.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A, 1988. p. 506-507.

FLOWER, Derek Adie. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, Gilberto. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. In: _____. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 283-409.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p.166-182, mar./maio 2002.

GILENO, Carlos Henrique. Clara dos Anjos: uma reflexão sobre o status da mulata no Brasil do início do século XIX. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2001.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Roberto. O Alienista: Loucura Poder e Ciência. *Tempo Social: Revista Sociologia USP*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 145-160, 1993.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os Leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de leitura no Século 19*. São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2004.

_____. Pobres-diabos num beco. *Teresa: revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.6/7, p. 142-163, 2006.

HEMINGWAY, Ernest. Ernest Hemingway. OS ESCRITORES: as históricas entrevistas da Paris Review. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 51- 70.

HOBBSAWM, Eric. Ciência, religião, ideologia. In: _____. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. p. 261-285.

-
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Círculo do Livro, 1960.
- LAHUERTA, Milton. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 10, p. 35-50, 2001.
- _____. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 217-258.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988. Caps. IV e V.
- LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LOPES, José Leme. A causa secreta. In: _____. *A psiquiatria de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir; Brasília: INL, 1974. p. 182-189.
- LUCINDA, Elisa. Mulata exportação. In: _____. *O semelhante*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 184-185.
- MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MISKOLCI, Richard. Uma Brasileira: A Outra História de Julia Mann. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 20, p. 157-176, 2003.
- _____. Machado de Assis, o Outsider Estabelecido. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 15, p. 352-377, jan./jun. 2006.
- MONTELLO, Josué. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MURICY, Kátia. *A Razão Cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: UnB, 1981.

_____. *O abolicionismo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ODÁLIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PASSOS, José Luiz Ithamar. *Ação e dissímulo nos primeiros romances de Machado de Assis, 1872-1881*. 1998.194 f. Tese (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures)-University of California, Los Angeles, 1998.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e historiografia no Brasil: comentários sobre algumas obras notáveis. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 41-57, 1. sem. 1993.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 4. ed. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1949.

PIETRANI, Anélia Montechiari. *O enigma da mulher no universo masculino machadiano*. Niterói: EDUFF, 2000.

PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: _____. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994. p. 37-41.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Baptiste Louis Garnier: o homem e o empresário*. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/alexandrasantospinheiro.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2009.

POE, Edgar Allan. A filosofia da composição. In: _____. *Poemas e ensaios*. Rio de Janeiro: Globo, 1987. p. 109-122.

QUANTO vale ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Patrick Leblanc. Intérpretes: Ana Carbatti, Cláudia Mello, Herson Capri, Ana Lucia Torre. Caco Ciocler, Silvio Guindane, Lena Roque, Myriam Pires, Leona Cavvali, Lázaro Ramos, Ariclê Perez, Zezé Motta e outros. Roteiro: Sérgio Bianchi e Eduardo Benaim. [S.l.], 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira: (da Colônia à Primeira República)* ensaio de sociologia política. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

RONCARI, Luiz. Machado de Assis: o aprendizado do escritor e o esclarecimento de Mariana. *Teresa: revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.6/7, p. 79-102, 2006.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II. In: _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 125-157.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades, 1977.

_____. Complexo, moderno, nacional e negativo. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.115-125.

_____. *Um mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

_____. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Introduction. In: _____. *Between Men: English literature and male homosocial desire*. New York: Columbia University Press, 1985. p.1-20.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. O núcleo notável e a “linha evolutiva” da sociedade e cultura brasileiras. In: _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 303-318.

SILVA, José Graziano da (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 13-31.

SILVA, Marciano Lopes e. Machado de Assis e as causas ocultas da criação. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n.1, p. 39-47, 2002.

SILVA, Priscila Elisabete. *Professor Negro Universitário: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados*. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. 2005. 211 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SINTONI, Evaldo. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica editora, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil*; 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

_____. Histórias da família escrava. In: _____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 27-53.

SOARES, Luiz Eduardo. A duplicidade da cultura brasileira In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 223-235.

SOUZA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

SOUZA, Jessé de. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. O falso fausto In: _____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 19-50.

_____. Da utilidade dos vadios. In: _____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 51-90.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1971.

STEIN, Ingrid. *Figuras Femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 72-96.

_____. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TÁTI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis: o Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes, departamento geral de documentação e informação cultural, divisão de editoração, 1991.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VILLAÇA, Alcides. Querer, poder, precisar: “O caso da vara”. *Teresa: revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.6/7, p. 17-30, 2006.

WEBER, Max. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva (1913). In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 313-348.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WISNIK, José Miguel. Machado maxixe: o caso Pestana. In: _____. *Sem receita: ensaios e canções*. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 15-105.

ZOLIN, Lucia Osana. *A trajetória da mulher em contos de Machado de Assis*. 1994. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. São Paulo: Ed. Senac, 2000. p. 43-80.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ASSIS, Joaquim Maria. A causa secreta. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 213, 01 ago. 1885, p. 1-2.

_____. *Páginas recolhidas*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1937.

_____. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1937, v. 2.

_____. *Contos avulsos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956a.

_____. *Contos esparsos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956b.

_____. *Contos recolhidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956c.

_____. *A mão e a luva*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, v. 2.

_____. *Helena*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, v. 3.

_____. *Contos e crônicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

_____. *Esau e Jacob*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

_____. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Edigraf, [19--].

_____. *Quincas Borba*. São Paulo: Edigraf, [19--].

AUERBACH, Erich. A meia marrom. In: _____. *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 471-498.

BAPTISTA, Abel Barros. Sentimento íntimo. In: _____. *Em nome do apelo do nome*. Lisboa: Litoral edições, 1991.

BARBOSA, João Alexandre. Literatura e sociedade do fim do século. In: _____. *Alguma crítica*. Cotia: Ateliê editorial, 2002. p. 13-28.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo. Eugenia e a naturalização do social. In: BOARINI, Maria Lúcia (Org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003. p. 19-43.

BORGES, Valdeci Rezende. Imagens do negro em Machado de Assis. In: PEREIRA, Kênia M. de Almeida; BORGES, Valdeci Rezende; GONZALIS, Fabiana Vanessa. *Machado de Assis: outras faces*. Uberlândia: Aspectus, 2001. p. 25-78.

BOSI, Alfredo. Uma figura machadiana. In: _____. *Céu, Inferno: Ensaio de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 58-71.

_____. A interpretação da obra literária. In: _____. *Céu, Inferno: Ensaio de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 274-287.

_____. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 51, p.355-376, maio/ago. 2004.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem: caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros Universidade de São Paulo*. São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

_____. *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000a.

_____. *Na sala de aula: caderno de análise literária*. São Paulo: Editora Ática, 2000b.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Itinerários. In: _____. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1994. p. 15-62.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: _____. *Valise de Cronópio*. 2. ed. São Paulo Perspectiva, 1993. p. 147-165.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: _____. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 103-116.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOTLIB, Nadia Battella. *Teoria do Conto*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

HANSEN, João Adolfo. “O Imortal” e a verossimilhança. *Teresa: revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n.6/7, p. 56-78, 2006.

JACKSON, Luiz Carlos. Perspectivas sociológicas sobre Machado de Assis. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 112-131, 2003.

LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LIMA, Alceu Amoroso. *Três ensaios sobre Machado de Assis*. Belo Horizonte: Livraria Editora Paulo Bluhm, 1941.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

MAI, Lílian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BOARINI, Maria Lúcia (Org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003. p. 45-70.

MATTA, Roberto da. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: MATTA, Roberto da et al. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil; 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 143-179.

MAYA, Alcides. *Machado de Assis: algumas notas sobre o humour*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Jacintho Silva, 1912.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil; 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 385-437.

NUNES, Benedito. Tempo. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imaz editora, 1992. p. 343-365.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p. 7-36.

PEREIRA, Astrogildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1991.

RIBEIRO, Luis Felipe. *Mulheres de Papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SAYERS, Raymond S. *A sociedade brasileira na ficção de Machado de Assis: papéis avulsos*. Brasília: Presença; Thesaurus, 1993.

SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 75, p. 61-79, jul. 2006.

SOUSA, José Galante de. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Machado de Assis e a musa mecânica. In: _____. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 199-208.

TRIPOLI, Maílde Jerônimo. *Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DOS CONTOS CONSULTADOS¹¹⁰

MACHADO DE ASSIS – CONTOS (OBRA COMPLETA – VOL. 2 Afranio Coutinho (Org.), Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997). Total: 124 contos		
CONTOS FLUMINENSES (7) (1869-1870)		
Nr.	Título	Assunto
01	Miss Dollar	Desencontro amoroso
02	Luis Soares	Interesses/desilusão/suicídio
03	A mulher de preto	Desencontro/triângulo amoroso/amizade
04	O segredo de Augusta	Interesses/vaidade/aparências
05	Confissões de uma viúva moça	“traição”/sedutor
06	Linha reta e linha curva	Vaidade/amor
07	Frei Simão	Desencontro amoroso/interesse/“loucura”
HISTÓRIAS DA MEIA NOITE (6) (1873)		
08	A parasita azul	Interesses/casamento feliz
09	As bodas de Luis Duarte	Cena cotidiana/tipos
10	Ernesto de Tal	Desencontros/casamento
11	Aurora sem dia	Frustração/vaidade/mediocridade/felicidade
12	O relógio de ouro	Traição/dominação masculina
13	Ponto de vista	Mudança de opinião/casamento
PAPÉIS AVULSOS (12) (1882)		
14	O alienista	Ciência/loucura
15	Teoria do medalhão	Convenções sociais/aparências
16	A chinela turca	Delírio/ “mau poeta”
17	Na arca	Egoísmo humano/briga por terra

18	D. Benedita	Vaidade/dúvidas
19	O segredo do Bonzo	Idéias/realidade/crença
20	O anel de Polícrates	Idéias/aparências/frases feitas
21	O empréstimo	Vaidade/pobreza
22	A sereníssima república	Sistema político/corrupção
23	O espelho	Vaidade/opinião social
24	Uma visita de Alcebíades	Costumes/moda
25	Verba testamentária (1882)	Inveja/superioridade e inferioridade social
HISTÓRIAS SEM DATA (18) (1884)		
Nr.	Título	Assunto
26	A igreja do diabo	Contradição humana
27	O lapso	Cena cotidiana/cobrança/posição social
28	Último capítulo	Suicídio/azar/idéias
29	Cantiga de esponsais (1883)	Frustração
30	Singular ocorrência (1883)	Traição/convenções sociais
31	Galeria póstuma (1883)	Interesses/tipos sociais
32	Capítulo dos chapéus (1883)	Aparências/hábitos
33	Conto alexandrino (1883)	Ciência/filosofia/ratos=ladrões
34	Primas de Sapucaia!	Desencontro/engano
35	Uma senhora	Vaidade/juventude/beleza
36	Anedota pecuniária	Avareza
37	Fulano	Interesses/aparências/ostentação
38	A segunda vida	“loucura”/experiência
39	Noite de almirante	Desencontro /engano/ação do tempo

40	Manuscrito de um sacristão	Desencontro amoroso/originalidade
41	Ex-cathedra	Ciência/amor
42	A senhora do Galvão	Interesses/aparências/posição social
43	As academias de São	Guerra dos sexos?
VÁRIAS HISTÓRIAS (16) (1896)		
Nr.	Título	Assunto
44	A cartomante	Traição/morte violenta
45	Entre santos	Avareza/tipos sociais
46	Uns braços	“traição”/atração
47	Um homem célebre (1888)	Frustração
48	A desejada das gentes	Mulher/casamento
49	A causa secreta (1885)	Violência/dor
50	Trio em lá menor	Triângulo amoroso
51	Adão e Eva (1885)	Cena cotidiana/curiosidade
52	O enfermeiro	Violência/coronel
53	O diplomático	Frustração/tipos sociais
54	Mariana	Desencontro amoroso/ação do tempo
55	Conto de escola	Cena cotidiana/corrupção e delação
56	Um apólogo	Interesses/aparências
57	D. Paula	Traição
58	Viver	Contradição humana/vida
59	O cônego ou metafísica do estilo	Estilo de escrita/ “encontro amoroso”
PÁGINAS RECOLHIDAS (8) (1899)		
Nr.	Título	Assunto

60	O caso da vara (1891)	Violência/escravidão
61	O dicionário	Poder/não há democracia
62	Um erradio	Celibato/inspiração
63	Eterno!	Desencontro amoroso/ação do tempo
64	Missa do galo (1894)	“Traição” /mulher
65	Idéias do canário	Perspectivas
66	Lágrima de Xerxes	Ironia/brevidade/ <i>Romeu e Julieta</i>
67	Papéis velhos	Lembranças/ação do tempo
RELÍQUIAS DE CASA VELHA (9) (1906)		
Nr.	Título	Assunto
68	Pai contra mãe (1905)	Violência/escravidão
69	Maria Cora	Guerra Farrapos/República
70	Marcha fúnebre	Morte
71	Capitão de voluntários	Triângulo amoroso/Guerra do Paraguai
72	Suje-se, gordo!	Lei/interesses/corrupção
73	Umás férias (1905)	Morte/cena cotidiana/infantil
74	Evolução	Ciência/imitação
75	Pílades e Orestes	Interesses/triângulo amoroso/amor entre homens?
76	Anedota do Cabriolet (1905)	Cena cotidiana/desencontro/noivos irmãos
OUTROS CONTOS (48)		
Nr.	Título	Assunto
77	Virginius (1864)	Violência/escravidão
78	Casada e viúva	Traição/costumes
79	Uma excursão milagrosa	Fantasia/realidade/tipos sociais

80	Mariana (1871)	Violência/escravidão
81	Tempo de crise	Política/costumes/cena cotidiana
82	Miloca	Interesse /ascensão social/desencontro
83	A última receita	Aparências/encontro amoroso
84	Um esqueleto	História de terror/ciúmes
85	O sainete	Interesses/encontro amoroso/“feminina”
86	Historia de uma fita azul	Encontro amor/cena cotidiana/banalidade
87	Casa, não casa	Traição/costumes/desencontro amoroso
88	O machete (1878)	Frustração/interesses/traição
89	Folha rota (1878)	Pobreza/mulher/desencontro amoroso
90	A chave	Interesse/encontro amoroso/cena cotidiana
91	O imortal (1882)	Experiência/vida eterna
92	Letra vencida (1882)	Desencontro amoroso/ação do tempo
93	O programa (1882)	Frustração/ambição
94	A idéia do Ezequiel Maia	Contradição humana/idéias/realidade
95	História comum (1883)	Aparência/cena cotidiana/nulidade da vida
96	O destinado (1883)	Encontro amoroso/aparências/ação tempo
97	Troca de datas (1883)	Ação do tempo/mulher
98	Questões de maridos (1883)	Perspectivas/subjetividade
99	Três conseqüências (1883)	Aparências/ação do tempo/vida urbana
100	Vidros quebrados	Desencontro amoroso/ação do tempo
101	Cantiga velha (1883)	Desencontro amoroso/cena cotidiana
102	O contrato	Amizade/interesses/ação do tempo
103	A carteira	Traição/amizade

104	O melhor remédio (1884)	Cena cotidiana/clichê sobre mulheres
105	A viúva Sobral	Amizade/triângulo amoroso/desencontros
106	Entre duas datas (1884)	Desencontro amoroso/ação do tempo
107	Vinte anos!Vinte anos! (1884)	Juventude/cena cotidiana
108	O caso do Romualdo	Encontro amoroso/ação do tempo
109	Uma carta	Frustração(solteirona)/tempo/enganos
110	Casa velha (1885-1886)	Política/interesses/ lembra <i>Helena</i> /desencontro
111	Só!	Solidão/idéias (ou falta delas)
112	Habilidoso	Frustração/pobreza
113	Viagem à roda de mim mesmo	Contradição humana/cotidiano
114	Curta história	Enlace amoroso/amor/ideal/realidade
115	Um dístico	Contradição humana/aparências/interesses
116	Identidade	Interesses/aparências/sociedade
117	Sales	Idéias/egoísmo/pobreza
118	D. Jucunda	Ascensão social/interesses
119	Vênus! Divina Vênus!	Frustração amorosa/realidade
120	Uma noite	Desencontro/ "loucura"/ ação do tempo
121	Uma por outra	Frustração amorosa/realidade
122	Flor anônima	Frustração amorosa (solteirona)
123	Jogo do bicho	Cena cotidiana/pobreza/pequenos prazeres
124	Um incêndio (1896)	Frustração
CONTOS LIDOS EM COLETÂNEAS ESPARSAS		
Total: 94 contos		
Nr.	Título	Assunto

01	Terpsícore (1886) <i>Gledson</i>	Cena cotidiana/pobreza lembra “As bodas de Luis Duarte”.
02	A inglesinha Barcelos (1894) <i>Gledson</i>	Frustração amorosa/casamento mulher
03	O escrivão Coimbra (1907) <i>Gledson</i>	Cena cotidiana/pobreza/loteria/morte
04	Trina e Una (1884) <i>Gledson</i>	Cena cotidiana/dúvidas/apatia “feminina”
05	Um agregado (1896) <i>Contos esparsos</i>	Conto sobre José Dias (<i>D. Casmurro</i>)
06	Questão de vaidade (<i>Histórias românticas</i>)	Vaidade/Don Juan/melodrama.
07	(ática) Felicidade pelo casamento (06 e 07/1866)	Moral familiar/análise psicológica
08	(ática) Almas agradecidas (03 e 10/1871)	Amizade interesseira/costumes
09	(ática) Longe dos olhos (03 a 05/1876)	Casamento/convenção social internalizada
10	(Contos A) Sem olhos (12/1876 a 02/1877)	Violência/“traição”/moralista”Um esqueleto”
11	(contos esquecidos) Decadência de dois grandes homens (1873)	Originalidade/loucura/homem excêntrico
12	(contos esquecidos) Muitos anos depois (1874)	Padre jovem/solidão/maternidade fora casamento
13	(contos esquecidos) Uma loureira (1872)	Namoradeira/fuga casamento Família tradicional/burguesa/dissimulação
14	(contos esquecidos) Brincar com fogo (1875)	Casamento/interesses/namoradeiras(o)
15	(contos esquecidos) O passado, passado (1876)	Casamento/viúva/reencontro/ação do tempo
16	(contos esquecidos) D. Mônica (1876)	Herança/interesses/casamento com mulher mais velha
17	(contos esquecidos) Silvestre (1877)	Arte/talento/vaidade/“Missa do galo”
18	(contos esquecidos) A pianista (1866)	Amor/casamento/desinteresse/pai arrependido
19	(contos esquecidos) A melhor das noivas (1877)	Interesses/herança/casamento entre pessoas mais velhas
20	(contos sem data) O caso da viúva (1881)	Casamento/interesses/viuvez jovem/rapaz volúvel
21	(contos sem data) João Fernandes (1894)	Vadio/pobreza/rapaz sem cultura/sem dinheiro
22	(contos sem data) Duas juízas (1883)	Amigas/rivalidade/religião
23	(contos sem data) A mulher pálida (1881)	Casamento/interesses/clichê rapaz romântico

24	(contos sem data) Incorrigível (1884)	Rivalidade/amigas/devoção
25	(contos sem data) Um bilhete (1885)	Moça casadoira/explosão/reflexão/"Papéis velhos"
26	(contos sem data) História de uma lágrima (1867)	Casamento/interesse/mulher submissa
27	(contos sem data) Curiosidade (1879)	Casamento/leviandade feminina/caça dotes
28	(contos avulsos) O anjo das donzelas (1864)	Influência dos romances/virgindade
29	(contos avulsos) O rei dos caiporas (1870)	Azar/homens livres pobres
30	(contos avulsos) Diana (1866)	Herança/mulher feia disfarçada
31	(contos avulsos) Onda (1867)	Herança/mulher dividida
32	(contos avulsos) A vida eterna (1867)	Metáfora do Brasil Casamento forçado/sonho/delírio
33	(contos avulsos) Possível e impossível (1867)	Casamento agregada/poeta sofredor
34	(contos avulsos) Os óculos de Pedro Antão (1874)	Herança/tio excêntrico/realidade-ficção
35	(contos avulsos) Um dia de estruendo (1874)	Cena cotidiana/carnaval/família
36	(contos avulsos) Como se inventaram os almanaques (1890)	Tempo/esperança/criados para lembrar
37	(contos esparsos) O anjo Rafael (1869)	Suicídio/herança/casamento/egoísmo
38	(contos esparsos) Não é mel para boca de asno (1868)	Casamento/amigas e rivais
39	(contos esparsos) Antes que cases (1875)	Casamento/mulher de salão/poeta/marido
40	(contos esparsos) Quinhentos contos (1868)	Herança/viúva rica/Helena (superior)
41	(contos esparsos) A menina dos olhos pardos (1873)	Casamento/amor intergeracional
42	(contos esparsos) Canseiras em vão (1872)	Interesseiro/casamento desconhecida
43	(contos esparsos) Quem boa cama faz... (1875)	Casamento/rapaz celibatário
44	(contos esparsos) A felicidade (1871)	Amor tardio/felicidade não para fracos
45	(contos esparsos) Orai por ele! (1895)	(Lembra <i>Esau e Jacó</i>) Morte/insinuações contra o morto
46	(contos esparsos) Antes a rocha Tarpéia (1887)	(Lembra <i>Chinela Turca</i>) Sonho/Pesadelo quase vivenciado
47	(contos recolhidos) Francisca (1867)	Amor/convenções

48	(contos recolhidos) O oráculo (1866)	Pobre azarado/casamento não realizado
49	(contos recolhidos) O pai (1868)	Sexo antes casamento/trabalho como sofrimento
50	(contos recolhidos) Fernando e Fernanda (1866)	lembra “Noite de almirante”, mas Fernanda é julgada/final todos se casam
52	(Histórias românticas) O caminho de Damasco (1871)	Moço vaidoso/leviano/pai-padre/prima boa/morre médico/“conversão”
53	(Histórias românticas) Quem não quer ser lobo (1872)	Caçador de dote/moça feia/casamento interesses
54	(Histórias românticas) Qual dos dois? (1872)	Moça orgulhosa/leviana/inteligente/lição de moral
55	(Histórias românticas) Uma água sem asas (1872)	Moça inteligente/casamento frustrado/marido a coloca no papel esposa
56	(Histórias românticas) Encher tempo (1876)	(mulher liberta “tia Mônica”, mas subserviente) Casamento/vocação padre
57	(Relíquias casa velha II) Valério (1875)	Paternalismo sem contrapartida Rapaz pobre/talentoso/suicídio
58	(Relíquias casa velha II) A mágoa do infeliz Cosme (1875)	Casamento feliz/esposa morta/amigo apaixonado
59	(Relíquias casa velha II) O astrólogo (1876)	Almotacé /controle/filha foge
60	(Relíquias casa velha II) Um almoço (1877)	Miséria/favor/humilhação/amizade
61	(Relíquias casa velha II) Um ambicioso (1877)	Eleição/interesses/homem ambicioso e débil.
62	(Relíquias casa velha II) A herança (1878)	Fortuna = sorte: negativa do esforço/interesse/herança de tia velha.
63	(Relíquias casa velha II) O país das quimeras (1862)	Primeira versão de “Uma excursão milagrosa”.
64	(contos recolhidos) Rui de Leão (1872)	Base de “O imortal”, homem que vive séculos.
65	(contos recolhidos) Astúcias de marido (1866)	Casamento conveniências, vira amor por conta peripécias do marido.
66	(Contos recolhidos) O Capitão Mendonça (1870)	Conto fantástico, excêntrico, pesadelo.
67	(Contos recolhidos) O último dia de um poeta (1867)	Amor romântico, impedimento por conveniência.
68	(Contos recolhidos) O que são as moças (1866)	Amigas e rivais = namorado/terminam amigas (“Pilades e Orestes”)
69	(Contos recolhidos) Cinco mulheres (1865)	Perfis femininos: resignada, traída, musa romântica, dissimulada e adúltera.
70	(Contos fluminenses II) Conversão de um avaro (1878)	Homem avarento (colchoeiro)/amor por mulher gastadeira.
71	(Outras relíquias) As rosas	Paródia texto bíblico/mundo em função das rosas.

72	(Dispersos de Machado de Assis) Um para o outro (1879)	Parece incesto/dois irmãos unidos, apaixonados por outros, mas ficam sós.
73	(Dispersos de Machado de Assis) Uma partida (1892)	Figura plena do coronel que vai para a cidade/patriarcalismo puro.
74	(Jornal das famílias/contos fluminenses II) Dívida extinta (1878)	Herança é dividida/primos apaixonados por mesma namoradaira/
75	(A estação/Contos fluminenses II) Pobre Finoca!	R. do Ouvidor/moças casadoiras/rapaz preterido fica com a amiga.
76	(Gazeta de Notícias) Cousas íntimas (1884)	Primeira versão de “O enfermeiro”.
77	(Gazeta de Notícias) Pobre Cardeal (1886)	Homem livre pobre/favor/capricho jurado/lembra “Suje-se, gordo!”.
78	Que é o mundo (1895)	Primeira versão de “Idéias de canário”.
79	(Nova aguillar v.3) O bote de rapé (1878)	Parece teatro/diálogo marido, mulher, nariz/necessidades individuais.
80	(Novas relíquias/Nova Aguilar v. 3) Um cão de lata ao rabo (1878)	Três redações sobre o assunto (hilário!)
81	(Novas relíquias/Nova Aguilar v. 3) Filosofia de um par de botas (1878)	Beleza/juventude/utilidade/passagem da vida.
82	(Páginas recolhidas-Jackson/Nova A. v.3) Elogio da vaidade (1878)	Monólogo da vaidade contra a modéstia.
83	(Páginas recolhidas-Jackson) O califa de Platina (1878)	Conto fantástico/metáfora do Brasil/leis e governos.
84	(Jornal das famílias) Quem desdenha... (1873)	Moça casadoira, diálogos por cartas com amiga
85	(A estação) O caso Barreto (1892)	Rapaz vadio/trabalho em terceiro plano/conjecturas/bastante subjetivo.
86	(A estação) Relógio parado (1898)	Primeira versão de “Maria Cora”.
87	(Jornal das famílias/Contos e crônicas) O carro n. 13 (1868)	Fazendeiro herdeiro/viúva que o testa para saber se é fiel.
88	(A marmota) Três tesouros perdidos (1858)	Primeiro conto de Machado de Assis Homem traído: perde \$, amigo e a esposa.
89	Um capítulo inédito de FMP (1882)	Primeira versão de “O segredo do bonzo”.
90	(A estação) Um quarto de século (1893)	Paixão antiga, casamento aos 40 anos/tédio
91	(A estação) Um sonho e outro sonho (1892)	Viúva casadoira/marido em sonhos/casa novamente/Genoveva também.
92	(Dispersos de Machado de Assis) Médico é remédio (1883)	Amigas e rivais/casamento meio arranjado, amor vem depois.
93	(Contos e Crônicas) O Teles e o Tobias (1865)	Coronelismo/práticas políticas/amizade
94	(Páginas recolhidas-Jackson/N.A v. 3) Antes da missa (1878)	Diálogo entre duas mulheres sobre futilidades/fofocas.
95	(Contos Fluminenses II) Aires e Vergueiro (1871)	Amizade dois amigos, traição, fica com o dinheiro e a esposa.

96	(Contos fluminenses II) Quem conta um conto... (1873)	Fofoqueiros ou novelleiros, notícia que se espalha e aumenta um pouco.
97	(Contos fluminenses II) Um homem superior (1873)	Rapaz sem dinheiro/lembra “Um almoço”/mulher é a única punida.
98	(Contos fluminenses II) Onze anos depois (1875)	Dois amigos/ama moça 17 anos/lembra “Mariana”/assedia a mulher do amigo.
99	(Contos fluminenses II) To be or not to be	Homem medíocre e pobre/suicídio não realizado.
Total: 223 contos		